LUCÍLIA DOS SANTOS NUNES PEREIRA

O MUNICÍPIO DE LAMEGO:
(1799-1851)
ELITES E PODER LOCAL

Universidade Portucalense Infante D. Henrique

Departamento de Ciências da Educação e do Património

Junho, 2011

LUCÍLIA DOS SANTOS NUNES PEREIRA

O MUNICÍPIO DE LAMEGO:
(1799-1851)
ELITES E PODER LOCAL

Tese de Doutoramento na área de História e no ramo de História Contemporânea

apresentada à Universidade Portucalense Infante D. Henrique

Trabalho realizado sob a orientação da

Professora Doutora Ana Sílvia Albuquerque Nunes

Universidade Portucalense Infante D. Henrique

Departamento de Ciências da Educação e do Património

Junho, 2011

À memória dos meus pais.

Ao Carlos e ao Miguel.

Agradecimentos

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer à minha orientadora, Senhora Professora Doutora Ana Sílvia Albuquerque Nunes, pelo incentivo e confiança que me demonstrou, frequentemente, na realização desta tese de doutoramento, na disponibilidade que sempre teve e na amizade incondicional com que sempre me recebeu e orientou.

Ao Sr. Professor Doutor, D. Gonçalo Vasconcelos e Sousa (Castelo Melhor), pela simpatia, pela disponibilidade, pela ajuda que sempre me dispensou, verdadeiro elo de ligação entre o presente e o passado tratado neste trabalho e que constituiu um apoio inestimável ao longo do estudo feito sobre as Elites de Lamego.

Quero agradecer ao Arquivo Diocesano de Lamego e muito particularmente ao senhor Henrique Eira, pela grande ajuda que me deu com as vastas fontes manuscritas que foi preciso consultar.

Ao Arquivo Histórico Municipal de Lamego e à Doutora Maria João que sempre esteve solícita, cooperante e disponível com as minhas necessidades de investigação e com quem trocava impressões sobre os temas em estudo.

À Biblioteca Municipal de Lamego e ao Dr. Victor, pela sua simpatia e cooperação na procura de bibliografia adequada ao presente trabalho.

Ao Arquivo Distrital de Viseu onde sempre fui recebida e atendida com enorme simpatia e profissionalismo.

Ao Arquivo Distrital de Vila Real pela disponibilidade e atenção que sempre ali encontrei e que muito ajudou a superar as dificuldades inerentes à consulta de documentação nem sempre fácil de ler.

Quero agradecer ao Arquivo Paroquial da Sé de Lamego pelas facilidades concedidas na consulta de documentação.

Agradeço ao Arquivo Nacional Torre do Tombo e à Biblioteca Nacional Portuguesa que foram para mim uma segunda casa e onde sempre me senti acompanhada e apoiada.

Devo, também, os meus agradecimentos à FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia – pela bolsa de doutoramento SFRH/BD/34408/2006 que me concedeu.

Um agradecimento muito especial ao GEHVID pela ajuda que sempre me concederam, pelo carinho e solicitude com que sempre fui recebida, em especial ao Sr. Frofessor Doutor António Barros Cardoso, Professora Doutora Célia Taborda, com quem fui trocando ideias ao longo do trabalho e à Doutora Sílvia Trilho.

Um agradecimento muito especial ao Carlos e ao Miguel pela paciência que sempre tiveram comigo, ao apoio incondicional que me prestaram ao longo da realização deste trabalho, não só pelo seu amor e carinho, como também no processamento informático da tese.

E por fim, um agradecimento muito especial à minha mãe que na etapa mais dolorosa da sua vida soube apoiar-me, incentivar-me e compreender-me, como sempre fez, até ao fim e ao meu pai por ter sido o meu porto de abrigo, não só nos melhores momentos mas, acima de tudo, nos piores e mais difíceis.

RESUMO

O Município de Lamego: (1799-1851) Elites e Poder Local

Sendo o século XIX um século onde predominam as grandes reformas do sistema político e as crises politico-institucionais, as instituições administrativas locais e os respectivos municípios transformam-se em agentes activos de participação e colaboração com o Estado para assim poderem responder aos problemas emergentes da altura pois é nestes municípios que o Estado criará as suas bases, quer no que diz respeito ao lançamento e cobrança de receitas, quer na administração da região onde se insere ou no contacto e relacionamento com a população local.

Representando as Câmaras um elo de ligação entre o Centro e a Periferia, entre o Poder Central e o Local, torna-se de primordial importância saber como se constitui o poder político das mesmas, quem dá voz à comunidade onde elas se inserem, quem defende os interesses dessa comunidade perante a monarquia reinante e qual o grau de fiabilidade que os mesmos têm perante o povo que representa.

Tendo em consideração o papel relevante destes municípios na esfera da História Portuguesa e querendo contribuir para uma melhor compreensão da realidade política local vivida na primeira metade do Século XIX, incidimos o nosso estudo no Concelho de Lamego, visto na altura ser um município de grande relevância quer política, quer institucional na Província da Beira Alta fazendo coincidir esta análise em dois períodos distintos: os finais do Antigo Regime (1799-1834) e os primeiros anos do Liberalismo, pós guerra civil (1834-1851).

No primeiro período foi feito um estudo inédito sobre o processo eleitoral e a elite dominante tendo como preocupação de base saber quem governa o município lamecense sendo consultados, para o efeito, os róis de eleitores e elegíveis e a própria constituição do poder municipal, para assim sabermos quem são aqueles que desempenham os cargos municipais ao mesmo tempo que

foi feita uma caracterização socio-institucional das elites dominantes tendo-se, para isso, recorrido aos Registos Paroquiais.

No segundo período, tentamos analisar, à luz das leis liberais vigentes, todo o processo eleitoral relativo aos oficiais camarários, fazer, tanto quanto possível, uma caracterização socio-institucional das novas elites e estabelecer uma relação entre o Antigo Regime e o Liberalismo tendo sido consultados, à falta de pautas eleitorais, os Livros de Vereação e os Registos Paroquiais.

As conclusões a que chegamos mostram que em Lamego, as diferenças existentes entre o Antigo Regime e o Liberalismo prendem-se, fundamentalmente, com as leis em vigor, com o processo eleitoral e com a partilha do poder entre nobres e burgueses mantendo-se, em tudo o resto, uma Câmara tradicionalista e pouco diversificada.

Palavras-chave: Lamego, Municipalismo, Poder Local, Elites, Antigo Regime, Liberalismo

ABSTRACT

The Municipality of Lamego: (1799-1851) Elites and Local Government

In nineteenth century, dominated by a major reforms of the political system and the politico-institutional crisis, the administrative institutions and their local municipalities become active agents of participation and collaboration with the State, and so they can respond to emerging problems, because it is in these counties that the State will create their bases, both with regard to assessment and collection of revenues, either in the administration of the region where it operates or through the contact and relationship with the local population.

Representing the Boards a link between the Centre and the Periphery, between Central and Local Government, becomes of paramount importance to know what constitutes a political power of those, who gives voice to the community where they are located, who defends the interests of this community before the reigning monarch and what degree of assurance that they have to the people it represents.

Given the important role of these municipalities under the Portuguese history and wanting to contribute to a better understanding of local political reality experienced in the first half of the nineteenth century, focusing our study in the municipality of Lamego, since at that time, have been a city of great importance both politically and institutional in the province of Beira, lining up this analysis in two distinct periods: the late of Old Regime (1799-1834) and the first years of Liberalism, after civil war (1834-1851).

In the first period was done an innovative study about the election process and the ruling elite having as a main concern, knowing who rules Lamego municipality being consulted, for this purpose, the roles of eligible voters and the constitution of the municipal power to know who play the municipal office. At the same time, it was done a socio-institutional characterization of the dominant elites using the parochial data records.

In the second period, we tried to analyze under the current liberal laws, the entire electoral process on the official city workers, doing much as possible, a socio-institutional characterization of the new elites and establish a relationship between the Old Regime and Liberalism having been consulted, due to the lack of electoral guidelines, the Books of the Town Council and Parochial Data Records.

The conclusions reached show that in Lamego, the differences between the Old Regime and Liberalism are related, essentially, under the current laws, with the electoral process and the sharing of power between the nobles and burghers keeping, in everything else, a Municipality of Lamego traditionalist and poorly diversified.

Keywords: Lamego, Municipality, Local government, Elites, Old Regime, Liberalism

SUMÁRIO

Introdução

Capítulo 1 – O território

Capítulo 2 – O Poder Municipal: Organização Administrativa do Reino (1799-1834). O funcionalismo régio

Capítulo 3 – A Câmara e o governo no Concelho de Lamego (1799-1834)

3.1 Os Vereadores

3.2 Procuradores

3.3 Tesoureiros

3.4 Almotacés

Capítulo 4 – Caracterização social das elites lamecenses do período 1799-1834

Capítulo 5 – O Poder Municipal (1834-1851)

Capítulo 6 – O processo eleitoral em Lamego (1834-1851)

Conclusões

Bibliografia

Índice

Anexos

Siglas e Abreviaturas

A.D.A – Arquivo Diocesano de Almacave

A.D.VIS. – Arquivo Distrital de Viseu

A.D.V.R. – Arquivo Distrital de Vila Real

A.H.M.L. – Arquivo Histórico Municipal de Lamego

A.N.T.T. – Arquivo Nacional Torre do Tombo

A.P.S. – Arquivo Paroquial da Sé

B.N.P. – Biblioteca Nacional Portuguesa

Cap. – Capítulo

C.O.C. – Cavaleiro da Ordem de Cristo

Com. O.C. – Comendador da Ordem de Cristo

Cx. - Caixa

Des. - Desembargo

F.C.R. – Fidalgo da Casa Real

F.C.C.R. – Fidalgo Cavaleiro da Casa Real

Lv. – Livro

Mç – Maço

Nº - Número

P. – Páginas

Ref. – Referência

Regtº - Registo

R.G.M. – Registo Geral de Mercês

S.n. – Sem número

S.d. – Sem data

T. – Tomo

Tt. – Título

V. – Verso

Vol. - Volume

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. O Termo e Concelho de Lamego ……. 19
Figura 4.1 Núcleos de famílias fidalgas e seus cargos municipais ……. 103

ÍNDICE DE TABELAS

Quadro 2.1 Lista dos Corregedores da Comarca de Lamego (1799-1834) ……. 45
Quadro 2.2 Lista dos Provedores de Lamego (1799-1834) ……. 46
Quadro 2.3 Lista de Juízes de Fora de Lamego (1799-1834) ……. 50
Quadro 3.1 Processo eleitoral das Câmaras do Antigo Regime (1799-1834) ……. 58
Quadro 4.1 Foros de Fidalgo da Casa Real ……. 72
Quadro 6.1 Vereadores da Comissão Municipal Provisória de Lamego para 1834-1835 ……... 128
Quadro A.1 Juízes por Ordenação no Senado de Lamego para 1799-1834 …… 191
Quadro B.1 Os Informadores de Lamego para o período de 1799-1834 …… 193
Quadro B.2 Os Eleitores de Lamego para o período de 1799-1834 …… 195
Quadro B.3 Vereadores eleitos para o Senado de Lamego para 1799-1834 ……... 199
Quadro B.4 Os Procuradores da Cidade de Lamego para 1799-1834 ……. 205
Quadro B.5 Tesoureiros da Câmara de Lamego para 1799-1834 ……... 207
Quadro B.6 Os Almotacés de Lamego para 1799-1834 …….. 209
Quadro B.1.1 Caderno dos Informadores …… 218
Quadro B.2.1 Caderno dos Eleitores ……... 223
Quadro B.3.1 Caderno dos Vereadores ……... 226
Quadro B.4.1 Caderno dos Procuradores da Cidade ……... 239
Quadro B.5.1 Caderno dos Tesoureiros …….. 241
Quadro C.1 Assembleias Eleitorais do Concelho de Lamego para 1843-1851 ….. 245
Quadro C.2 Vereadores eleitos para o Período Liberal de 1843-1851 …… 246
Quadro C.3 Assembleias Eleitorais em Lamego para 1843-1851 ……... 249
Quadro C.4 Procuradores à Junta Geral de Distrito em Lamego para 1843-1851 .. 251
Quadro C.5 Vogais do Concelho Municipal de Lamego para 1841-1851 …….. 252
Quadro C.6 Substitutos dos Vogais do Conselho Municipal de Lamego para 1843-1851 ……... 255

INTRODUÇÃO

O presente estudo abarca a primeira metade do século XIX. Tendo início no período de regência e reinado de D. João VI, passando pelo breve reinado de D. Miguel e terminando no de D. Maria II, analisa, nesse espaço de tempo, o poder político municipal de Lamego, concretamente desde 1799 a 1851.

Tendo como referências cronológico-políticas um período que se integra no Antigo Regime e outro no Liberalismo, foi nossa intenção tecer uma análise comparativa das realidades políticas vividas, das estruturas do poder local, do processo eleitoral, da eleição e das elites municipais. Nesse desiderato tivemos em apreço as figuras institucionais dos Vereadores, Procurador da Cidade, Tesoureiros e Almotacé, para o primeiro período e Presidente de Câmara, Procurador Fiscal, Vereadores, Procuradores à Junta Geral de Distrito e Membros do Conselho Municipal, para o segundo. No que respeita ao Antigo Regime foi, ainda, feita uma breve referência aos Corregedores, Provedores da Comarca e Juízes de Fora de Lamego.

No que concerne ao período liberal, o espaço temporal em análise foi condicionado pela acentuada rotatividade dos agentes políticos no poder local tendo assim como limite cronológico a Regeneração. Reserva-se, para um próximo trabalho, a análise do período político compreendido entre a Regeneração e a implantação da República.

Foi no contexto cronológico referido que desenvolvemos o estudo político e social da municipalidade lamecense. Para tal, foram colocadas algumas questões que nos permitissem obter um conhecimento mais objectivo do tema em análise.

A primeira questão-base prende-se com as estruturas do poder concelhio e dos respectivos agentes que faziam a ligação entre o Poder Local e o Central. Assim, de que forma se fazia essa ligação? Quem eram as elites lamecenses e qual era a sua tradição no poder local? Que funções lhes estavam inerentes e como as desempenhavam?

A um nível mais restrito, isto é, no que dizia respeito à eleição dos oficiais camarários, qual era o procedimento institucional? Quais os requisitos exigidos para poderem desempenhar as funções no poder local? Que rotatividade existia para a ocupação dos cargos de poder? O segundo conjunto de questões coloca-se para o período pós implantação do Liberalismo, concretamente no pós guerra civil.

Para este período, as questões são as seguintes: que alterações se verificaram no processo eleitoral em relação ao Antigo Regime? Quem são os novos agentes do poder local? Qual a rotatividade dos mesmos no referido poder? Pertencem a uma nova classe emergente, rica e com tradições nas lides políticas ou são cidadãos que pela primeira vez integram os ofícios camarários? Que papel desempenha a nobreza, oriunda do antigo Regime ou seus descendentes, no novo sistema político vigente? Haverá uma ordem política e social na Câmara e Concelho de Lamego no Liberalismo distinta da do Antigo Regime?

As respostas a que chegamos foram encontradas nas fontes por nós consultadas e que ainda não tinham sido exploradas desmistificando, muitas delas, afirmações que existiam acerca do poder municipal lamecense e das elites locais que o integraram.

METODOLOGIA

Em termos metodológicos, o presente trabalho foi dividido em duas partes.

Na primeira parte, foi tratada a cidade de Lamego e seu Termo durante o Antigo Regime ao mesmo tempo que se apontam, também, as diferenças vividas no período liberal sendo definido, no Capítulo 1, o seu Território geográfico[1].

Para a elaboração deste capítulo, foram consultadas fontes primárias, nomeadamente Livros de Vereações, pertencentes ao Arquivo Histórico Municipal de Lamego, Memórias e Registos Paroquiais do Arquivo Distrital de Viseu, do Arquivo Diocesano de Lamego e do Arquivo Paroquial da Sé, Lamego e bibliografia referente ao trabalho em

[1] Por questões de metodologia, o território geográfico de Lamego, quer no que diz respeito ao Antigo Regime, quer ao Liberalismo, em que sofreu algumas alterações no que concerne à anexação e desanexação de algumas freguesias, é tratado na primeira parte do trabalho.

estudo, quer contemporâneos, quer posteriores à época estudada. Do Arquivo Nacional Torre do Tombo foram consultados os fundos do Ministério do Reino e que utilizámos até ao final do estudo sobre o Antigo Regime e da Biblioteca Nacional Portuguesa foi consultada a Colecção de Legislação Portuguesa para o século XIX.

No Capítulo 2 foi abordado o tema – O Poder Municipal, onde foram desenvolvidos temas ligados à Organização Administrativa do Reino, no que diz respeito ao funcionalismo régio, à hierarquia do Senado e aos Agentes do Poder Municipal. As fontes primárias continuam aqui a ser utilizadas dando-se especial relevo às Ordenações Filipinas, Livros de Vereações do Arquivo Histórico Municipal de Lamego, Memórias Paroquiais do Instituto Nacional Torre do Tombo, Colecção de Legislação Portuguesa do Século XIX da Biblioteca Nacional Portuguesa e bibliografia consagrada de autores actuais.

No Capítulo 3 – A Câmara e governo no Concelho de Lamego (1799-1834) foram consultadas fontes inéditas referentes à história da cidade de Lamego tais como as Pautas Eleitorais ou Róis que, depois de feitas, eram enviadas de Lamego para o Desembargo do Paço e os Cadernos Informativos de Vereadores, Procuradores do Concelho e Tesoureiros constando, ainda, os nomes dos Informadores e Eleitores dos referidos cargos fazendo parte, estes Cadernos ou Róis, do acervo documental do Arquivo Nacional Torre do Tombo. Destes documentos foram consultados elementos que nos permitiram analisar o processo eleitoral da época em estudo ao mesmo tempo que nos deram informação necessária para traçar o perfil social, profissional, etária e económica das elites do poder.

No Capítulo 4 – Caracterização Social das elites lamecenses do período 1799 - 1834, foram caracterizados social e institucionalmente a elite pertencente à Câmara de Lamego e que ocuparam os cargos de Vereadores e Almotacés e integrados, devido ao seu estatuto, no grupo social dos Fidalgos (ressalve-se o facto de nem todos os Almotacés pertencerem a este estatuto social).

Para a caracterização destas elites foram consultadas, além de bibliografia de autores da época em apreço, os Registos Paroquiais do

Arquivo Distrital de Viseu e Vila Real, Arquivo Diocesano de Almacave e Pautas Eleitorais do Desembargo do Paço. Refira-se, no entanto, que este trabalho, devido à sua complexidade, principalmente no que diz respeito à obtenção de certezas quanto à identidade dos nobres estudados, transformou este capítulo no mais difícil e trabalhoso de toda a investigação tendo que recorrer, frequentemente, a cruzamentos de dados obtidos através de diversas fontes.

Na segunda parte do trabalho tratamos, unicamente, do processo eleitoral em Lamego no período Liberal

No Capítulo 5 – O Poder Municipal (1834 - 1851), faz-se uma análise detalhada da legislação da altura e que regulava o processo eleitoral para os cargos de Presidentes de Câmara e Fiscais da mesma, Vereadores, Tesoureiros, Procuradores à Junta Geral de Distrito e Conselho Municipal sendo consultada, para o efeito, a Colecção de Legislação Portuguesa do Século XIX, da Biblioteca Nacional Portuguesa e os diversos Códigos Administrativos que deram origem a tal regulamentação e alguma bibliografia de autores que trataram o mesmo tema.

No Capítulo 6 – O processo eleitoral liberal em Lamego (1834 – 1851), foram analisados os processos eleitorais para Vereadores, Procuradores à Junta Geral de Distrito e Conselho Municipal tendo-se consultado, para o efeito, fontes inéditas e que ainda não tinham sido tratadas, nomeadamente os Livros de Vereação visto não termos encontrado qualquer pauta eleitoral referente aos anos em estudo o que dificultou, sobremaneira, o trabalho de investigação, não nos sendo possível apresentar dados mais completos do que os patentes ao longo do Capítulo.

Finalmente, a este último capítulo segue-se as Conclusões sobre as matérias apresentadas e os Anexos que contêm informação adicional àquela que foi tratada no corpo de trabalho e que servem de suporte à mesma.

Capítulo 1 – O território

1 – A Cidade de Lamego e o seu Termo

Para estudarmos a administração municipal de Lamego durante o século XIX, quer no período compreendido entre 1799-1834, quer entre 1834-1851, é fundamental definir a sua área territorial e localização geográfica para melhor entendermos o papel por ela desempenhado ao nível do poder local[1].

A Cidade e seu Termo[2], localizadas na margem Sul do rio Douro, na parte setentrional do planalto da Beira Alta pertencem, desde 1756 à Região Demarcada do Douro. Administrativamente, e desde 1834, pertencem ao distrito de Viseu sendo limitados a Norte, pelo rio Douro, a Este pelo Concelho de Armamar, a Sul pelos Concelhos de Castro Daire e Tarouca e a Oeste pelo Concelho de Resende[3].

Integrando o Maciço Antigo Ibérico ou Meseta, divide-se geograficamente, em três áreas distintas: a Norte, o vale do Douro; a Sul, uma área mais elevada, serrana e planáltica e na zona intermédia, uma zona de transição, de encostas e vales e de relevo muito movimentado onde predominam os cabeços arredondados de xisto. É nesta zona, entre os 400 e 450 metros, que se localiza a cidade de Lamego.

Até aos inícios do século XIX,[4] Lamego e seu Termo[5], de características predominantemente rurais, apresentar-se-á

[1] Nesta primeira parte do trabalho está integrado o estudo sobre a área territorial de Lamego referente ao período Liberal para, deste modo, não haver repetição do tema na segunda parte do mesmo. No entanto, para uma maior compreensão do território em análise, referimos que as dezassete freguesias que faziam parte do Termo de Lamego durante o Antigo Regime eram as seguintes: Avões, Bairral, Bigorne, Cambres, Cepões, Ferreiros d' Avões, Figueira, Melcões, Penajóia, Penude, Pretarouca, Queimadela, Recião, Samodães, Várzea de Abrunhais e as freguesias urbanas da Sé e Almacave. Com o Liberalismo foi-lhe desanexada a freguesia de Queimadela, que passa a pertencer ao concelho de Armamar, e são-lhe anexados os antigos concelhos de: Britiande, Vila Nova de Souto d'El Rei, Valdigem, Parada do Bispo e Sande. Em 1896 são-lhe anexadas as freguesias de Lalim, Lazarim e Ferreirim.
[2] Cf. Mapa geográfico, fig. 1, p. 1
[3] COSTA, Américo – *Dicionário Chorográphico de Portugal Continental e Insular*, Vol. VII, 1940, p. 291
[4] A sua organização territorial ver-se-á alterada em 1834, com o Liberalismo, quando lhe são desanexadas algumas freguesias e anexadas outras.

organizado em dezassete freguesias sendo quinze rurais e duas urbanas[6].

Figura 1. O Termo e Concelho de Lamego.
Adaptado de Américo Costa, *in* Dicionário Chorográphico de Portugal Continental e Insular, Vol. VII, 1940, p. 293

[5] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta 4 de Novembro 1809
[6] B.N.P. – *COLECÇÃO DE LEGISLAÇÃO PORTUGUESA*, Decreto de 17 de Abril de 1834

São freguesias rurais:

- Avões
- Bairral
- Bigorne
- Cambres
- Cepões
- Ferreiros d'Avões
- Figueira
- Melcões
- Penajóia
- Penude
- Pretarouca
- Queimadela
- Recião
- Samodães
- Várzea de Abrunhais

Freguesias urbanas:

- Sé
- Almacave

As freguesias de Cambres, Penajóia, Figueira e Samodães, localizadas junto ao rio Douro, integraram a Região Demarcada do Douro desde a sua criação[7] sendo, por esse motivo, económica e demograficamente as mais importantes do Termo devido à produção do vinho do Porto enquanto as restantes, localizadas na zona de transição ou na zona montanhosa, eram mais pobres e, por conseguinte, menos povoadas.

Quanto à sua jurisdição, estavam dependentes da cidade visto que pertenciam à coroa, as freguesias de Bigorne, Cambres, Cepões, Ferreiros de Avões, Figueira, Penajóia, Penude, Pretarouca

[7] FONSECA, Álvaro Moreira da Fonseca – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*, vol. I, p. 54

e Samodães enquanto a freguesia urbana da Sé era couto da Igreja e Várzea de Abrunhais era uma donataria[8].

Em 1834, o Concelho de Lamego vê o seu território alargado com a anexação dos seguintes Concelhos, os quais passam à categoria de freguesias:

- Britiande
- Vila Nova de Souto d'El Rei
- Valdigem
- Parada do Bispo
- Sande

No entanto, apesar de perder as freguesias de Pretarouca e Bigorne, as novas aquisições – Valdigem, Parada do Bispo e Sande – são freguesias economicamente desenvolvidas visto integrarem, desde 1756, a Região Demarcada do Douro.

Em 1896[9], com uma nova divisão do território, são anexadas ao Concelho de Lamego as freguesias de:

- Lalim
- Lazarim
- Ferreirim

2. Freguesias Rurais:

2.1 Avões – A freguesia de Avões, situada na encosta da Serra das Meadas, fica, aproximadamente, a 4 Km da cidade de Lamego e estava sujeita ao seu Juiz de Fora[10].

2.2 Bairral – Sobre esta freguesia pouca informação existe sabendo-se, somente, que se localizava perto de Britiande e que até 1834 pertenceu ao Termo de Lamego.

2.3 Bigorne – A freguesia de Bigorne, situada na serra de Montemuro, encontra-se a 12 Kmde distância da cidade de Lamego.

[8] Para as restantes freguesias não se encontrou informação
[9] ADVIS – *Paróquia de Lalim*, 1752-1898; *Paróquia de Lazarim*, 1775-1894; *Paróquia de Ferreirim*, 1812-1888
[10] LEAL, Pinho – *Portugal Antigo e Moderno*, Vol. I, p. 285

Freguesia bastante pobre, pertencia à coroa e até ao censo de 1758 não tinha Juiz nem câmara, estava sujeita a Lamego e não era couto nem cabeça de concelho e não gozava de qualquer privilégio.

2.4 Cambres – Localiza-se a 3 Km da cidade de Lamego e integra a Região Demarcada do Douro desde a sua primeira demarcação sendo uma das mais importantes a produzir vinho de embarque.

2.5 Cepões – Esta freguesia localiza-se a 1 800 metros de distância da cidade de Lamego. Pertencia ao rei e "*era governada pelas suas justiças*"[11]. Em 1875 estava-lhe anexada a freguesia de Melcões[12]**.**

2.6 Ferreiros d'Avões – Esta freguesia foi em tempos um pequeno concelho dependente da cidade de Lamego e da qual está à distância de 2 Km. Estava sob a jurisdição do Juiz de Fora da mesma cidade[13].

2.7 Figueira – Esta freguesia localiza-se a 6 Km da cidade de Lamego. Em 1758 pertencia à administração do Juiz de Fora da cidade de Lamego e possuía um Juiz de vintena. Era terra da coroa e[14] "*Nam reconhece desde o primeiro berço de sua fundaçam senhorio algum mais que as próprias Magestades dos supremos Augustos Monarcas que ao presente he o Senhor D. José que Deus goarde de primeiro no nome*"[15]**.**

2.8 Melcões – Esta freguesia situa-se a 6 Km da cidade de Lamego[16].

2.9 Penajóia – A freguesia da Penajóia, uma das maiores e mais ricas do concelho, localiza-se a 9 Km da cidade de Lamego. Integrando, desde início, a Região Demarcada do Douro, era

[11]ADVIS - *Memórias Paroquiais, Cepões*, Vol. X, nº 265. pp. 1815 a 1822
[12]ADVIS - *Paróquia de Cepões*, 1860-1894
[13]ADVIS- *Memórias Paroquiais, Ferreiros*, Vol. XV, nº 57, pp. 373 a 374
[14] Utilizaram-se as regras de transcrição paleográficas do Padre Avelino de Jesus da Costa, vide in Álbum de Paleografia e Diplomática Portuguesas. Coimbra, 1983. Faculdades de Letras da Universidade de Coimbra
[15]ADVIS – *Memórias Paroquiais, Figueira*, Vol. XV, nº 67, pp. 423 a 436
[16] Durante muitos anos, para efeitos administrativos, a freguesia de Melcões esteve anexada à freguesia de Cepões mas a 19 de Maio de 1890 foi-lhe desanexada. Vide I.A.N.T.T. Arquivo Distrital de Viseu – Paróquia de Melcões, 1860-1891.

composta pelas vintenas de S. Gião, Molães e Lagoas. No século XVIII integrou-se no Termo e Comarca de Lamego[17].

Nos censos de 1758 constava que "*nam tem beneficiados, nem conventos, (…) nem he couto, nem cabeça de concelho, nem honra nem behetria (…) nem privilégios*"[18].

2.10 Penude – Situada junto à serra de Montemuro, de entre as freguesias serranas pertencentes a Lamego, segundo Pinho Leal, é a mais rica e mais populosa[19] e era de padroado real e "*estava sujeita ao governo e justiça de Lamego"*[20].

2.11 Pretarouca – Também conhecida por Bertarouca ou Portarouca, está localizada na serra de Montemuro. Passou, por testamento feito por cavaleiros-fidalgos, para a igreja de Almacave a quem pagava os "*dízimos das meunças*"[21].

Integrada no Termo de Lamego, de quem dependia, no século XVIII "*nam tem beneficiados, nam tem conventos, (…) nam tem juíz ordinário, o que governa este povo he o juíz de Fora da cidade de Lameguo*"[22].

2.12 Queimadela – Esta freguesia localiza-se a 6 Km da cidade. A paróquia foi criada no século XVIII[23] e pertenceu ao Termo de Lamego. Hoje pertence ao concelho de Armamar.

2.13 Recião – Esta freguesia do Termo de Lamego extinguiu-se há muitos anos. Teve uma certa importância devido ao mosteiro que ali existiu, o mosteiro de S. Lourenço, de freiras beneditinas.
Sobre esta freguesia não existe qualquer outra informação.

[17] ADVIS - *Memórias Paroquiais, Penajóia,*, vol. 28, nº 125, pp. 893 a 898
[18] *Idem* - Vol. 28, nº 125, pp. 893 a 898
[19] LEAL, Pinho- *Portugal Antigo e Moderno*, Vol. II, p. 664
[20] ADVIS - *Memórias Paroquiais, Penude*, vol. 28, nº 135, pp. 985 a 992
[21] FERNANDES, A. de Almeida – *Censual da Sé de Lamego (Século XVI*). Arouca, 1999, p. 114
[22] ADVIS – *Memórias Paroquiais, Pretarouca,*, vol. 29, nº 224, pp. 1541 a 1548.
Pretarouca, em 1840, aparece como freguesia independente mas há já muitos anos que está anexada à freguesia de Bigorne e eclesiasticamente a Magueija. *Vide* ADVIS – Paróquia de Pretarouca, 1816-1897.
[23] ADVIS - *Paróquia de Queimadela*, 1845-1880

2.14 Samodães – Uma das mais importantes freguesias do Termo de Lamego, fica à distância de 10 Km da cidade e foi uma das freguesias que, aquando da demarcação pombalina dos *vinhos de feitoria*, ficou compreendida na mesma[24].

2.15 Várzea de Abrunhais - Esta freguesia localiza-se a 3 Km da cidade de Lamego e era "*da ordem militar dos soldados*"[25].

Em 1834, Lamego perde as freguesias de Bigorne, Pretarouca (que ficaram anexadas a Gosende) mas são-lhe anexados os então extintos Concelhos de Britiande, Parada do Bispo, Sande, Valdigem e Vila Nova de Souto d'El Rei[26]. Queimadela ficou anexada ao Concelho de Armamar.

2.16 Britiande – Esta freguesia localiza-se a 5 Km da cidade de Lamego e situa-se na encosta oriental da serra da Esculca.

Nos censos de 1758 constava que "*tem juiz ordinário e camera com dous vereadores, procurador do concelho e o dito juiz ordinário serve tambem de juiz dos orphãos tem alçada no que he permitido aos juízes ordinários no mais está sujeito ao corregedor da comarca de Lamego. He concelho e termo sobre si*".[27]

2.17 Parada do Bispo – Esta freguesia fica à distância de 7 Km da cidade de Lamego e nos censos de 1758 consta que "*tem juiz ordinário e camera, nam he couto he villa e concelho sobre si*"[28].

Em 1834, é anexado ao concelho de Valdigem mas, sendo este também extinto em 1836, passou a integrar o concelho de Lamego[29].

[24] FONSECA, Álvaro Moreira da – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateir*o. Instituto do Vinho do Porto, 1949. I Vol., p. 54.
[25] LEAL, Pinho - *Portugal Antigo e Moderno*, Vol. X, p. 203
[26] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 24 de Maio de 1834, fl. 8 e 8 v.
[27] I.A.N./T.T. – *Memórias Paroquiais, Britiande*, Vol. VII, nº 75, pp. 1253 - 1256
[28] I.A.N./T.T. - *Memórias Paroquiais, Parada do Bispo*, Vol. XXVII, nº 53, pp. 345 a 348
[29] ADVIS - *Paróquia de Valdigem*, 1802-1896

2.18 Sande – Esta freguesia localiza-se à distância de 3 Km de Lamego.

No século XVIII era Concelho independente "*nao he sojeita ao juizo geral da mesma mas sim he V.ª que em si tem juíz Ordinário, do Cível, Crime, Órfãos e toda a mais justiça de escrivães, vereadores*"[30].

Aquando das primeiras demarcações pombalinas e da criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, o Concelho de Sande é integrado nessa mesma demarcação[31].

O Concelho é extinto em 1836 passando, nesta altura, a integrar o Concelho de Lamego[32].

2.19 Valdigem – Esta freguesia, que foi da coroa e sede de concelho, "*com câmara municipal, cadeia, pelourinho e todas as justiças e vereadores competentes"*[33], localiza-se a 10 Km de Lamego, junto à serra de S. Domingos de Queimada.

Em 1834 foi-lhe anexado o concelho de Parada do Bispo. Em 1836, o concelho de Valdigem é extinto e passa, desde então, a pertencer ao concelho de Lamego[34].

2.20 Vila Nova de Souto d'El Rei ou Arneirós – Freguesia localizada nos subúrbios da cidade de Lamego, está "*situada em hua terra encostada virada para o nascente*"[35].

Segundo as Memórias Paroquiais de 1758, "*não tem beneficiados nem conventos (…) não tem juiz ordinário e está sujeyta ao juízo geral da cidade de Lamego, Não he couto nem cabeça de concelho*"[36].

[30] ADVIS – *Memórias Paroquiais, Sande,* Vol. 33, nº 51, pp. 347 a 350
[31] FONSECA, Álvaro Moreira da Fonseca – *As Demarcações Pombalinas* …, p. 113. Para o mesmo efeito consulte-se o mapa constante na p. 54 da mesma obra.
[32] ADVIS – *Paróquia de Sande*, 1755-1890
[33] LEAL, Pinho – *Portugal Antigo e Moderno,* Vol. X, p. 95
[34] ADVIS – *Paróquia de Valdigem*, 1802-1896
[35] I. A.N./T.T, – *Memórias Paroquiais, Arneirós*, Vol. IV, nº 86, pp. 527 a 534, 1758.
[36] I. A.N./T.T. – *Memórias Paroquiais, Arneirós*, Vol. IV, nº 86, pp. 527 a 534

2.21 Lalim – Esta freguesia localiza-se a 6 Km da cidade de Lamego.

Nos finais do século XVIII Lalim "*he do bispado e comarca de Lamego e não pertense a termo ou freguesia algua. He donataria do Excelentíssimo Conde de Tarouca (…) tem termo seu (…) juíz ordinário e mais justiças que toda aprezenta o Excelentíssimo Conde de Tarouca e não entra nella justiça algua senão o Doutor Corregedor desta Comarca de Lamego estando em Correiçam"*[37].

O Concelho é extinto em 1834 e anexado ao Concelho de Tarouca e quando este também é extinto em 1896, Lalim passa a pertencer ao Concelho de Lamego[38].

2.22 Lazarim – Esta freguesia foi concelho em meados do século XVIII tendo sido extinto em 1834. Até 1896 integrou o Concelho de Tarouca, ano em que é desanexada deste para passar a pertencer ao Concelho de Lamego[39].

2.23 Ferreirim ou Santa Maria de Mós – A freguesia de Mós, em 1835 é substituída pela nova freguesia de Ferreirim. Até 1896 pertenceu ao Concelho de Tarouca tendo, nesta altura, passado para o Concelho de Lamego[40]. Encontra-se localizada a 9 Km de distância desta cidade.

2.24 Magueija – No século XVIII esta freguesia pertencia "*à comarca e bispado de Lamego, fora do termo da mesma cidade e não he de el Rey nem de donatário, não tem senhorio (…) tem juiz ordinário e camera e está sojeita ao corregedor da cidade de Lamego*"[41].

[37] I.A.N./T.T. – *Lalim*, Vol XIX, nº 26, pp. 141 a 146, 1758
[38] ADVIS – *Paróquia de Lalim*, 1752-1898
[39] ADVIS - *Paróquia de Lazarim*, 1775-1894
[40] ADVIS – *Paróquia de Ferreirim*, 1812-1888
[41] I. A. N. /T. T. - *Memórias Paroquiais*, *Magueija*, Vol. XXII, nº 32, p. 217 a 220

3. Freguesias urbanas

3.1 Sé – a freguesia da Sé ou de Nossa Senhora da Assumpção, antigamente couto da Sé "*porque é dos bispos*"[42], é nesta freguesia que se localiza a Sé Catedral e onde viviam os cónegos e beneficiados juntamente com a mais importante elite da cidade, a nobreza[43].

3.2 Almacave – a freguesia de Santa Maria Maior de Almacave é a mais antiga da cidade e onde ainda hoje se encontra a Torre de Menagem do antigo Castelo e o edifício da antiga Câmara. É, por excelência, a mais burguesa e comercial e onde se executavam "*as justiças seculares*"[44]

4. O espaço urbano e rural

No século XIX, a cidade de Lamego, no que diz respeito ao seu perímetro urbano, pouco diferia dos séculos anteriores sendo constituída por duas freguesias: Almacave e Sé.

A freguesia de Almacave caracterizava-se por possuir dois bairros: o bairro da Praça, ou Praça do Comércio, considerado o principal, (onde acorriam as mercadorias e viviam os mercadores), morfologicamente mais plano que qualquer um dos outros, localizava-se fora dos muros da antiga cidade; o bairro do Castelo, primitiva urbe e, portanto, situado dentro dos muros da mesma e localizado numa elevação entre os bairros da Praça e da Sé e onde se encontrava (e ainda se encontra) a Torre de Menagem da cidade; a freguesia da Sé, também extra-muros, continha o bairro da Sé ou "Couto da Sé", onde viviam os "*cónegos, beneficiados e a nobreza*"[45].

[42]FERNANDES, Rui – *Descrição do Terreno ao redor de Lamego, duas léguas*, p. 63
[43] *Idem*, p. 63
[44] FERNANDES, Rui – *Descrição do Terreno ao redor de Lamego, duas léguas*., p. 63
[45] FERNANDES, Rui – *Descripção do Terreno em Roda da Cidade de Lamego, Duas Léguas*, V Tomo

O Bairro do Castelo, ou cidade antiga, abria-se para o exterior através de duas Portas: a do Norte ou da vila, antigamente chamada "Porta dos Fogos" que sustentava, com o seu arco, um dos dois baluartes que então possuía sendo o maior a Casa da Câmara (onde o Senado se reunia) e o outro chamado o Castelinho; e a do Sul, ou Porta do Sol, que se abria sobre o bairro da Sé[46].

A cidade era pequena e as ruas, tal como se verificava nas povoações mais antigas, eram "*estreitas, tortas, imundas e mal calçadas*"[47].

Possui Lamego importantes casas brasonadas e quintas, muitas delas propriedades das elites que estiveram ligadas ao poder local.

Na freguesia da Sé, a mais importante da cidade quanto ao seu estatuto económico e social pois nela residia a maior parte da nobreza local, encontram-se as seguintes Casas brasonadas:

Casa do Poço, localizada no largo da Sé, pertenceu a Jerónimo de Carvalho Rebelo. F.C.R., Comendador da O. C., e que foi Vereador da Câmara da cidade entre 1799 e 1817. Casou em 1800 com D. Rosa Bárbara de Viterbo Guedes Lencastre (filha do senhor da Casa do Espírito Santo,[48] Pedro Guedes de Magalhães Osório e de D. Teresa Clara de Sousa César e Lencastre). Morreu sem deixar descendência tendo sido sua universal herdeira a sobrinha, D. Maria dos Prazeres, (filha do seu irmão, Manuel de Carvalho Rebelo)[49]. Era casada com António Teixeira de Sousa da Silva Alcoforado, filho de Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda (visconde do Peso da Régua)[50]. António Teixeira de Sousa da Silva

[46] DIAS, Augusto – *Lamego do Século XVIII*, pp. 57 - 58
[47] LEAL, Pinho – *Portugal Antigo e Moderno*, p. 36
[48] ADVIS – *Lv. Casamentos da Sé*, 1773-1827, Cx. 11, nº 1, fl. 138
[49] ADVIS – *Lv. Óbitos da Sé*, 1781-1832, Cx. 11/B/, nº 8, fl. 261 v.
[50] GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Vol. I, p. 227

Alcoforado, F. C. R., foi Membro do Conselho Municipal de Lamego em 1843, 1844, 1845, 1846, 847-1848 e 1850-1851.

- ***Casa do Espírito Santo,*** localizada no Largo do Espírito Santo, pertenceu a José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira (cunhado de Jerónimo de Carvalho Rebelo, por ser irmão da mulher deste, D. Rosa Bárbara de Viterbo Guedes Lencastre). F. C. R., Tenente-Coronel do Regimento de Milícias da Comarca de Pinhel e do Regimento provincial de Lamego, Coronel do Regimento de Milícias de Arouca, Cavaleiro Professo na O. de C., Comendador da mesma Ordem, Cavaleiro da Ordem de Malta e Cavaleiro Honorário da Ordem de S. João de Jerusalém e morgado de Santa Comba. Foi Vereador desde 1802 a 1829 e Almotacé em 1802 e 1806, 1814 e 1825[51]**.** Casou com a prima, D. Josefa Adelaide Pinto de Sousa, filha de Luís Pinto de Sousa Coutinho, 1º visconde de Balsemão e de D. Catarina Micaela de Sousa Lencastre[52].

- ***Casa dos Loureiros***, localizada na Rua dos Loureiros, pertenceu ao 1º conde de Alpendurada, João Baptista Pereira da Rocha[53], filho de Francisco Dionísio Pereira da Rocha e de D. Luísa Josefina Flora de Sousa Azevedo.

Francisco Dionísio Pereira da Rocha era filho de Diogo José Soares e de D. Maria Joaquina Pereira da Rocha. F. C. R., foi Almotacé em 1823 e Membro do Conselho Municipal em 1847-1848. Casou em 1830 com D. Luísa Josefina Flora de Sousa Azevedo, filha de José Pedro de Sousa Azevedo e de sua mulher D. Francisca Catarina de Sousa Boulhe.

O filho, João Baptista Pereira da Rocha, casou com D. Josefina Augusta Vieira de Magalhães, filha do visconde de Alpendurada,

[51] I. A. N. /T. T. – *Desembargo do Paço*, *Beira*. Pautas Eleitorais.
[52] ADVIS – *Lv. Casamentos da Sé*, 1773-1827, Cx. 11, nº 1, fl. 149 v.
[53] A Casa dos Loureiros ainda pertence à família, mais especificamente a D. Antónia de Castro Sousa Girão, bisneta do 1º conde de Alpendurada.

António Vieira de Magalhães e de sua segunda mulher, D. Maria das Neves Correia Leal[54]. Deste casamento nasceu, entre outros, Francisco António Pereira de Magalhães. F. C. R., integrou o poder local tendo sido Procurador à Junta Geral de Distrito em 1878 e em 1884-1885. Casou com D. Maria Filomena de Carvalho Rebelo Teixeira de Sousa, filha de António Teixeira de Sousa da Silva Alcoforado Magalhães e Meneses, neta de Manuel de Carvalho Rebelo Menezes, Senhor do Morgado e Casa do Poço, por conseguinte, sobrinha-neta de Jerónimo de Carvalho Rebelo[55].

À Casa dos Loureiros pertenceu e ainda pertence a *Quinta de Sequeiros*[56] localizada na freguesia de Sande[57], e hoje encontra-se integrada no Turismo em Espaço Rural classificada como Casa de Campo[58].

- ***Casa dos Viscondes de Arneirós*** ou ***Casa da Pereira***, localiza-se na antiga Rua da Pereira, hoje Rua Visconde de Arneirós e pertenceu ao 1º visconde de Arneirós, António Pinheiro da Fonseca Osório Vieira e Silva, filho de Joaquim António Pinheiro da Fonseca Vieira e Silva e de D. Ana Adelaide Osório de Magalhães Botelho[59] (natural da Sé, filha de António Osório Soares Machuca Aragão Cabral e de D. Ana Joaquina de Magalhães Botelho Alarcão Pessoa.

António Pinheiro da Fonseca Osório Vieira e Silva, primeiro visconde de Arneirós, Fidalgo Cavaleiro por sucessão, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra[60], ocupou o cargo de Vereador em 1847, Fiscal da Câmara em 1847 e Procurador à Junta Geral de Distrito em 1850-1851; Presidente da Junta Geral de Distrito de Viseu e Deputado da Nação em quatro

[54] ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Vol. II, p. 259
[55] PINTO, Albano da Silveira (et all) – *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*. Tomo I, p. 66
[56] AZEVEDO, Correia – *O Douro Maravilhoso*, p. 315
[57] A Quinta de Sequeiros também pertenceu ao 1º conde de Alpendurada e hoje pertence à sua bisneta, D. Maria Cândida de Castro Girão.
[58] PEREIRA, Lucília dos Santos Nunes - *Turismo no Espaço Rural*…p. 118
[59] ADVIS - *Lv. Casamentos da Sé*, 1773-1827, Cx. 11, nº 1, fl. 227 v.
Joaquim António Pinheiro da Fonseca Vieira e Silva era filho legitimado de António Pinheiro da Fonseca e desempenhou os cargos de Vereador entre 1829 e 1834, Eleitor em 1832/1834 e Almotacé em 1829.
[60] ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e Brasil*, vol. II, p. 318

legislaturas. Foi o quinto administrador do vínculo e capela de Nossa Senhora do Pilar, de Lamego[61].

Era casado, em primeiras núpcias, com D. Margarida Cândida de Araújo Martins Morais Sarmento, filha de Francisco Joaquim de Gouveia Morais Sarmento e de D. Joaquina Cândida de Araújo Martins[62] e em segundas núpcias com D. Henriqueta Augusta da Silva Monteiro, filha de Manuel Monteiro e de D. Maria Cândida[63].

A casa e linhagem continuaram com o filho, Adolfo Pinheiro da Fonseca Osório Vieira e Silva, 2º visconde de Arneirós, nascido do seu primeiro casamento. Era casado com D. Henriqueta Josefina Pereira da Rocha, filha do 1º conde de Alpendurada, João Baptista Pereira da Rocha e de sua mulher D. Josefina Augusta Vieira de Magalhães[64].

- ***Casa dos Serpas,*** situada no bairro de Santa Cruz, pertenceu a José Leitão Pereira Rebelo Soares de Carvalho. F. C. R., foi Vereador entre 1805 e 1810 e Almotacé em 1806 e 1809.

Casou tardiamente com a sobrinha - neta, D. Tomásia Rita do Carmo Correia, filha de António Correia Leitão da Fonseca e de sua mulher D. Maria Rita Pereira de Carvalho[65].

Não tendo havido descendência, a casa passaria, posteriormente, para o sobrinho, António Correia Leitão da Fonseca. F. C. R., foi Vereador entre 1818 e 1823 e era casado com D. Maria Rita Taveira Pereira do Couto, natural de Guiães, filha do Dr. Tomás Alvares de Carvalho e de D. Maria Quitéria do Couto Taveira, ambos de Guiães. Deste casamento nasceram D. Tomásia Rita (que mais tarde viria a casar com o tio-avô José Leitão Pereira Rebelo Soares de Carvalho, acima já referido) e Bernardo Pereira Correia Leitão.

Bernardo Pereira Correia Leitão, F.C.R, foi Vereador em 1827-1829[66].

[61] ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e Brasil*, Vol. II, p. 318
[62] ADVIS – *Lv. Casamentos da Sé*, 1773-1827, Cx. 11, nº 1, fl. 227 v.
[63] A.P.S. – *Lv. Casamentos da Sé*, 1874, rgtº nº 4
[64] A.P.S. – *Lv. Casamentos da Sé*, 1885, regtº nº 13
[65] ADVR – *Lv. Casamentos de Poiares*, 1787-1827, fl. 91

D. Tomásia Rita viria a casar, em segundas núpcias, com António Cardoso de Meneses Montenegro[67] (filho de José Pinto de Castro Sousa Montenegro e de D. Eugénia Margarida de Meneses Montenegro, senhores da Casa de Vilela, em Souselo), Desembargador da Relação do Porto e Vereador da Câmara de Lamego no triénio de 1821-1823.

- ***Casa dos Mores,*** localizada no antigo largo da Vitória, por trás da Sé, pertenceu a António Osório Soares Machuca, oriundo de S. Pedro de Celorico, Guarda. F. C. R., foi Vereador da cidade entre 1799 e 1804 e entre 1808 e 1810[68].

Era casado com D. Joaquina de Magalhães Botelho, filha de Diogo de Magalhães Botelho e Meneses, de Mondim e de D. Quitéria Inácia Correia de Alarcão[69]. Deste casamento nasceu Francisco Osório Magalhães Machuca, que sucedeu à Casa.

Francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca, F. C. R., e Tenente – Coronel de Milícias, foi Vereador nos períodos de 1808-1810, 1815-1820 e 1829-1834 e Almotacé da cidade em 1814, 1826, 1829 e 1831[70].

Era casado com D. Antónia Máxima da Cunha Teixeira Pinto de Carvalho, filha de Manuel Luís Teixeira de Carvalho da Cunha Pinto de Mesquita e de D. Ana Maria Teixeira de Barros [71] de quem teve dois filhos: António e Francisco Osório de Aragão Magalhães.

António Osório de Aragão Magalhães, F. C. R., foi Vereador em 1845-1846 e Membro do Conselho Municipal em 1843-1844, 1847 e 1850. Era casado com a prima, D. Maria Angélica, filha de José Leite Pereira de Melo e de D. Maria Augusta de Magalhães, viscondes da Lagiosa[72].

A Casa viria a ser posta à venda por esta última geração.

---

[66] I. A. N. /T. T. – *Des. do Paço, Beira*. Pautas Eleitorais
[67] ADVIS – *Lv. Casamentos da Sé*, 1773-1827, Cx. 11, nº 1, fl. 178 v.
[68] I. A. N. /T. T. – *Des. do Paço, Beira*. Pautas Eleitorais
[69] GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Vol XI, p. 668
[70] I. A. N. /T. T. – *Des. do Paço, Beira*. Pautas Eleitorais
[71] GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*, p. 668
[72] A.P.S. – *Lv. Óbitos da Sé*, 1875, fl. 85

- ***Casa das Brolhas,*** localizada na actual Rua Macário de Castro, pertenceu a Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra. F. C. R., Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo e Coronel do Regimento de Milícias da cidade de Lamego[73], foi Vereador de 1799 a 1824, Almotacé em 1804, 1815 e 1824 além de Informador em 1802-1804 e em 1818-1820 e Eleitor nos triénios de 1799-1801, 1808-1810, 1818 a 1826.

Era casado com D. Luísa de Aragão Pinto da Silveira (filha de Bernardo Pinheiro Aragão Sauzedo e de D. Maria Leonarda de Lacerda Pereira Pinto da Silveira)[74] . Deste casamento nasceu Macário de Castro da Fonseca e Sousa, para quem, por sucessão, passaria a Casa.

Macário de Castro da Fonseca e Sousa, F. C. R., oficial do Exército e Par do Reino, foi Vereador em 1843-1844, Membro do Conselho Municipal em 1847-1848 e 1850 e Procurador à Junta Geral de Distrito em 1843.

Era casado com D. Maria Cândida de Vilhena e Meneses, filha de Manuel Pereira Coutinho de Vilhena, natural de Penedono e de D. Antónia Adelaide de Albergaria Monteiro.

- ***Casa dos Vilhenas***, localizado no Bairro de Santa Cruz, pertenceu a Manuel Pereira Coutinho de Vilhena. F. C. R., Manuel Pereira Coutinho de Vilhena foi Comendador honorário da O. de C. e Cavaleiro da Ordem de Jerusalém, Vereador entre 1815 e 1823, Almotacé em 1814, 1826, 1831 e 1832, Informador em 1824-1826, Eleitor em 1815-1817, 1821-1823 e 1824-1826 e Membro do Conselho Municipal em 1845.

Casou, em primeiras núpcias, com D. Maria Cândida de Albergaria Monteiro Vasconcelos (filha de Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos, viúva de Diogo de Carvalho, embaixador e descendente da Casa do Poço)[75] e em segundas núpcias com a

[73] I. A. N. /T. T. – *Des. do Paço, Beira*. Pautas Eleitorais
[74] A.D.A. – *Lv. Casamentos de Almacave*, 1565-1584,1732-1793, Cx. 22, fl. 71
[75]ADVIS – *Lv. Casamentos de Várzea de Abrunhais*, 1734-1856, Cx. 23, nº 2

cunhada, D. Antónia Adelaide de Albergaria (irmã da primeira mulher)[76].

Do segundo casamento nasceram João e Melchior Pereira Coutinho de Vilhena.

Melchior Pereira Coutinho de Vilhena foi proprietário da antiga *Casa da Relação, hoje Paço Episcopal*[77], localizada ao fundo da Rua das Cortes e foi Vereador de 1845 a 1848 e Membro do Conselho Municipal em 1847. Era casado com a tia, D. Jerónima Henriqueta de Albergaria Pereira de Azevedo e Vasconcelos, filha de Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos[78], da Casa dos Albergarias. Deste casamento não houve descendência.

- ***Casa dos Albergarias, s***ituada na Rua da Olaria, pertenceu a António de Albergaria Monteiro Vasconcelos, filho de Luís Rebelo de Carvalho Albergaria e de sua mulher D. Ana Maria Luísa Guedes Pinto de Queirós.

António de Albergaria Monteiro Vasconcelos, Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo, foi Vereador de 1799 a 1807, Informador em 1805, Eleitor de 1802 a 1807 e Almotacé em 1804.

Era casado com D. Maria Leonor Botelho de Vasconcelos Sampaio (filha de Afonso Botelho de Sampaio e Meneses e de D. Madalena de Vasconcelos Castelo Branco)[79]. Do casamento nasceu, entre outros, Joaquim de Albergaria Monteiro Vasconcelos para quem passou, por sucessão, a Casa.

Joaquim de Albergaria Monteiro Vasconcelos, F. C. R., foi Juiz de Fora de Mogadouro e Coronel de Milícias de Lamego[80], Vereador entre 1799 e 1826 e em 1829, Informador entre 1799 e 1804 e em 1818-1820, Eleitor entre 1799 e 1810 e em 1818-1820 e em 1829-1831 e Almotacé da cidade em 1803.

[76]ADVIS – *Lv. Casamentos da Sé*, 1773-1827, Cx 11, nº 1.
[77] Melchior Pereira Coutinho legou esta Casa às sobrinhas sendo, depois, legada, pelas mesmas, ao bispado de Lamego. Desde então, é a sede episcopal. No século XIX foi, também, cadeia da Relação
[78]ADVIS – *Lv. Casamentos da Sé*, 1827-1872, Cx. 11/ E/, Nº 19, fl. 60
[79]ADVIS – *Lv. Óbitos da Sé, 1781-1832*, Cx. nº 11/ B/, Nº 8
[80] I. A. N. /T. T. – *Des. do Paço, Beira*. Pautas Eleitorais

Era casado com D. Joana Pereira de Azevedo e Melo (filha de Henrique Pereira de Azevedo Vasconcelos e de D. Raquel Maria de Calvos Melo)[81] de quem teve três filhas: D. Maria Cândida de Albergaria Monteiro Vasconcelos e D. Antónia Adelaide de Albergaria, ambas casadas, em primeiras e segundas núpcias, respectivamente, com Manuel Pereira Coutinho de Vilhena (como atrás já se referiu) e D. Jerónima Albergaria Monteiro Vasconcelos, casada com Melchior Pereira Coutinho de Vilhena, filho de Manuel Pereira Coutinho de Vilhena.

- ***Casa dos Viscondes de Guiães,*** situada no Largo da Sé e a *Quinta do Mourão,* na freguesia de Cambres, pertenceram ao primeiro visconde de Guiães, José Taveira Pimentel de Carvalho e Meneses, filho de Manuel Teixeira Pimentel de Carvalho e de D. Maria Rosa Ermelinda de Meneses[82].

José Taveira Pimentel de Carvalho, F. C. R., foi Porta-Bandeira e Alferes do Regimento de Infantaria da Praça de Almeida, Coronel do Regimento de Milícias de Lamego, Coronel Agregado ao Regimento de Milícias do Porto, C. O. C., Vereador entre 1802 e 1826, Eleitor em 1802-1804 e entre 1818 e 1826 e Almotacé da cidade em 1805, 1815, 1823 e 1825[83].

Era casado com a sobrinha, D. Ana de Sousa Alvim Lira de Meneses (filha de Rui Lopes de Sousa e Lemos e de D. Antónia Adelaide Taveira de Lira Meneses) [84] tendo nascido do casamento D. Antónia Adelaide Taveira de Sousa Alvim de Meneses, que casou com João da Silveira Pinto da Fonseca, 2º visconde da Várzea.

- ***Quinta do Prado ou Quinta da Várzea*** localiza-se na freguesia de Várzea de Abrunhais e pertenceu a Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, primeiro visconde da Várzea, filho de

[81] ADVIS – *Lv. Baptismos da Sé*, 1794-1818, Cx. 11/ A/, nº 4, fl. 23
[82] AZEVEDO, Correia – *O Douro Maravilhoso*, p. 306
[83] I. A. N./ T. T. – *Des. do Paço, Beira*. Pautas Eleitorais
[84] GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Vol . III, p. 445

João da Silveira Pinto da Fonseca e Brum e de D. Isabel Rita da Câmara Figueiredo Altro [85].

Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, F. C. R., foi Cavaleiro da Ordem de Cristo, cadete do Regimento de Cavalaria de Almeida, Capitão e Major de Cavalaria na Leal Legião Lusitana, foi Tenente-Coronel e Coronel. Fez parte da Divisão de Voluntários Reais do Príncipe D. Miguel e foi Ajudante Geral das Tropas da Corte e Província do Rio de Janeiro e Governador e Capitão General do Maranhão. Foi Governador de Armas da Beira Alta, já no posto de Marechal – de - Campo, passando para igual situação no Porto. Foi Moço Fidalgo da Casa Real, do Conselho de Sua Majestade Fidelíssima, Comendador das Ordens de Cristo e da Torre e Espada e foi ele o primeiro visconde da Várzea[86]. No poder local ocupou o cargo de Vereador no triénio de 1805-1807.

Era casado com a prima, D. Mariana da Silveira Pinto da Fonseca (filha de Francisco da Silveira Pinto da Fonseca, primeiro conde de Amarante e de D. Maria Emília Pinto Teixeira de Magalhães). Do casamento nasceu João da Silveira Pinto da Fonseca, F. C. R. e 2º visconde da Várzea. João da Silveira Pinto da Fonseca foi Oficial de Cavalaria, Comandante do Batalhão de Voluntários Realistas de Lamego (1829-1832), Presidente da Companhia Geral dos Vinhos do Alto Douro e Comendador da Ordem de Cristo, foi Vereador em 1832-1834 e Membro do Conselho Municipal em 1847[87]. Era casado com D. Antónia Adelaide Taveira de Sousa Alvim e Meneses (tal com atrás já foi referenciado).

Os viscondes da Várzea estavam, por sua vez, aparentados com a Casa Pinheiro Aragão, da freguesia de Almacave.

- ***Casa Pinheiro Aragão***, localizada na antiga Rua do Carvalho, hoje Marquês de Pombal, pertenceu a Bernardo Pinheiro Aragão Sauzedo, filho de António Pinheiro Aragão e de D. Joana Luísa

[85] A. D. A. – *Lv. Baptismo de Várzea de Abrunhais*, 1734-1793, 1860- 1881-1887, 1889-1890, Cx. 2, fl. 153
[86] ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e Brasil*, Vol. II
[87] ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins - *Nobreza de Portugal e Brasil*, Vol. III.

Natália de Vasconcelos Albuquerque[88]. F. C. R., Bernardo Pinheiro Aragão Sauzedo foi Vereador da cidade[89] entre 1799 e 1804.

Era casado com D. Maria Leonarda de Lacerda Pereira Pinto da Silveira (filha de Pedro Teixeira de Lacerda, de Canelas e de D. Luísa Pinto da Silveira,[90] prima, em primeiro grau, do primeiro visconde da Várzea, Bernardo da Silveira). Do casamento nasceu, entre outros, João Pinheiro Aragão Sauzedo.

João Pinheiro Aragão Sauzedo, F. C. R., foi Morgado de Paçô, Tenente do Regimento de Infantaria de Almeida, Coronel Agregado do Regimento de Milícias de Lamego e Comendador na Ordem de Cristo, Vereador de 1802 a 1810, consecutivamente, de 1815 a 1826 e no triénio de 1829-1831, Almotacé nos anos de 1804, 1805, 1814, 1825, 1826 e 1830, Informador nos triénios de 1808 a 1810, de 1815 a 1817, de 1821 a 1823 e de 1829 a 1831, Eleitor nos triénios de 1808-1810, 1815-1817, 1821-1823, 1824-1826, 1829-1831 e 1832-1834, Juiz por Ordenação em 1825 e, já no regime liberal, foi Membro do Conselho Municipal no ano de 1845 sendo uma das mais proeminentes figuras do poder local[91].

Era casado, em primeiras núpcias, com a prima, D. Maria do Patrocínio Almeida Vasconcelos (filha de Simão Pais do Amaral e de D. Isabel Luísa de Almeida e Vasconcelos Quifel Barbarino [92], do qual não teve descendência) e em segundas núpcias com D. Gertrudes Magna do Couto (filha de António do Couto e de Ana Maria)[93], de quem teve o único filho, Bernardo Pinheiro Aragão Sauzedo.

Bernardo Pinheiro Aragão Sauzedo (neto), F. C. R., foi Vereador em 1846. Era casado, em primeiras núpcias, com D. Maria da Boa Nova Melo e Faro[94] e em segundas núpcias com D. Maria Antónia de Meireles Leite Pereira de Abreu (filha de Francisco de Meireles Leite e de D. Francisca da Estrela Leite

[88] A. D. A. – *Lv. de Baptismos de Almacave*, 1721/1727-1727/1742. Cx. Nº 7, fl. 28 v.
[89] I. A. N. /T. T. – *Des. do Paço, Beira* , Pautas Eleitorais
[90] A. D. A. – *Lv. de Óbitos de Almacave*, 1807/1837 e 1860, Cx. nº 30, fl. 18 e 18 v.
[91] I. A. N. /T. T. – *Des. do Paço, Beira.* Pautas Eleitorais
[92] ADVIS – *Lv. Casamentos de Mangualde*, 1798-1813, Cx. 10/ E/, nº 18, fl. 68 v.
[93]ADVIS – *Lv. Casamentos de Mangualde*, 1834-1859, Cx. 10/ E/, nº 20, fl. 191
[94]ADVIS – *Lv. Óbitos de Almacave*, 1884-1894, Cx. 10, nº 1, fl. 135 v.

Pereira de Abreu e Sousa) [95]. Deixou descendência mas nenhum filho esteve ligado ao poder local nos últimos anos do século XIX.

À família pertencia e ainda pertence a ***Quinta do Torrão,*** localizada junto ao rio Douro e que esteve integrada no concelho de Valdigem, antes da sua anexação ao concelho de Lamego.[96] Uma outra Quinta que pertenceu à família era a *Quinta da Torre*, em Alvelos.

A Casa Pinheiro Aragão estava ligada, por casamento, à ***Casa da Corredoura, em Cambres.***

- ***Casa e Quinta da Corredoura,*** situadas na freguesia de Cambres, pertenceram a António Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho, filho de Francisco Perfeito Pereira Rebelo de Vasconcelos Pinto e de D. Tomásia Joana de Meneses.

António Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho, (avô), F. C. R., foi Vereador entre 1799 e 1804 e Informador em 1799-1801[97]**.**

Era casado com D. Mariana de Moura Coutinho, natural de Mesão Frio (filha de Luís Diogo de Moura Coutinho e de D. Maria Leite de Vasconcelos) [98] e do casamento nasceu Francisco Perfeito Pereira Rebelo Pinto.

Francisco Perfeito Pereira Rebelo Pinto, F. C. R. e Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo, foi Vereador entre 1799 e 1810 (consecutivamente), entre 1815 e 1820, Eleitor nos triénios de 1805-1807 e de 1815-1817 e Almotacé entre 1802 e 1804, 1806 e 1807.

Era casado com D. Rita de Cácia Aragão Sauzedo (filha de Bernardo Pinheiro Aragão Sauzedo e de D. Maria Leonarda de Lacerda Pereira Pinto da Silveira) [99] e do casamento nasceu António Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho (neto) e José Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho.

[95] ADVIS – *Lv. Casamentos de Almacave*, 1850-1877, Cx. 10/ B/ Nº 8, fl. 150
[96] AZEVEDO, Correia – *O Douro Maravilhoso*, p. 315
[97] I. A. N. /T. T. *Des. do Paço, Beira*. Pautas Eleitorais
[98] ADVIS – *Lv. Óbitos da Sé*, 1781-1832, Cx.11/ B/, nº 8, fl. 169
[99] A. D. A. – *Lv. Casamentos de Almacave*, 1791-1798, Cx. 23, fl. 47

António Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho (neto), F. C. R. e bacharel em Leis, foi Vereador entre 1827 e 1834, Informador no triénio de 1827/1829, Eleitor em 1827-1829 e Almotacé nos anos de 1824, 1826 e 1831. Era casado com D. Antónia de Noronha Guedes Cardoso de Carvalho Leme Cernache (natural de S. Sebastião de Penço, filha de Vicente de Noronha Leme Cernache e de D. Maria do Carmo Guedes Cardoso de Carvalho, naturais da Casa de Adbarros, S. Sebastião de Penço[100], não tendo deixado descendência).

José Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho, F. C. R. e bacharel em Leis, ocupou os cargos de Vereador no triénio 1827-1829, Eleitor em 1827-1829 e Almotacé em 1825. Continuou no poder local durante o Liberalismo sendo Vereador em 1834, integrando a primeira Comissão Municipal Provisória após a guerra civil e em 1847-1848. Morreu solteiro e sem deixar descendência.

Também à família pertenceu e pertence a ***Quinta da Azenha***, situada, também, na freguesia de Cambres[101]**.**

Hoje, este solar está integrado no Turismo em Espaço Rural como Turismo de Habitação e abriu as portas ao público em 2002[102].

- ***Quinta de Monsul (Muçulo***), localizada na freguesia de Cambres, pertenceu a Luis Guedes de Sousa Vasconcelos[103], filho de Bernardo Guedes de Vasconcelos, natural de Lamego e de sua mulher D. Maria Bernarda Guedes Pinto Teixeira, natural de Teixeira[104].

Luís Guedes de Vasconcelos*, "da principal nobreza"*[105], ocupou o cargo de Vereador entre 1802 e 1810 e de Almotacé em 1803[106]. Era casado com D. Maria do Carmo sendo seu sucessor o filho Luis Guedes de Carvalho Sousa e Vasconcelos.

[100] A.D.A. – *Lv. Casamentos de Almacave* , 1822-1858, Cx. 1, fl. 95
[101] CORREIA, Azevedo – *O Douro Maravilhoso*, p. 310
[102] PEREIRA, Lucília dos Santos Nunes Pereira – *Turismo no Espaço Rural…*, p. 116
[103] I. A. N. /T. T. – *Des. do Paço, Beira*. Pautas Eleitorais
[104] A. D. A. – *Lv. Baptismos de Cambres*, 1759-1765, Cx. 3, fl. 197
[105] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*. Pautas Eleitorais, 1799-1834
[106] I. A. N. /T. T. – *Des. do Paço, Beira*. Pautas Eleitorais, 1799-1834

Luís Guedes de Carvalho Sousa e Vasconcelos esteve ligado ao poder local durante o Liberalismo tendo desempenhado os cargos de Vereador em 1846 e 1847, Fiscal (interino) em 1846 e Membro do Conselho Municipal em 1847. Era casado com a prima, D. Maria José Solesme Guedes de Carvalho, da Quinta de Tourais (filha de João Monteiro de Sousa Carvalho e de D. Carlota Joaquina Solesme Guedes de Carvalho)[107].

[107] A. D. A. – *Lv. Casamentos de Cambres*, 1822-1858, Cx. 1, fl. 79

Capítulo 2 – O Poder Municipal: Organização Administrativa do Reino (1799-1834). O funcionalismo régio

Sendo uma das características do Estado Moderno a centralização do poder, desde logo o Rei impôs a sua intervenção nos municípios, quer através de agentes e funcionários que geriam a administração municipal, quer através da nomeação, por parte do rei, das elites que integravam o poder local.

Assim, para os poderes intermédios ou poderes centrais periféricos[1] que serviam de intermediários entre o poder local e o central, o território português dos finais do Antigo Regime apresentava-se dividido, "do ponto de vista administrativo e judicial, em três circunscrições básicas: Comarcas, Provedorias e Concelhos"[2] tendo cada um deles, respectivamente, um Corregedor, um Provedor da Comarca e um Juiz de Fora.

Cada um destes funcionários régios exercia a sua acção em áreas territoriais diferentes[3] ficando adstrito ao Corregedor a Comarca; como subdivisões das Comarcas apareciam os Julgados onde os juízes exerciam jurisdição e que podiam, ou não, coincidir com os Concelhos.

Tanto os Ouvidores, nas Ouvidorias, como os Corregedores nas Comarcas, exerciam controlo sobre as autoridades locais sendo sua função proteger os interesses da coroa e dos senhores ao mesmo tempo que promoviam a justiça e os interesses do Povo[4].

Em paralelo com a Comarca aparecia a Provedoria que tinha à sua frente um Provedor.

Tanto os Corregedores como os Provedores, representantes máximos do poder do rei junto dos municípios, eram nomeados e

[1] REIS, Maria de Fátima – *Santarém no tempo de D. João V: Administração, Sociedade e Cultura*., p. 25.
[2] SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da (et all) – *Poder Central. Poder Regional. Poder Local* …, p. 66.
[3] MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *Os Concelhos e as Comunidades, in História de Portugal* …Vol. IV pp. 303-316
Nos últimos anos do Antigo Regime, sob o ponto de vista administrativo, Portugal estava dividido em províncias, comarcas, provedorias, concelhos e paróquias. Quanto às províncias, em 1798, existiam seis: Entre-Douro-e-Minho, Trás-os-Montes, Beira, Estremadura, Alentejo e Algarve.
Abaixo da província aparecia a comarca que tinha à sua frente um Corregedor, se era terra da Coroa.; Magistrado de grande importância, representava o poder central competindo-lhe julgar, superintender, fiscalizar, policiar e arrecadar alguns impostos estando, ainda, inerente à sua função, controlar as vereações camarárias e os Ouvidores, se as Ouvidorias pertencessem a Donatários.
[4]CAPELA, José Viriato – *Vila Nova de Cerveira. Elites, poder e governo municipal*… p. 19

destituídos pela Coroa ou por instituições que lhe estivessem ligadas tais como a Casa do Infantado, Casa de Bragança e Casa das Rainhas[5]. Os seus mandatos eram trienais e podiam ser reconduzidos no cargo.

Os Concelhos tinham à sua frente a Câmara Municipal, órgão da administração local, sendo a mesma composta por um Juiz-Presidente (de Fora, se fosse de nomeação e confirmação régia, existindo nos Concelhos mais importantes, ou Ordinário, se fosse de eleição local), por Vereadores, um Procurador do povo e um Tesoureiro, eleitos localmente e confirmados pelo Desembargo do Paço, ou pelos senhores da terra.

Segundo as *Ordenações Filipinas*[6], tanto os Vereadores como Procuradores, Juízes Ordinários e Tesoureiros eram eleitos por um ano e de forma semelhante. Segundo a *Legislação de 1822*[7] as Câmaras continuavam a ser compostas, como até essa altura, por Vereadores (contabilizados entre três e nove, consoante o número de fogos existentes), Procurador e Escrivão da Câmara existindo, ainda, dois substitutos dos Vereadores onde estes fossem em número de três ou cinco; e três onde fossem sete ou nove.

Existia, ainda, o Almotacé[8], ofício não remunerado e eleito pelo Senado.

2.1 Comarcas e Corregedores

Exercendo mandatos trienais, com a possibilidade de serem reconduzidos no cargo, era das competências dos Corregedores, consignadas nas *Ordenações,* as matérias de justiça, tais como "*inquirir das justiças e dos oficiais locais*"[9], "*avocar os feitos dos juízes ordinários*"[10], "*conhecer dos agravos das decisões*

[5] MARQUES, A. H. Oliveira – *Organização Administrativa e Política*, p. 212
[6] *Ordenações Filipinas*, Lv. I, Titulo LXVII, §§ 1 a 12 pp. 153-157
[7] B.N.P. *Colecção de Legislação Portuguesa*, 1822 - Carta de Lei de 29 de Julho de 1822
[8] *Ordenações Filipinas*, Lv.I, Título LXVIII
[9] *Ordenações Filipinas* - Apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa. Reprodução «fac-simile» da edição feita por Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1870, Lv. I, Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, título LVIII, § 2, 3, 5, 6, 34.
[10] *Ordenações Filipinas* - Apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa. Reprodução «fac-simile» da edição feita por Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1870, Livro I, Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, título LVIII §§ 22, 23, 24

interlocutórias"[11], "*zelar pela jurisdição régia e cumprimento da lei*[12], *defender a ordem pública*"[13] "*receber queixas contra os poderosos*"[14]. Dentro do foro político, competia-lhes "*tutelar os governos municipais no âmbito da eleição local dos juízes e oficiais dos concelhos*"[15], "*autorizar o lançamento de fintas para benfeitorias públicas do concelho, até determinada quantia*"[16], "*propor ao rei a reforma das posturas*"[17] e "*velar pela administração do concelho*"[18].

No sentido jurídico, era, ainda, função dos Corregedores *correger* ou *emendar* os erros, faltas e violências na administração da justiça.

Quanto à Comarca de Lamego[19], a mesma fazia parte das 48 Comarcas que existiam em todo o Continente, pertencendo às treze que integravam a Província da Beira[20]. Era composta por cinquenta e seis unidades concelhias[21] e estavam sob a alçada do seu Corregedor os concelhos de: Alvarenga, Barcos, Britiande, Caria, Fontelo, Granja do Tedo, Lalim, Magueija, Parada de Ester, Pendilhe, Pinheiro e Vila Nova de Souto d´Ele Rei. No entanto, outros Concelhos não estavam sob a alçada do Corregedor de Lamego por serem donatarias, com Ouvidor próprio, como era o caso de Arouca, que pertencia à abadessa do convento de S. Bernardo e onde "*não entrava ali ministro de vara branca a devassar das justiças*"[22]; Lapa, pertencente ao donatário Rodrigo de

[11]*Ibidem* §§ 25, 26, 27
[12]*Ibidem* §§ 11, 15, 18
[13]*Ibidem* §§ 36, 37, 38, 39
[14]*Ibidem* § 6
[15]*Ibidem* § 4
[16]*Ibidem*, § 43
[17]*Ibidem* § 17
[18]*Ibidem* § 16
[19] B.N.P. - *Colecção de Legislação Portuguesa, 1821 e 1822*
[20] As treze Comarcas eram as seguintes: Arganil, Aveiro, Castelo Branco, Coimbra, Feira, Guarda, Lamego, Linhares, Mira, Pinhel, Tentúgal, Trancoso e Viseu)
[21]As cinquenta e seis unidades concelhias eram: Alhais, Alvarenga, Arcos, Arêgos, Armamar, Arouca, Barcos, Britiande, Burgo, Cabril, Caria, Castelo, Castro Daire, Chavães, S. Cristóvão de Nogueira, S. Cosmado, Ermida, Fontelo, Frágoas, Gougim, Gosende, Granja do Tedo, lalim, Lamego, Lapa, Lazarim, Leomil, Longa, Lumiares, Moção, Magueija, S. Martinho de Mouros, Mezio, Moimenta da Beira, Mondim, Nagosa, Parada do Bispo, Parada de Ester, Passó (ou Paçô), Pendilhe, Pera e Peva, Pinheiro, Resende, Recião, Sande, Sanfins, Cever (ou Sever), Cinfães, Tabuaço, Tarouca, Ucanha, Valdigem, Várzea da Serra, Vila Cova à Coelheira, Vila Nova de Souto d'El Rei e Vila Seca. As freguesias de Ferreiros de Tendais, Tendais e Castelo de Paiva já pertenciam à comarca de Barcelos. Sobre a descrição dos concelhos que faziam parte da Comarca de Lamego, confrontar Anexo A, p.
[22] I. A.N./T.T. – *Memórias Paroquiais*, Arouca, Vol. V, nº 4, p. 575 a 588, 1758.

Sobral e Vasconcelos; Tarouca, por ser couto do marquês de Marialva; e Leomil por ser donataria do mesmo marquês.

Segundo o quadro que se segue e as informações disponíveis, foram 16 os Corregedores da Comarca de Lamego desde 1799 a 1834. Para este período de tempo verificamos não haver recondução dos mesmos no cargo.

Durante a ausência do Corregedor, o mesmo era substituído pelos "*Juízes de Fora*"[23] ou pelo Provedor. Assim, em 1808, António Cardoso de Meneses Montenegro substitui José Apolinário Costa; José Pereira Pinto do Lago, em 1820, Provedor de Lamego, substitui Joaquim Manuel de Faria Salazar; em 1827, nas eleições para os cargos camarários, Francisco de Magalhães Coutinho, Juiz de Fora de Lamego, substitui Francisco Zuzarte Mendes Barreto; e em 1828, novamente para as eleições dos cargos camarários, Joaquim António Pinto Moreira, Juiz de Fora de Lamego, substitui Manuel Ferreira Tavares Salvador.

[23] *Ordenações Filipinas*, Lv. I, Título LVIII, §§ 1 a 57, pp. 103-112

Quadro 2.1 - Lista dos Corregedores da Comarca de Lamego (1799-1834)

Anos	Nomes	Fonte
1799	José Manuel de Morais	A.H.M.L – *Lv. Vereação*, Acta de 1 de Fevereiro de 1799, fls. 77 v. e 78
1800	Francisco de Almada Mendonça	A.H.M.L. – *Registo de Ofícios, Respostas e Representações*, Lv. I, 1790/1824, fl. 34
1801	António de Gouveia Araújo Coutinho	A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de 4 Dezembro de 1801, fls. 195 v. e 196
1805-1807	José Apolinário Costa	A.H.M.L – *Lv. Vereação*, Acta de 20 de Julho de 1805, fl. 12
1808	António Cardoso de Menezes Montenegro	A.H.M.L – *Lv. Vereação*, Acta de 20 Julho 1808, fl. 131
1809/1811	Luís António de Araújo Amorim	A.H.M.L – *Lv. Vereação*, Acta de 16 de Fevereiro, 1809, fl.11 v. e 12
1810/1813	Manuel José de Morais	A.H.M.L – *Lv Vereação*, Acta de 6 de Setembro 1810, fl. 101
1814/1817	Domingos de Cerqueira Monis	A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de 5 de Setembro de 1814, fl. 137 v. e 138
1819-1822	Joaquim Manuel de Faria Salazar	A.H.M.L. – *Câmara de Sande*-1826-1833, fls. 30 v.; 36; 38 v.; 45 v.
1820	José Pereira Pinto do Lago	A.H.M.L. – *Registo de Ofícios, Respostas e Representaçõe*s, Livro I, 1790-1824, fl. 44 v.
1823-1826	José António da Rocha Alvares de Carvalho	A.H.M.L – *Lv. Vereação*, Acta de 14 de Março de 1823, fl. 10
1826/1829	Francisco Zuzarte Mendes Barreto	A.H.M.L. – *Câmara de Sande*, 1826-1833, fl. 92. Vide Acta de 1/6/1826, fl. 133 v.
1827	Francisco de Magalhães Coutinho	I.A.N.T.T – *Desembargo do Paço, Beira.* Pautas eleitorais, Mç. 1073, Cx. 1170, S/N
1828	Manuel Ferreira Tavares Salvador	A.H.M.L – *Lv. Vereação*, Acta de 9 de Junho de 1828
1828	Joaquim António Pinto Moreira	I.A.N.T.T. – *Desembargo do Paço, Beira*. Pautas de Eleição, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N
1831/1834	António Roberto de Araújo Queirós	A.H.M.L. – *Câmara de Sande*, 1826-1833, fl. 2. Vide Acta de 5/10/1831, fl. 116 v.

2.2 Provedorias e Provedores

Quanto aos Provedores, ligados à administração financeira da coroa, a eles competia, dentro das Provedorias, "*supervisionar a cobrança dos impostos, tutelar os interesses daqueles que não o podiam fazer por si próprios, como era o caso dos defuntos, dos ausentes, órfãos e cativos, confrarias, capelas, hospitais e concelhos e ainda, os assuntos ligados à fazenda*"[24], quer no que dizia respeito à cobrança de impostos devidos à coroa, quer às finanças municipais.

[24] *Ordenações Filipinas*., Lv. I, Título LXII, §§ 1 a 80, pp. 116-132. *Vide*, ainda, A. M. Hespanha, Vísperas del Leviathan (…) pp. 164-167

Muitas vezes, os limites destas Provedorias não coincidiam com os das Comarcas.

Em Lamego, foram Provedores[25]:

Quadro 2.2 - Lista dos Provedores de Lamego (1799-1834)

Anos	Nomes	Fonte
1800	Francisco de Almada e Mendonça	A.H.M.L. – *Registo de Ofícios Resposta e Representaçõe*s. Lv. I -1790-1824
1800/1803	José Inácio Pais Pinto de Sousa	A.H.M.L. – *Lv.Vereação*, Acta de 14 de Julho de 1800, fl. 134 v.
1804	Manuel Xavier Ribeiro Vaz de Carvalho	A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de 8 de Janeiro de 1804, fl. 107 v. e 108
1808	José Apolinário Costa	A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de 28 de Setembro de 1808, fl. 134 v. e 135
1809/1812	Caetano de Melo da Gama Araújo	A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de 10 de Outubro de 1809, fl. 55
1813	José Leite Pereira de Melo Vasconcelos	A.H.M.L. – *Lv. de Vereação* – Acta de 27 Agosto 1813, fl. 88
1820	José Pereira Pinto do Lago	A.H.M.L. – *Registo de Ofícios Resposta e Representações*. Lv. I, 1790-1824, fl. 43
1821	Pedro Ordaz Caldeira Valadares	A.H.M.L. – *Registo de Ofícios Resposta e Representações*, Lv. I, 1790-1824, fl. 98 v.
1824/1827	Miguel Soares de Albergaria Pereira	A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de 11 de Março de 1824, fl. 72
1826	Miguel Soares de Albergaria Pereira	A.H.M.L. – *Câmara de Sande*, 1822-1833, Mapa dÓrdens da Vila de Sande pertencentes ao ano de 1826.
1828/1830	Francisco Zuzarte Mendes Barreto	A.H.M.L – *Lv. Vereação*, Acta de 13 de Outubro de 1828, fl. 38 e 38 v.

Segundo o quadro acima referido, foram 11 os Provedores que desempenharam o cargo na Provedoria de Lamego entre 1799/1834.

São escassas as informações sobre estes Provedores mas sabemos que Manuel Xavier Ribeiro Vaz de Carvalho era Desembargador da Relação do Porto[26]; que em 1808 José Apolinário Costa estava a substituir o Provedor, por impedimento do mesmo[27]; que José Leite Pereira de Melo Vasconcelos era Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo e Desembargador da Relação do Porto[28] enquanto numa reunião extraordinária de 17 de Setembro de 1830, a Câmara pede ao rei que "*reconduza o Provedor da Comarca*,

[25] Não foi possível recolher mais informações sobre os Provedores de Lamego
[26] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 8 de Janeiro de 1804, fl. 107 v. e 108
[27] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 28 de Setembro de 1808, fl. 134 v. e 135
[28] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 27 Agosto 1813, fl. 88

Francisco Zuzarte Mendes Barreto, no cargo que exerceu até esta data"[29]. No entanto, não nos foi possível saber se o mesmo acabou por ser reconduzido no cargo ou não.

Quanto ao Provedor e Contador, Pedro Ordaz Caldeira Valadares, o mais polémico de todos, foi-lhe feita, em 1826 (por Provisão da Mesa do Desembargo do Paço, de data de 9 de Novembro de 1825 e por ordem do Rei D. João VI) e através do Corregedor da Comarca, Doutor José António da Rocha Alvares de Carvalho, devassa de residência e proibição de voltar a servir o cargo de Provedor na Provedoria de Lamego, a quem, segundo o texto que se segue,

> "*Sua Magestade Imperial e Real havia mandar-me tirar residência do tempo que servio o lugar de Provedor desta Comarca e Provedoria, e dos officiaes que com elle serviram, em concequência do que mandei passar para todos os concelhos desta mesma Comarca e Provedoria a fim de que sendo publicados e affixados seja a todos constante o referido e que contra o mesmo Provedor, e officiaes vem a proceder na devassa de residência, e que toda a pessoa que se queira queixar por alguma injustiça que praticassem, ou contra qualquer delles mover alguma acção o venha fazer perante mim no prazo de trinta dias que prenuncião no que vai declarado no princípio desta na certeza de que hei de admenistrar justiça e que elle sindicado não há-de servir mais o dito cargo nesta Provedoria, nem nella habitar nem seus officiaes*"[30].

[29] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 17 de Setembro de 1830, fl. 94 v., 95 e 95 v.
[30] A.H.M.L. – *Câmara de Sande*, 1826-1833. Informação enviada ao Juiz de Fora do concelho de Sande a 6 de Fevereiro de 1826, fls. 23-25 v.

2.3 Os Concelhos

2.3.1 A Câmara

Considerando a acepção física do termo câmara, entendido como "corpo de câmara" era um local, ou casa, onde os Oficiais Camarários se reuniam para discutir e dirigir os destinos do município.

Em Lamego, a primitiva câmara, chamada Casa da Torre[31], localizava-se no bairro do Castelo entre as Ruas do Cantinho, Castelinho e dos Moreirais. No entanto, esta "*Casa Pública*", composta "*por duas salas simples em cantaria*"[32] só permanecerá em funções até 1834[33] tendo, depois, deixado de

> *"Servir a este mister por sua insignificância no tempo actual e porque a sua situação em péssimo e retirado sítio não tem havido quem queira tomá-la de arrendamento considerando-se, por isso, fechada, e sem servir a mister algum desde 1835"*[34].

2.4 O Senado da Câmara

O Senado da Câmara era hierarquicamente composto por um Juiz de Fora, que também exercia a função de Presidente da mesma, pelos Vereadores, um Procurador da cidade, um Escrivão da Câmara e um Tesoureiro. Existia, ainda, a figura do Almotacé que, apesar de não pertencer ao Senado, coadjuvava as suas actividades.

2.4.1 O Juiz de Fora

Nos Concelhos mais importantes existia um "*Juiz de Fora, de nomeação ou confirmação régia*[35], ou um "*Juiz Ordinário, de*

[31] Hoje é sede do Corpo Nacional de Escutas, C. N. E, de Lamego
[32] A. H. M. L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 3 de Fevereiro de 1853, fl. 25 v.
[33] Com o fim do Antigo Regime e a entrada do Liberalismo a Câmara, como espaço físico, muda de instalações não sendo, no entanto, esta mudança pacífica. Cf. Anexo B, p.
[34] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 3 Fevereiro 1853, fl. 25 v.
[35] *Ordenações Filipinas*: Lv. I, Título LXV, p. 134, nota

eleição local"[36]. A diferença existente entre estes dois Magistrados é que, enquanto os primeiros eram "*impostos pelo Rei, letrados ou instruídos no Direito Romano, eleitos por triénios*"[37], os segundos eram oficiais "*não letrados, eleitos anualmente pelos povos e obedeciam ao Direito Costumeiro e aos Forais,*[38]. Outra diferença entre os dois residia nas insígnias que traziam pois enquanto o "*Juiz de Fora era portador da vara branca, o Juiz Ordinário era portador da vara vermelha"*[39].

Pelas *Ordenações,* tanto um como o outro exerciam funções judiciais, administrativas, policiais e fiscais exercendo, ainda, "*um papel jurídico-administrativo em conjunto com os governantes do concelho*"[40]. Tinham jurisdição privativa (em relação aos Corregedores), tinham uma maior alçada e não eram investigados pelos Corregedores[41].

Estando no topo da hierarquia da Câmara, presidia às sessões da mesma. Não era da cidade e "*deveria garantir a imparcialidade das sentenças decretadas em câmara e decisões de expediente camarário*"[42] e quando este chegava ao fim, era feita uma inquirição sobre a sua actuação. Quando tinham que se ausentar da sede dos municípios onde exerciam as suas funções para se deslocarem aos concelhos sujeitos à sua tutela, eram substituídos pelo Vereador mais velho[43].

A sua principal função, como representante do rei no Concelho, era a de "*promover a manutenção da ordem pública, defesa da jurisdição real, repressão dos abusos cometidos pelos*

[36] *Ordenações Filipinas:* Lv. I, Título LXVII, p. 153, nota
Nos lugares mais pequenos como casais e aldeias, eram auxiliados pelos juízes pedâneos ou de vintena. Existiam, ainda, no poder local, escrivães, tabeliães, meirinhos e alcaides.
[37] *Ordenações Filipinas*: Lv. I, Título LXV, nota.
Segundo informação recolhida em nota, os Juízes de Fora eram nomeados trienalmente e, segundo parece, nunca se lhes dava recondução no cargo.
[38] *Ibidem*: Lv. I, Título LXV, nota
[39] *Ibidem:* § 1, p. 134
[40] *Ibidem*: § 2, p. 135
[41] *Ibidem*: Lv. I, Título LXV, p. 143, nota
[42] Ibidem: p. 42
[43] *Ordenações Filipinas*: Lv. I, Título LXVII.
Este Vereador mais velho era chamado Juiz pela Ordenação e não Ordinário e era portador da vara branca, tal como o Juiz de Fora, tendo a mesma alçada e percebendo os mesmos emolumentos que este. Esta prática continua em vigor até ao Liberalismo ao contrário do que ocorreu, por exemplo, no Porto onde, na segunda metade do século XVIII, o Juiz de Fora passou a ser substituído, nos seus impedimentos, pelo Juiz do Crime ou pelo Juiz dos Órfãos, a pedido dos próprios Vereadores. Cf. sobre este assunto Ana Sílvia Albuquerque Nunes – Municipalismo e Sociedade do Porto, p. 47.

mais poderosos da terra, dirigir e presidir à câmara e ao seu juizo geral, cuidar dos rendimentos do concelho, controlar as actividades dos almotacés e dos restantes funcionários concelhios, aplicar a justiça julgando em primeira instância, controlar e fiscalizar os oficiais administrativos (escrivães, notários e *tabeliães) e presidir às juntas de lançamento e recolha de impostos régios (sisa e décima)"*[44].

Em Lamego, foram Juízes de Fora:

Quadro 2.3 - Lista de Juízes de Fora de Lamego (1799-1834)

Anos	Nomes	Fonte
1797/1801	Simão da Rocha Couto Ribeiro	A. H. M. L. – *Registo de Ofícios, Respostas e Representações*, Lv. I, 1790-1824
1801/1803	José Apolinário Costa	A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de 15 de Janeiro de 1801, fls. 164 v. e 165
1805-1807	António Duarte da Fonseca Lob**o**	A.H.M.L – *Lv. Vereação*, Acta 17 de Janeiro 1807, fl. 64 Vide Acta de 16/1/1804, fl. 109
1807-1809	António Cardoso de Meneses Montenegro	A.H.M.L – *Lv. Vereação*, Acta 17 de Janeiro 1807, fl. 64
1811/1814	Luís Gomes de Sousa Teles	A.H.M.L – *Lv. Vereação*, Acta 12 Dezembro 1811, fls. 142
1820	Joaquim Manuel de Faria Salazar	A. H. M. L. – *Registo de Ofícios, Respostas e Representações*. Lv. I, 1790-1824, fl. 48 v.
1821-1822	José Pereira Pinto do Lago	A. H. M. L. – *Registo de Ofícios, Respostas e Representações*. Lv. I, 1790-1824, fl. 67 v.
1822-1823	José de Abreu Carneiro Vasconcelos	I. A. N. T.T. – *R. G. M.* de D. João VI, Lv.17, fl.3
1823/1826	António da Costa Freire Caldeira	I. A. N. T. T. – *R. G. M.* de D. João VI, Lv. 17, fl. 244. Vide Acta de 27 de Outubro de 1823, fl. 57 v.
1826/1829	Francisco Magalhães Coutinho	I. A. N. T. T. – *R. G. M.* de D. João VI, Lv. 21, fl. 329 v. Vide Acta de 27/11/1826, fl. 154 e 154 v.
1828/1831	Joaquim António Pinto Moreira	A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de 2 de Julho de1828, fl. 33 e 33 v.
1831/1834	José Pinto Coelho de Ataíde e Castro	A.H.M.L – *Lv. Vereação*, Acta de 5 de Outubro de 1831, fl. 117 e 117 v.

No seguimento das informações que o quadro 2.3 apresenta, os Juízes de Fora de Lamego[45] eram nomeados de três em três anos (tal como a Lei determinava) e nenhum foi reconduzido no cargo ao contrário do que acontecia, por exemplo, no Porto onde 3 Juízes de

[44] *Ordenações Filipinas*: Lv. I, Título LXVII §§ 2 a 74, pp. 135-144

[45] A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 1 de Fevereiro de 1823, fl. 2.
Em 1823, os Juízes de Fora passam a ser substituídos, na sua ausência, por um Presidente sendo este que nesta altura abria as sessões de Câmara. Para esta data, o Presidente foi Joaquim de Lemos. Em 5 de Fevereiro, fl. 3, foi José Taveira Pimentel de Carvalho. A 5 de Junho de 1823 foi dada voz de prisão ao Juiz de Fora e foi reposta a monarquia realista.
Em Acta de Sessão de 9 de Julho de 1823, fl. 42 v., apesar de ter sido dada voz de prisão ao Juiz de Fora, José de Abreu Carneiro Vasconcelos, o mesmo continuava, nesta altura, a desempenhar as referidas funções

Fora estiveram em funções vários anos[46]. Para 1831-1834, foi nomeado para Juiz de Fora de Lamego, "*por Provisão Régia*", José Pinto Coelho de Ataíde e Castro, para aí completar o tempo que lhe faltava do seu triénio de Juiz de Fora da Vila de Alcoutim[47].

Estes Juízes de Fora eram substituídos, durante a sua ausência, pelos chamados Juízes pela Ordenação que, por norma, era o Vereador mais velho.

Foram 35 os Juízes por Ordenação que substituíram os Juízes de Fora no Senado de Lamego desde 1799 a 1834 como se pode confrontar no Quadro A.1 do Anexo A.

Segundo o mesmo quadro, Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos e Jerónimo de Carvalho Rebelo foram aqueles que mais vezes substituíram (5 e 4 vezes, respectivamente); foram substitutos por 3 vezes João Pinheiro Aragão Sauzedo e Francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca; por 2 vezes foram substitutos António Albergaria Monteiro Vasconcelos, José Taveira Pimentel de Carvalho, Bernardo Pinheiro Aragão Sauzedo, José Leitão Pereira Rebelo Soares de Carvalho, Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho e Manuel Pereira Coutinho de Vilhena sendo os restantes substitutos por uma só vez.

Em 1808, José Leitão Pereira Rebelo Soares de Carvalho substitui António Cardoso de Meneses Montenegro visto este estar a substituir o Corregedor da Comarca; neste mesmo ano, Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos substitui o substituto José Leitão Pereira Rebelo Soares de Carvalho, por impedimento do mesmo; em 1828[48], José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira vai ser suspenso das suas funções de Juiz de Fora pela Ordenação e vai ser substituído por Bernardo Pereira Leitão.

Como podemos, ainda, verificar, a função de Juiz por Ordenação era desempenhada pela elite local com excepção para os anos de 1823 e 1827, em que a Câmara de Lamego passa de

[46] NUNES, Ana Sílvia Albuquerque – *Municipalismo e Sociedade do Porto* …p. 43
[47] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de 5 de Outubro de 1831, fl. 117 e 117 v.
[48] A.H.M.L – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 19 de Maio de 1828, fl. 23

Realista a Liberal, desempenhando, nestes dois anos, a função de Juiz por Ordenação António Ferreira da Mota e António José da Costa, respectivamente.

2.4.2 Os Vereadores

Os Vereadores[49], de acordo com as *Ordenações Filipinas*, eram oficiais camaristas que integravam o poder local, seleccionados entre os "*melhores do lugar*" e eleitos, localmente, pelos "*homens bons*" do concelho e a partir do século XVII eram confirmados pela Administração Central da Coroa ou pelo senhor da terra[50].

Eram eles que constituíam a Câmara de um Concelho ou "Senado" (se se tratasse de uma terra importante) e a sua eleição era feita no Paço, para onde eram enviadas, trienalmente e pelos Concelhos, as listas dos elegíveis[51]. Não eram remunerados e o seu poder e competências prendiam-se, essencialmente, com a "*correcta administração dos bens do concelho*"[52], "*organizar o governo da cidade e das vilas e assegurarem o bom andamento da justiça*"[53].

Quanto à administração dos bens do Concelho, competia aos Vereadores conhecer a existência dos bens de raiz que lhe pertencessem e providenciar o seu bom aproveitamento ao mesmo tempo que tomavam conhecimento das possessões, servidões, caminhos e rossios e se os mesmos estavam, abusivamente, nas mãos de quem não deviam estar. Competia-lhes fiscalizar a gestão anterior, tomando, para isso, conhecimento das contas do Procurador da Cidade e do Tesoureiro, num prazo máximo de dois meses após a sua posse, mandar apregoar as rendas do Concelho, arrendando-as ou explorando-as directamente (se isso fosse de interesse para o Concelho), arrecadar as dívidas de que a Câmara

[49] A apresentação e descrição das eleições para Vereadores em Lamego constam do Capítulo III
[50] MONTEIRO, Nuno Gonçalo – *A sociedade local e os seus protagonistas. As Câmaras e as juradorias*, p. 32
[51] *Ordenações Filipinas*: Lv. I, Título LXVII, §§ 1 a 15, pp. 153-157
[52] *Ordenações Filipinas*, Lv. I, Título LXVI, nota, p. 144
[53] *Ibidem*, Lv. I, Título LXVI, §§ 11 a 49, pp. 144-153

fosse credora e, acima de tudo, cuidar condignamente do bens do Concelho e salvaguardar os seus interesses.

Recaía, ainda, sobre os Vereadores a obrigação de guardar qualquer documento considerado importante referente, não só, aos bens materiais, mas também aos privilégios e qualquer outro papel de interesse colectivo. Também era da sua competência lançar fintas quando as rendas concelhias se revelassem insuficientes face às necessidades correntes. No entanto, este direito carecia de licença prévia do Rei e do parecer favorável do Corregedor da Comarca[54].

Competia, ainda, aos Vereadores a apresentação ou eleição de indivíduos para outros cargos concelhios como era o caso dos Almotacés[55].

2.4.3 Os Procuradores da Cidade

O Procurador da Cidade[56], que fazia parte integrante do governo municipal, na hierarquia dos cargos municipais, ocupava o 3º lugar, logo após os Juízes de Fora e os Vereadores.

Eleito da mesma forma que os Vereadores e Tesoureiros, era um "*cobrador das rendas da Câmara pelo que presta fiança*" [57], ao mesmo tempo que acumulava "*o ónus de defender por si ou por advogado perante as justiças ordinárias ou direitos da sua constituinte*"[58].

Executava, ainda, as ordens que lhe eram dadas pelos membros da Câmara tal como aconteceu em Novembro de 1812 em que foi nomeado para fazer o rateio "*das pessoas desta cidade e seu Termo que devem dar camas para o Hospital Militar*"[59] e em 1823 em que o Procurador ficou indigitado de "*estabelecer o repeso nos*

[54] *Ordenações Filipinas:* Lv. I, Título LXVI, §§ 11 a 49, pp. 144-153
[55] *Ordenações Filipinas*, Lv. I, Título LXVII, § 14, pp. 156-157
[56] A apresentação e descrição das eleições para Procuradores em Lamego constam do Capítulo III
[57] *Ordenações Filipinas*: Lv. I, Título LXIX, nota 4, p. 162
[58] *Ordenações Filipinas*, Título LXX, p. 162
[59] A.H.M.L. – *Lv. Vereação,* Acta de Sessão de 18 de Novembro de 1812, fl. 50

açougues da cidade para toda a pessoa que voluntariamente quiser repesar as porções de carne que forem comprar"[60].

2.4.4 O Tesoureiro Municipal

Figura importante ligada às finanças municipais e de apoio à governança, competia-lhe, segundo as *Ordenações Manuelinas e Filipinas*, "*receber todas as rendas do Concelho*"[61] e de "*as gastar, unicamente, naquilo que os Vereadores determinassem*"[62] não tendo, no entanto, qualquer competência na administração dos dinheiros pois esta função era da exclusiva responsabilidade dos Vereadores. Cabia-lhes, ainda, fazer registo das receitas e despesas em livros próprios pertencendo, segundo as *Ordenações Filipinas*, ao Escrivão da Câmara lançar as verbas. Competia, ainda, ao Tesoureiro "*tomar as contas aos rendeiros"*[63].

Quanto às despesas, os Tesoureiros[64] limitavam-se, somente, a cumprir os "*mandados dos Vereadores*"[65] não tendo, por isso, qualquer responsabilidade sobre ordens de pagamento indevidamente assinadas pelos mesmos.

2.4.5 Os Almotacés

Quanto ao ofício de Almotacé, era um ofício não remunerado e, apesar de não fazer parte da Câmara, visto ser esta que os elegia, tinham-nos sob a sua alçada, para fazerem cumprir as "*Vereações e Posturas do Concelho*"[66], os "*Carniceiros, Padeiras, Regateiras, Almocreves, Alfaiates, Sapateiros e todos os outros Oficiais*"[67]. Cabia-lhes, ainda, controlar os "*pesos e medidas*"[68] a "*limpeza da*

[60] A.H.M.L. – *Lv. Vereação,* Acta de Sessão de 8 de Março de 1823, fl. 8
[61] *Ordenações Filipinas*: Lv. I, Título LXIX, p. 163
[62] *Ibidem*, p. 163
[63] *Ibidem*, § 1, p. 163
[64] A apresentação e descrição das eleições para Tesoureiros em Lamego constam do Capítulo III
[65] *Ordenações Filipinas* – Lv. I, Título LXIX, p. 163
[66] *Ordenações Filipinas* – Lv. I, Título LXVIII, p. 157
[67] *Ordenações Filipinas* – Lv. I, Título LXVIII, p. 157
[68] *Ibidem*, § 16, p. 159

cidade ou vila"[69] e superintendia a "*edifícios e servidões* "[70] podendo "*embargar, a requerimento de parte, qualquer obra de edifício que se fizer dentro da vila ou seus arrabaldes*"[71].

[69] *Ordenações Filipinas*, Lv. I, Título LXVIII, § 18, p. 159
[70] *Ibidem*, § 22, p. 160
[71] *Ibidem*, § 23, p. 160

Capítulo 3 – A Câmara e o governo no Concelho de Lamego (1799-1834)

As eleições dos Oficiais da Câmara

No que respeita ao processo eleitoral dos oficiais camarários para os cargos de Vereador, Procurador da Cidade e Tesoureiro, segundo as *Ordenações Filipinas*[1], faziam-se de forma indirecta, de três em três anos, em cada final do ano anterior ao triénio a que diziam respeito e estavam sob a responsabilidade dos Eleitores escolhidos em reunião da Câmara.

Para tal efeito, deslocava-se à cidade de Lamego e "*Casa de Câmara*"[2] um Magistrado enviado pelo "*Desembargo de Sua Magestade e o Corregedor com alçada nesta Comarca de Lamego (…) para proceder à eleição das pessoas que ham-de servir de officiaes na câmara desta cidade os 3 annos futuros* "[3]. Eram, então, lançados, por ordem deste Ministro, pregões por toda a cidade e lugares públicos pertencentes ao seu Termo para que "*todos os homens bons da governança, Nobreza e Povo dela viessem votar na dita eleição sem ódio, afeição ou suborno debaixo das penas que nos ditos pregões se declararem"*[4]. Constava o dito pregão de regras que tinham que ser cumpridas na eleição informando que "*nenhuma pessoa per si nem por outrem suborne nem cometa pessoa alguma para que lhe dê o seu voto para si nem para outrem, assim para eleitor como para vereador ou procurador*"[5] visto que, se constasse o contrário, o prevaricador seria degredado para África durante dois anos, mesmo que tivesse sido eleito e não podia servir "*ofício algum nesta eleição durante os 3 annos dela*[6]". Fazia ainda, saber, que acabada a dita eleição, se procederia a "devassa", para serem punidos todos aqueles que tivessem procedido ilegalmente, isto é, utilizado o suborno para serem eleitos.

[1] *Ordenações Filipinas*: 1603, Lv. I, tit. LXVII
[2] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira* – Mç 1053 S/N. Eleição dos oficiais da Comarca da cidade de Lamego para os anos de 1799, 1800 e 1801
[3] *Ibidem*, fls. 1 e 1 v.
[4] *Ibidem*, fls. 1 e 1 v.
[5] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira* – Mç 1053 S/Número. Eleição dos oficiais da Comarca da cidade de Lamego para os anos de 1799, 1800 e 1801, fls. 2 e 2 v.
[6] *Ibidem*, fls. 2 e 2 v.

Após ter sido lançado o pregão, o Magistrado era, então, informado sobre as pessoas que existiam na cidade e Termo capazes de servirem os cargos de Vereadores, Procuradores e Tesoureiros, convocando, para o efeito, três homens "*dos melhores e mais nobres e antigos desta cidade que tem razão de saber para servirem de informadores*"[7].

Escolhidos os Informadores, procedia-se, de seguida, à eleição dos Eleitores sendo eleitos os seis mais votados. Estes eram, posteriormente, convocados à presença do Corregedor da Comarca que deferia, a cada um deles, juramento "*pelos Santos Evangelhos*" para que "*sem ódio nem afeição, elegessem vereadores, procuradores e tesoureiros para servirem na câmara desta cidade nos 3 anos futuros e que tenham as qualidades e requisitos necessários"*[8].

Procediam à formação de três pautas eleitorais onde constavam os nomes dos nove candidatos a Vereadores (três Vereadores para cada ano), dos três candidatos a Procuradores (um para cada ano) e dos três candidatos a Tesoureiros (um para cada ano)[9]. Cada pauta de eleição era elaborada por dois eleitores.

Após a eleição dos novos camaristas, procedia-se à feitura de uma pauta e respectiva certidão que eram enviadas ao Desembargo do Paço, onde eram confirmadas, e a partir das quais era elaborada, para cada ano do respectivo triénio, a lista dos camaristas sendo a mesma enviada ao Senado cessante para que se procedesse à tomada de posse da nova câmara.

Este tipo de modelo eleitoral, cujos procedimentos eram escrupulosamente cumpridos, irá perdurar durante o Antigo Regime até 1834.

3.1 Os Informadores

Era função dos Informadores elaborar os Cadernos Informativos onde constassem informações sobre os elegíveis para os cargos da

[7] I.A.N./ T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç 1053 S/N. Eleição dos oficiais da Comarca da cidade de Lamego para os anos de 1799, 1800 e 1801, fls. 2 e 2 v.
[8] *Ibidem*, fls. 3 e 3 v.
[9] *Ibidem*, fls. 4, 5 e 6

Câmara sendo estes Cadernos Informativos compostos pelos Cadernos de Vereadores, dos Procuradores da Cidade e dos Tesoureiros.

Quadro 3.1 Processo eleitoral das Câmaras do Antigo Regime (1799-1834).

Processo eleitoral das câmaras do Antigo Regime		
Etapas	**Procedimentos**	**Actos**
1ª	O corregedor convida 2 ou 3 pessoas das mais antigas e nobres da cidade que colaboram na elaboração da lista dos elegíveis	Informantes (para fazer o rol)
2ª	O corregedor manda reunir em câmara os homens nobres e da governança para escolher os 6 eleitores dentre os arrolados	Assembleia/eleitores
3ª	Os seis eleitores são agrupados em pares, indo, depois, proceder à eleição dos camaristas dentre os arrolados	Eleição
4ª	O corregedor verifica e faz a contagem dos nomes com mais votos	Escrutínio
5ª	O corregedor procede ao apuramento das qualidades dos eleitos com o auxílio de dois informadores	Apuramento
6ª	O corregedor faz inquirição e devassa para verificar se houve suborno	Devassa
7ª	Elaboração da pauta da certidão da mesma e posterior envio ao Desembargo do Paço	Pauta
8ª	O Desembargo confirma a pauta e todos os anos elabora a lista dos camaristas enviando-a à câmara cessante para ser empossada.	Nomeação

Adaptado de CAPELA, José Viriato - Vila Nova de Cerveira. Elites, Poder e Governo Municipal (1753-1834)

Em Lamego, para o período compreendido entre 1799 e 1834 foram escolhidos, dentre os homens "*melhores, mais nobres e antigos desta*

cidade"[10], trinta informadores, como se mostra no quadro B.1 do anexo B.

Como podemos verificar no referido quadro, ao longo destes últimos trinta e cinco anos não se verificou grande alteração nas pessoas seleccionadas para Informadores destacando-se as dez principais famílias pertencentes à nobreza local sendo de realçar que a família Guedes desempenhou a função por cinco vezes; Albergaria Monteiro e Pinheiro Aragão, quatro vezes; Silveira Pinto da Fonseca e Carvalho, três; Perfeito Pereira Pinto, Castro da Fonseca e Botelho Machuca, duas; e uma vez desempenhou a função a família Coutinho Vilhena e Leitão[11].

A excepção verificou-se em 1827-1829, altura em que, pela primeira vez, Lamego escolhe para Informadores elementos exteriores à nobreza local. Trata-se de dois letrados, Luís Gomes de Sousa Teles, Bacharel formado em Leis e que já tinha desempenhado o cargo de Juiz de Fora da cidade e Joaquim de Lemos, Advogado da cidade e que "*já tem servido cargos no Concelho"*[12]. Em 1829, com a subida ao trono do rei D. Miguel, procede-se a novas eleições camarárias sendo, de novo, escolhidos para a função, as famílias tradicionais pertencentes à nobreza local.

Verificamos, ainda, que ao longo dos anos foram sempre escolhidos três Informadores com excepção para os triénios de 1821-1823, 1829-1831 e 1832-1834 em que somente foram escolhidos dois.

3.2 Os Eleitores

Para exercer a função de Eleitor, a Lei determinava que se procedesse a votações. Os seis mais votados seriam os Eleitores.

[10] I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Maço 1053, S/Número. Eleição dos oficiais da Comarca da cidade de Lamego para os anos de 1799, 1800 e 1801, fls. 2 e 2 v.

[11] Segundo Felgueiras Gayo, no livro *Nobiliário das Famílias de Portugal*, as famílias de: José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira é conhecida por Guedes (Vol. VI, p. 16); Jerónimo de Carvalho Rebelo, por Carvalho (Vol. III, p. 423); Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos, por Monteiro (Vol. VII, p. 454); Francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca, por Aragões Osórios Botelhos Machucas (Vol. XI, p. 668). Quanto às restantes famílias, são conhecidas por Perfeito Pereira Pinto; Castro da Fonseca, da Casa das Brolhas; Silveira Pinto da Fonseca, família dos Viscondes da Várzea, actualmente Marqueses de Castelo Melhor, Marqueses de Chaves e Condes de Amarante; Pinheiro Aragão; Vilhena e Leitão.

[12] I.A.N./T.T – *Des. do Paço, Beira* , Mç 1073, S/ Número, CX. 1170. Eleição de Vereadores, Procuradores e Tesoureiros para os anos de 1827, 1828 e 1829

Segundo o quadro B.2 do anexo B, os Eleitores provinham, sempre, das mesmas famílias, ao longo dos anos.

Novamente 1827-1829 constitui uma excepção aparecendo, pela primeira vez, quatro pessoas que nunca tinham sido Eleitores, sendo eles: António Azevedo Teixeira de Carvalho, pertencente à nobreza local; António José da Costa, Comandante das Ordenanças do Distrito da Cidade e Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo; António Teixeira da Mota e Joaquim de Lemos, bacharéis formados em Leis e Advogados da cidade. Em 1829-1831, com a nova câmara absolutista em funções, são repostos os habituais Eleitores, provenientes da nobreza tradicional, com excepção de Joaquim Peito de Carvalho, bacharel em Leis e que em 1830 ocupará o cargo de Procurador da Cidade.

Em 1832-1834, entram três novos indivíduos para Eleitores: Joaquim António Pinheiro da Fonseca Vieira e Silva, António Teixeira de Sousa da Silva Alcoforado e João Correia de Lacerda, provenientes da nobreza.

As famílias que mais vezes desempenharam a função de Eleitor foram: Monteiro, com oito vezes; Guedes, com sete; Botelho Machuca, Silveira Pinto da Fonseca e Pinheiro Aragão com seis vezes; Perfeito Pereira Pinto, Castro da Fonseca e Carvalho com cinco; Carvalho[13] com quatro vezes; Coutinho de Vilhena com três e Leitão de Carvalho, Melo Freire e Silveira Pinto da Fonseca com uma vez cada um.

3.3 Os Vereadores

Sendo elegíveis para Vereadores 167 indivíduos num espaço de 35 anos[14], foram, efectivamente eleitos, para exercerem o cargo, 102 Vereadores. Num total de nove eleitos para cada triénio, somente três Vereadores desempenhavam funções em cada ano. Escolhidos e eleitos entre os melhores da terra, à semelhança do que acontecia, por exemplo,

[13]Gayo, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Vol. III, p. 445.
Segundo este autor, a família Taveira Pimentel de Carvalho eram conhecidos pelo nome Carvalho, coincidindo, o mesmo, com o dos Morgados do Poço.
[14] Faltam dados para 1822

no Porto[15], Santarém[16] ou Évora[17], o quadro B.3 que se apresenta no anexo B, revela os nomes dos eleitos e demonstra-nos o quão restrito era o acesso aos lugares da governança de pessoas que não pertencessem à elite local que há muito ocupavam, eles próprios ou seus ascendentes, os lugares camarários.

Ao longo do período em análise foram 136 os indivíduos que desempenharam o cargo de Vereador na Câmara de Lamego. Destes 136, treze escusaram o cargo (dez pedem escusa mas não sabemos o motivo; um pediu escusa por doença; um devido à idade avançada que apresentava e um por não residir na cidade) sendo, por isso, substituídos por outros Vereadores eleitos. Quatro faleceram durante o mandato ou quando foram nomeados e em 1811 três Vereadores eleitos foram impedidos de exercerem a função. Para 1822 não são conhecidos os Vereadores eleitos que deviam desempenhar funções. De 12 de Março até 5 de Junho de 1823[18] a Câmara de Lamego é Constitucional desempenhando o cargo de Vereadores Bonifácio António de Moura Curto, Joaquim de Lemos e Luís Gomes de Sousa Teles (bacharéis em Leis e Advogados), João Pinheiro Aragão Sauzedo, Machado e Manuel António Cerdeira. A partir de 5 de Junho do mesmo ano, a Câmara Realista é reposta[19] e são nomeados Vereadores Francisco Osório de Magalhães Botelho Soares Machuca, Manuel Pereira Coutinho de Vilhena, Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa e para Procurador é nomeado Jacinto Feliciano da Silva Castro.

[15] NUNES, Ana Sílvia Albuquerque – *Municipalismo e Sociedade do Porto*…., p. 89
[16] REIS, Maria de Fátima Reis – *Santarém no tempo de D. João V*…, pp. 48 -49
[17] FONSECA, Teresa – *Absolutismo e Municipalismo: Évora*…, pp. 165-167
[18] A.H.M.L. – *Lv. Vereação,* Acta de Sessão de 12 de Março de 1823, fl. 9;
A.H.M.L. – *Lv.. Vereação,* Acta de Sessão de 14 de Março de 1823, fl. 10 v.;
A.H.M.L. – *Lv. Vereação,* Acta de Sessão de 5 de Abril de 1823, fl. 15 v.;
A.H.M.L. – *Lv. Vereação,* Acta de Sessão de 9 de Abril de 1823, fl. 17 v.;
A.H.M.L. – *Lv. Vereação,* Acta de Sessão de 13 de Abril de 1823, fl. 20;
A.H.M.L – *Lv. Vereação,* Acta de Sessão de 5 de Junho de 1823, fls. 23 v., 24 e 24 v.
[19] A.H.M.L. – *Lv. Vereação,* Acta de Sessão de 5 de Junho de 1823, fls. 23 v., 24 e 24 v.
Neste dia, sendo presidente da Câmara Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra, foi apresentado um ofício do Comandante da Força Armada a convidar o Senado de Lamego para comparecer nos Paços do Concelho para "*demitir à Câmara realista a sua authoridade e assistir ao auto de reconhecimento do Governo de Sua Magestade*". Em consequência deste ofício, o Presidente e mais Vereadores, estando presente a Câmara Realista (…) demitia e entregava a sua autoridade administrativa à Câmara Realista para exercer as funções do seu ministério e principiar estas pelo auto de inauguração do legítimo governo de Sua Magestade". Neste acto, tomando a presidência o Dr. Juíz de Fora, José de Abreu Carneiro Vasconcelos e os Vereadores e Procurador da Câmara Realista, Fidalgos Escudeiros, Comandante da Força Armada, Magistrados e Corporações Regulares e pelo Povo, pelo dito Presidente foram dadas vivas à Religião e a El-Rei Livre. Neste acto compareceu, ainda, o Coronel graduado, José de Sousa Araújo Freire Borges da Veiga, com um ofício do Conde de Amarante com ordens para o mesmo dar voz de prisão ao então Juíz de Fora, José de Abreu Carneiro Vasconcelos, a quem " *suspendeo pelo mesmo ofício de Presidente da Câmara Realista*". A presidência foi assegurada pelo Vereador mais velho, Francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca, tendo ocupado um dos lugares de Vereador Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra, dando-se, assim, inaugurado o legítimo governo de Sua Magestade "*tão puro como antes dos sussessos dos dias 24 de Agosto a 15 de Setembro de 1820*".

O triénio de 1827-1829 apresentará alterações ao funcionamento normal do poder camarário. A subida ao trono do rei D. Miguel, a 7 de Junho de 1828, fará com que se interrompam os mandatos para esse triénio e que se proceda a novas eleições.

Em Lamego, após terem sido convocados os Vereadores Bernardo Pereira Leitão, Custódio Correia da Rocha, José Perfeito Pereira Pinto e o Procurador da Cidade, José Mendes Victor de Magalhães, foi-lhes lida, pelo Doutor Desembargador Corregedor da cidade, Manuel Ferreira Gauvares Salvador, uma provisão do Rei D. Miguel " *expedida pelo Tribunal do Desembargo do Paço, em data de 19 de Maio do corrente ano onde o mesmo príncipe ordena que a actual câmara fosse suspensa dos seus cargos, tanto Vereadores como Procurador e Tesoureiro. Após a leitura da dita provisão, todos os sobreditos ficaram suspensos dos seus respectivos cargos sendo, ainda, os mesmos intimados a que mais os não exercitassem. Os mesmos logo se consideraram suspensos*"[20]. Ainda neste triénio, em 1828, foram realizadas novas eleições sendo eleitos "*no mesmo acto, estando presentes Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcellos e Manoel Joaquim Pereira, nomeado Procurador, e Francisco José da Cunha, nomeado Tesoureiro, logo tomaram posse dos cargos e não se deu posse aos nomeados José de Mello Freire Pitta Osório por se achar ausente em espanha e José de Araújo Freire Borges da Veiga por ter falecido. Dado a Câmara não poder ficar sem vereadores e os anteriores terem sido suspensos, foram, então, nomeados para vereadores João Pinheiro Aragão Sauzedo, e Francisco Osório de Aragão Magalhães, pessoas nobres e que continuam a andar na vereança per si e seus passados*"[21].

No triénio 1832-1834 a Câmara verá, novamente, o seu mandato interrompido devido à vitória definitiva do Liberalismo.

3.4 Os Procuradores

No que concerne ao cargo de Procurador da Cidade, a eleição era efectuada para um mandato anual. A sua eleição mostra-nos uma

[20] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 9 de Junho de 1828, fls 29 v. e 30
[21] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de Câmara de 9 de Junho de 1828, fls 29 v. e 30

realidade política e social bastante diferente daquela que nos foi dada a conhecer em relação aos Vereadores. Desempenhando um papel político bem menos importante que estes últimos, cabia-lhes a responsabilidade de defender os interesses da população e promover as causas da mesma junto da câmara.

Entre 1799 e 1834 foram 80 os indivíduos arrolados para Procuradores, mas somente 39 ocupariam o lugar, como se indica no quadro B.4, anexo B.[22]

Segundo o referido quadro, foram eleitos três Procuradores da Cidade para cada triénio sendo, no entanto, a função desempenhada por um só em cada ano.

Em 1805, António Joaquim Soares, eleito para Procurador, é retirado do arrolamento vindo a ser substituído por Luís Monteiro de Carvalho, que tinha sido Procurador no ano anterior.[23] Inácio José Ferreira, eleito Procurador para 1815, será tirado do mesmo arrolamento e será substituído não se sabe se por Luís José Joaquim Soares ou por Manuel Joaquim de Almeida, ambos também eleitos. Em 1827, José Taveira Magalhães escusa o cargo de Procurador sendo substituído por Miguel de Sobral Fiel.

Em 1828, devido à morte do rei D. João VI e da subida ao trono de D. Miguel, a câmara em exercício, juntamente com os seus oficiais, é dissolvida e realizam-se novas eleições. Na sequência destes acontecimentos, o então Procurador, José Mendes Victor de Magalhães, não foi reeleito sendo substituído pelo novo Procurador, Manuel Joaquim Pereira[24].

[22] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*. Pautas de Eleição, 1799-1834

[23] A.H.M.L. – *Lv. Vereação,* Acta de Sessão de 4 de Maio de 1805

[24] A.H.M.L. – *Lv. Vereação,* Acta de Sessão de 9 de Junho de 1828, fls. 29 v. e 30.
Neste acto, "*pelo Dr. Desembargador Corregedor Manuel Ferreira Tavares Salvador que a havia convocado e bem assim os Vereadores Bernardo Pereira Leitão, José Perfeito Pereira Pinto, Custódio Correia da Rocha e o Procurador José Mendes Victor de Magalhães*", apresentou o dito Ministro uma Provisão passada em nome do "Sr. *D.Miguel, Infante Regente deste Reino e Algarves, expedida pelo Tribunal do Desembargo do Paço com data de 19 de Maio do corrente ano*" onde se ordena que a actual câmara "*seja suspença dos seos cargos tanto Vereadores, como Procurador e Thesoureiro*". Após a leitura da Provisão, todos ficaram suspensos dos cargos que desempenhavam e, em nome do mesmo Infante D. Miguel, "*lhe entimou que mais os não exercitassem*" . Na mesma sessão, e em sua substituição, foram empossados "*Joaquim de Albergaria Monteiro de Vasconcelos e Manuel Joaquim Pereira, nomeado Procurador e Francisco José da Cunha nomeado Thesoureiro*". No entanto, não foi possível dar posse aos nomeados José de Melo Freire Pita Osório por se achar ausente em Espanha e a José de Araújo Freire Borges da Veiga por ter falecido. Devido a este impedimento e tendo em vista a necessidade da Câmara ser preenchida pelos novos membros do Senado, o Corregedor da Comarca nomeou, para este fim, João Pinheiro de Aragão Sauzedo e Francisco Osório (de Aragão Magalhães) Soares Machuca "*pessoas Nobres e que continuam a andar na vereação per si e seus passados*".

Nos anos seguintes, desde 1829 a 1833, a situação permanece estável, a nível de eleições. Para 1834, ano em que ocorre a vitória do Liberalismo, não há informação.

Verificamos, ainda, que o Procurador que mais vezes ocupa o cargo é Joaquim de Lemos (1802, 1806, 1819, 1823 e 1826) e António Joaquim Soares, que exerce o mandato 4 vezes (1805, 1809, 1813 e 1817).

3.5 Os Tesoureiros

Quanto ao cargo de Tesoureiro da Câmara, eleitos três para cada triénio, somente exercia o cargo um por cada equipa camarária. Ao longo dos últimos trinta e cinco anos (1799-1834), foram setenta e dois os indivíduos arrolados para o cargo de Tesoureiro mas somente 40 ocuparam o cargo[25], tal como podemos constatar no quadro B. 5 do anexo B.

O cargo de Tesoureiro foi aquele que maior mobilidade registou ao longo deste período havendo, somente, excepção para os anos de 1806, em que Alexandre José da Costa volta a desempenhar o cargo acontecendo a mesma situação com José da Silva Mengo em 1807 e 1816. Para os anos de 1832, 1833 e inícios de 1834 sabe-se que foram eleitos Alípio Dias, António José, Francisco Caetano Calder, António José Guido, Francisco Rodrigues Silva e Manuel Dias Rocha[26] não se sabendo, no entanto, quem e em que ano desempenharam o cargo.

Em 1814, Francisco António de Macedo foi nomeado pelo Rei para ocupar o cargo de Tesoureiro nesse ano.

Quanto aos Tesoureiros eleitos que virão a escusar o cargo serão, em 1816, Manuel de Oliveira Chaves e José da Silva Mengo sendo substituídos por Custódio Correia da Rocha; em 1827, Bento José da Silva, sendo substituído por Gaspar Leite Barros; em 1828, Francisco José da Cunha sendo substituído por Francisco Pais de Figueiredo; em 1830, Manuel José de Oliveira (não sabemos por quem foi substituído); em 1831, António Alexandre Marques, substituído por José Teixeira

[25] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*. Pautas de Eleição para Tesoureiros, 1799-1834
[26] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç 1077, S/N, Cx. nº 1174

Geruste, João José Ribeiro Juvandes[27] substitui, por Provisão Régia, José Teixeira Geruste e Francisco Pais de Figueiredo, também por Provisão Régia, substitui João José Ribeiro Juvandes.

3.6 Os Almotacés

O cargo de Almotacé, cargo superior não remunerado, apesar de não fazer parte das Câmaras, eram estas que elegiam os indivíduos para o ocuparem estando eles incumbidos de actividades importantes para a vida local em assuntos ligados com a vigilância sobre os pesos e medidas, o abastecimento em géneros e a fixação de preços.

Eleitos todos os anos, de três em três meses[28] e formando uma equipa de dois em cada trimestre, em Lamego verificamos que o cargo foi ocupado não só por alguns membros mais proeminentes da elite local e que por várias vezes foram Vereadores, (pois, segundo a Lei, a eles competia desempenhar o cargo de Almotacé no ano a seguir a terem exercido o cargo de Vereador) como também por cidadãos que ocuparam o cargo de Procurador da Cidade.

Desde 1799 a 1834, salvo os anos em que não há informação[29] e segundo o quadro B.6 do anexo B, foram eleitos 94 Almotacés.

Verificamos que, o maior número de indivíduos que ocuparam o cargo de Almotacé, eram Homens de Letras e burgueses. Num total de 139 Almotacés (48 indivíduos não repetidos), 22 eram nobres e 26 não pertenciam à nobreza. Destes 26 indivíduos, 4 eram Advogados; 4 bacharéis; 2 médicos; 1 Sargento-Mór de Ordenanças; 1 Comandante das Ordenanças da cidade; 1 Proprietário dos Ofícios de Inquiridor/Contador/Distribuidor; 1 Escrivão dos Contos; 1 Tenente dos Voluntários Realistas; 1 Tenente-Coronel; 1 Negociante e para os restantes não se conhece ofício.

[27] A.H.M.L. – *Lv. Vereação,* Acta de Sessão de 21 de Maio de 1831, fl. 108.
Este nomeado irá pedir escusa do cargo alegando, para isso, o seu cargo de Alferes da Bomba de Água da cidade.
[28] A.H.M.L. – *Lv. Vereação,* Actas de Sessão de 1799-1834
[29] Não existem Livros de Vereação de 1 de Janeiro de 1815 a 31 de Janeiro de 1823

Quanto à sua eleição, era norma elegerem dois Almotacés por cada trimestre[30] no entanto, verificamos que nem sempre isso aconteceu sendo os mesmos Almotacés eleitos para vários meses como foram, por exemplo, os casos de Jerónimo de Carvalho Rebelo que em 1803 foi eleito por cinco meses (de Maio a Setembro); Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho e António Joaquim Soares que foram eleitos Almotacés de Julho de 1806 a Junho de 1807 "*por terem desempenhado as funções com muito louvor e geral satisfação*"[31]; Luís José Joaquim Soares, em 1809, será eleito para os meses de Maio, Junho e Julho "*e restantes meses até ordens em contrário*"[32]; para o ano de 1811, os Almotacés eleitos, António Joaquim Soares e Luís José Joaquim Soares vão desempenhar o cargo durante todo o ano prolongando-se o mesmo pelo ano de 1812 ressalvando-se, no entanto, o desempenho do cargo nos meses de Julho, Agosto e Setembro devido ao facto dos Vereadores e Procurador eleitos se "*encontrarem ausentes da cidade*"[33].

Ao longo deste período foram vários os Almotacés eleitos que escusaram o cargo ou que, por qualquer outro motivo, não o chegaram a desempenhar. Assim, em 1779, Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos[34] e António de Sousa Melo Vasconcelos[35] escusaram o cargo. Quanto ao primeiro, não sabemos por quem foi substituído mas quanto ao segundo "*depois da acta assinada e de tomar posse como Almotacé Bernardo Pinheiro Aragão Sauzedo, não assinou pois apresentou uma provisão que o escusa de servir todos os cargos do concelho, tendo sido nomeado outro em seu lugar*"[36]. Foi nomeado para o substituir Jerónimo de Carvalho Rebelo[37]; em 1801, Joaquim António Pinheiro da Fonseca Vieira e Silva não foi Almotacé no mês de Julho " *por estar ausente*"[38]; em 1803, Luís Guedes de Carvalho Sousa e Vasconcelos não assinou a Acta de Câmara no acto de juramento nos

[30] Após consultados os Livros de Vereação verificamos que havia ausência de eleições para alguns meses do ano a que o mesmo Livro se reporta o que nos leva a crer que os Almotacés eleitos para os meses referidos continuavam a desempenhar o cargo até surgirem novas eleições.
[31] A.H.M.*L.* – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 29 de Setembro 1806, fl. 47 v.
A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 23 de Março 1807, fl. 69v.
[32] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 8 de Maio 1809, fl. 22
[33] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 1 de Julho 1812, fl. 22
[34] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 1 de Janeiro de 1799
[35] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 1 de Agosto 1799, fl. 96
[36] A.H.M.L – *Lv. de Vereação*, Acta de Sessão de 19 de Setembro 1799, fl. 96 v.
[37] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 19 de Outubro 1799, fl. 97.
[38] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 8 Agosto 1801, fls. 185 e 185 v.

"*Santos Evangelhos*" por se recusar a ocupar o cargo[39]; em 1804, Domingos da Mota Freitas substitui[40] António Albergaria Monteiro Vasconcelos para os meses de Abril, Maio e Junho "*e seguintes do presente ano*"; Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões e Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra escusam o cargo para os meses de Julho, Agosto e Setembro, o primeiro "*por causa de moléstia*"[41] e o segundo por ter "*jornada dilatada*"[42] sendo os mesmos substituídos por José Mendes da Fonseca e Domingos da Mota Freitas[43]; em 1805 Jerónimo de Carvalho Rebelo substitui António Joaquim Soares por este "*ter sido eleito Procurador*"[44]; em 1806, Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho e António Joaquim Soares são novamente eleitos para o cargo "*por terem desempenhado as funções com muito louvor e geral satisfação*"[45]; em 1807, continuam os mesmos "*por terem servido tão bem o cargo*"[46]; em 1809 José Leitão Pereira Rebelo Soares de Carvalho, suspende, temporariamente, o exercício do cargo, "*por motivo de doença*"[47] sendo substituído por José de Moura Seco; em 1812, Luís José Joaquim Soares e António Joaquim Soares são eleitos para os meses de Julho, Agosto e Setembro visto "*os Vereadores e Procurador eleitos estarem ausentes da cidade*"[48]; em 1813, António de Moura Seco substitui Herculano José da Costa Lobo nos meses de Julho, Agosto e Setembro[49]; em 1826, António Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho (neto) e Manuel Joaquim Pereira Cardoso substituem João Pinheiro Aragão Sauzedo e Francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca nos meses de Julho a Dezembro[50] desconhecendo-se, no entanto, os motivos para tal substituição; em 1828, Custódio Correia da Rocha e António José da Costa foram eleitos mas não sabemos se chegaram a desempenhar o cargo e em que meses, visto a Câmara ter sido dissolvida. Para os substituir, já com a Câmara Realista, foram eleitos Luís Gomes

[39]A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 6 de Outubro de 1803, fl. 88 v.
[40]A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 8 Abril 1804, fl. 117
[41]A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de 4 de Julho 1804, fl. 122 v. e 123
[42] *Idem*, fl. 122 v. e 123
[43]A.H.M.L – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 4 de Julho 1804, fl. 122 v. e 123
[44]A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 29 de Janeiro 1805, fl. 147 v. e 148
[45]A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 29 de Setembro 1806, fl. 47 v.
[46]A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 23 de Março 1807, fl. 69 v.
[47] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 1 de Abril 1809, fl. 19 v.
[48]A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 1 de Julho 1812, fl. 22
[49]A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 1 de Julho 1813, fl. 83
[50]A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 19 de Agosto 1826, fl. 145

de Sousa Teles e Joaquim Peito de Carvalho para os meses de Junho, Julho, Agosto e Setembro[51].

Verificamos, ainda, que os nobres que desempenharam o cargo de Vereador e logo no ano seguinte o de Almotacé (segundo informações recolhidas nas Actas de Vereação), foram: Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos e Joaquim António Pinheiro da Fonseca Vieira e Silva, Vereadores em 1800 e Almotacés em 1801; Jerónimo de Carvalho Rebelo, João Pinto Coelho Guedes de Macedo, Luís Guedes de Carvalho Sousa e Vasconcelos, Vereadores em 1802 e Almotacés em 1803; Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões e António Albergaria Monteiro Vasconcelos, Vereadores em 1803 e Almotacés em 1804; Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos, Jerónimo de Carvalho Rebelo e João Pinto Coelho Guedes de Macedo, Vereadores em 1804 e Almotacés em 1805; José Leitão Pereira Rebelo Soares de Carvalho e Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho desempenharam o primeiro cargo em 1805 e o segundo em 1806; João Pinto Coelho Guedes de Macedo desempenhou o primeiro em 1806 e o segundo em 1807; José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira desempenhou o primeiro em 1807 e o segundo em 1808; José Leitão Pereira Rebelo Soares de Carvalho foi Vereador em 1808 e Almotacé em 1809; em 1811 nenhum Vereador pertencente à elite de Lamego foi eleito Almotacé tendo sido o cargo desempenhado por Luís José Joaquim Soares, Procurador em 1807 e António Joaquim Soares que desempenhou o mesmo cargo em 1809. Em 1813 nenhum Vereador foi eleito Almotacé; em 1814, João Pinheiro Aragão é Vereador e em 1813 é eleito Almotacé; para 1816-1821 não existe informação sobre Almotacés; para 1822 não existe informação para Vereadores e Almotacés; José Taveira Pimentel de Carvalho, José Guedes Magalhães Osório Coelho Seabra e João Pinheiro Aragão Sauzedo, Vereadores em 1824, são eleitos Almotacés em 1825; Francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca, Manuel Pereira Coutinho de Vilhena e António Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho (neto) desempenhara, o primeiro cargo em 1825 e o segundo em 1826; António José da Costa e Custódio Correia da Rocha, Vereadores em 1827, foram

[51]A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 11 de Junho 1828, fl. 31 v,

nomeados Almotacés para 1828 mas não chegam a desempenhar as funções devido à suspensão do cargo; João Pinheiro Aragão Sauzedo e José de Lemos Melo e Vasconcelos, Vereadores em 1829, são eleitos Almotacés em 1830; Manuel Pereira Coutinho de Vilhena, Vereador em 1830, é eleito Almotacé em 1831; João Correia de Lacerda, Vereador em 1831, é eleito Almotacé em 1832. A partir desta data até 1834 não há qualquer informação sobre Almotacés.

Dos nobres que foram Vereadores e no ano seguinte Almotacé, João Pinheiro Aragão Sauzedo e João Pinto Coelho Guedes de Macedo foram aqueles que mais vezes ocuparam o último cargo (três vezes); Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos, Jerónimo de Carvalho Rebelo, José Leitão Pereira Rebelo Soares de Carvalho, José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira e Manuel Pereira Coutinho de Vilhena, duas vezes; Joaquim António Pinheiro da Fonseca Vieira e Silva, Luís Guedes de Carvalho e Vasconcelos, Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões, António Albergaria Monteiro Vasconcelos, Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho, José Taveira Pimentel de Carvalho, Francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca, António Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho (neto), José de Lemos Melo e Vasconcelos e João Correia de Lacerda, uma vez.

Quanto aos Procuradores que foram Almotacés, todos eles, com excepção de Inácio José Ferreira, que foi Procurador em 1815 e foi Almotacé somente em 1813, todos os outros cumpriram um ano de Procuradores e no ano seguinte o de Almotacé. Assim, Joaquim de Lemos foi Procurador em 1802 e 1806 e Almotacé em 1803 e 1807; José Mendes da Fonseca, Procurador em 1803, Almotacé em 1804; António Joaquim Soares, Procurador em 1805, 1809 e 1813, foi Almotacé em 1806, 1810 e 1814; Luís Monteiro de Carvalho ocupou o primeiro cargo em 1804 e o segundo em 1805; Luís José Joaquim Soares foi Procurador em 1807 e 1812 e Almotacé em 1808 e 1813; José de Moura Seco desempenhou o primeiro cargo em 1808 e o segundo em 1809; Manuel Joaquim de Almeida foi Procurador em 1829 e Almotacé em 1830; Joaquim Peito de Carvalho foi Procurador em 1830 e Almotacé em 1831

e Manuel Joaquim Pereira Cardoso foi Procurador em 1824 e 1828 e Almotacé em 1825 e 1829.

Os Procuradores que mais vezes ocuparam o cargo de Almotacé foram: António Joaquim Soares (dezasseis vezes) logo seguido de Luís José Joaquim Soares (doze vezes).

Para 1833 e 1834 não existe informação sobre Almotacés devido à inexistência de Livros de Vereação.

Conclusão

No que concerne à eleição dos diferentes oficiais camarários em apreço, podemos concluir que de todos os ofícios, o de Vereador foi, sem dúvida, o mais importante no panorama eleitoral do Antigo Regime.

Começando pela escolha criteriosa dos Informadores e dos Eleitores, a eleição para Vereador recaía, sucessivamente, sobre a melhor nobreza da cidade, quase todos Fidalgos da Casa Real e cujos rendimentos económicos eram acentuadamente superiores à média nacional para os seus congéneres.

O poder municipal estava, assim, nas mãos destas poderosas elites lamecenses, num reduzido número de famílias que mantinham laços de parentesco entre si formando um grupo coeso e exclusivo no poder local

Esta ordem natural de detenção do poder só será debilmente afectada em 1823 e 1827 quando o Senado lamecense elege elementos oriundos da burguesia mas que de imediato, tal como já foi referido, ainda em 1823 e em 1828 terminará por se restabelecer a ordem antiga.

Quanto ao cargo de Procurador, é maioritariamente desempenhado por "homens letrados" que, em termos de importância social, se posicionavam abaixo da nobreza. No seu seio não se observam laços de parentesco.

Quanto à função de Tesoureiro, era, por excelência, um cargo menor, da exclusiva competência da burguesia pois quem o vai exercer são, na sua maioria, negociantes da cidade. Também entre eles não existiam laços de parentesco.

Quanto à função de Almotacé, apesar de serem os membros do próprio Senado a elegê-los, constatamos que os mesmos, na sua maior parte, eram escolhidos entre aqueles que tinham um estatuto e actividade mais elevados pois em 49 Almotacés, dezasseis eram Fidalgos da Casa Real, três pertenciam à nobreza, quatro eram Advogados, três Médicos e quatro eram Bacharéis.

Capítulo 4 – Caracterização social das elites lamecenses do período 1799-1834

Tal como determinava a Lei do Antigo Regime, os homens que deviam integrar o poder tinham de pertencer à melhor nobreza local.

Segundo o quadro que se segue[1], para os vários foros possíveis, em Lamego foram encontrados, somente, foros grandes apresentando, as elites em apreço o seguinte foro:

Quadro 4.1 Foros de Fidalgo da Casa Real.

Nobreza	Foro
Nobreza principal (Foros grandes)	Fidalgo – Cavaleiro Fidalgo – Escudeiro Moço - Fidalgo
Nobreza distinta (Foros pequenos)	Cavaleiro – Fidalgo Escudeiro – Fidalgo Moço da Câmara

Fonte: NUNES, Ana Sílvia Albuquerque – *Municipalismo e Sociedade do Porto*

Como podemos verificar ao longo deste estudo, os homens da "governança" de Lamego que exerceram o cargo de Vereador eram Fidalgos da Casa Real, grande parte eram Cavaleiros da Ordem de Cristo e quase todos militares.

No seio da fidalguia lamecense, as famílias que exerceram a função de Vereador no período em análise, também desempenharam, salvo algumas excepções, o cargo de Almotacé. Verificou-se, ainda, que as mesmas famílias foram sistematicamente reconduzidas no primeiro cargo.

[1] NUNES, Ana Sílvia Albuquerque – *Municipalismo e Sociedade do Porto*, p. 101. Sobre este quadro a autora refere que o mesmo foi elaborado com base em elementos contidos na obra do Visconde Sanches de Baêna – *Dicionário Aristocrático.* Nota prévia de Gonçalo Vasconcelos e Sousa, 2ª ed. Porto: Centro de Estudos de História da Família da Universidade Moderna do Porto, 2002 e esclarece que no que diz respeito aos foros, por vezes o Rei atribui um determinado foro mas pode em seguida elevá-lo por "acrescentamento". Assim, nos Foros Grandes, correspondentes à *Nobreza Principal*, havia ainda os Fidalgos – Cavaleiros que tinham começado por ter foro de Moço Fidalgo (com acrescentamento a Fidalgo – Cavaleiro); os Fidalgos – Cavaleiros que tinham começado pelo foro de Cavaleiro – Fidalgo (com acrescentamento a Fidalgo – Cavaleiro); ainda os Fidalgos – Escudeiros, que inicialmente tinham obtido o alvará de Moço – Fidalgo (com acrescentamento a Fidalgo – Escudeiro). Nos Foros Pequenos, correspondentes à *Nobreza Distinta* havia o foro de Cavaleiro – Fidalgo que tinha começado por ser de Escudeiro – Fidalgo (com acrescentamento a Cavaleiro – Fidalgo).

Para uma melhor compreensão do estudo em apreço, apresentamos uma análise, a mais completa possível, de cada família que protagonizou as funções de Vereador e Almotacé.

4. Famílias Fidalgas que ocuparam os cargos de Vereador e Almotacé em Lamego no período 1799-1834

4.1 Monteiro

António Albergaria Monteiro Vasconcelos[2], F.C.R.[3], Cavaleiro da Ordem de Cristo[4] e pertencente à Principal Nobreza da cidade de Lamego[5], natural da freguesia da Sé, Lamego, (casado com D. Maria Leonor Botelho de Vasconcelos Sampaio, natural de Passos, freguesia de Santa Maria de Fafe, filha de Afonso Botelho de Sampaio e Meneses e de D. Madalena de Vasconcelos Castelo Branco)[6], filho de Luís Rebelo de Carvalho e Albergaria, natural de Lamego (e de D. Ana Maria Luísa Guedes Pinto de Queirós, natural da freguesia de Laurentim, S. Miguel de Lobrigos), neto paterno de Domingos Monteiro de Albergaria, natural de Valdigem (e de D. Clara Maria de Magalhães, natural de Lamego) e materno de António Guedes Alcoforado, natural de Laurentim, S. Miguel de Lobrigos (e de D. Maria de Queirós Guedes, natural de Lobrigos)[7]; pai de **Joaquim de Albergaria Monteiro Vasconcelos,** Fidalgo Cavaleiro da Casa Real[8], Tenente-Coronel do Regimento de Milícias de Lamego[9] e Juiz de Fora de Mogadouro[10] natural da

[2] Também chamado António Rebelo de Carvalho Albergaria
[3] GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*, p. 454
[4] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1053, S/N. Pautas Eleitorais para 1799-1801
[5] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1053, S/N. Pautas Eleitorais para 1799-1801
[6] A. D.A – *Lv. Baptismos da Sé*, 1751-1754, Cx. Nº 4, fl. 82
[7] A. D. A. – *Lv. Baptismos da Sé*, 1719-1748,1719-1730, Cx. Nº 3, fl. 37
[8] No *Livro de Registo Geral das Mercês*/E/102298, Lv. 18, fl. 50, por alvará de 03/09/1795, confirma-se que Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos obteve o foro de Fidalgo Cavaleiro e passa-se a citar o disposto no referido foro: "*A Rainha, a pedido do bispo de Viseu, D. Francisco Monteiro Pereira de Azevedo, concede-lhe o foro de Fidalgo da Casa Real, a ele, natural da cidade de Lamego, filho de António de Albergaria, pois achava-se casado com a sobrinha do dito bispo, D. Maria Joana Pereira de Azevedo e Melo, filha de seu irmão primogénito, Henrique Pereira Monteiro, da casa de Barrô. Esta mercê deveu-se ao facto do marido de sua sobrinha pertencer a uma antiga nobreza que também já gozava do mesmo foro. Assim, a Rainha faz fidalgo a Joaquim de Vasconcelos com 1$600 (mil e seiscentos) réis de moradia, devido a Fidalgo Cavaleiro e um alqueire de cevada a ser paga segundo a ordenança*".
[9] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1053, S/N. Pautas Eleitorais para 1799-1801
[10] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1055 S/N. Pautas Eleitorais para 1802-1804

freguesia da Sé (casado com D. Joana Pereira de Azevedo e Melo, natural de Cárquere, filha de Henrique Pereira de Azevedo Vasconcelos, natural de Resende e de D. Raquel Maria de Calvos Melo, natural de Cárquere)[11]; avô de **D. Maria Cândida Albergaria Vasconcelos** e de **D. Antónia Adelaide de Albergaria Monteiro Vasconcelos** (ambas casadas, em primeiras[12] e segundas núpcias[13], respectivamente, com **Manuel Pereira Coutinho de Vilhena**).

Aspectos institucionais na edilidade:

António Albergaria Monteiro Vasconcelos foi Vereador em 1799, 1803 e 1806 e Almotacé em 1804 e o primeiro da família a integrar o poder em Lamego no século XIX, aos 66 anos de idade[14]. Nos três triénios consecutivos em que foi Vereador foi sempre considerado "*óptimo para a vereação*"[15] "*é da governança e é muito suficiente*"[16] "*tem servido muitas vezes de vereador e apesar da idade as suas acções são muito bem reguladas fora e dentro da câmara com muita satisfação do público*"[17]. Apresentou, nos três anos em que foi Vereador, um rendimento médio de 300 000 cruzados.

Morreu a 26 de Março de 1809[18].

Aspectos institucionais na edilidade:

O seu filho, **Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos**, será o único a seguir o percurso do pai na "governança" de Lamego que, no século XIX, a inicia aos 41 anos. Foi Vereador em 1800, 1804, 1807, 1810, 1811, 1813, 1814, 1816, 1821, 1825, 1828 e 1829 e Almotacé em 1799, 1800, 1801, 1803 e 1805.

Foi sucessor à casa do pai (até aos 45 anos) e dele dizem os Róis de Elegíveis que "*é óptimo*"[19], "*é muito digno*"[20], "*tem servido*

[11] ADVIS – *Lv. Baptismos da Sé*, 1794-1818, Cx. 11/ A/, Nº 4, fl. 23
[12] ADVIS – *Lv. Casamentos de Várzea Abrunhais*, 1734-1856, Cx. 23, Nº2, fl. 70
[13] ADVIS – *Lv. Casamentos da Sé*, 1773-1827, Cx. 11, Nº 1, fl. 204
[14] Supõe-se que também o deve ter exercido já no século XVIII.
[15] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1053, S/N. Pautas Eleitorais para 1799-1801
[16] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1055 S/N. Pautas Eleitorais para 1802-1804
[17] I.A.N./T.T. - *Des. do Paço, Beira*, Pautas de Eleição para o período compreendido entre 1799-1834
[18] ADVIS – *Lv. Óbitos da Sé*, 1781-1832, Cx. 11/ B/, Nº 8, fl. 192

actualmente como Vereador com muito desempenho, tem boas circunstâncias"[21], "*tem servido os cargos nobres da câmara com seus passados e é muito bom*"[22] e durante os seus mandatos como Vereador apresentou um rendimento médio de 280 000 cruzados.

Viria a falecer a 16 de Dezembro de 1829[23].

Ligações familiares:

Pereira Coutinho, pelo casamento **de Manuel Pereira Coutinho de Vilhena** com as duas netas (em primeiras núpcias com D. Maria Cândida Albergaria Vasconcelos e em 2ªs núpcias com a irmã desta, D. Antónia Adelaide de Albergaria Monteiro Vasconcelos);

Castro da Fonseca, pelo casamento contraído pelo neto de **Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos**, João Pereira Coutinho de Vilhena (filho de **Manuel Pereira Coutinho de Vilhena** e de D. Antónia Adelaide de Albergaria Monteiro Vasconcelos), com a neta de **Joaquim de Castro da Fonseca Osório Seabra,** D. Maria Joana de Castro da Fonseca e Sousa.

4.2 Pereira Coutinho

Manuel Pereira Coutinho de Vilhena, F. C. C. R.[24], Fidalgo com exercício na Casa Real[25], C. O. C.[26], natural de Penedono[27], (casado com D. Maria Cândida Albergaria Vasconcelos[28] e, após a morte desta, com D. Antónia Adelaide de Albergaria Vasconcelos)[29], filho de Melchior Pereira Coutinho, natural de Penedono (e de D. Maria Leonor Henriqueta de Vilhena e Meneses), neto paterno de João Bernardo Pereira Coutinho de

[19] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1053, S/N. Pautas Eleitorais para 1799-1801
[20] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1055 S/N. Pautas Eleitorais para 1802-1804
[21] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1057. Pautas Eleitorais para 1805-1807
[22] I.A.N./T.T. *Des. do Paço, Beira* – Pautas de Eleição para o período compreendido entre 1799/1834
[23] ADVIS – *Lv. Óbitos da Sé*, 1781-1832, Cx. nº 11/B/, Nº 8, fl. 283
[24] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1818-1820
[25] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1073, Cx. 1170, S/N. Pautas Eleitorais 1827-1829
[26] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N. Pautas Eleitorais 1829-1831
[27] ADVIS – *Lv. Casamentos da Sé*, 1773-1827, Cx . 11, Nº 1
[28] ADVIS – *Lv. Casamentos de Várzea Abrunhais*, 1734-1856, Cx. 23, Nº2, fl. 70
[29] ADVIS – *Lv. Casamentos da Sé*, 1773-1827, Cx. 11, Nº 1, fl. 204

Vilhena (e de D. Joana Teresa de Meneses) e materno de Miguel Pereira Coutinho de Vilhena (e de D. Maria Guedes de Carvalho)[30].

Aspectos institucionais na edilidade:

Manuel Pereira Coutinho de Vilhena foi Vereador em 1816, 1820 e 1830 e Amotacé em 1814, 1831 e 1832. A sua presença no poder local irá prolongar-se pelo período liberal como membro do Conselho Municipal. Os Róis de Elegíveis informavam que era "b*om, tem servido os cargos da República*"[31]. O rendimento médio apresentado, nos anos de Vereação, foi de 383 300 cruzados.

Ligações familiares:

Monteiro, como já foi referenciado, Manuel Pereira Coutinho de Vilhena era genro de Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos;

Castro da Fonseca, Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra era primo co-irmão de Manuel Pereira Coutinho de Vilhena;

Guedes, José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira era parente em 4º grau com Manuel Pereira Coutinho de Vilhena[32];

Carvalho, José Taveira Pimentel de Carvalho era parente, dentro do 4º grau.

4.3 Castro da Fonseca

Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra, F.C.R.[33] com exercício na mesma[34], Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo[35], Coronel do Regimento de Milícias da cidade de Lamego[36] natural da freguesia da Sé, Lamego (casado com D. Luísa de Aragão Pinto da Silveira, natural de Almacave, filha de Bernardo Pinheiro Aragão Sauzedo e de D. Maria Leonarda Pereira Pinto da

[30]ADVIS – *Lv. Baptismos da Sé*, 1794-1818, Cx.11/ A/, Nº 4, fl. 295 v.
[31] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1815-1817
[32] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1067, S/N. Pautas de Eleição para o triénio 1821-1823
[33] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1053, S/N. Pautas Eleitorais 1799-1801
[34] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1818-1820
[35] *Ibidem*, Pautas Eleitorais 1799-1801
[36]I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1055, S/N. Pautas Eleitorais para 1802-1804

Silveira, neta paterna de António Pinheiro Aragão Sauzedo e de D. Joana Luísa Natália de Vasconcelos e Albuquerque e materna de Pedro Teixeira de Lacerda Guedes e de D. Luísa Bernarda da Silveira Pereira Pinto)[37], filho de Pedro Fonseca Castro de Sousa (e de D. Antónia Luísa de Vilhena, natural de Penedono), neto paterno de Francisco Caetano de Castro, natural de da freguesia da Sé, Porto (e de D. Maria Teresa Ferreira, natural da freguesia da Sé, Braga) e materno de João Bernardo Pereira, natural de Penedono (e de D. Joana Teresa de Meneses, natural da freguesia de Santa Marinha, arrabaldes de Ponte de Lima)[38].

Aspectos institucionais na edilidade:

Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra foi Vereador em 1799, 1803, 1807, 1811, 1815, 1819, 1823, 1823, 1826 e Almotacé em 1804, 1815, 1824. As informações contidas nos Róis de Elegíveis dizem que "*é óptimo*"[39], "*é muito digno*"[40], "*tem servido de vereador, com desempenho da sua obrigação. Muito hágil, bem entendido"*[41] e "*bom*". O seu rendimento médio era de 342 000 cruzados.

Faleceu a 1 de Abril de 1829[42].

Ligações familiares:

Monteiro, pelo casamento da neta de Joaquim de Castro da Fonseca Osório Seabra com o bisneto de António Albergaria Monteiro Vasconcelos;

Pereira Coutinho, era primo co-irmão de Manuel Pereira Coutinho de Vilhena;

Perfeito Pereira Pinto, pelo casamento de Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho com D. Rita de Cácia Aragão, irmã de D. Luísa de Aragão Pinto da Silveira;

[37] A. D. A. – *Lv. Casamentos de Almacave*, 1565/1584,1732-1793, Cx.22, fl. 71.
[38] A.D.A. – *Lv. Baptismos da Sé,* 1772-1778, Cx. Nº 6, fl. 60 v.
[39] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1053, S/N. Pautas Eleitorais para 1799-1801
[40] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1055 S/N. Pautas Eleitorais para 1802-1804
[41] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1057. Pautas Eleitorais para 1805-1807
[42] ADVIS – *Lv. Óbitos da Sé*, 1781-1832, Cx.11/ B/, Nº 8, fl. 285 v

Silveira Pinto da Fonseca, primo, por afinidade, de João da Silveira Pinto da Fonseca, de Pedro e João da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões;

Guedes, parente, por afinidade, em 3º grau com José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira;

Carvalho, parente em 4º grau com José Taveira Pimentel de Carvalho;

Pinheiro Aragão, pelo seu casamento com D. Luísa de Aragão Pinto da Silveira, filha de **Bernardo Pinheiro Aragão Sauzedo**.

4.4 Pinheiro Aragão

Bernardo Pinheiro Aragão Sauzedo, F.C.R.[43], natural da freguesia de Almacave (casado com D. Maria Leonarda de Lacerda Pereira Pinto da Silveira, natural da Vila de Canelas, filha de Pedro Teixeira de Lacerda, natural de Canelas e de D. Luisa Pinto da Silveira, neta paterna de Marçal Teixeira de Lacerda e de D. Micaela Guedes Leite, ambos de Canelas e materna de Bernardo António Pinto da Silveira e D. Francisca Inácia Pereira Couto do Lago, ambos de Canelas)[44], filho de António Pinheiro Aragão Sauzedo, natural de Almacave (e de D. Joana Luísa Natália de Vasconcelos Albuquerque, natural de Mangualde)[45]; pai de **João Pinheiro Aragão Sauzedo**, F.C.C.R.[46], com exercício na mesma[47], Tenente do Regimento de Infantaria de Almeida[48], Coronel agregado do Regimento de Milícias de Lamego[49] e C. O. C.[50], natural da freguesia de Várzea de Abrunhais, (casado com a prima em 1º grau, D. Maria do Patrocínio Almeida e Vasconcelos, natural de Mangualde, filha de Simão Pais do Amaral e de D. Isabel Luísa de Almeida e Vasconcelos Quífel Barbarino, neta paterna de

[43] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1053, S/N. Pautas Eleitorais para 1799-1801
[44] A. D. A. – *Lv. Óbitos de Almacave*, 1807-1837 e 1860, Cx. 30, fl. 18 e 18 v.,
[45] A.D.A. – *Lv. Baptismos de Almacave*, 1721-1727, 1727-1742, Cx. 7, fl. 28 v.
[46] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1818-1820
[47] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1055 S/N. Pautas Eleitorais para 1802-1804
[48] *Ibidem*, Pautas Eleitorais para 1802-1804
[49] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*. Pautas Eleitorais para 1808-1810
[50] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1073, S/N, Cx. 1170. Pautas Eleitorais 1827-1829

Miguel Pais do Amaral e de D. Joaquina Teodora de Sá Meneses e materna de Manuel Estêvão de Almeida Vasconcelos Rebelo Figueiredo Quífel Barbarino e D. Caetana Eugénia do Vale Brito e Silva[51]. Não houve descendência deste casamento. Casou em 1849, em segundas núpcias, com D. Gertrudes Magna do Couto, natural de Mangualde, filha de António do Couto e de Ana Maria, neta paterna de Manuel do Couto e de Tomásia Joaquina dos Santos e materna de Jacinto de Almeida e de Gertrudes do Amaral e de quem teria o único filho e herdeiro, Bernardo Pinheiro Aragão Sauzedo)[52]; pai de **D. Rita de Cácia Aragão Sauzedo,** natural de Almacave (casada com **Francisco Perfeito Pereira de Moura Coutinho**); pai de **D. Luísa de Aragão Pinto da Silveira,** natural de Almacave (casada com **Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra**); avô de **António e José Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho.**

Aspectos institucionais na edilidade:

Bernardo Pinheiro Aragão Sauzedo foi Vereador em 1801, nomeado para o cargo em 1804 mas entretanto já tinha falecido[53] e Almotacé em 1799. Segundo os Róis de Elegíveis, era "*considerado óptimo para a vereação*"[54] e "*muito suficiente*"[55]. O seu rendimento médio era de 450 000 cruzados.

Faleceu a 30 de Agosto de 1803.[56]

Aspectos institucionais na edilidade:

O filho, **João Pinheiro Aragão Sauzedo** foi Vereador em 1809, 1813, 1817, 1819, 1821, 1823, 1824, 1828, 1829 e 1830 e Almotacé em 1804, 1805, 1814, 1825, 1826 e 1830.

Segundo os Róis de Elegíveis, **João Pinheiro Aragão Sauzedo** era "*sucessor da casa de seu* pai, *da governança e muito*

[51]ADVIS – *Lv. Casamentos de Mangualde*, 1798-1813, Cx 10/ E/, Nº 18, fl. 68 v.
[52]ADVIS – *Lv. Casamentos de Mangualde*, 1834-1859, Cx 10/ E/, Nº 20, fl. 191
[53]A.H.M.L., *Lv. Vereação,* Acta de Sessão de 21 de Março de 1804, fls. 112 v. e 113
[54] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1053, S/N. Pautas Eleitorais para 1799-1801
[55] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1055 S/N. Pautas Eleitorais para 1802-1804
[56] A. D. A. – *Lv. Óbitos de Almacave*, 1803-1807, Cx. 29, fl. 1.

suficiente"[57], "*Bom*"[58], "*tem servido os nobres cargos da Câmara*"[59] "*tem servido de vereador assim como os seus antepassados*"[60], "*muito bom*"[61]. O seu rendimento médio era de 384 000 cruzados. Faleceu em Lamego a 29 de Agosto de 1850[62].

Os netos, **António e José Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho** vêm, a seguir, referenciados.

Ligações familiares:

Castro da Fonseca, pelo casamento de **Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra** com a filha de Bernardo Pinheiro Aragão Sauzedo, D. Luísa de Aragão Pinto da Silveira;

Silveira Pinto da Fonseca, parentes por consanguinidade, de João da Silveira Pinto da Fonseca, visconde da Várzea, de Pedro e João da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões;

Perfeito Pereira Pinto, pelo casamento de **Francisco Perfeito Pereira de Moura Coutinho** com a sua filha, D. Rita de Cácia Aragão Sauzedo.

4.5 Perfeito Pereira Pinto

António Perfeito Pereira Rebelo Pinto (avô), F.C.R.[63], natural da freguesia de Cambres (casado com D. Mariana de Moura Coutinho, natural de Mesão Frio, filha de Luís Diogo de Moura Coutinho, natural do lugar de Entreágoas, Santa Marinha do Zêzere e de D. Maria Leite de Vasconcelos, natural de Sanhoane)[64], filho de Francisco Perfeito Pereira Rebelo de Vasconcelos Pinto, natural da freguesia de S. Nicolau, Mesão Frio (e de D. Tomásia Joana de Meneses)[65]; pai de **Francisco Perfeito Pereira Rebelo Pinto de**

[57] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1055 S/N. Pautas Eleitorais para 1802-1804
[58] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*. Pautas Eleitorais para 1808-1810
[59] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1067, S/N. Pautas Eleitorais 1821-1823
[60] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç., 1071, S/N, Cx. 1168. Pautas Eleitorais 1824-1826
[61] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1077, S/N, Cx. 1174. Pautas Eleitorais 1829-1831
[62] ADVIS – *Lv. Óbitos de Almacave*, 1850, Cx. 10, fl. 131 v.
[63] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1053, S/N. Pautas Eleitorais para 1799-1801
[64] GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*, p. 350
[65] ADVIS – *Lv. Óbitos da Sé*, 1781-1832, Cx. 11/ B/, Nº 8, fl. 168 v.

Moura Coutinho, F.C.C.R.[66], Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo[67], natural da freguesia da Sé, Lamego, (casado com D. Rita de Cácia Aragão Sauzedo, natural da freguesia de Almacave, filha de Bernardo Pinheiro Aragão Sauzedo e de D. Maria Leonarda da Silveira Pereira Pinto de Lacerda, neta paterna de António de Aragão Sauzedo, natural de Almacave e de D. Joana Natália de Vasconcelos Albuquerque, natural de Mangualde e materna de Pedro Teixeira de Lacerda, natural da Vila de Canelas e de D. Luísa Bernarda da Silveira Pereira Pinto)[68]; avô de **António Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho (neto),** F.C.R. e bacharel em Leis[69], (casado com D. Antónia de Noronha Guedes Cardoso de Carvalho Leme Cernache, natural de S. Sebastião de Penço, filha de Vicente de Noronha Leme Cernache e de D. Maria do Carmo Guedes Cardoso de Carvalho, naturais da Casa de Adbarros, S. Sebastião de Penço)[70], filho de **Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho** (e de D. Rita de Cácia Aragão Sauzedo), neto materno de **Bernardo Pinheiro Aragão Sauzedo** (e de D. Maria Leonarda da Silveira Pereira Pinto de Lacerda; avô de **José Perfeito Pereira de Moura Coutinho**, F.C.R. e bacharel em Leis[71], (solteiro), filho de **Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho** (e de D. Rita de Cácia Aragão Sauzedo), neto materno de **Bernardo Pinheiro Aragão Sauzedo** (e de D. Maria Leonarda da Silveira Pereira Pinto de Lacerda).

Aspectos institucionais na edilidade:

António Perfeito Pereira Rebelo Pinto foi Vereador em 1799/1801 e 1802/1804 (apesar de eleito, não foi nomeado para exercer o cargo) e Almotacé em 1799. Nos anos em que foi eleito

[66]I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1818-1820
[67] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*. Pautas Eleitorais para 1808-1810
[68] A. D. A. – *Lv. Casamentos de Almacave*, 1791-1798, Cx. 23, fl. 47
[69] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1073, S/N, Cx. 1170. Pautas Eleitorais 1827-1829
[70]A. D. A. – *Lv. Casamentos de Cambres*, 1822-1858, Cx. 1, fl. 95
[71] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1073, S/N, Cx. 1170. Pautas Eleitorais 1827-1829

para Vereador foi sempre considerado "*óptimo*"[72] e "*muito digno*"[73] e o seu rendimento médio era de 400 000 cruzados.

Faleceu a 5 de Junho de 1804[74].

Aspectos institucionais na edilidade:

O seu filho, **Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho** foi Vereador em 1805, 1811, 1814, 1816, 1820 e Almotacé em 1800, 1801, 1802, 1803, 1804, 1806 e 1807. As informações que dele foram dadas aquando das eleições para Vereador diziam que "*é actual Vereador, sucessor da casa de seu pai e considerado óptimo*"[75], "*muito rico e muito digno*"[76], "*tem servido de Vereador com muito desempenho, é perfeito em todas as suas acções e muito instruído*"[77], "*é bom*"[78]. Tinha, de rendimento médio, 450 000 cruzados.

Faleceu em 31 de Agosto de 1820[79].

Aspectos institucionais na edilidade:

O neto, **António Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho** foi Vereador em 1825, 1827, 1830, 1832 e 1833 e Almotacé em 1824, 1826 e 1831. Nos Róis de Elegíveis, as informações dadas a cerca dele são as seguintes: "*tem servido de Vereador tal como seus passados, excelente e das principais famílias e bacharel em Leis*"[80], "*tem servido os cargos e seus passados, sofrível e muito rico*"[81], "*tem servido a governança*"[82]. O seu rendimento médio era de 337 500 cruzados.

Faleceu em Mesão Frio a 28 de Maio de 1876[83].

---

[72] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1053, S/N. Pautas Eleitorais para 1799-1801
[73] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1055 S/N. Pautas Eleitorais para 1802-1804
[74] ADVIS – *Lv. Óbitos da Sé*, 1781-1832, Cx. 11/ B/, Nº 8, fl. 168 v.
[75] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1053, S/N. Pautas Eleitorais para 1799-1801
[76] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1055 S/N. Pautas Eleitorais para 1802-1804
[77] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1057. Pautas Eleitorais para 1805-1807
[78] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*. Pautas Eleitorais para 1808-1810
[79] A. D. A. – *Lv. Óbitos de Cambres*, 1812-1834, Cx. 10, fl. 87.
[80] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1073, S/N, Cx. 1170. Pautas Eleitorais 1827-1829
[81] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1077, S/N, Cx. 1174. Pautas Eleitorais 1829-1831
[82] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1077, S/N, Cx. 1174. Pautas Eleitorais 1832-1834
[83] ADVR – *Lv. Óbitos de S. Nicolau, Mesão Frio*, 1860-1880, fl. 7.

Aspectos institucionais na edilidade:

O segundo neto, **José Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho** foi Vereador em 1828 e Almotacé em 1825. As informações contidas nos Róis de Elegíveis dizem que ele era "*excelente e das principais famílias*"[84] e o seu rendimento era, somente, de 15 000 cruzados.

Faleceu em Cambres, solteiro, a 9 de Janeiro de 1866[85].

Ligações familiares:

Pinheiro Aragão, pelo casamento de **Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho** com D. Rita de Cácia Aragão Sauzedo, filha de Bernardo Pinheiro Aragão Sauzedo;

Castro da Fonseca, pelo casamento de **Joaquim de Castro da Fonseca Osório Seabra** com D. Luísa de Aragão Pinto da Silveira, irmã de D. Rita de Cácia Aragão Sauzedo, ambas filhas de Bernardo Pinheiro Aragão Sauzedo;

Silveira Pinto da Fonseca, primos de João da Silveira Pinto da Fonseca, 2º visconde da Várzea, de Pedro e João da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões;

Carvalho, parente em 4º grau, por consanguinidade, de Manuel Teixeira Pimentel de Carvalho e de José Taveira Pimentel de Carvalho.

4.6 Silveira Pinto da Fonseca

Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões, F.C.R., Tenente – Coronel do regimento de Milícias da Comarca de Viseu[86], Fidalgo com acrescentamento na Casa Real[87], Fidalgo – Escudeiro[88], natural da freguesia da Sé, Lamego, solteiro, filho de José da Silveira Pinto Bulhões, natural de Valdigem (e de D. Maria Joaquina da Silveira Moura Coutinho, natural da freguesia de Almacave), neto

[84] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1073, S/N, Cx. 1170. Pautas Eleitorais 1827-1829
[85] ADVIS – *Lv. Óbitos de Cambres*, 1860-1870, Cx. 4/A/, Nº 6, fl. 1.
[86] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1053, S/N. Pautas Eleitorais para 1799-1801
[87] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1818-1820
[88] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1071, S/N, Cx. 1168. Pautas Eleitorais 1824-1826

paterno de Pedro da Silveira Pinto da Fonseca, natural da Vila de Canelas (e de D. Bárbara da Silveira Pinto e Bulhões, natural de Valdigem) e materno de Manuel Ribeiro de Moura Coutinho, natural de Almacave (e de D. Maria Teresa Coutinho, natural de Aldeia, S. Pedro do Sul)[89]; irmão de **João da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões,** Fidalgo com acrescentamento na Casa Real[90]., Capitão e sucessor imediato à casa de seu irmão[91], natural da freguesia da Sé, Lamego, solteiro;

Aspectos institucionais na edilidade:

Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões foi Vereador em 1801, 1803, 1808, 1811, 1812, 1815, 1819, 1821, 1826, e Almotacé em 1804. Segundo informações constantes nos Róis Eleitorais, **Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões** era "*óptimo*"[92] "*muito digno*"[93] e "*tem servido de vereador e seus ascendentes*"[94]. O seu rendimento médio era de 308 000 cruzados.

Aspectos institucionais na edilidade:

O irmão, **João da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões** foi Vereador no triénio de 1818. Segundo os Róis Eleitorais, era "*imediato sucessor à casa de seu irmão e seus ascendentes serviram de Vereadores*"[95]. Não apresenta qualquer rendimento visto ser sucessor do irmão.

Faleceu solteiro a 30 de Maio de 1825[96].

Ligações familiares:

Araújo Freire, de quem era primo em 4º grau;

Pinheiro Aragão, de quem eram sobrinhos e primos, por consanguinidade;

[89]A. D. A. – *Lv. Baptismos da Sé*, 1759-1764, Cx. 5.
Os avós maternos não eram casados.
[90] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1818-1820
[91] ADVIS – *Lv. Óbitos da Sé*, 1781-1832, Cx.11/B/, Nº 8, fl. 251
[92] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1053, S/N. Pautas Eleitorais para 1799-1801
[93] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1055 S/N. Pautas Eleitorais para 1802-1804
[94] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1818-1820
[95] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1818-1820
[96]ADVIS – *Lv. Óbitos da Sé*, 1781-1832, Cx.11/B/, Nº 8, fl. 251.

Perfeito Pereira Pinto, primos por consanguinidade;

Silveira Pinto da Fonseca, João da Silveira Pinto da Fonseca, 2º visconde da Várzea, era primo de Pedro e João Pinto da Silveira Bulhões.

4.7 Silveira Pinto da Fonseca

João da Silveira Pinto da Fonseca, 2º visconde da Várzea[97], Oficial de Cavalaria, Comandante do Batalhão de Voluntários Realistas de Lamego (1829-1832)[98], natural da freguesia de Várzea de Abrunhais (casado com D. Antónia Adelaide Taveira, filha de José Taveira Pimentel de Carvalho e de D. Ana de Sousa Alvim Lira de Meneses, neta paterna de Manuel Teixeira Pimentel de Carvalho e de D. Maria Rosa Ermelinda de Meneses e materna de Rui Lopes de Sousa e Lemos e de D. Antónia Adelaide Taveira de Lira e Meneses)[99], filho de Bernardo da Silveira Pinto da Fonseca, 1º visconde da Várzea, natural de Várzea de Abrunhais (e de D. Mariana da Silveira Pinto da Fonseca, natural da freguesia de S. Dionísio, Vila Real), neto paterno de João da Silveira Pinto da Fonseca e Brum, natural de Canelas (e de D. Isabel Rita da Câmara, natural da freguesia de Santo Ildefonso, Porto) e materno de Francisco da Silveira Pinto da Fonseca, natural de Canelas (e de D. Maria Emília Teixeira, natural de S. Dionísio, Vila Real)[100].

Aspectos institucionais na edilidade:

João da Silveira Pinto da Fonseca foi Vereador em 1833. Nos *Róis de Eleição* não consta qualquer informação sobre ele. Tinha um rendimento de 300 000 cruzados

Faleceu a 11 de Fevereiro de 1858[101].

Ligações familiares:

[97]CANEDO, Fernando de Castro da Silva – *A Descendência de El – Rei D. João II*, Vol. II, p. 49.
[98] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1077, S/N, Cx. 1174. Pautas Eleitorais 1832-1834
[99] A. D. A. – *Lv. Casamentos de Cambres*, 1822-1858, Cx. 1, fl. 74 v.
[100]ADVIS – *Lv. Baptismos de Várzea Abrunhais*, 1793-1858, Cx. 23, Nº 4, fl. 64.
[101]PINTO, Albano da Silveira (et all)– *Resenha das Famílias Titulares*…, Tomo 2, p. 720.

- **Silveira Pinto da Fonseca,** sendo primo, por consanguinidade, de Pedro e João da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões;

- **Pinheiro Aragão**, sobrinho, por afinidade, de Bernardo Pinheiro Aragão Sauzedo e primo de João Pinheiro Aragão Sauzedo, D. Rita de Cácia Aragão Sauzedo e D. Luísa de Aragão Pinto da Silveira;

- **Perfeito Pereira Pinto**, primos por consanguinidade de António e José Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho e primo por afinidade de **Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho;**

- **Castro da Fonseca**, primo, por afinidade, de **Joaquim de Castro da Fonseca Osório Seabra** e primo consanguíneo da mulher deste, D. Luísa de Aragão Pinto da Silveira;

- **Araújo Freire,** era sobrinho, por afinidade, de José de Sousa Araújo Freire Borges da Veiga;

- **Carvalho**, genro de José Taveira Pimentel de Carvalho devido ao seu casamento com a filha, D. Antónia Adelaide Taveira.

4.8 Carvalho

Manuel Teixeira Pimentel de Carvalho, F.C.R.[102], natural da freguesia da Sé, Lamego (casado com D. Maria Rosa Ermelinda de Meneses, natural de Valença, bispado de Braga, filha de Pedro Lopes de Calheiros e Benevides e de D. Maria Quitéria de Lira Manuel de Meneses, neta paterna de Francisco Jácome de Calheiros e de D. Maria Benavides Pereira e materna de D. António Jacinto de Lira Troncoso de Sottomaior e de D. Leonor Maria Micaela Manuel de Meneses Furtado de Mendonça),[103] filho de Manuel Carlos Teixeira Pimentel de Carvalho (e de D. Antónia Rosária de Vasconcelos, natural da freguesia de Almendra, Pinhel), neto paterno de José Teixeira de Macedo (e de D. Ana Maria de

[102] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1053, S/N. Pautas Eleitorais para 1799-1801
[103] A. D. A – *Lv. Baptismos da Sé*, 1772-1778, Cx. 6, fl. 173 e 173 v.

Carvalho) e materno de João Cardoso Garcez Saraiva (e de D. Paula Maria de Meneses)[104]; pai de **José Taveira Pimentel de Carvalho e Meneses,** F.C. R.[105] e 1º visconde de Guiães[106], porta-bandeira do Regimento de Infantaria da Praça de Almeida[107], Alferes de Infantaria do mesmo Regimento[108], Coronel do Regimento de Milícias de Lamego[109], Coronel Agregado ao Regimento de Milícias do Porto[110], Comendador na Ordem de Cristo[111], natural da freguesia da Sé, Lamego (casado com a sobrinha, D. Ana de Sousa Alvim Lira de Meneses, filha de Rui Lopes de Sousa e Lemos, Senhor de Bordonhos, e de D. Antónia Adelaide Taveira de Lira Meneses, neta paterna de Fradique Lopes de Sousa e Lemos e de D. Ana Rufina de Roxas e Lemos Carvalho e Meneses e materna de Manuel Carlos Teixeira Pimentel de Carvalho e de D. Maria Rosa Ermelinda de Lira e Meneses)[112]; avô de **D. Antónia Adelaide Taveira** (casada com **João da Silveira Pinto da Fonseca**, 2º visconde da Várzea, filha de José Taveira Pimentel de Carvalho e de D. Ana de Sousa Alvim Lira de Meneses, neta paterna de Manuel Teixeira Pimentel de Carvalho e de D. Maria Rosa Ermelinda de Meneses e materna de Rui Lopes de Sousa e Lemos e de D. Antónia Adelaide Taveira de Lira e Meneses)[113].

Aspectos institucionais na edilidade:

Manuel Teixeira Pimentel de Carvalho foi Vereador em 1801. As informações dos Róis de Eleição dizem que era "*considerado óptimo para a vereação*"[114]. O seu rendimento era de 200 000 cruzados.

[104] A.D.A. - *Lv. Baptismos da Sé*, 1719-1748, 1719-1730, Cx. 3, fl. 45 v.
[105] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1055 S/N. Pautas Eleitorais para 1802-1804
[106] A.P.S. – *Lv. Óbitos da Sé*, 1866, regtº 61
[107] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1055 S/N. Pautas Eleitorais para 1802-1804
[108] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1057. Pautas Eleitorais para 1805-1807
[109] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*. Pautas Eleitorais para 1808-1810
[110] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1067, S/N. Pautas Eleitorais 1821-1823
[111] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç., 1071, S/N, Cx. 1168. Pautas Eleitorais 1824-1826
[112] GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Vol. III, p. 445
[113] A. D. A. – *Lv. Casamentos de Cambres*, 1822-1858, Cx. 1, fl. 74 v.
[114] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1053, S/N. Pautas Eleitorais para 1799-1801

Faleceu a 18 de Dezembro de 1800[115].

Aspectos institucionais na edilidade:

O filho, **José Taveira Pimentel de Carvalho e Meneses**, foi Vereador em 1809, 1815 e 1824 e Almotacé em 1805, 1815, 1823 e 1825. As informações dos Róis de Eleição dizem que era "*Bom*"[116] e "*tem servido os cargos da república*"[117]. O seu rendimento médio era de 300 000 cruzados.

Laços familiares:

Silveira Pinto da Fonseca, pelo casamento de D. Antónia Adelaide Taveira com **João da Silveira Pinto da Fonseca;**

Perfeito Pereira Pinto, eram parentes, em 4º grau por consanguinidade;

Castro da Fonseca, eram parentes em 4º grau;

Pereira Coutinho, eram parentes em 4º grau.

4.9 Araújo Freire

José de Sousa Araújo Freire Borges da Veiga, F.C.R.[118], da principal nobreza da cidade[119], Tenente-Coronel e Coronel de Milícias da Cidade de Lamego[120], natural da freguesia da Sé, Lamego, (casado com D. Maria da Silveira da Câmara Essa e Castro, natural de Várzea de Abrunhais, filha de João da Silveira Pinto da Fonseca e Brum e de D. Isabel Rita da Câmara Figueiredo Altro, neta paterna de Bernardo António da Silveira Pinto da Fonseca, natural da Vila de Canelas e de D. Francisca Inácia Pereira Coutinho de Vilhena, natural da Vila de Canelas e materna de João Correia da Silva Figueiredo Castelo Branco de Morais Tenreiro e de D. Doroteia Clara de Lacerda, ambos de Lamego)[121],

[115] ADVIS – *Lv. Óbitos da Sé*, 1781-1832, Cx. 1/B/, Nº 8, fl. 150.
[116] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*. Pautas Eleitorais para 1808-1810
[117] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1815-1817
[118] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1053, S/N. Pautas Eleitorais para 1799-1801
[119] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1818-1820
[120] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1815-1817
[121] ADVIS – *Lv. Casamentos de Várzea Abrunhais*, 1734-1856, Cx. 23, Nº 2, fl. 68 v.

filho de José de Sousa Araújo Borges da Veiga (e de D. Francisca Paula de Figueiredo de Castro Essa e Altro), neto paterno de António de Araújo Freire de Sousa Borges da Veiga (e de D. Maria Barbosa Freire de Melo e Lima Vasconcelos) e materno de Bento da Costa Soares (e de D. Josefa Francisca de Melo)[122].

Aspectos institucionais na edilidade:

José de Sousa Araújo Freire Borges da Veiga foi Vereador da Câmara em 1812, 1818 e 1825. As informações que temos sobre ele são que "*tem servido de Vereador como seus ascendentes*"[123]. Tinha, de rendimento médio, 300 000 cruzados.

Faleceu a 15 de Abril de 1825[124].

Laços familiares:

Silveira Pinto da Fonseca, primo em 4º grau de **Pedro e João da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões** e tio, por afinidade, de **João da Silveira Pinto da Fonseca**, 2º visconde da Várzea;

Carvalho, era primo, em 2º grau, de **Jerónimo de Carvalho Rebelo**[125]**.**

4.10 Carvalho

Jerónimo de Carvalho Rebelo, F.C.R.[126], e Comendador da Ordem de Cristo natural da freguesia da Sé, Lamego, (casado com D. Rosa Bárbara de Viterbo Guedes Lencastre, filha de Pedro Guedes de Magalhães Osório, senhor da Casa do Espírito Santo e de D. Teresa Clara de Sousa César e Lencastro, neta materna de Francisco Filipe de Sousa da Silva Alcoforado e de D. Rosa Maria de Viterbo de Lencastre)[127], filho de Diogo Lopes de Carvalho (e de D. Catarina Teresa de Vasconcelos, ambos naturais da freguesia da

[122] ADVIS – *Lv. Casamentos de Várzea Abrunhais*, 1734-1856, Cx. 23, Nº 2, fl. 68 v.
[123] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1818-1820
[124] ADVIS – *Lv. Óbitos da Sé*, 1781-1832, Cx. 11/B/, Nº 8, fl. 250.
[125] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço - Beira*, Mç. 1053, S/N. Pautas de Eleição para os anos de 1799, 1800 e 1801.
[126] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1053, S/N. Pautas Eleitorais para 1799-1801
[127] ADVIS – *Lv. Casamentos da Sé*, 1773-1827, Cx. 11, Nº1, fl. 138.

Sé), neto paterno de Jerónimo Teixeira de Carvalho (e de D. Maria Clara Meneses e Silva) e materno de Bento da Costa Soares e de D. Josefa Francisca de Melo Abreu e Lima)[128].

Aspectos institucionais na edilidade:

Jerónimo de Carvalho Rebelo foi Vereador em 1802, 1804, 1806, 1809, 1810, 1811, 1814, 1817, e Almotacé em 1799, 1800, 1803 e 1805. As informações constantes nos Róis de Eleição dizem que era "*muito digno*"[129], "*muito bom, desempenha os seus deveres com muita satisfação do público por ser benemérito e inteligente*"[130], "*tem servido os cargos da república e possui todas as qualidades que se exige*"[131]. O seu rendimento médio era de 450 000 cruzados.

Faleceu a 27 de Março de 1826[132].

Laços familiares:

Castro da Fonseca era parente em 4º grau de **Joaquim de Castro da Fonseca Osório Seabra;**

Pereira Coutinho, parente em 4º grau de **Manuel Pereira Coutinho de Vilhena;**

Araújo Freire, era primo, em 2º grau, de **José de Araújo Freire Borges da Veiga;**

Lemos Melo, era primo, por afinidade;

Guedes, por ter casado com D. Rosa Bárbara de Viterbo Guedes Lencastre, irmã de **José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira.**

[128] A. D. A. – *Lv. Baptismos da Sé*, 1737-1738, Cx. 3, fl. 115.
[129] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1055 S/N. Pautas Eleitorais para 1802-1804
[130] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1057. Pautas Eleitorais para 1805-1807
[131] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1815-1817
[132] ADVIS – *Lv. Óbitos da Sé*, 1781-1832, Cx. 11/B/, Nº 8, fl. 261 v.

4.11 Guedes

José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira, F.C.R.[133], Fidalgo Cavaleiro[134], Moço Fidalgo[135], Fidalgo Escudeiro da Casa Real[136], Tenente-Coronel do Regimento de Milícias da Comarca de Pinhel[137] e da Comarca de Lamego[138], Coronel do Regimento de Milícias de Arouca[139], Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo[140], Comendador da mesma Ordem[141], Cavaleiro da Ordem de Malta[142] e Honorário de S. João de Jerusalém[143], Senhor da Casa do Espírito Santo e Morgado de Santa Comba[144] natural da freguesia da Sé, Lamego (casado com a prima, D. Josefa Adelaide Pinto de Sousa, natural de Lisboa, filha de Luís Pinto de Sousa (visconde de Balsemão, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino e de D. Catarina de Sousa e Lencastro)[145], filho de Pedro Guedes de Magalhães Osório Coelho Pereira, natural da Sé (e de D. Teresa Clara de Sousa César e Lencastro, natural da freguesia de S. Sebastião, Guimarães), neto paterno de José Guedes Magalhães Osório, natural da freguesia da Sé (e de D. Luísa Clara Pinto Osório, natural da freguesia de Freigil, bispado de Lamego) e materno de Francisco Filipe de Sousa e Silva Alcoforado, natural da freguesia de S. Sebastião (e de D. Rosa Maria de Viterbo Correia César de Lencastro, natural da freguesia de Santos-o-Velho, Lisboa)[146]; irmão de **D. Rosa Bárbara de Viterbo Guedes Lencastre** (casada com Jerónimo de Carvalho Rebelo).

[133] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1055 S/N. Pautas Eleitorais para 1802-1804
[134] I.A.N./T.T. – *R.G.M./E/105636, Lv. 21*, fl. 150 de 25/11/1786, de D. Maria I
[135] I.A.N./T.T. – *R.G.M./E/105642, Lv. 28*, fl. 367 de 6 de Julho de 1786, de D. Maria I
[136] I.A.N./T.T. – *R.G.M., Lv. 1, fl. 330*, do Príncipe Regente D. João.
[137] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1053, S/N. Pautas Eleitorais para 1799-1801
[138] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1055 S/N. Pautas Eleitorais para 1802-1804
[139] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1815-1817
[140] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Pautas Eleitorais para 1808-1810.
Segundo *R.G.M. do Príncipe Regente D. João, Lv. 3, nº 173, fl. 241*, foi-lhe concedido o Hábito da Ordem de Cristo em 14 de Junho de 1803.
[141] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1077, S/N, Cx. 1174. Pautas Eleitorais 1829-1831
[142] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1077, S/N, Cx. 1174. Pautas Eleitorais 1832-1834
[143] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*. Pautas Eleitorais para 1808-1810
[144] GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Vol. VI, p. 16
[145] ADVIS – *Lv. Casamentos da Sé*, 1773-1827, Cx. 11, Nº 1, fl. 149 v.
[146] A. D. A. – *Lv. Baptismos da Sé*, 1772-1778, Cx. 6, fl. 189

Aspectos institucionais na edilidade:

José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira foi Vereador em 1807, 1816, 1824 e 1828 e Almotacé em 1800, 1801, 1802, 1805, 1808, 1814 e 1825. As informações dos Róis de Eleição dizem que "*tem servido de vereador da câmara com desempenho do seu dever*"[147] " *bom*"[148], "*tem servido de vereador assim como os seus antepassados*"[149], "*ele e seus passados têm servido de vereadores*[150]. O seu rendimento médio era de 237 500 cruzados.

Laços familiares:

Carvalho, parente, em 4º grau, por consanguinidade com **Jerónimo de Carvalho Rebelo** e cunhado do mesmo pelo casamento deste com sua irmã, **D. Rosa Bárbara de Viterbo Guedes Lencastre;**

Castro da Fonseca, era parente, em 4º grau, de **Joaquim de Castro da Fonseca Osório Seabra;**

Pereira Coutinho, era parente, em 4º grau, de **Manuel Pereira Coutinho de Vilhena;**

Lemos Melo, José de Lemos Melo e Vasconcelos era sobrinho, por afinidade, de **José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira** devido ao seu casamento com a sobrinha de sua mulher, D. Josefa Adelaide Pinto de Sousa, irmã de Luís Máximo Alfredo Pinto de Sousa Coutinho, 2º visconde de Balsemão.

4.12 Lemos Melo

José de Lemos Melo e Vasconcelos, Fidalgo Cavaleiro da Casa Real[151] (casado com D. Maria Emília de Sousa Coutinho, filha de Luís Máximo Alfredo Pinto de Sousa Coutinho, 2º visconde de Balsemão, e de D. Maria Rosa Alvo Brandão Perestrelo de

[147] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1057. Pautas Eleitorais para 1805-1807
[148] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1815-1817
[149] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç., 1071, S/N, Cx. 1168. Pautas Eleitorais 1824-1826
[150] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1073, S/N, Cx. 1170. Pautas Eleitorais 1827-1829
[151] ADVIS – *Lv. Casamentos da Sé*, 1773-1827, Cx. 11, Nº 1, fl. 218 v.

Azevedo, neta paterna de Luís Pinto de Sousa Coutinho, 1º visconde de Balsemão, e de D. Catarina Micaela de Sousa César e Lencastre e materna de José Alvo Brandão Perestrelo Godinho Pereira de Azevedo e de D. Isabel Francisca de Lencastre)[152], filho de João Ferreira Ribeiro de Lemos (e de D. Doroteia Joaquina de Melo Malheiro)[153].

Aspectos institucionais na edilidade:

José de Lemos Melo e Vasconcelos foi Vereador em 1821, 1825 e 1829 e Almotacé em 1823 e 1830. Nos Róis de Eleição não consta qualquer informação sobre ele mas informam que o seu rendimento médio era de 276 000 cruzados.

Laços familiares:

Guedes, era sobrinho, por afinidade, de **José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira** (tal com foi referido anteriormente);

Carvalho, era primo, por afinidade, de **Jerónimo de Carvalho Rebelo.**

4.13 Leitão de Carvalho

José Leitão Pereira Rebelo Soares de Carvalho, F.C.R., da principal nobreza da cidade[154], natural da freguesia da Sé, Lamego, (casado com a sobrinha – neta D. Tomásia Rita do Carmo Pereira, filha do sobrinho, **António Correia Leitão da Fonseca** e de D. Maria Rita Alves Pereira Taveira, neta paterna de António Correia Guedes da Fonseca e de D. Francisca Engrácia e materna de Tomás Alvares de Carvalho e de D. Maria Quitéria do Couto Taveira)[155], filho terceiro de António Leitão de Carvalho, natural da Sé (e de D. Maria Teresa Jacinta do Amaral, natural de Britiande), neto

[152] ADVIS – *Lv. Casamentos da Sé*, 1773-1827, Cx. 11, Nº 1, fl. 218 v.
[153] ADVIS – *Lv. Casamentos da Sé*, 1773-1827, Cx. 11, Nº 1, fl. 218 v.
[154] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1057. Pautas Eleitorais para 1805-1807
[155] ADVR – *Lv. Casamentos de Poiares*, 1787-1827, fl. 91.

paterno de Manuel Leitão de Carvalho, natural de Lamego (e de D. Maria da Mota, natural de Murça da Beira) e materno de José do Amaral Rebelo, da vila de Britiande (e de D. Maria Teresa de Carvalho, de Lamego)[156]; tio, em 1º grau, de **António Correia Leitão da Fonseca,** F.C.C.R.[157], (casado com D. Maria Rita Alves Pereira Taveira, natural de Guiães, filha do Dr. Tomás Alvares de Carvalho e de D. Maria Quitéria do Couto Taveira, ambos de Guiães)[158], filho de António Correia Guedes da Fonseca, natural de Canelas (e de D. Francisca Engrácia, natural de Lamego), neto paterno de João Correia Teixeira da Fonseca (e D. Maria Guedes de Andrade, de Canelas) e materno de António Leitão de Carvalho, de Lamego (e D. Maria Teresa Jacinta de Vasconcelos, natural de Britiande)[159]; tio-avô de **D. Tomásia Rita do Carmo Pereira** *(*com quem casou em 1805, acima referida); tio-avô de **Bernardo Pereira Correia Leitão**, F.C.R.[160], natural de Poiares, (desconhece-se com quem casou), filho de António Correia Leitão da Fonseca (e de D. Maria Rita Alves Pereira Taveira), neto paterno de António Correia da Fonseca (e de D. Francisca Engrácia Joaquina de Vasconcelos) e materno do Dr. Tomás Alves de Carvalho (e de D. Maria Quitéria Pereira do Couto, de Guiães)[161] irmão de D. Tomásia Rita do Carmo Pereira.

Aspectos institucionais na edilidade:

José Leitão Pereira Rebelo Soares de Carvalho foi Vereador em 1805, 1808 e 1811 e Almotacé em 1806 e 1809. Faleceu a 30 de Maio de 1809[162].

[156] A. D. A. – *Lv. Baptismos da Sé*, 1719-1748, 1719-1730, Cx. 3, fl. 13 v.
[157] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1818-1820.
I.A.N./T.T. – *R.G.M. de D. João, Príncipe Regente, Lv. 2*, fl. 339 v. – O Príncipe Regente D. João, a 14 de Novembro de 1802 concede-lhe a mercê de o tornar Fidalgo da Casa Real com 1 600 réis de moradia por mês de Fidalgo e Cavaleiro e um alqueire de cevada por dia paga segundo ordenança.
[158]ADVR – *Lv. Casamentos de Canelas*, 1745-1787
[159]ADVR - *Lv. Casamentos de Canelas*, 1745-1787
[160] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1073, S/N, Cx. 1170. Pautas Eleitorais 1827-1829
I.A.N./T.T. – *R.G.M. de D. João, Lv. 3, nº 173*, fl. 324 v. O título foi-lhe concedido por graça do Regente D. João a 29 de Junho de 1803 (fl. 324 v.) tendo de pagar 1 600 réis de moradia por mês de Fidalgo e Cavaleiro e um alqueire de cevada por dia paga segundo ordenança e de foro de moradia que pelo seu pai lhe pertencia.
[161]ADVR – *Lv. Baptismos de Poiares*, 1792-1798, fl. 24.
[162] ADVIS – *Lv. Óbitos da Sé*, 1781-1832, Cx. 11/B/, Nº 8, fl. 194.

Os Róis de Elegíveis informam que "*apesar da idade avançada estava muito ágil para servir o cargo. Nunca tinha servido cargo algum na Câmara por estar adido à Igreja. Hábil e digno*"[163] e "*Bom*"[164] e o rendimento médio apresentado durante a Vereação foi de 350 000 cruzados.

Aspectos institucionais da edilidade:

O sobrinho, **António Correia Leitão da Fonseca** foi Vereador da cidade em 1818 e em 1820. Dele indicam os Róis de Elegíveis que "*seus ascendentes serviram de Vereadores*"[165]. Aquando da sua eleição, o seu rendimento era de 150 000 cruzados.

Aspectos institucionais da edilidade:

O sobrinho-neto, **Bernardo Pereira Correia Leitão** foi Vereador em 1828. Segundo informações dos Róis de Elegíveis, "*seus passados têm servido de Vereadores, é bom e de excelentes princípios"*[166]. O seu rendimento era de 150 000 cruzados.

Ligações familiares:

Meneses Montenegro, era tio-avô, por afinidade, pelo casamento de **António Cardoso de Meneses Montenegro** com a sobrinha-neta, D. Tomásia Rita do Carmo Correia, que ao mesmo tempo era sua viúva.

4.14 Meneses Montenegro

António Cardoso de Meneses Montenegro, "*pessoa de conhecida nobreza*"[167] e Desembargador da Relação do Porto, natural da freguesia de Souselo (casado com D. Tomásia Rita do Carmo Correia, viúva e sobrinha-neta de **José Leitão Pereira Rebelo Soares de Carvalho**, natural de Poiares, filha de António

[163] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1057. Pautas Eleitorais para 1805-1807
[164] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*. Pautas Eleitorais para 1808-1810
[165] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1818-1820
[166] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1073, S/N, Cx. 1170. Pautas Eleitorais 1827-1829
[167] I.A.N./T.T – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1067, S/N. Pautas Eleitorais para 1821-1823

Correia Leitão de Carvalho e de D. Maria Rita Pereira de Carvalho)[168], filho de José Pinto de Castro Sousa Montenegro (e D. Eugénia Margarida Meneses Montenegro)[169].

Aspectos institucionais da edilidade:

António Cardoso de Meneses Montenegro foi Vereador da Câmara em 1821 e, a informação que dele consta no Róis de Elegíveis é que "*vive dos rendimentos*"[170]. O seu rendimento, na altura em que foi eleito Vereador, era de 30 000 cruzados.

4.15 Botelho Machuca

António Osório Magalhães Botelho Soares Machuca, F.C.R[171]**,** natural de S. Pedro de Celorico, Guarda (casado com D. Ana Joaquina de Magalhães Botelho, natural da freguesia de Mondim, filha de Diogo de Magalhães Botelho e Meneses e de D. Quitéria Inácia Correia de Alarcão)[172], filho de Francisco Xavier Osório Aragão (e D. Luísa Antónia Borges de Cáceres, naturais de Santa Maria de Celorico da Beira)[173]; pai de **Francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca,** F.C.R.[174], Tenente - Coronel de Milícias reformado[175] (casado com D. Antónia Máxima da Cunha Teixeira Pinto de Carvalho, natural de Viade, Celorico de Basto, filha de Manuel Luís Teixeira de Carvalho da Cunha Pinto de Mesquita e de D. Ana Maria Teixeira de Barros, neta paterna de Luís Teixeira de Carvalho e de D. Vicência Gertrudes Teixeira Álvares Pinto de Mesquita e materna de Manuel António Teixeira de Carvalho Barros de Macedo e de D. Rosa Maria Alves da Cunha)[176]; pai de **D. Ana Adelaide Osório de Magalhães Botelho.**

[168] A.D.A. – *Lv. Casamentos da Sé*, 1773-1827, Cx. 11, Nº 1, fl. 178 v.
[169] A.D.A. – *Lv. Casamentos da Sé*, 1773-1827, Cx. 11, Nº 1, fl. 178 v.
[170] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1067, S/N. Pautas Eleitorais 1821-1823
[171] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1053, S/N. Pautas Eleitorais para 1799-1801. *Vide R.G.M. de D. Maria I, Lv. 16*, fl. 274 v. onde lhe é concedido por alvará o Foro de Fidalgo Cavaleiro em 12 de Abril de 1798
[172] GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*., Vol. XI. Braga, p. 668
[173] *Idem*, p. 668
[174] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*. Pautas Eleitorais para 1808/1810. *Vide R.G.M. de D. Maria I, Lv. 16*, fl. 274 v. onde lhe é concedido o foro de Fidalgo Cavaleiro em 20 de Abril de 1798.
[175] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç., 1071, S/N, Cx. 1168. Pautas Eleitorais 1824-1826
[176]GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Vol. XI, p. 668.

Aspectos institucionais na edilidade:

António Osório Magalhães Botelho Soares Machuca foi Vereador da Câmara em 1801, 1804, 1808 e 1811 e foi considerado, pelos Róis de Elegíveis, "*óptimo para a vereação*"[177]. Tinha, de rendimento médio, 233 300 cruzados.

Aspectos institucionais na edilidade:

O filho, **Francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca** foi Vereador em 1812, 1814, 1816, 1820, 1823, 1825, 1828, 1830, 1832 e 1833 e Almotacé em 1814, 1826, 1829 e 1831. As informações tecidas acerca dele nos Róis de Elegíveis dizem que "*é Bom*", " *tem servido os cargos da República*", "*Muito Bom, tem servido os cargos da Câmara com seus passados*". O seu rendimento médio era de 200 000 cruzados.

Ligações familiares:

Pinheiro da Fonseca, pelo casamento de **Joaquim António Pinheiro da Fonseca Vieira e Silva** com a filha, D. Ana Adelaide Osório de Magalhães Botelho[178]**.**

4.16 Pinheiro da Fonseca

Joaquim António Pinheiro da Fonseca Vieira e Silva, Tenente - Coronel do Regimento de Milícias de Lamego[179]**,** (casado com D. Ana Adelaide Osório de Magalhães Botelho, natural da Sé, filha de António Osório Soares Machuca Aragão Cabral, natural de S. Pedro de Celorico, Guarda e de D. Ana Joaquina de Magalhães Botelho Alarcão Pessoa, natural de Mondim, Lamego, neta paterna de Francisco Xavier Osório Aragão, natural de S. Pedro de Celorico e de D. Luísa Antónia Borges de Cáceres, natural de Santa Maria de Celorico da Beira e materna de Diogo de Magalhães

[177] I.A.N.T.T. – *Des. do Paço, Beira*. Pautas de Eleição para 1799-1834.
[178] ADVIS – *Lv. Casamentos da Sé*, 1773-1827, Cx. 11, Nº 1, fl. 227 v.
[179] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1077, S/N, Cx. 1174. Pautas Eleitorais 1829-1831

Botelho e Menezes, natural da Sé e de D. Quitéria Inácia Correia de Alarcão, natural de Mondim, Lamego)[180], filho de António Pinheiro da Fonseca[181].

Aspectos institucionais na edilidade:

Joaquim António Pinheiro da Fonseca Vieira e Silva foi Vereador em 1831 e Almotacé em 1801 e 1829 e as informações dadas sobre ele, nos Róis de Elegíveis, era de "*Bom*"[182]. Tinha, de rendimento médio, 225 000 cruzados.

4.17 Guedes de Carvalho

Luís Guedes de Carvalho Sousa e Vasconcelos, "*da principal nobreza*"[183], natural da freguesia de Cambres, (casado com D. Maria do Carmo)[184], filho de Bernardo Guedes de Vasconcelos, natural de Lamego (e de sua primeira mulher, D. Maria Bernarda Guedes Pinto Teixeira, natural da vila de Teixeira, bispado do Porto), neto paterno de Luís Guedes de Vasconcelos, da Quinta de Muçulo, ou Monsul (e de D. Clara Jacinta de Almeida, de Almacave) e materno de Pedro Guedes Pinto Teixeira, natural de Teixeira (e de D. Cristina Maria Barbosa Cabral de Vasconcelos, natural de Gestaçô, bispado do Porto)[185].

Aspectos institucionais na edilidade:

Luís Guedes de Carvalho Sousa e Vasconcelos foi Vereador em 1802, 1805, 1809 e Almotacé em 1803. As informações dos Róis de Eleição dizem que "*é digno*"[186], "*já serviu de vereador com muito desempenho e apesar de viver fora da cidade não falta à*

[180] ADVIS – *Lv. Casamentos da Sé*, 1773-1827, Cx. 11, nº 1, fl. 227 v.
[181] ADVIS – *Lv. Casamentos da Sé*, 1773-1827, Cx. 11, Nº 1, fl. 227 v.
Filho natural de António Pinheiro da Fonseca, desconhece-se quem foi a mãe. Joaquim António Pinheiro da Fonseca Vieira e Silva viria a ser legitimado pelo pai
[182] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1077, S/N, Cx. 1174. Pautas Eleitorais 1829-1831
[183] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1053, S/N. Pautas Eleitorais para 1799-1801
[184] A. D. A. – *Lv. Óbitos de Cambres*, 1812-1834, Cx. 10, fl. 122
[185] A.D.A. – *Lv. Baptismos de Cambres*, 1759-1765, Cx. 3, fl. 197
[186] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1055 S/N. Pautas Eleitorais para 1802-1804

Câmara"[187] e "*bom*"[188]. O seu rendimento médio era de 250 000 cruzados.

Faleceu a 4 de Julho de 1823[189].

4.18 Azevedo

João Pinto Coelho Guedes de Macedo, F.C.R. e Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo[190], Senhor da Casa de Simães e de Cepões[191] (casado com D. Joaquina Jacinta de Freitas Castro e Melo, filha de Rodrigo António de Freitas Castro e Melo, neta paterna de João de Freitas e Castro e de D. Leonor Maria de Melo Pereira de Sampaio)[192], filho de José Pinto Coelho Cardoso de Meneses (e de D. Mariana Peixoto da Silva), neto paterno de José Lourenço da Silva Pinto Coelho (e de D. Caetana Filipa de Vasconcelos) e materno de Francisco José Xavier Cardoso de Alarcão (e de D. Josefa Margarida da Silveira e Noronha[193]; pai de **José Pinto Coelho Guedes de Macedo,** F.C.R.[194] e Tenente-Coronel de Milícias de Arouca[195] (casado com D. Leonarda Rosa Branca Pereira de Miranda, filha de Domingos Manuel Machado de Miranda e de D. Ana Matilde Teixeira de Carvalho)[196].

Aspectos institucionais na edilidade:

João Pinto Coelho Guedes de Macedo foi Vereador em 1802, 1804, 1806, 1809, 1810, 1814, 1817 e 1818 e Almotacé em 1803 e 1805. As informações dos Róis de Eleição dizem que "*tem servido de vereador na câmara e devido à distância em que vive, raras vezes vem à Câmara*"[197], "*suficiente*"[198], "*bom, tem servido os*

[187] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1057. Pautas Eleitorais para 1805-1807
[188] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*. Pautas Eleitorais para 1808-1810
[189] A.D.A. – *Lv. Óbitos de Cambres*, 1812-1834, Cx. 10, fl. 122
[190] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1055, S/N. Pautas de Eleição para 1802-1804
[191] GAYO, Felgueiras – Nobiliário das Famílias de Portugal., Vol. I, p. 553
[192] GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Vol. I, p. 553
[193] GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Vol. I, p. 553
[194] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1077, S/N, Cx. 1174. Pautas Eleitorais 1829-1831
[195] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1077, S/N, Cx. 1174. Pautas de Eleição para 1832-1834
[196] GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Vol. I, p. 553
[197] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1057. Pautas Eleitorais para 1805-1807
[198] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*. Pautas Eleitorais para 1808-1810

cargos da república"[199]. O seu rendimento médio era de 210 000 cruzados.

Aspectos institucionais na edilidade:

O filho, **José Pinto Coelho Guedes de Macedo** foi Vereador em 1830. As informações dos Róis de Eleição dizem que "*tem servido a câmara tal como os seus passados e é muito capaz*"[200]. O seu rendimento era de 200 000 cruzados.

Faleceu a 1 de Junho de 1869[201].

4.19 Leite de Azevedo

José Leite de Azevedo e Cunha, "*de distinta nobreza*"[202] e Coronel de Milícias da cidade de Lamego[203], natural da freguesia da Penajóia, filho de José António Leite de Azevedo e Cunha (e de D. Maria Joaquina Inácia de Macedo, residentes no lugar de Vila Chã, Penajóia), neto paterno de Bernardo Leite Pereira, natural do Estremadouro (e de Maria Pereira, natural da freguesia de S. Pedro de Ester) e materno de Francisco Pinto Teixeira (e de D. Maria Madalena Leite)[204].

Aspectos institucionais na edilidade:

José Leite de Azevedo e Cunha foi Vereador em 1799. Segundo os Róis de Eleição, era " *óptimo e muito hábil e capaz de servir de vereador*"[205] indicando, ainda, que nesta altura era sucessor à casa de seu pai.

[199] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1815-1817
[200] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1077, S/N, Cx. 1174. Pautas Eleitorais 1829-1831
[201] GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Vol. I, p. 553
[202] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1053, S/N. Pautas Eleitorais para 1799-1801
[203] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1053, S/N. Pautas Eleitorais para 1799-1801
[204] A. D. A. – *Lv. Baptismos da Penajóia*, 1770-1805, Cx. 4, fl. 69
[205] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1053, S/N. Pautas Eleitorais para 1799-1801

4.20 Melo Freire

José de Melo Freire Pita Osório, F.C.R., Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo e Coronel de Milícias de Lamego [206], natural de Mesão Frio (casado com D. Isabel da Encarnação Guerner, natural da freguesia de S. Nicolau, Porto, filha de Manuel Guerner e de D. Maria Francisca Guerner Barbosa de Mesquita)[207], filho de Lourenço de Melo Pita Osório Freire, natural de Nespereira, (e de D. Maria do Carmo Pereira Soares de Albergaria, natural de Oliveira do Conde) neto paterno do Dr. Fernando Leite Pita de Azevedo Osório e Vasconcelos (e de D. Antónia Júlia de Melo Freire) e materno de Francisco Soares de Albergaria Pereira (e de D. Maria Casimira Inácia de Roxas Lemos e Carvalho)[208].

Aspectos institucionais na edilidade:

José de Melo Freire Pita Osório foi Vereador em 1826, 1828 e 1831. As informações que existem nos Róis de Eleição dizem que era "*óptimo e tem servido os cargos nobres da Câmara*"[209]. O seu rendimento médio era de 250 000 cruzados.

Faleceu em Lalim a 4 de Março de 1864[210].

[206]I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1077, S/N, Cx. 1174. Pautas Eleitorais 1829-1831
[207] GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Vol. VIII
[208] *Idem*, Vol. VIII
[209] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1077, S/N, Cx. 1174. Pautas Eleitorais para 1829-1831
[210]GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Vol. VIII

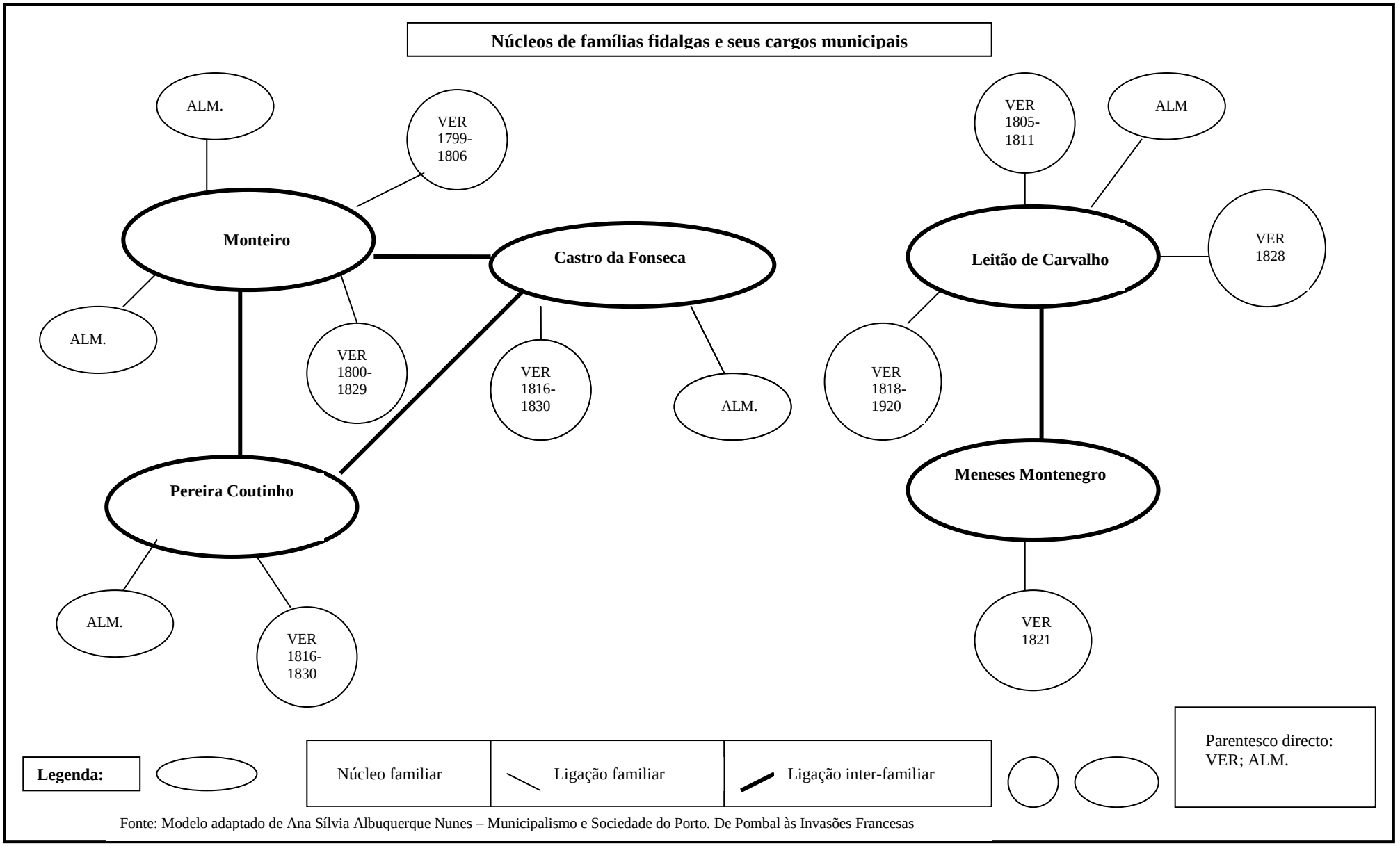
Conclusão

Neste capítulo procedemos, tanto quanto nos foi possível, à caracterização social dos Fidalgos que fizeram parte da governança de Lamego durante o período 1799-1834.

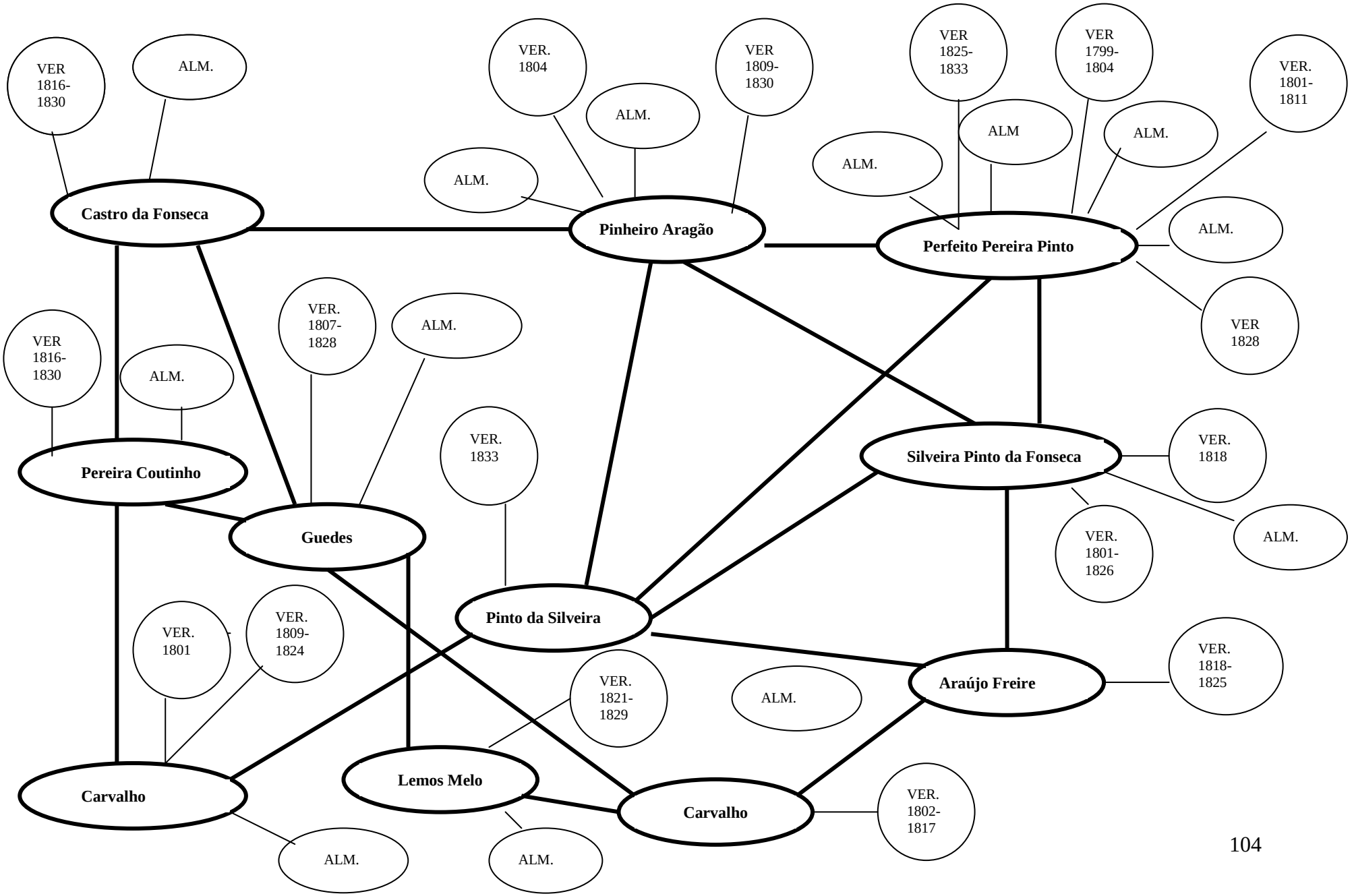
Os laços familiares, iniciados pela família nuclear com ascendentes e descendentes no poder, alastravam e alargavam-se juntando-se, através do casamento, a outras famílias com a mesma importância, ou mais, transformando-as em poderosas oligarquias familiares.

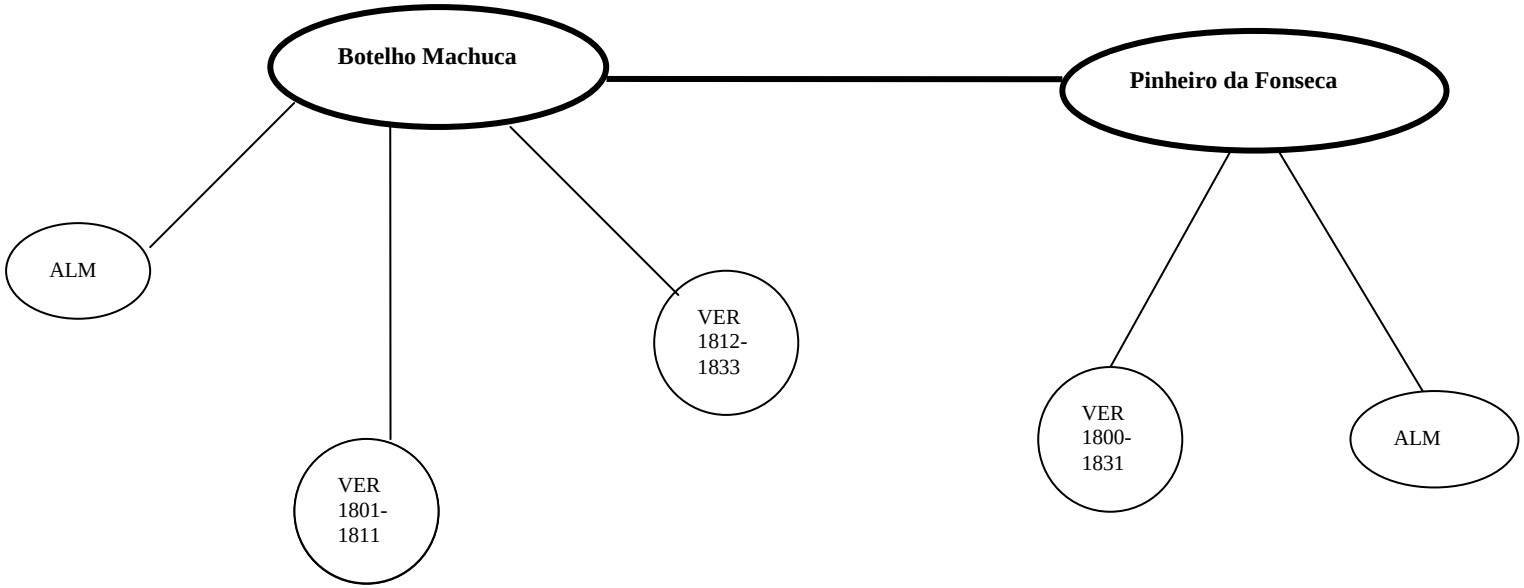
Das 20 famílias apresentadas e analisadas neste estudo, quatro sobressaem devido à forte presença na municipalidade: Pinheiro Aragão, Perfeito Pereira Pinto, Silveira Pinto da Fonseca e Castro da Fonseca, famílias de grande importância maior importância e prestígio que reforçaram a sua posição social e política ao contraírem laços matrimoniais entre si elucidando-nos assim, sobre o aspecto endogâmico do poder local em Lamego.

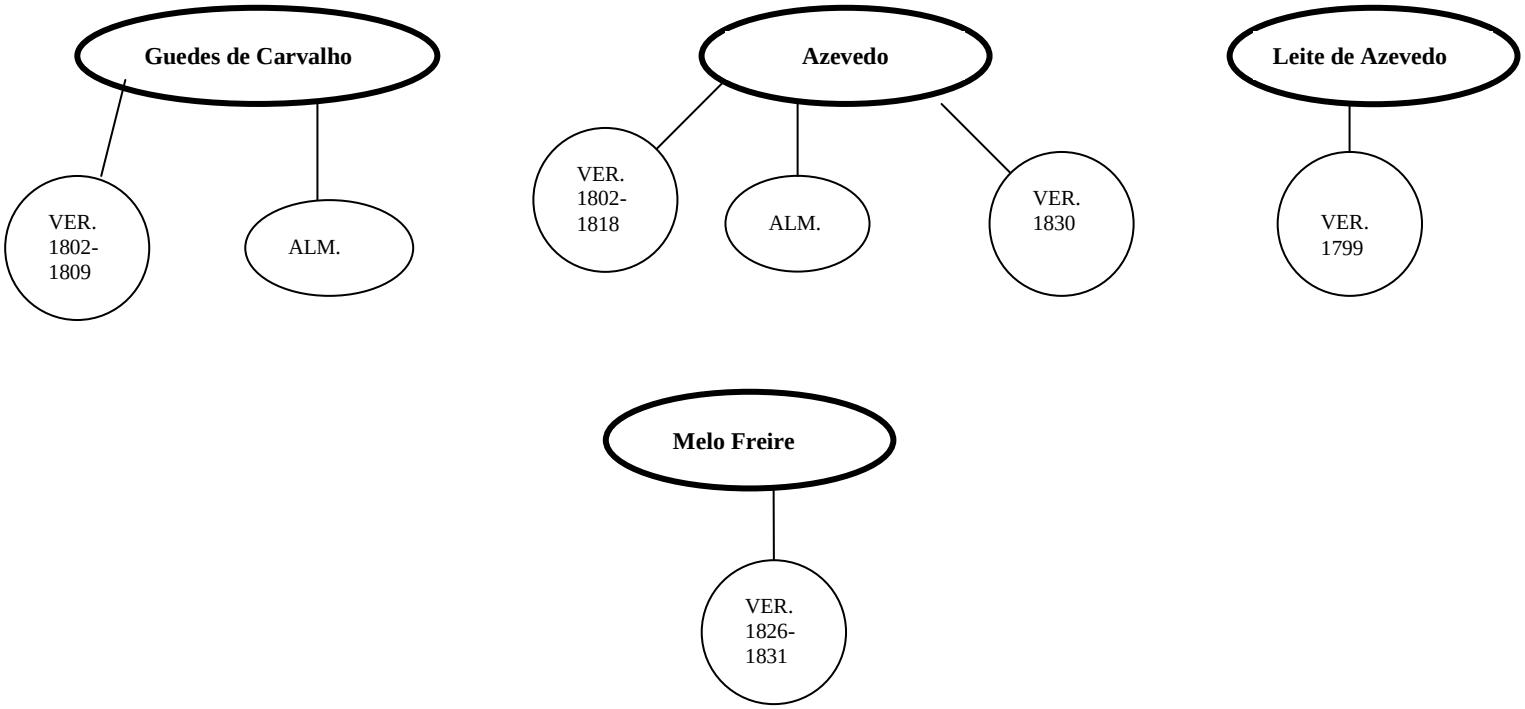
Para uma maior compreensão do estudo em análise, apresentamos, seguidamente, organigramas demonstrativos das relações inter-familiares das famílias com representatividade na edilidade lamecense.



Fonte: Modelo adaptado de Ana Sílvia Albuquerque Nunes – Municipalismo e Sociedade do Porto. De Pombal às Invasões Francesas


VER 1816-1830
ALM.
Castro da Fonseca
VER. 1804
ALM.
ALM.
VER 1809-1830
Pinheiro Aragão
VER 1825-1833
ALM
ALM.
VER 1799-1804
ALM.
VER. 1801-1811
Perfeito Pereira Pinto
ALM.
VER 1828
VER 1816-1830
ALM.
Pereira Coutinho
VER. 1807-1828
ALM.
Guedes
VER. 1833
Pinto da Silveira
Silveira Pinto da Fonseca
VER. 1818
ALM.
VER. 1801-1826
VER. 1801
VER. 1809-1824
VER. 1821-1829
ALM.
Araújo Freire
VER. 1818-1825
Carvalho
Lemos Melo
Carvalho
VER. 1802-1817
ALM.
ALM.


Botelho Machuca
Pinheiro da Fonseca
ALM
VER 1801-1811
VER 1812-1833
VER 1800-1831
ALM


Guedes de Carvalho
VER. 1802-1809
ALM.
Azevedo
VER. 1802-1818
ALM.
VER. 1830
Leite de Azevedo
VER. 1799
Melo Freire
VER. 1826-1831

Capítulo 5 – O Poder Municipal (1834-1851)

5. Organização administrativa e política do território português

Com a implantação definitiva do Liberalismo em 1834 verificaram-se profundas alterações, quer no panorama administrativo do território, quer no político, nomeadamente nas regras de acesso ao poder camarário e grandes transformações na "*composição social das vereações*"[1] ao mesmo tempo que provocou algum alargamento da capacidade eleitoral permitindo o desempenho das funções de topo da edilidade por pessoas que socialmente não cumpriam as exigências requeridas para tal no Antigo Regime, nomeadamente homens de negócios e Letrados, ou seja, uma burguesia endinheirada, com poder económico, os quais já participavam no poder e no mesmo Senado mas ocupando cargos somente como Procurador da Cidade e Tesoureiro mas não o de Vereador (excepto se já tivesse havido motivos para isso).

Uma das grandes alterações que se verificou com a introdução das medidas consignadas no Código Administrativo de Mouzinho da Silveira de 1831-1834, sob o ponto de vista administrativo, diz respeito à nova divisão territorial ficando o país dividido em Províncias[2], Comarcas[3] e Concelhos[4] tendo, cada uma delas, respectivamente, um Prefeito, um sub-Prefeito (nas Comarcas onde não residia o Prefeito)[5] e um Provedor[6]. Junto de cada um destes Magistrados Administrativos existia "*e segundo a ordem da sua hierarquia, uma Junta de cidadãos de confiança dos povos e por eles eleitos, para promover os seus interesses, vigiar no emprego dos cabedais públicos que aos Magistrados é confiado, deliberando ou representando segundo a matéria o pedir, sobre quanto for da*

[1] FERNANDES, Paulo Jorge da Silva – *Elites locais e poder municipal. Do Antigo Regime ao Liberalismo*, pp. 55-73
[2] B.N.P. - *Colecção de Legislação Portuguesa*, 1831 a 1834, Decreto nº 65 de 28 de Junho de 1833, artº 2º.
As províncias eram: Minho (capital Braga); Trás-os-Montes (capital Vila Real); Douro (capital Porto); Beira Alta (capital Viseu); Beira Baixa (capital Castelo Branco); Estremadura (capital Lisboa); Além -Tejo (capital Évora); Algarve (capital Faro).
[3] *Ibidem*, artº 1º.
Segundo o artº 1º do Decreto nº 65, as Comarcas dividiam-se em Concelhos compreendendo estes uma ou mais freguesias.
[4] B. N. P., *Colecção de Legislação Portuguesa*, 1831 a 1834, Decreto nº 23 de 16 de Maio de 1832, artº 1º.
[5] *Ibidem*, Cap. II, artº 4º
[6] *Ibidem*, Cap. II, artº 5º

utilidade dos povos que os elegem"[7]. Estes Corpos Administrativos eram: a Junta Geral de Província, que apoiava o Prefeito[8]; Junta de Comarca, que apoiava o Sub-Prefeito[9]; e Comarca Municipal do Concelho, isto é, a Câmara, que funcionava em parceria com o Provedor[10].

Quer o Prefeito e sub-Prefeito, quer o Provedor, eram nomeados pelo Rei[11].

Tanto as Províncias como as Comarcas e os Concelhos eram "*elementos da divisão administrativa e da Fazenda*"[12] em que "*as Províncias[13], formando os Distritos, as Comarcas, os Concelhos e as Freguesias constituem elementos da divisão judicial*"[14].

A Reforma Administrativa de 1835-1836, de Rodrigo da Fonseca Magalhães, dividia, administrativamente o País em Distritos, Concelhos e Freguesias[15]. Cada Distrito tinha um Magistrado Administrativo, denominado "*Governador Civil*", cada Concelho "*um Administrador do Concelho*" e em cada Freguesia, "*um Comissário de Paróquia*"[16] havendo, ainda, junto a cada um destes Magistrados, e segundo a sua ordem de hierarquia, "*um corpo de cidadãos eleitos pelos povos. Junto ao Governador Civil, a Junta Geral de Distrito[17]; junto ao Administrador do Concelho, a*

[7] B. N. P. - *Colecção de Legislação Portuguesa*, Decreto nº 23 de 16 de Maio de 1832, artº 7º
[8] B. N. P. - *Colecção de Legislação Portuguesa*, Decreto nº 23 de 16 de Maio de 1832, artº 7º, 3º
[9] *Ibidem*, artº 7º, 2º
[10] *Ibidem*, artº 7º, 1º
[11] *Ibidem*, artº 6º
[12] B.N.P. - *Colecção de Legislação Portuguesa*, Decreto nº 65 de 28 de Junho de 1833, artº 5º
[13] *Ibidem*, artº 6º.
Segundo este Decreto, artº 6º, os Distritos Judiciais do Continente eram: Lisboa, que compreendia a Província da Estremadura, Alentejo e Algarve; Porto, que compreendia as Províncias do Minho e Douro; Lamego, que compreendia as Províncias de Trás-os-Montes e Beira Alta e Castelo Branco que compreendia a Província da Beira Baixa.
Lamego, que compreendia as duas Províncias referidas, era constituída por 2 Assembleias Provinciais, 8 Comarcas, 232 Concelhos, 8 Juízes de Direito, 2 Prefeituras, 1 Relação e 8 Sub-Prefeituras. À Comarca de Lamego pertenciam 64 Concelhos, como já atrás foi referido.
Este artigo 6º será revogado pelo Decreto de 17 de Abril de 1834, artº 2º, que determina que o "*Reino de Portugal será dividido unicamente em 3 Distritos Judiciais: Lisboa, Porto e Lamego. Cada uma destas cidades continuará sendo a sede de um Tribunal de 2ª instância ou Relação"*. Segundo o artº 3º, ao Distrito da Relação de Lamego pertenciam as Comarcas de Lamego, Moncorvo, Vila Real, Chaves, Bragança, Viseu, Trancoso e Guarda. Pelo Decreto de 21 de Março de 1835, segundo a Carta de Lei de 28 de Fevereiro de 1835, passam a existir, somente, 2 Relações: Lisboa e Porto. Por sua vez, as Relações dividem-se em Julgados de 1ª instância. Assim, pelo Decreto de 21 de Março de 1835, Lamego passa a ter Julgado pertencendo ao mesmo os Concelhos de Britiande, Fontelo, Lalim, Ribeles, Lamego, Lazarim, Magueija, Mondim, Parada do Bispo, Sande, Tarouca, Ucanha, Valdigem e Vila Nova de Souto d'El Rei ficando Lamego afecto ao Distrito da Relação do Porto assim como toda a Beira Alta.
[14] *Ibidem*, artº 5º.
[15] B.N.P. - *Colecção de Legislação Portuguesa*, Decreto de 18 de Julho de 1835, artº 1º, Cap. I, segundo semestre.
[16] B.N.P. - *Colecção de Legislação Portuguesa*, Decreto de 18 de Julho de 1835, artº 5º, Cap. I segundo semestre.
[17] *Ibidem*, Cap. II, artº 6º, 1º

Câmara Municipal[18]*; junto ao Comissário de Paróquia, a Junta de Paróquia*"[19].

O Código Administrativo de 1840-1842, de António Bernardo da Costa Cabral, dividia, administrativamente, o País em Distritos e Concelhos estando à frente dos Distritos o Governador Civil[20] e dos Concelhos o Administrador do Concelho. Subsistem, como corpos administrativos, eleitos pelo povo, a "*Junta Geral de Distrito, junto ao Governador Civil e a Câmara Municipal, junto do Administrador do Concelho*"[21]. Junto a cada Câmara é criado "*um Conselho Municipal composto de tantos Vogais quantos forem os Vereadores da Câmara*"[22].

Sendo nosso objecto de estudo a Câmara Municipal do Concelho de Lamego e a eleição dos seus respectivos oficiais, somente nos deteremos na análise dos mesmos excluindo, assim, as Províncias e Comarcas do período em questão.

5.1 As Câmaras Municipais

Segundo o Código Administrativo de Mouzinho da Silveira de 1831-1834[23], as Câmaras Municipais eram de "*eleição indirecta*"[24] e fazia parte das suas funções "*deliberarem e consultarem sobre todos os objectos municipais*"[25] podendo as mesmas ser dissolvidas "*por ordem do Rei ou do Prefeito e o Alvará do Prefeito, que significa à Câmara a ordem Real, deve incluir a ordem para nova eleição, sem que é nulo e de nenhum efeito*"[26].

[18] B.N.P. - *Colecção de Legislação Portuguesa*, Decreto de 18 de Julho de 1835, Cap. II, artº 6º, 2º
[19] *Ibidem*, Cap. II, artº 6º, 3º
[20] B.N.P. *Colecção de Legislação Portuguesa*, Decreto de 18 de Março de 1842, Título Terceiro, Cap. I, Secção Primeira, artº 221, p. 127
[21] *Ibidem*, Título Primeiro, Cap. I, Secção Primeira, I e II, p. 109
[22] *Ibidem*, Título Segundo, Cap. I, Secção Primeira, artº 12º, p. 109
[23] B. N. P., *Colecção de Legislação Portuguesa*, Decreto nº 23 de 16 de Maio de 1832, Cap. VI, artº 26º
[24] *Ibidem*, Cap. III, artº 11º
[25] *Ibidem*, Cap. VI, artº 26º
[26] *Ibidem*, Cap. VI, artº 27º. *Vide* a mesma Legislação, Cap. IV, artº 15º

Fazia, ainda, parte das atribuições das Câmaras "*eleger os Procuradores à Junta de Comarca*"[27]; "*fazer a repartição do recrutamento e das Contribuições directas dentro dos limites do Concelhos*"[28]; e *"lançar fintas e derramas para complemento das despesas do Concelho (…) precisando confirmação do Prefeito toda a finta que exceder 300 réis por cada chefe de família"*[29]. Eram, ainda, "*conservadas e confirmadas às Câmaras Municipais todas as suas antigas atribuições*"[30] excepto as que pertencessem "*à autoridade judiciária*"[31]. Estabelecia, ainda, a distinção entre Câmara Municipal e Provedor visto que "*pertencia ao corpo Municipal a deliberação e ao Provedor Municipal a execução do deliberado*"[32].

Com a Reforma Administrativa de 1835-1836, de Rodrigo da Fonseca Magalhães, a eleição das Câmaras Municipais passa a ser "*directa*"[33] e era das suas competências "*consultar e deliberar sobre todas as necessidades Municipais, particulares e locais do Concelho"*[34], "*fazer a repartição das contribuições directas nos limites do Concelho*"[35]; "*adicionar proporcionalmente à quota da contribuição directa que cada morador houver de pagar, até 2%, para complemento das despesas do Concelho pertencendo à Junta de Distrito, se as Câmaras recorrerem a ela, adicionar mais 1%*"[36]; "*reger os bens e rendas especiais do Concelho*"[37]; "*regular e ordenar o pagamento das despesas locais que estão a seu cargo*"[38]; "*dirigir e fazer executar as obras do Concelho*"[39] e "*administrar os estabelecimentos que pertencem à municipalidade*"[40].

[27] B. N. P. - *Colecção de Legislação Portuguesa*, Decreto nº 23 de 16 de Maio de 1832, Cap. VI, artº 28, 1º
[28] *Ibidem*, artº 28º, 2º
[29] *Ibidem*, artº 28º, 4º
[30] *Ibidem*, artº 29º
[31] *Ibidem*, artº 29º
[32] *Ibidem*, artº 29º
[33] B.N.P. - *Colecção de Legislação Portuguesa*, Decreto de 18 de Julho de 1835, Título I, Cap. III, artº 9º, § 1º
[34] *Ibidem*, Título I, Cap. V, artº 23, § 4º.1º
[35] *Ibidem*, § 4º.2º
[36] *Ibidem*, §4º. 3º
[37] *Ibidem*, § 4º. 4º
[38] *Ibidem*, § 4º.5º
[39] *Ibidem*, § 4º.6º
[40] *Ibidem*, § 4º. 7º

Segundo o Código Administrativo de 1840-1842, de Costa Cabral, as Câmaras eram compostas "*de 5 ou 7 Vereadores*"[41] e eram eleitas pela "*Assembleia dos Eleitores Municipais*"[42]; o Presidente da Câmara era o "*Vereador que na eleição tiver obtido maior número de votos*"[43]; tinha "*um Escrivão e Tesoureiro do Concelho*"[44], ambos "*nomeados pela Câmara*"[45] e era da sua competência "*fazer Posturas e Regulamentos Municipais*"[46]; regular e administrar *"as rendas municipais"[47];* deliberar *"sobre contrair empréstimos e estabelecer hipotecas*"[48]; nomear "*o seu Escrivão, o Tesoureiro do Concelho, Médicos, Cirurgiões e Boticários do Partido*"[49]. Estava, ainda, nas competências das Câmaras "*a despesa, receita e orçamento municipal*" [50] e a "*Contabilidade*"[51].

5.2 A Junta Geral de Distrito

As Juntas Gerais de Distrito, criadas pela Reforma Administrativa de 1835, eram órgãos colectivos com atribuições "*deliberativas ou consultivas"[52]* e a elas pertencia "*fazer a repartição das contribuições directas entre os Concelhos do Distrito*"[53]; "*decidir sobre os requerimentos para redução que lhes fizerem as Câmaras Municipais*"[54]; "*impor, nos limites da Lei, as derramas e fintas necessárias para as despesas de utilidade Geral do Distrito*"[55]; "*autorizar as deliberações das Câmaras Municipais nos casos em que o presente Decreto as sujeita à aprovação das*

[41] B.N.P. - *Colecção de Legislação Portuguesa*, Decreto de 18 de Março de 1842, Título Segundo, Cap. I, Secção Primeira, artº 7º, p. 109
Havia 5 Vereadores nos Concelhos que tivessem até 3 000 fogos; e de 7 nos de superior povoação.
[42] *Ibidem*, artº 8º, p. 109
[43] *Ibidem*, artº 9º, p. 109
[44] *Ibidem*, artº 10º, p. 109
[45] *Ibidem*, artº 11º, p. 109
[46] *Ibidem*, Título Segundo, Cap. I, Secção Sexta, artº 120º, p. 118
[47] *Idem*, artº 118º, I, p. 118
[48] *Ibidem*, artº 123, I, p. 118
[49] B.N.P. - *Colecção de Legislação Portuguesa*, Decreto de 18 de Março de 1842, Título Segundo, Cap. I, Secção Sexta, artº 127º, I, II, VI, p. 119
[50] *Ibidem*, Título Segundo, Cap. I, Secção Sétima, p. 120
[51] *Ibidem*, Título Segundo, Cap. I, Secção Oitava, p. 122
[52] B.N.P. *Colecção de Legislação Portuguesa*, Decreto de 18 de Julho de 1835. Cap. V, da Organização Administrativa, artº 22º, § 13º
[53] *Ibidem*, § 13º. 1º
[54] *Ibidem*,§ 13º. 2º
[55] *Ibidem*, § 13º. 3º

Juntas Gerais do Distrito"[56]. Ficava decretado, ainda, que toda a correspondência da Junta "*será assinada e dirigida ao Governador Civil, por via do seu Presidente"*[57] e que o Governador Civil "*preparará com tempo todos os documentos e informações necessárias para as deliberações da Junta Geral e lhos deve apresentar no primeiro dia da sessão ordinária*"[58].

5.3 O Conselho Municipal

O Conselho Municipal, criado pelo Código Administrativo de 1842, tinha como principais atribuições "*discutir e resolver conjuntamente com a Câmara*"[59] sobre *"contrair empréstimos e estabelecer-lhes hipotecas*"[60]; lançar, dentro dos limites do Concelho, *"contribuições municipais directas e indirectas para ocorrer às suas despesas*"[61]; participar na elaboração do "*orçamento da receita e despesa do Município para o futuro ano económico, proposto pelo Presidente da Câmara e adoptado em Vereação*"[62]. Se após duas convocações sucessivas, feitas com um intervalo de oito dias, os Vogais do Conselho Municipal não se reunissem com a Câmara "*em número suficiente, será válida qualquer deliberação que se tomar sem a sua concorrência*"[63] ficando, ainda, determinado que "*o Conselho Municipal não pode deliberar senão conjuntamente com os Vereadores da Câmara, debaixo do Presidente dela e em sessão pública*"[64].

[56] B.N.P. *Colecção de Legislação Portuguesa*, Decreto de 18 de Julho de 1835. Cap. V, da Organização Administrativa, artº 22º , § 13º. 7º
[57] *Ibidem*, § 17º
[58] *Ibidem*,§ 18º
[59] B.N.P. *Colecção de Legislação Portuguesa*, Decreto de 18 de Março de 1842, Título Segundo, Cap. I, Secção Nona, artº 170º, I., p. 123
[60] *Ibidem*, Título Segundo, Cap. I, Secção Sexta, artº 123º, I., p. 118
[61] *Ibidem*, Título Segundo, Cap. I, Secção Sétima, artº 137º, p. 120
[62] *Ibidem*, artº 146º, p. 121
[63] *Ibidem*, Título Segundo, Cap. I, Secção Nona, artº 171º, p. 123
[64] *Ibidem*, Título Segundo, Cap. I, Secção Sétima, artº 172º, p. 123

5.4 O processo eleitoral dos oficiais do poder local

Com o Liberalismo, são profundas as alterações que passam a existir no processo eleitoral dos oficiais das Câmaras Municipais[65].

Como passam, então, as ser eleitos os oficiais camarários e como se processa todo o acto eleitoral?

Segundo a legislação de Mouzinho da Silveira, de 1831-1834, a Câmara Municipal passa a ser de base electiva, de *eleição indirecta*[66] e em cada freguesia do Concelho, as Juntas de Paróquia nomeavam "*dois eleitores que, todos reunidos na respectiva Casa do Concelho, fazem a eleição dos Vereadores*" [67] sendo a "*reunião dos eleitores da freguesia para a eleição da Câmara Municipal, presidida pelo Provedor do Concelho*"[68] e o Vereador que "*na eleição obtém maior número de votos é o presidente da Câmara; o imediato em votos é o Fiscal e Procurador dela*"[69]. Quanto ao Secretário da Câmara, era eleito em lista tríplice pela mesma Câmara e "*nomeado pelo Prefeito da Província*"[70] sendo o cargo vitalício. Eram elegíveis para Vereadores "*todos os que nas cidades e vilas notáveis podem ser juízes de Paz ou Ordinários e nas vilas menos notáveis os que podem ser Juízes Pedâneos*"[71] e por cada freguesia do Concelho nomeava-se "*1 Vereador*[72]".

Com a Legislação de 9 de Janeiro de 1834, a eleição dos oficiais camarários torna-se mais complexa determinando, para tal, proceder-se ao seguinte:

1º Recenseamento – passa a ser obrigatório o recenseamento dos cidadãos que podem votar nas Assembleias Paroquiais para a eleição dos eleitores dos Deputados da Nação[73];

[65] B. N. P., *Colecção de Legislação Portuguesa*, Decreto nº 23 de 16 de Maio de 1832, da Implantação do Sistema Administrativo, Cap. III, artº 11º
[66] *Ibidem*, artº 11º
[67] *Ibidem*, artº 11º, § 1º
[68] *Ibidem*, § 3º
[69] *Ibidem*, § 5º
[70] *Ibidem*, § 6º
[71] *Ibidem*, § 7º
[72] *Ibideml*, § 8º
[73] B.N.P. *Colecção de Legislação Portuguesa*, Legislação de 9 de Janeiro de 1834, artº 2º, fl. 268

2º Nomeação de uma Comissão – a Câmara devia nomear, em cada freguesia do seu Distrito, "*de 3 a 7 pessoas domiciliadas nele a que por sua conduta Moral e Política mereça bom conceito e opinião pública para formarem com o Pároco, uma Comissão que apure os cidadãos activos*"[74];

3º Juramento - as pessoas que forem nomeadas, "*darão perante a Câmara juramento de bem e fielmente desempenharem os seus deveres*"[75]. Estas pessoas nomeadas apresentavam-se, então, no primeiro Domingo, ao respectivo Pároco para formarem a dita Comissão "*tendo-se feito público, por editais, que as pessoas da freguesia podem concorrer naquele dia perante ela a fim de darem esclarecimentos necessários sobre os seus rendimentos e mais circunstâncias relativos ao direito de votar*"[76];

4º Eleição do Secretário - depois de reunida a Comissão, procedia-se à eleição "*no dia determinado e presidida pelo Pároco*"[77], de um Secretário "*com voto*"[78]. Passava-se, de imediato, ao recenseamento dos cidadãos da freguesia que não fossem excluídos de votar nas Assembleias Paroquiais para eleitores de Deputados. Formava-se, de seguida, "*uma lista dos apurados*"[79] que era afixada na Paróquia e devidamente assinada pelo Pároco e pelo Secretário. Após este recenseamento, a lista dos apurados na Paróquia era "*enviada à Câmara do Distrito*"[80];

5º Publicação - a Câmara publica, "*por Editais de cinco dias, as listas dos cidadãos apurados nas diferentes freguesias à proporção que as receber*"[81];

6º Formação de lista geral dos cidadãos - das listas das Paróquias, procedia-se à "*formação de uma lista geral dos cidadãos que tem voto*"[82] sendo estas listas registadas em livro destinado para este fim e rubricado pelo Presidente seguido,

[74] B.N.P. *Colecção de Legislação Portuguesa*, Legislação de 9 de Janeiro de 1834, artº 3º, fl. 268
[75] *Ibidem*, artº 4º
[76] *Ibidem*, artº 4º, fl. 268
[77] *Ibidem*, artº 5º
[78] *Ibidem*, artº 5º
[79] *Ibidem*, artº 5º
[80] *Ibidem*, artº 7º
[81] *Ibidem*, artº 8º
[82] *Ibidem*, artº 9º

depois, das assinaturas de todos os Membros da Câmara. Este livro era depois guardado no Arquivo da Câmara juntamente com as listas e todos os papéis relativos ao recenseamento extraindo-se dele "*uma cópia assinada pelo Presidente e Secretário contendo, por ordem alfabética, e por freguesia, os nomes dos cidadãos do Concelho habilitados para votar na eleição da Câmara*"[83]. Esta relação era, posteriormente, afixada na "*porta da Casa do Concelho ou lugar público do costume*"[84].

A Câmara designava "*por Editais afixados no dito lugar o primeiro Domingo mediando ao menos o espaço de 5 dias para nele concorrerem à Casa da Câmara todos os cidadãos designados na lista geral dos cidadãos do Concelho, que tem voto na eleição, a fim de se elegerem as pessoas que devem compor a nova Câmara*"[85];

Quanto ao número de Vereadores que compunham a Câmara Municipal, o mesmo era variável sendo composta de " *3 Vereadores nos Distritos que tiverem até 1000 fogos; de 5 nos que tiverem até 3000 fogos; de 7 nos que tiverem de 3000 para cima*"[86]

Era eleito Presidente da Câmara " *a pessoa que obtiver na eleição maior número de votos*"[87] sendo eleito Fiscal da mesma "*o imediato* (em votos)."[88] Podiam ser eleitos Vereadores os "*cidadãos compreendidos na lista geral daqueles que tem voto na eleição*"[89].

Quanto às etapas do processo eleitoral dos Vereadores eram as seguintes:

1º Nomeação de 2 Escrutinadores e um Secretário - no dia designado para a eleição, estando a Câmara e os votantes reunidos "*em Assembleia Pública*"[90], o Presidente propunha "*2 pessoas de*

[83] B.N.P. *Colecção de Legislação Portuguesa*, Legislação de 9 de Janeiro de 1834, artº 9º
[84] *Ibidem*, artº 9º
[85] *Ibidem*, artº 10º, fl. 268
[86] *Ibidem*, artº 11º, fl. 268
No Porto elegiam-se 9 Vereadores e em Lisboa 13.
[87] *Ibidem*, artº 12º, fl. 268
[88] *Ibidem*, artº 12º, fl. 268
[89] *Ibidem*, artº 13º, fl. 268
Não podiam votar os membros efectivos do Ministério e os do Conselho de Estado; os Magistrados; os Militares do Exército ou da Armada em efectivo serviço; os Clérigos das Ordens Sacras; os empregados (da nomeação do Governo) na Administração ou na Fazenda; aqueles que fossem pronunciados por crimes.
[90] *Ibidem*, artº 14º, fl, 268

confiança para Escrutinadores e uma para Secretário"[91]. Se os mesmos não fossem aprovados, tinha que se repetir o acto.

2º Constituição da Mesa Provisória e Mesa Definitiva - após a aprovação dos Escrutinadores e Secretário, constituía-se a "*Mesa Provisória e se passará logo a nomear a Mesa Definitiva composta de outros tantos como a primeira os quais serão eleitos por escrutíneo secreto, à pluralidade relativa dos votos"*[92]. Finda esta eleição, as listas eram queimadas e era lavrada uma Acta;

3ºVotação – após reunida a Mesa Definitiva, os cidadãos presentes procediam à votação lançando "*as suas listas na urna à proporção que forem sendo chamados pela ordem da lista estando presentes os respectivos Párocos para verificar a identidade dos seus paroquianos*"[93];

4º Contagem das listas e apuramento dos votos – assim que se dava por concluída a votação, o Presidente procedia à contagem das listas enquanto os Escrutinadores as liam alternadamente e em voz alta e o Secretário escrevia o nome dos votados anotando, por algarismos, os votos que iam tendo[94];

5º Publicação dos resultados – após o apuramento dos votos, procedia-se à publicação dos resultados[95];

6º Eleição dos Vereadores – com a publicação dos resultados, ficam "*eleitos os cidadãos que obtiverem maior número deles*"[96].

Concluída a eleição dos novos oficiais camarários, era lavrada uma Acta onde se declaravam todos que tinham sido votados e os votos que cada um obteve sendo, depois, as listas dos votantes, queimadas.

Nos Distritos que, devido à sua distância ou numerosa população, não fosse possível fazer a eleição numa só Assembleia, a Câmara designava as que fossem necessárias "*para comodidade dos Povos*"[97] sendo essa designação tornada pública "*por Editais"*[98].

[91] B.N.P. *Colecção de Legislação Portuguesa*, Legislação de 9 de Janeiro de 1834, artº 14º
[92] *Ibidem,* artº 14º
[93] *Ibidem*, artº 15º
[94] *Idem*, artº 15º
[95] *Ibidem*, artº 15º
[96] *Ibidem*, artº 15º
[97] *Ibidem*, artº 16º

O Presidente da Câmara presidia à Mesa Provisória "*da cabeça do Distrito*" sendo as outras "*presididas pelos Vereadores e não chegando, pelas pessoas que a Câmara designar*"[99]. Nestas Assembleias parciais procedia-se da mesma forma como na Assembleia principal podendo-se votar "*em todas as pessoas elegíveis do Distrito*"[100]. Quanto às Actas, as mesmas eram remetidas "*à Assembleia principal e conterão a relação dos votados por ordem alfabética (…) e à margem, por algarismos, os votos que cada um teve*"[101]. Eram portadores destas Actas os Escrutinadores que, juntamente com todos os membros da Mesa Principal, "*formarão no seguinte Domingo na Casa da Câmara Assembleia Geral de que são Presidente, Escrutinadores e Secretários os que o foram na Assembleia de Cabeça do Distrito*"[102] sendo, então, aí apurados "*definitivamente os votados*"[103]. Era, finalmente, elaborada uma Acta nos moldes daquela que tinha sido elaborada para o acto eleitoral nas diversas Assembleias.

A presente legislação determinava, ainda, que se na eleição fossem eleitos "*pai e filho, irmão, primos germanos ou tios e sobrinhos, preferirá o que tiver mais votos e no lugar do outro entrará o mais votado. Em caso de empate, o que for mais velho*"[104]. Quanto à escusa do cargo, "*ninguém, sendo eleito, pode escusar-se sem impossibilidade absoluta, verificada perante a Câmara, ou incompatibilidade de serviço público. Porém, os que estão servindo não poderão ser obrigados a servir contra a sua vontade no ano seguinte*"[105]. Quanto aos Vereadores eleitos, entravam de imediato "*no exercício das suas funções, prestando primeiro, nas mãos do Presidente da Câmara em exercício, o juramento de manter a Carta Constitucional da Monarquia Portuguesa, observar as Leis e cumprir exactamente as obrigações*

[98] B.N.P. *Colecção de Legislação Portuguesa*, Legislação de 9 de Janeiro de 1834, artº 16º
[99] *Ibidem*, artº 16º
[100] *Ibidem*, artº 17º
[101] *Ibidem*, artº 17º
[102] *Ibidem*, artº 17º
[103] *Ibidem*, artº 17º
[104] *Ibidem*, artº 18º
[105] *Ibidem*, artº 20º

dos seus cargos"[106]. Em cada Câmara existia, ainda, um "*Secretário sem voto nomeado por ela*"[107].

Com a Reforma Administrativa de 1835, de Rodrigo da Fonseca Magalhães e através do Decreto de 18 de Julho do mesmo ano**,** a eleição das Câmaras Municipais passa a ser "*directa e pelo modo determinado no Decreto de 9 de Janeiro de 1834 com a simples alteração de que as funções referidas às comissões de que tratam os artºs 3, 4 e 5 daquele Decreto serão exercidas pelas Juntas de Paróquia e a dos Párocos pelos Presidentes das mesmas Juntas*"[108] e a Acta original da eleição "*será depositada no Arquivo da Câmara e o Presidente enviará ao Administrador do Concelho uma cópia autêntica da referida Acta para ser remetida ao Governador Civil"*[109].

No que se refere às **Juntas Gerais de Distrito**, as mesmas eram compostas de "*13 Procuradores, eleitos pelos eleitores de Província de cada Distrito*"[110] e eram elegíveis para Procuradores "*todos os que podem ser eleitos Deputados da Nação e tiverem domicílio no mesmo Distrito*"[111]. Estas Juntas renovavam-se "*por inteiro, na época em que ordinariamente se elegem os Deputados da Nação. No caso de eleição extraordinária, continuarão as mesmas Juntas de Distrito até à época em que ordinariamente devem ser eleitos*"[112].

As Juntas Gerais de Distrito eram convocadas "*todos os anos pelo Governador Civil (designado pelo Governo), por carta de convocação dirigida a cada um dos Membros*"[113] . Não podiam faltar estando, somente escusos de comparecer os que sofressem de "*moléstia grave ou necessidade urgente de estar fora do*

[106]B.N.P. *Colecção de Legislação Portuguesa*, Legislação de 9 de Janeiro de 1834, artº 21º
[107]B.N.P. *Ibidem*, artº 22º
[108] B.N.P. *Colecção de Legislação Portuguesa*, Decreto de 18 de Julho de 1835, da Organização Administrativa, Cap. III, artº 9º, § 1º
[109] *Ibidem*,§ 2º
[110] *Ibidem*,artº 10º, § 1º
[111] *Ibidem*, § 4º
[112] *Ibidem*, § 5º
[113] *Ibidem*, Cap. V, § 1º

Distrito"[114]. Caso não comparecessem e não enviassem escusa, eram punidos com "*suspensão do exercício de todos os direitos políticos por 4 anos*"[115].

Quanto à forma de eleição dos Procuradores, a mesma era feita de forma seguinte:

1º - Reunião de Procuradores – no dia que fosse determinado para a eleição e no local designado, reuniam-se os Procuradores devendo estar presentes "*metade e mais um do número total de que se compõe a Junta*"[116];

2º - Eleição do Presidente e Secretário – ocupada a presidência pelo "*mais velho dos Procuradores presentes"*[117], é nomeando dentre os membros da Junta "*um Secretário e dois Escrutinadores que fará proceder à eleição de um Presidente e um Secretário, em escrutíneo secreto, por listas separadas e à pluralidade absoluta dos votos*"[118];

3º - Juramento – o presidente que sair eleito prestará juramento, sobre os "*Santos Evangelhos e nas mãos do Presidente interino, de manter a Carta Constitucional, de ser fiel ao Rei, de cumprir as Leis*"[119]. No final, era lavrada uma Acta que era "*depositada no Arquivo da Junta e dela se enviará imediatamente cópia autêntica ao Governador Civil*"[120].

Com o novo Código Administrativo de António Bernardo da Costa Cabral, de 1842, as eleições para as Câmaras Municipais são feitas *"de dois em dois anos, no mês de Novembro e no dia designado pelo Conselho de Distrito*"[121].

Segundo este Código Administrativo, tinham direito a votar nas eleições para as Câmaras Municipais "*os que pagarem*

[114] B.N.P. *Colecção de Legislação Portuguesa*, Decreto de 18 de Julho de 1835, da Organização Administrativa, Cap. III, artº 9º, § 2º
[115] B.N.P. *Colecção de Legislação Portuguesa*, Decreto de 18 de Julho de 1835, da Organização Administrativa, Cap. V, § 4º
[116] *Ibidem,* § 5º
[117] *Ibidem,* § 6º
[118] *Ibidem,*§ 6º
[119] *Ibidem,*§ 7º
[120] *Ibidem,*§ 8º
[121] B.N.P. *Colecção de Legislação Portuguesa*, Decreto de 18 de Março de 1842, Título Segundo, Cap. I, Secção Quarta, artº 47º, p. 113.

anualmente de décima de juros, foros, pensões ou de quaisquer proventos (…) a quantia de dez mil réis"[122]; "*os que pagarem anualmente de décima de prédios rústicos e urbanos arrendados, cinco mil réis*"[123]; "*os que pagarem anualmente de décima de prédios rústicos e urbanos não arrendados e de qualquer rendimento proveniente de indústria, mil réis*"[124]; "*os Egressos que tiverem de prestação anual cem mil réis*"[125]; "*os empregados do Estado (…) que tiverem de ordenado, soldo ou congrua cem mil réis anuais*"[126]; "*os pensionistas do Estado que tiverem de pensão anual, cem mil réis*"[127]. Não eram elegíveis para Vereadores "*os que são excluídos de votar nas eleições Municipais*"[128]; "*os que não sabem ler, escrever e contar*"[129]; "*todos os que recebem ordenados pelas Câmaras*"[130]; *os contratadores das rendas do Concelho e os que estiverem sujeitos à acção fiscal da Câmara*"[131].

Definido quem era Eleitor e Elegível, o primeiro passo para a eleição dos oficiais camarários era o Recenseamento "*dos eleitores e elegíveis*"[132] sendo o mesmo feito pelas *Câmaras Municipais*[133]. O Recenseamento era feito contando com a presença dos "*Administradores do Concelho, com voto consultivo*"[134]; dos "*Recebedores do Concelho, munidos com o último lançamento da décima*"[135]; dos "R*egedores de Paróquia (…) como informadores, quando se trata do recenseamento dos seus comparoquianos*"[136]. Feito o Recenseamento, as Câmaras Municipais mandavam publicar "*por Editaes e com a necessária antecipação, o local, dias e horas*

[122] B.N.P. *Colecção de Legislação Portuguesa,* Decreto de 18 de Março de 1842, Título Segundo, Cap. I, Secção Segunda, artº 13º, I., p. 109
[123] *Ibidem,* artº 13º, II., p. 109
[124] *Ibidem,* artº 13º, III., p. 109
[125] *Ibidem,* artº 13º, IV, p. 109
[126] *Idem,* artº 13º, V, p. 109
[127] *Ibidem,* artº 13º, VI, p. 109
[128] *Ibidem,* artº 16º, I, p. 110
[129] *Ibidem,* artº 16º, II, p. 110
[130] *Ibidem,* artº 16º, IV, p. 110
[131] *Ibidem,* artº 16º, V, p. 110
[132] *Ibidem,* Título Segundo, Cap. I, Secção Terceira, artº 18º, p. 111
[133] *Ibidem,* artº 18º, p. 111
Em Lisboa e Porto criaram-se Comissões de recenseamento consoante os Bairros que as cidades possuíam. Estas Comissões eram compostas de 5 Vogais sendo Presidente o Vereador que a Câmara designar sendo os outros 4 eleitos pela mesma Câmara dentre os moradores do respectivo Bairro. A Comissão elegia um Secretário dentre os seus Vogais.
[134] *Ibidem,* artº 20º, p. 111
[135] *Ibidem,* artº 21º, p. 111
[136] *Ibidem,* artº 22º, p. 111

de suas reuniões "[137]. No dia 31 de Agosto, o Recenseamento dava-se por concluído com a publicação da "*lista de alterações feitas no recenseamento*"[138] sendo um duplicado do mesmo enviado, "*pelo Presidente das Câmaras ou Comissões de Recenseamento*"[139] até ao dia 10 de Setembro, ao Administrador do Concelho ou Bairro para este, posteriormente, o enviar ao Governador Civil. No dia 20 de Outubro, o Conselho de Distrito marcava "*o dia em que as eleições devem começar*"[140] sendo este dia calculado de forma a que "*até 30 de Novembro possam estar concluídas as eleições para todos os cargos Municipais*"[141]. Nos Concelhos onde o número de elegíveis recenseados fosse "*menor que sessenta, completar-se-á este número com os imediatamente mais colectados*"[142] e se o número de elegíveis recenseados para todos os cargos Municipais "*for menor que trinta, completar-se-á este número com os mais colectados imediatamente*"[143]. Determinava-se, ainda, que nenhum cidadão podia ser "*Eleitor e Elegível senão no seu domicílio político*"[144], isto é, no "*Concelho onde tem a sua residência*"[145].

Após o Recenseamento dos Eleitores e Elegíveis, passava-se, então, ao acto eleitoral.

Podemos considerar duas etapas no processo eleitoral para Vereadores. A primeira etapa diz respeito à preparação do "cenário" para a realização do acto eleitoral, propriamente dito e essa primeira etapa contempla o seguinte:

1º -Alvará do Governador Civil – as Assembleias eleitorais são convocadas "*por Alvará do Governador Civil, comunicado aos*

[137]B.N.P. *Colecção de Legislação Portuguesa*, Decreto de 18 de Março de 1842, Título Segundo, Cap. I, Secção Terceira, artº 26º**,** p. 111
[138]B.N.P. *Colecção de Legislação Portuguesa*, Decreto de 18 de Março de 1842, Título Segundo, Cap. I, Secção Terceira, artº º 31º, p. 111
[139]*Ibidem*, artº 32º, p. 112
[140] *Idem*,artº 37º, p. 112
[141] *Ibidem*, artº 37, § único, p. 112
[142] *Ibidem*, artº 40º, p. 112
[143] *Ibidem*, artº 40º, § 1º, p. 112
[144] *Ibidem*, artº 41º, p. 112
[145] *Ibidem*, artº 41º, § 1º, p. 112

Presidentes das Câmaras"[146]. Nos grandes Concelhos ou naqueles onde houvesse uma grande população, sendo insuficiente a existência duma só Assembleia para se realizar a eleição, eram criadas as " *assembleias que forem necessárias, para comodidade dos povos*"[147] sendo o número das Assembleias para cada Concelho "*limites e lugar da sua reunião afixados pelas Câmaras Municipais*"[148] e nenhuma Assembleia podia ter menos de "*200 Eleitores*"[149];

2º - Publicação de Editais – os Presidentes da Câmara publicavam, por Editais "*afixados nas portas das Igrejas Paroquiais e mais lugares do estilo o local, dia e hora da reunião das Assembleias*"[150] sendo obrigatória a reunião de todas as Assembleias "*à mesma hora*"[151];

3º - Nomeação das Assembleias eleitorais - Se no Concelho existisse uma só Assembleia, esta seria presidida pelo "*Presidente da Câmara*"[152] mas se houver mais que uma, o "*Presidente da Câmara preside à que se reunir na Freguesia principal do Concelho e as outras Assembleias serão presididas pelos Vereadores e na sua falta, pelas pessoas que a Câmara designar dentre os Elegíveis para os cargos Municipais*"[153]. Posteriormente, a Câmara enviava a cada um dos Presidentes das Assembleias "*um caderno do recenseamento dos Eleitores que devem votar na sua Assembleia e um caderno do recenseamento dos Elegíveis do Concelho para os cargos Municipais*"[154]

[146]B.N.P. *Colecção de Legislação Portuguesa*, Decreto de 18 de Março de 1842, Título Segundo, Cap. I,, Secção Quarta, artº 48º, p. 113
[147] B.N.P. *Colecção de Legislação Portuguesa*, Decreto de 10 de Março de 1842, Título Segundo, Cap. I, Secção Quarta, artº 49º, p. 113
[148] *Ibidem*, artº 49º, § 1º, p. 113
[149] *Ibidem*,artº 49º, § 2º, p. 113
[150] *Ibidem*, artº 50º, p. 113
[151] *Ibidem*,artº 50º, § único, p. 113
[152] *Ibidem*, artº 51º, p. 113
[153] *Ibidem*, artº 51º, p. 113
Segundo o mesmo artº 51º, § único, a Freguesia principal do Concelho era a onde se localizava a Catedral e nos Concelhos onde a mesma não existisse, era onde se localizava a Igreja Matriz
[154] *Ibidem*, artº 52º, p. 113

4º - Constituição da Mesa Provisória – a Mesa Provisória era constituída pelo "*Presidente nomeado pela Câmara, dois Escrutinadores e dois Secretários escolhidos dentre os Eleitores*"[155]. Os Escrutinadores e os Secretários eram propostos à Assembleia dos Eleitores "*pelo Presidente. A Assembleia aprova ou desaprova os propostos*"[156]. Caso os propostos não sejam aprovados, "*o Presidente renovará a proposta até três vezes e se ainda assim forem rejeitados, nomeará ele os Secretários e Escrutinadores para a Mesa Provisória*"[157];

5º - Eleição da Mesa Definitiva – após a constituição da Mesa Provisória, a Assembleia procede à eleição da Mesa Definitiva "*que será composta de tantos Vogais como a Provisória*"[158] sendo estes Vogais eleitos "*dentre os Eleitores presentes por escrutíneo secreto e à pluralidade relativa dos votos*"[159]. Desta eleição é feita uma Acta mencionando-se, nela, a composição da Mesa Provisória.

6º - Publicação – são publicados, por Edital afixado na porta da Casa da Assembleia, "*os nomes dos eleitos para a Mesa Definitiva*"[160].

Era obrigatória a presença dos Párocos das freguesias que constituíam a Assembleia eleitoral a fim de "*informar sobre a identidade dos votantes*"[161] não se iniciando o acto eleitoral "*sem que estejam presentes os Párocos*"[162]. Caso este faltasse, a Mesa nomeava "*um Sacerdote ou pessoa que julgar mais idónea para fazer as suas vezes*".[163] Sobre a Mesa de eleição tinham que estar colocadas "*tantas urnas quantos forem os cargos para que se tratar de eleger e cada uma delas terá um dístico que indique a*

[155] B.N.P. *Colecção de Legislação Portuguesa*, Decreto de 18 de Março de 1842, Título Segundo, Cap. I, Secção Quarta, artº 53º, p. 113
[156] *Ibidem*, artº 53º, § 1º, p. 114
[157] *Ibidem*, artº 53º, § 2º, p. 114
[158] *Ibidem*, artº 54º, p. 114
[159] *Ibidem*, artº 54º, p. 114
[160] *Ibidem*, artº artº 54º, § único, p. 114
[161] *Ibidem*, artº 55º, p. 114
[162] *Ibidem*, artº 55º, § 1º, p. 114
[163] *Ibidem*, artº 55º, § 2º, p. 114

eleição para que é destinada"[164] bem como os cadernos do recenseamento dos Eleitores e Elegíveis.

A segunda etapa do processo eleitoral contempla todo o acto em si desde a votação até à publicação dos resultados e proclamação dos eleitos.

Esta segunda etapa contempla:

1º - Votação – as primeiras pessoas a votar, "*antes de todos os Eleitores*"[165] são os Vogais da Mesa não podendo ser ninguém admitido a votar se "*o seu nome não estiver inscrito no recenseamento dos Eleitores*"[166] e não se podendo votar "*em mais de uma Assembleia eleitoral*"[167];

2º - Contagem das listas – após 2 horas de ter sido feita uma chamada geral dos que não tiverem votado, o Presidente mandará "*contar as listas que se acharem em cada uma das urnas e fará confrontar o seu número com as notas de descarga postas no caderno de recenseamento*"[168]. Feita a contagem das listas, "*nenhuma outra poderá ser recebida*"[169];

3º - Apuramento dos votos – o Presidente obtém cada uma das listas e desdobrando-as entrega-as "*alternadamente a um dos Escrutinadores, o qual a lerá em voz alta e restituirá ao Presidente*"[170]. Os dois Secretários escreverão "*os nomes dos votados ao mesmo tempo com os votos que forem tendo, numerados por algarismos*"[171]. O apuramento é iniciado pelas listas dos Vereadores.

[164] B.N.P. *Colecção de Legislação Portuguesa*, Decreto de 10 de Março de 1842, Título Segundo, Cap. I, Secção Quarta, artº 56º, p. 114.
[165] *Idem*, artº 63º, p. 114
[166] *Ibidem*, artº 64º, p. 114
[167] *Ibidem*, artº 65º, p. 114
[168] *Ibidem*,artº 69º, p. 115
[169] *Ibidem*,artº 70º, p. 115
[170] *Ibidem*,artº 72º, p. 115
[171] *Ibidem*, artº 72º, p. 115

Terminada a eleição, são queimadas, na presença da Assembleia, "*as listas de votação*"[172].

Se no Concelho existir uma só Assembleia, o Presidente da Mesa "*proclama eleitos os que reuniram maior número de votos*"[173] e na circunstância de haver empate "*é preferido o mais velho*"[174]. Não podem ser Vereadores, em simultâneo, "*pais, filhos, irmãos, os afins no mesmo grau, os tios e os sobrinhos*"[175], no entanto, será eleito aquele que na eleição tiver reunido "*maior número de votos*"[176].

No caso de o Concelho possuir mais de uma Assembleia eleitoral, "*em cada uma delas se procederá ao apuramento dos votos*"[177] . Quanto às Actas e todos os papéis relativos à eleição serão fechados e lacrados "*em presença da Assembleia e entregues ao mais velho dos Escrutinadores*"[178] e no primeiro Domingo após as eleições nas diversas Assembleias, os Escrutinadores de todas as Mesas eleitorais terão de se apresentar na "*Casa da Câmara com as Actas das suas respectivas Assembleias*"[179]. O Presidente, Escrutinadores e Secretários da Assembleia Geral de apuramento "*serão os mesmos que exerceram estas funções na Mesa da Assembleia da Freguesia principal do Concelho*"[180];

4º - Proclamação dos eleitos – finalmente a Mesa proclama a eleição e compete-lhe remeter "*a cada um dos eleitos*"[181] um extracto da Acta assinada por todos os Vogais e que constitui o "*Diploma da sua nomeação*"[182].

As Actas das eleições são assinadas por todos os Vogais que compuseram as Mesas de eleição sendo, posteriormente, estas Actas e todos os restante documentos relativos à eleição, entregues

[172] B.N.P. *Colecção de Legislação Portuguesa*, Decreto de 10 de Março de 1842, Título Segundo, Cap. I, Secção Quarta, artº 77º, p. 115
[173] *Ibidem*,artº 79º, p. 115
[174] *Ibidem*artº 79º, § único, p. 115
[175] *Ibidem*,artº 80º, p. 115
[176] *Ibidem*,artº 80º, § único, p. 115
[177] *Ibidem*,artº 82º, p. 115
[178] *Ibidem,* artº 82º, § 1º, p. 115
[179] *Ibidem*,artº 82º, § 2º, p. 115
[180] *Ibidem*,artº 82º, § 3º, p. 115
[181] *Ibidem,* artº 83º, p. 115
[182] *Ibidem,* artº 83º, p. 115

"*aos Presidentes das Câmaras Municipais*"[183] e no prazo de oito dias, após as eleições, o Presidente deve remetê-las "*ao Administrador do Concelho*"[184] cabendo a este enviá-las ao Governador Civil.

A Câmara eleita entra em exercício "*no dia dois de Janeiro*"[185] e antes de entrar em funções os Vereadores eleitos "*prestam, nas mãos dos Presidente da última Câmara, o juramento seguinte: Juro fidelidade ao Rei, obediência à Carta Constitucional e Leis do Reino*"[186].

[183]B.N.P. *Colecção de Legislação Portuguesa*, Decreto de 18 de Março de 1842, Título Segundo, Cap. I, Secção Quarta, artº 85º, p. 116
[184] *Ibidem*, artº 86º, p. 116
[185] *Ibidem*, artº 94º, p. 116
[186] *Ibidem*, artº 95º, p. 116

Capítulo 6 – O processo eleitoral em Lamego (1834-1851)

As eleições liberais em Lamego, tal como se verificou para todo o reino, sofreram inúmeras alterações desde 1834 até 1851.

Não se sabe o que terá acontecido na Câmara de Lamego nos últimos meses da guerra civil visto não ter sido possível encontrar informação referente a essa altura. Os dados que a seguir se apresentam, foram extraídos dos autos de juramento de tomada de posse dos cargos camarários, para os quais tinham sido eleitos, e referidos nas Actas de Vereação.

6.1 Os Vereadores da Comissão Municipal de 1834-1835

Segundo as Actas de Vereação, em Maio de 1834[1] e dando seguimento ao Decreto de 9 de Janeiro do mesmo ano, é instalada na cidade de Lamego, sob a presidência do Juiz de Direito interino, Joaquim Pedro Júdice Samora, uma Comissão Municipal Provisória em que são eleitos, também provisoriamente, cinco Vereadores. Em Outubro do mesmo ano efectua-se o auto de juramento de tomada de posse e "*instalação da Câmara Municipal de Lamego*"[2] e dos sete Vereadores eleitos e em Março de 1835[3], procede-se à eleição dos novos camaristas para esse ano tendo saído eleitos Vereadores os indivíduos referidos no Quadro 6.1.

[1] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 20 de Maio de 1834, fl. 4
[2] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 19 de Outubro de 1834, fl. 27 v.
[3] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 29 de Março de 1835, fl. 42 v.

Quadro 6.1 Vereadores da Comissão Municipal Provisória de Lamego para 1834-1835.

Ano	Nome	Fonte
1834	Francisco Soeiro Almeida Cardoso Freire de Andrade	A.H.M.L. – Lv. Vereação, Acta de Sessão de 20de Maio de 1834, fl.4
	Lourenço de Oliveira Chaves	A.H.M.L. – Lv Vereação, Acta de Sessão de 20 de Maio de 1834, fl.4
	João Barreto de França e Sampaio	A.H.M.L. – Lv. Vereação, Acta de Sessão de 20 de Maio de 1834, fl.4
	José Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho	A.H.M.L. – Lv. Vereação, Acta de Sessão de 20 de Maio de 1834, fl.4
	Miguel de Sobral Fiel	A.H.M.L. – Lv. Vereação, Acta de Sessão de 20 de Maio de 1834, fl.4
1834	António José da Costa	A.H.M.L. – Lv. Vereação, Acta de Sessão de19 de Outubro de 1834, fl. 27 v.
	José Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho	A.H.M.L. – Lv. Vereação, Acta de Sessão de19 de Outubro de 1834, fl. 27 v.
	António Joaquim Pereira	A.H.M.L. – Lv. Vereação, Acta de Sessão de19 de Outubro de 1834, fl. 27 v.
	Francisco Soeiro de Almeida e Castro	A.H.M.L. – Lv. Vereação, Acta de Sessão de19 de Outubro de 1834, fl. 27 v.
	Lourenço de Oliveira Chaves	A.H.M.L. – Lv. Vereação, Acta de Sessão de19 de Outubro de 1834, fl. 27 v.
	Manuel António Cerdeira	A.H.M.L. – Lv. Vereação, Acta de Sessão de19 de Outubro de 1834, fl. 27 v.
	Paulino José Ribeiro	A.H.M.L. – Lv. Vereação, Acta de Sessão de19 de Outubro de 1834, fl. 27 v.
1835	Manuel António Cerdeira	A.H.M.L. – Lv. Vereação, Acta de Sessão de 29 de Março de 1835, fl. 42 v.
	Joaquim Pompilo da Mota Azevedo	A.H.M.L. – Lv. Vereação, Acta de Sessão de 29 de Março de 1835, fl. 42 v.
	Miguel de Sobral Fiel	A.H.M.L. – Lv. Vereação, Acta de Sessão de 29 de Março de 1835, fl. 42 v.
	Bernardo Correia de Azeredo	A.H.M.L. – Lv. Vereação, Acta de Sessão de 29 de Março de 1835, fl. 42 v.
	Custódio Correia da Rocha	A.H.M.L. – Lv. Vereação, Acta de Sessão de 29 de Março de 1835, fl. 42 v.
	Francisco Soeiro de Almeida e Castro	A.H.M.L. – Lv. Vereação, Acta de Sessão de 29 de Março de 1835, fl. 42 v.
	Lourenço de Oliveira Chaves	A.H.M.L. – Lv. Vereação, Acta de Sessão de 29 de Março de 1835, fl. 42 v.

Os novos Vereadores eleitos, neste princípio da era Liberal pós guerra civil, são indivíduos provenientes dos grupos sociais mais representativos da altura e que já tinham integrado o poder local

durante os anos compreendidos entre 1799-1834. Assim, proveniente desse período é eleito o Fidalgo da Casa Real, José Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho[4]; do grupo dos Letrados, Miguel de Sobral Fiel[5] (bacharel formado em Leis e Advogado); da burguesia, Lourenço de Oliveira Chaves[6], Manuel António Cerdeira[7] e Custódio Correia da Rocha[8] sendo que todos eram Negociantes. António José da Costa[9] era militar pois desempenhara as funções de Comandante das Ordenanças do Distrito da Cidade. Sobre João Barreto de França e Sampaio as informações são escassas[10] (foi candidato a Vereador em 1827-1829 mas não chegou a ser eleito), António Joaquim Pereira, Francisco Soeiro de Almeida Cardoso Freire de Andrade e Paulino José Ribeiro[11] não se sabe a que grupo social pertenciam mas são indivíduos que entram, pela primeira vez, para oficiais camarários. Sobre Joaquim Pompilo da Mota Azevedo nada se sabe a não ser que era doutor (o que implica ser mais um Vereador proveniente do grupo dos Letrados) mas que não desempenhou qualquer cargo durante o Antigo Regime.

Saliente-se, também, o facto de nestes três primeiros anos alguns destes camaristas se repetirem no poder como é o caso de Francisco Soeiro Almeida e Castro e Lourenço de Oliveira Chaves (que ocupam o cargo por três vezes); José Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho, Miguel de Sobral Fiel e Manuel António Cerdeira, por duas vezes; António José da Costa, João Barreto da França e Sampaio, António Joaquim Pereira, Paulino José Ribeiro, Joaquim Pompilo da Mota Azevedo, Bernardo Correia Azeredo e Custódio Correia da Rocha ocupam uma só vez.

[4] José Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho, F.C.R., foi Vereador e Almotacé durante o Antigo Regime
[5] Miguel de Sobral Fiel foi Procurador do Concelho em 1827
[6] Lourenço de Oliveira Chaves foi Tesoureiro em 1821 e 1823
[7] A.H.M.L., *Lv. de Vereação,* Acta de 19 de Outubro de 1834, fl. 27 v.
Manuel António Cerdeira foi Tesoureiro em 1805
Este Vereador eleito não prestou juramento na altura por não se encontrar na cidade
[8] Custódio Correia da Rocha foi Vereador em 1827, Tesoureiro em 1816 e Almotacé em 1828
[9] António José da Costa foi Vereador em 1827 e Almotacé em 1828
[10]Sobre João Barreto de França e Sampaio não foram encontradas informações sobre a sua vida pessoal e social em Lamego. No entanto, há um Domingos Teotónio Barreto de França no século XVIII que desempenhou a função de Almotacé na cidade do Porto, cf. in NUNES, Ana Sílvia Albuquerque Oliveira – *História Social da Administração do Porto: 1700-1750,* p. 101 e que pode estar relacionado, em termos de parentesco, com o aqui referido.
[11] A.H.M.L., *Lv. Vereação,* Acta de Sessão de 19 de Outubro de 1834, fl. 27 v.
Este Vereador eleito também não prestou juramento não se sabendo, no entanto, qual o motivo.

6.2 Os Vereadores Municipais para o período de 1842-1851

Com a entrada em vigor do Código Administrativo de 1842,[12] de Costa Cabral, as eleições para os cargos municipais passam a ser bienais e para a realização das mesmas, após a recepção do Alvará do Governador Civil do Distrito de Viseu, eram convocadas as Assembleias eleitorais do Concelho[13] sendo elas, entre 1843 e 1851, as que constam no quadro C.1 do anexo C.

Para o biénio de 1843-1844, o Concelho de Lamego "*e para a comodidade dos povos*"[14], foi dividido em quatro Assembleias Eleitorais sendo a principal a da Sé, presidida pelo Presidente da Câmara, Aires Duarte da Fonseca Lobo. As restantes três Assembleias foram presididas pelos Vereadores da Câmara; para 1845-1846[15], a Câmara de Lamego acordou que as Assembleias fossem as mesmas do biénio anterior; para 1847-1848[16], as Assembleias eleitorais do Concelho[17] eram a Sé, primeira e principal, presidida pelo Presidente da Câmara interino, Melchior Pereira Coutinho de Vilhena; Almacave, pelo Vereador, Afonso de Sousa Araújo; Cambres, por Francisco Pedro da Veiga e Cepões por Joaquim de Oliveira Chaves[18]; para 1848-1849, as Assembleias são, somente, duas[19]: Sé[20], presidida pelo Presidente da Câmara,

[12] Até 1841 não é possível apresentar dados devido à inexistência quer de pautas eleitorais, quer de Livros de Vereação. No entanto, a partir desta data até às eleições de 1850, as informações disponíveis e aqui apresentadas e analisadas foram encontradas nas Actas de Sessão dos Livros de Vereação da Câmara de Lamego

[13] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 26 de Outubro de 1842, fl. 66 v. e 67
A Assembleia da Sé era composta, somente, pela freguesia da Sé; a Assembleia de Almacave comportava as freguesias de Almacave, Avões, Ferreiros de Avões, Bigorne e Pretarouca; a Assembleia de Cambres, as freguesias de Cambres, Figueira, Parada do Bispo, Penajóia, Sande e Samodães; a Assembleia de Cepões, as freguesias de Cepões, Britiande, Bairral, Magueija, Melcões, Penude, Recião, Várzea de Abrunhais e Vila Nova de Souto D'el Rei.

[14] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 26 de Outubro de 1842, fl. 66 v. e 67

[15] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 30 de Outubro de 1844, fl. 134 v. e 135

[16] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 9 de Setembro de 1846, fl. 49 v. e 50

[17] A Assembleia da Sé era composta pelas freguesias da Sé e Figueira; a de Almacave pelas freguesias de Almacave, Avões, Bigorne, Ferreiros de Avões, Pretarouca, Sande, Valdigem; Cambres, pelas freguesias de Cambres, Parada do Bispo, Penajóia, Samodães; Cepões, pelas freguesias de Cepões, Bairral, Britiande, Magueija, Melcões, Penude, Várzea de Abrunhais e Vila Nova de Souto D'el Rei.

[18] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 26 de Setembro de 1846, fl. 51.
José de Sá Pereira Osório, nomeado para presidir à Assembleia de Cepões, não tomará essa presidência por se achar ausente sendo a mesma recusada por outros dois comissários, Pedro António de Carvalho e Sebastião Ferreira Torres, que alegam "*motivos atendíveis que os impossibilitam*". As presidências vão ser ocupadas por Joaquim de Oliveira Chaves, que transita da Assembleia de Cambres para a de Cepões e Francisco Pedro da Veiga que é nomeado para a de Cambres.

[19] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 15 de Outubro de 1847, fl. 80 v.
Nesta altura, o Presidente da Comissão Municipal, Francisco Soeiro de Almeida e Castro, propõe à deliberação da Comissão que se divida o Concelho somente em duas Assembleias eleitorais: Sé e Almacave. No entanto, os vogais da Comissão, João Teixeira Pinto e Simão José Pereira, votam pelas tradicionais 4 Assembleias tendo os vogais, António Alexandre Marques e Manuel Correia

Francisco Soeiro de Almeida e Castro e Almacave[21], pelo Vereador António Pinheiro da Fonseca Osório Vieira e Silva; para 1850-1851, o Concelho foi dividido nas mesmas Assembleias do biénio anterior sendo a Assembleia da Sé presidida pelo Presidente da Câmara, Francisco Soeiro de Almeida e Castro e a de Almacave pelo Vereador Manuel Correia Cardoso de Meneses[22].

Quanto aos Vereadores[23], foram eleitos os cidadãos constantes no quadro C.2 que se apresenta no anexo C.[24]

Desde 1842 até 1851 foram 65 os cidadãos que ocuparam o referido cargo.

Para oito anos de eleições camarárias, Francisco Soeiro de Almeida e Castro é aquele que mais vezes é eleito Vereador (cinco vezes), enquanto Aires Duarte da Fonseca Lobo, Custódio Correia da Rocha, Luís Guedes de Carvalho e Vasconcelos, Joaquim de Oliveira Chaves, João Teixeira Pinto Barbosa, Simão José Pereira e Manuel Correia Cardoso de Meneses são eleitos três vezes cada um; por duas vezes o cargo é ocupado por José António Araújo, Macário de Castro da Fonseca e Sousa, Joaquim Peito de Carvalho, António José da Costa, Manuel António Cerdeira, António Osório Aragão Magalhães Soares Machuca, José Taveira Pimentel de Carvalho, Melchior Pereira Coutinho de Vilhena, José de Sá Pereira Osório, Fortunato Cerqueira Temes e Prado, Francisco José Abreu e António José Barbosa; somente uma vez ocuparam o cargo os restantes 15 Vereadores.

Cardoso de Meneses, votado a favor das 2. Tendo-se chegado a empate, o Presidente votou a favor da divisão em apenas duas Assembleias.

[20] As freguesias que compunham a Assembleia da Sé eram: Bigorne, Pretarouca, Britiande, Bairral, Cepões, Melcões, Figueira, Magueija, Penude, Várzea de Abrunhais e Vila Nova de Souto D'el Rei.

[21] As freguesias que compunham a Assembleia de Almacave eram: Cambres, Ferreiros de Avões, Parada do Bispo, Penajóia, Sande, Samodães e Valdigem.

[22] A.H.M.L. – *Lv. Vereação,* Acta de Sessão de 15 de Novembro de 1849, fl. 137

[23] A.H.M.L. – *Lv. Vereação,* Acta de Sessão de 25 de Maio de 1842, fl. 55 v.
Foram Vereadores substitutos Fortunato de Cerqueira Temes e Prado, José do Carmo Figueiredo e António Leão Pinto. Em Acta de 30 de Junho de 1842 (fl. 59 v.), também foi Vereador Substituto Joaquim Manuel da Fonseca.

[24] A.H.M.L. – *Lv. Vereação,* Acta de Sessão de 12 de Junho de 1841, fl. 2 v.
Neste ano, segundo a Acta de Vereação, foi Presidente da Câmara Aires Duarte da Fonseca Lobo, Procurador Fiscal interino Doutor José António Araújo, e Vereadores Macário de Castro da Fonseca e Sousa, Luís Guedes de Carvalho Sousa e Vasconcelos, Joaquim Peito de Carvalho, Custódio Correia da Rocha, José do Carmo Figueiredo, e João da Silveira Pinto da Fonseca (visconde da Várzea). Este, em 15 de Dezembro de 1841 (fl. 35 v.), comunica ao Presidente da Câmara que vai para a cidade do Porto exercer o cargo de Administrador da Companhia de Vinhos do Alto Douro e que por isso resignava nas mãos do mesmo Presidente a qualidade de Vereador pela incompatibilidade de um com outro emprego.
Segundo Acta de 24 de Abril de 1844 (fl. 127 v.), foram Vereadores substitutos Luís Guedes de Carvalho Sousa e Vasconcelos, Joaquim Peito de Carvalho e José António de Araújo.

Em 1843-1844 são reeleitos para o cargo Macário de Castro da Fonseca e Sousa, que esteve envolto em polémica[25] e Aires Duarte da Fonseca Lobo.

A Câmara eleita para 1845-1846 é dissolvida antes de terminar o seu mandato e realizam-se, ainda em 1846[26], novas eleições saindo eleitos Vereadores José Taveira Pimentel de Carvalho, Luís Guedes de Carvalho Sousa e Vasconcelos, Melchior Pereira Coutinho de Vilhena, António Osório Magalhães Soares Machuca, Joaquim de Oliveira Chaves, Francisco Bernardino Pereira Guimarães e Afonso de Sousa Araújo.

A Câmara eleita para o biénio de 1847-1848 volta a não chegar ao fim do mandato e em 1847[27] são realizadas novas eleições saindo eleitos Vereadores Francisco Soeiro de Almeida e Castro, António Pinheiro da Fonseca Osório Vieira e Silva, João Teixeira Pinto, Joaquim Peito de Carvalho, Simão José Pereira, António Alexandre Marques e Manuel Correia Cardoso de Meneses.

Quanto às escusas do cargo, em 1842 o Vereador Joaquim Peito de Carvalho pede escusa do mesmo e é substituído por António Leão Pinto[28]; em 1845, António Osório de Aragão Magalhães Soares Machuca é escuso do cargo de Vereador pelo Conselho de Distrito[29] e Manuel António Cerdeira é escuso do cargo por "*motivo de moléstia*"[30] sendo os mesmos substituídos pelos Vereadores da Câmara finda, Francisco Soeiro de Almeida e Castro e Aires Duarte da Fonseca Lobo. Em 23 de Maio de 1846, não esteve presente o Vereador eleito, José de Sousa Araújo, "*por motivo de moléstia*"[31] e António Osório de Aragão Magalhães Soares Machuca[32] e

[25] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 2 de Janeiro de 1843, fl. 71.
Macário de Castro da Fonseca e Sousa, ao ser reeleito envia um ofício à Câmara dizendo que não podia comparecer nos Paços do Concelho pois tinha que se deslocar ao Porto e que, além disso, o facto de o Presidente da Câmara transacta lhe ter dado voto de censura, não achava por bem assumir o cargo de Vereador justificando-se com o caso de ser oficial do Exército. Perante esta posição, a Câmara manifesta-se alegando o artº 17º do Código Administrativo que, que em questão de elegibilidade, os militares da 3ª secção do Exército estavam aptos a entrar ao serviço da municipalidade e quanto ao voto de censura, o mesmo não podia ter força decretória sendo, pois, "uma *penalidade vã, uma questão de moralidade que só pode ser decidida pelos factos e a Câmara pode afirmar que os factos depõem contra o conteúdo no ofício do Presidente da Câmara transacta*".
[26] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 23 de Maio de 1846, fl. 33 v.
[27] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 12 de Junho de 1847, fl. 55 v.
[28] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 4 de Junho de 1842, fl. 58
[29] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 2 de Janeiro de 1845, fl. 139
[30] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 23 de Fevereiro de 1842, fl. 45
[31] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 23 de Maio de 1846, fl. 33 v.
[32] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 27 de Maio de 1846, fl. 34 v.

Bernardino Pereira Guimarães[33] pedem, também, escusa do cargo de Vereador sendo substituídos por José de Sá Pereira Osório, Pedro António de Carvalho e Sebastião Ferreira Torres[34].

6.2.1 Os Presidentes da Câmara Municipal de Lamego

Quanto ao cargo de Presidente da Câmara (cargo desempenhado pelo Vereador que nas eleições obtivesse maior número de votos), nos 8 anos em análise, a Câmara de Lamego teve 8 Presidentes diferentes sendo que um, Francisco Soeiro de Almeida e Castro, ocupou o cargo quatro vezes e todos os restantes, Aires Duarte da Fonseca Lobo, António José da Costa, Pedro António de Carvalho[35] e José de Sá Pereira Osório, foram eleitos uma única vez.

Em 1845 é eleito Presidente António José da Costa[36] mas a Câmara não chega ao fim do seu mandato sendo dissolvida em consequência das "*contestações que aqui aconteceram contra o governo por ter aumentado os impostos e a contribuição directa*"[37], contestação em que a própria Câmara esteve envolvida como uma das principais opositoras a tais medidas[38]. Na sequência destes actos, em 23 de Maio de 1846, por Alvará do Governador Civil interino do Distrito de Viseu, é nomeado Presidente José Taveira Pimentel de Carvalho[39]. Este, como não tinha prestado juramento como Presidente eleito é substituído por Bernardo Pinheiro Aragão Sauzedo[40] que também pede escusa do cargo alegando "*não estar devidamente recenseado*"[41]. Os dois acabarão por ser substituídos

[33] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 25 de Junho de 1846, fl. 37
[34] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 25 de Junho de 1846, fl. 37
[35] Este Vereador será nomeado Presidente da Câmara visto o Vereador eleito, José Taveira Pimentel de Carvalho, que na eleição obteve maior número de votos, recusar ocupar o cargo e ter pedido escusa do mesmo.
[36] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 22 de Outubro de 1845, fl. 17 v.
Só nesta altura é que se sabe que José António de Araújo era Fiscal da Câmara
[37] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 23 de Maio de 1846, fl. 34
[38] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 17 de Maio de 1846, fl. 32
[39] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 23 de Maio de 1846, fl. 34
[40] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 17 de Junho de 1846, fl. 35 v.
[41] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 17 de Junho de 1846, fl. 35 v.
Sobre a justificação dada por Bernardo Pinheiro Aragão Sauzedo para o seu pedido de escusa do cargo de Vereador, a Câmara deliberou que a sua nomeação era de "*membro de uma Comissão Municipal extraordinariamente nomeada e que por isso parece dever entrar no exercício de suas funções e se assim o entender requerer a sua escusa às autoridades que o nomeou*"

por Pedro António de Carvalho[42]. Somente a 25 de Junho do mesmo ano fica definitiva a Comissão Municipal extraordinária[43].

Nas eleições para 1847-1848 foi eleito Presidente José de Sá Pereira Osório[44].

Esta Câmara também não chega ao fim do mandato sendo dissolvida[45] e em sua substituição é nomeada uma Comissão Provisória. Nesta Comissão, fica como Presidente da Câmara Francisco Soeiro de Almeida e Castro[46] sendo o mesmo reeleito para os biénios de 1848-1849 e 1850-1851.

6.2.2 O Procurador Fiscal da Câmara

O cargo de Procurador Fiscal (desempenhado pelo segundo Vereador mais votado) foi exercido, duas vezes, por José António Araújo e Simão José Pereira e uma única vez por Macário de Castro da Fonseca e Sousa, Luís Guedes de Carvalho Sousa e Vasconcelos, Francisco Pedro da Veiga e António Pinheiro da Fonseca Osório Vieira e Silva.

Em 1842, o Fiscal eleito, José António Araújo[47], é substituído por Joaquim Manuel da Fonseca[48] e em 1845 é novamente eleito José António de Araújo[49]. No entanto, como a Câmara não chega ao fim do mandato, em 23 de Maio de 1846, por Alvará do Governador Civil interino do Distrito de Viseu é nomeado Fiscal Luís Guedes de Carvalho Sousa e Vasconcelos.

Nas eleições para 1847-1848 foi eleito Francisco Pedro da Veiga. Como o mandato[50] da Câmara é nesta altura interrompido e em sua substituição é nomeada uma Comissão Provisória fica, então, como Fiscal António Pinheiro da Fonseca Osório Vieira e Silva, vindo o mesmo a ser reeleito para 1850-1851 até ser

[42] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 25 de Junho de 1846, fl. 37
[43] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 25 de Junho de 1846, fl. 37
[44] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 7 de Outubro de 1846, fl. 52 v.
[45] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 12 de Junho de 1847, fl. 55 v.
[46] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 12 de Junho de 1847, fl. 55 v.
[47] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 23 de Fevereiro de 1842, fl. 45.
[48] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 4 de Junho de 1842, fl. 58
[49] A.H.M.L. – *Lv Vereação*, Acta de Sessão de Acta de 22 de Outubro de 1845, fl. 17 v.
Só nesta altura é que se sabe que José António de Araújo era Fiscal da Câmara
[50] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 12 de Junho de 1847, fl. 55 v.

nomeado[51] Simão José Pereira. Em 1851, no seguimento do pedido de escusa do cargo, Simão José Pereira é substituído, interinamente, pelo Vereador Manuel Correia Cardoso de Meneses[52].

6.2.3 O Tesoureiro da Câmara

Quanto ao Tesoureiro, cargo de nomeação camarária, segundo as informações de que dispomos[53] foram 3 os Vereadores que o desempenharam: Joaquim de Oliveira Chaves, que o exerceu por 3 vezes; João Teixeira Pinto Barbosa (2 vezes) e Custódio Correia da Rocha que em 1846 pediu exoneração do cargo na sequência da demissão da Câmara nesse mesmo ano[54].

6.3 A Junta Geral de Distrito

6.3.1 Processo eleitoral dos Procuradores à Junta Geral de Distrito

As eleições para os dois Procuradores à Junta Geral de Distrito[55] eram realizadas nos Paços do Concelho da cidade de Lamego, nos primeiros dias do mês de Janeiro, sendo a Assembleia Eleitoral convocada por Alvará do Governador Civil do Distrito e composta pelas Câmaras dos Concelhos de Lamego, Armamar, Barcos, Leomil, Mondim e Tarouca[56], pelos Vereadores das Câmaras e pelos respectivos Conselhos Municipais. Realizadas de

[51] A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 2 de Janeiro de 1850, fl. 139 v.
[52] A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 11 de Março de 1851, fl. 165 v.
A câmara concede a Simão José Pereira 3 meses de licença visto não poder atender ao pedido do mesmo por carecer de autoridade para o fazer.
[53] A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 23 de Maio de 1846, fl. 33 v.
Só foi possível obter informação a partir de 23 de Maio de 1846
[54] A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 23 de Maio de 1846, fl. 34
[55] Em Lamego, as eleições para Procuradores à Junta Geral de Distrito são realizadas em conformidade com o disposto nos Códigos Administrativos vigentes. No entanto, apesar das Juntas Gerais terem sido criadas pela reforma administrativa de Passos Manuel, em 1835, não aparece qualquer referência à eleição dos mesmos nas Actas de Vereação relativas a esse ano nem tão pouco nos anos de 1836-1838, aquando da entrada em vigor do novo Código Administrativo. Somente em 1843, com o Código Administrativo de Costa Cabral é que tomamos conhecimento, através das Actas de Vereação, das eleições para Procuradores à Junta Geral do Distrito.
[56] Segundo o artº 185º do Código Administrativo de 1842, Cap. II, Secção Primeira, o Concelho que possuísse um número insuficiente de população para eleger um Procurador, deveria juntar os seus votos aos do Concelho vizinho para, assim reunidos, poderem eleger o Procurador ou Procuradores que lhes pertencessem. Daí se compreende que a Lamego se tenham agrupado os concelhos de Armamar, Barcos, Leomil, Mondim e Tarouca para assim poderem eleger dois Procuradores.

dois em dois anos, só se podiam efectuar depois de instaladas as novas Câmaras[57] e os candidatos só podiam ser eleitos à "*pluralidade absoluta de votos*"[58].

Eram as seguintes as etapas do processo eleitoral:

1- Constituição da Mesa Eleitoral - a Mesa Eleitoral era constituída por um Presidente, que era o Presidente da Câmara, por dois Escrutinadores aprovados pela Assembleia e pelo Escrivão da Câmara que servia de Secretário sem voto[59];

2- Eleição - constituída a Mesa eleitoral, procedia-se à eleição contendo as listas de votação dois dos nomes dos cidadãos com domicílio político no Distrito[60] e que fossem elegíveis para Deputados. O acto eleitoral iniciava-se com a votação, em primeiro lugar, do Presidente logo seguido dos Escrutinadores e depois os demais eleitores;

3- Apuramento dos votos - após a votação eram extraídas das urnas as listas votadas e feita a sua contagem fazendo-se, assim, o apuramento dos votos[61];

4º - Publicação - a seguir ao apuramento dos votos procedia-se à publicação dos resultados por edital que era afixado na porta dos Paços do Concelho.

Concluído o apuramento, as listas de votação eram queimadas em presença da Assembleia e o Presidente proclamava Procuradores à Junta Geral do Distrito aqueles que tinham obtido maioria de votos. A Assembleia remetia a cada um dos Procuradores eleitos a sua procuração ficando o presidente encarregado de enviar cópia autêntica do Auto ao Governador Civil do Distrito no prazo de oito dias[62].

[57] B.N.P. – *Colecção de Legislação Portuguesa*, Decreto de 18 de Março de 1842, Cap. II, Secção Segunda, artº 187º
[58] B.N.P. – *Colecção de Legislação Portuguesa*, Decreto de 18 de Março de 1842, Cap. II, Secção Segunda, artº 191º
[59] B.N.P. – *Colecção de Legislação Portuguesa*, Decreto de 18 de Março de 1842, Cap. II, Secção Segunda, artº 188º
[60] *Ibidem*, artº 186º
[61] B.N.P. – *Colecção de Legislação Portuguesa*, Decreto de 18 de Março de 1842, Título Segundo, Cap. I, Secção Quarta, artº 72º
[62] B.N.P. – *Colecção de Legislação Portuguesa*, Decreto de 18 de Março de 1842, Cap. II, Secção II, § único do artº 193º

6.3.2 As Assembleias Eleitorais

Em Lamego, desde 1843 até 1851 as Assembleias Eleitorais são as que constam do quadro C.5, anexo C sendo as Mesas Eleitorais para a eleição dos Procuradores à Junta Geral de Distrito compostas pelas Câmaras Municipais de Lamego, Armamar, Barcos, Leomil, Mondim e Tarouca[63] e reuniam-se nos Paços do Concelho da cidade de Lamego sendo as mesmas presididas pelo Presidente da Câmara da mesma cidade que, para este período em análise, foram Francisco Soeiro de Almeida e Castro[64], António José da Costa[65] e Simão José Pereira (como Presidente interino)[66].

Quanto aos Procuradores à Junta Geral de Distrito para o mesmo período, foram eleitos os cidadãos que integram o quadro C.6 do anexo C, num total de 10 Procuradores, sendo eles os que obtiveram maior número de votos nas referidas eleições tendo Gabriel Teixeira Cardoso Savedra e António José da Costa desempenhado o cargo por duas vezes enquanto Macário de Castro da Fonseca e Sousa, Bento José da Costa, António Pinheiro da Fonseca Osório Vieira e Silva e Sebastião Maria de Lemos só o ocuparam uma vez.

Eleitos Procuradores em Janeiro de 1843[67], Macário de Castro da Fonseca e Sousa e Bento José da Costa escusam o cargo e em Abril do mesmo ano são realizadas novas eleições saindo eleitos Gabriel Teixeira Cardoso Savedra e António José da Costa[68]. O facto de a estas eleições não terem comparecido, nem a Câmara e Conselho Municipal de Leomil, nem o Vereador do Concelho de Barcos, Jerónimo Pereira de Azevedo[69], não constituiu impedimento para que as mesmas se realizassem. Para 1846-1847 não existe informação.

[63] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 4 de Janeiro de 1843, fl. 72.
[64] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 22 de Janeiro de 1843 e de 30 de Abril do mesmo ano, fls. 75 e 99, respectivamente.
[65] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 1 de Fevereiro de 1845, fl. 143 v.
[66] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 27 de Janeiro de 1850, fls. 141 e 141 v.
[67] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 22 de Janeiro de 1843, fl. 75
[68] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 30 de Abril de 1843, fl. 99
[69] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 30 de Abril de 1843, fl. 99

Em Janeiro de 1850[70] procede-se à eleição dos dois Procuradores para o biénio 1850-1851 mas encontra-se ausente a Câmara e Conselho Municipal de Barcos "*o que era uma falta à determinação da circular do Governo Civil*"[71]. Mas devido à dificuldade que existia para se fazer uma segunda reunião e conseguir que estivesse presente tão grande número de votantes e estando na altura presentes o maior número de Câmaras e Conselhos Municipais, a eleição realiza-se sendo eleitos os bacharéis António Pinheiro da Fonseca Osório Vieira e Silva e Sebastião Maria de Lemos. No entanto, a Acta e as duas Procurações não são assinadas pelos Vereadores da Câmara de Tarouca, António Pereira Lobo da Silva e Gabriel Pinto Pereira Guerra, e pelos Membros dos Conselhos de Municípios de Tarouca, António de Almeida Cardoso, e de Mondim, António Osório Freire Basto e Manuel José da Costa, por terem saído após a votação[72]. Em Fevereiro[73], as Câmaras dos Concelhos voltam a reunir-se para se proceder a novas eleições mas encontram-se ausentes os Vereadores e Membros do Conselho Municipal dos referidos Municípios "*em número legal para se proceder à eleição*"[74], passando, esta segunda reunião, para o dia 17 do mesmo mês.

No dia 17 de Fevereiro[75] realiza-se, finalmente, a eleição sendo eleitos Procuradores à Junta Geral de Distrito António Pinheiro da Fonseca Osório Vieira e Silva e Sebastião Maria de Lemos.

O Auto e as duas Procurações relativas a esta eleição não foram assinados pelo Membro do Conselho Municipal de Mondim, António Osório, por ter saído logo após ter votado[76].

Quanto ao estatuto dos Procuradores eleitos, dois pertenciam à nobreza local, Macário de Castro da Fonseca e Sousa e António Pinheiro da Fonseca Osório Vieira e Silva; um, era Letrado,

[70] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 27 de Janeiro de 1850, fls. 141 e 141 v.
[71] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 27 de Janeiro de 1850, fls. 141 e 141 v.
[72] A.H.M.L. – Lv. Vereação, Acta de Sessão de 27 de Janeiro de 1850, fl. 141 e 141 v.
[73] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 10 de Fevereiro de 1850, fl. 142
[74] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 10 de Fevereiro de 1850, fl. 142
[75] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de Sessão de 17 de Fevereiro de 1850, fl. 142 v.
[76] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de Sessão de 17 de Fevereiro de 1850, fl. 143 v.

Sebastião Maria de Lemos; dois eram burgueses, Bento José da Costa e António José da Costa[77]. Para Gabriel Teixeira Cardoso Savedra não foi possível obter informações.

Quanto à actividade, três eram Proprietários (Macário de Castro da Fonseca e Sousa, António Pinheiro da Fonseca Osório Vieira e Silva e António José da Costa); um Advogado (Sebastião Maria de Lemos) e um Negociante (Bento José da Costa).

Macário de Castro da Fonseca e Sousa e António Pinheiro da Fonseca Osório Vieira e Silva eram descendentes de nobres que ocuparam o poder local no Antigo Regime; Bento José da Costa e António José da Costa, parentes entre si (tio e sobrinho, respectivamente) desempenharam cargos na Câmara durante o mesmo período (o primeiro como Tesoureiro e o segundo como Vereador em 1827).

6.4 O Conselho Municipal

O Conselho Municipal[78], segundo a legislação em vigor em 1842, tinha como principal função dar apoio à Câmara nos assuntos referentes a orçamentos e a decisões financeiras e era constituído por sete vogais efectivos e sete substitutos, seleccionados dentre os quarenta maiores contribuintes do Concelho.

Eleitos bienalmente, a sua nomeação realizava-se nos próprios Paços do Concelho e na presença da Comissão Municipal e do Administrador do Concelho.

Quanto aos elegíveis para Membros do Conselho, os mesmos tinham que estar recenseados e constar no último lançamento da Décima não podendo, no entanto, existir entre eles, qualquer

[77] Tinham laços familiares entre si sendo António José da Costa sobrinho de Bento José da Costa

[78] A.H.M.L., *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 15 de Abril de 1843, fl. 93.
Não sabemos se em Lamego as nomeações para Membros do Conselho Municipal tiveram início em 1842, logo após a entrada em vigor do Código Administrativo de Costa Cabral ou em 1843 visto a única informação de que dispomos sobre o primeiro Conselho Municipal ser a Acta de Vereação de 15 de Abril deste mesmo ano e que refere, não a nomeação em si, mas somente os nomes dos Membros que compunham o referido Conselho.

relação de afinidade ou entre eles e outros elementos que integrassem o poder local.

6.4.1 Membros do Conselho Municipal (1843-1851)

Tendo por base o recenseamento e o último lançamento da Décima, as Câmaras vigentes de Lamego, entre 1843 e 1851, elegeram para Membros do Conselho Municipal os cidadãos que constam no quadro C.3, anexo C.

Foram nomeados para Substitutos do mesmo Conselho Municipal, entre 1843 a 1851, os cidadãos que se apresentam no quadro C.4, anexo C.

Entre 1843 e 1851 foram eleitos, na totalidade, 99 cidadãos para Membros do Conselho Municipal. Apesar do mesmo ser formado por 7 Vogais e 7 Substitutos, no que se refere aos Vogais efectivos, só nos foi possível apurar, para os anos de 1841, 6; para 1843, também 6; para 1845, 10 Membros, não sabendo quem eram Vogais efectivos ou Substitutos; para 1846, 4 Vogais. A partir de 1847/1848, as eleições para o cargo aparecem, de forma visível e sistemática, nos Livros de Vereação da Câmara sabendo-se, então, quem eram os 7 Vogais e os 7 Substitutos exigidos por Lei.

Quanto aos Substitutos, para 1843 só foi possível apresentar informação sobre 3 Membros; não existe informação para 1844, para 1845 as informações são imprecisas[79] e para 1846 temos, somente, informação sobre quatro Membros.

Quanto aos Vogais, em 1846, João Pinheiro Aragão Sauzedo apresentou um requerimento, que havia dirigido ao Governador Civil do Distrito, pedindo escusa de Conselheiro Municipal devido ao facto de ter excedido os setenta anos de idade[80]. Na eleição para

[79] Para 1845, as únicas informações de que dispomos são as constantes no Livro de Vereação de 13 de Março quando nos atesta que os Vogais eram os sete já referidos no quadro dos Vogais e o que a Acta de 10 de Dezembro do mesmo ano refere dizendo que eram Membros do Conselho Municipal António Pinto Cardoso Coutinho, Francisco Inácio de Morais, José da Conceição Osório Mendes e António Alexandre Marques o que se supõe sejam Substitutos.

[80] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 26 de Agosto de 1846, fl. 44 v.
O teor do Despacho emanado do Governador Civil do Distrito foi o seguinte:
"*Deferido, attenta a Ordenação Livro segundo Título cincoenta e quatro, segundo o qual não pode o supplicante ser constrangido a servir Cargos públicos ou a prestar-se a qualquer encargo visto que excede septenta annos de idade". Viseu vinte e dois d' Agosto de mil oitocentos quarenta e seis*; *Pinna, Governador Civil.*

1847-1848, a Comissão declarou que alguns cidadãos "*que estavam mais colectados do que outros que estavam inscritos no quadro dos vogais mas que deixaram de incluir-se no mesmo quadro por existir entre eles, um vereador e um vogal do conselho municipal as relações de afinidade mencionadas no artº 80º do Código Administrativo*"[81]. Em 1847**,** devido aos tumultos políticos que se fizeram sentir em todo o país e especialmente em Lamego, em que a Câmara em exercício foi dissolvida e nomeada uma Comissão Provisória para substituir a cessante, foi formado um novo quadro de Vogais para o Conselho Municipal. Apesar das eleições para o referido quadro se terem realizado em Junho deste mesmo ano, em Julho as mesmas repetem-se alegando-se "*falta da devida circunspecção na formação do quadro do Conselho Municipal*"[82]. Na sequência do ocorrido, saíram eleitos, para 1848/1849, os Vogais referidos no Quadro XVII.

Quanto ao número de vezes que foram eleitos Vogais, António Teixeira de Sousa da Silva Alcoforado de Magalhães e Lacerda é o que regista maior número de vezes (6 vezes); segue-se, com 5 vezes, António José da Costa, João Monteiro de Sousa Carvalho e Francisco Dionísio Pereira da Rocha; foram 4 vezes eleitos António Osório Magalhães Soares Machuca, Joaquim António Pinheiro da Fonseca Osório Vieira da Silva e Afonso de Sousa Araújo; João Teixeira Pinto, António Alexandre Marques, António Pinto Cardoso Coutinho de Abreu Gama, Francisco Inácio de Morais, José da Conceição Osório Mendes, João Teixeira Pinto e José Taveira Pimentel de Carvalho foram eleitos 3 vezes; Macário de Castro da Fonseca e Sousa e João Pinheiro Aragão Sauzedo foram eleitos duas vezes e os restantes foram eleitos uma só vez (Pedro António de Carvalho, António Ferreira da Silva, Manuel Pereira Coutinho de Vilhena, Luís José Alexandre Pinto de Sousa

[81]A.H.M.L – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 5 de Outubro 1846, fl. 52.
Segundo o artº 80º do Código Administrativo de Costa Cabral, de 18 de Março, Título II, Cap. I, Secção 4ª, os pais, filhos, os irmãos, os afins no mesmo grau, os tios e os sobrinhos não podiam ser, ao mesmo tempo, Vereadores da Câmara Municipal
[82] A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 19 de Julho de 1847, fl. 66 v.

Coutinho, João da Silveira Pinto da Fonseca e Melchior Pereira Coutinho de Vilhena)

Foi sete vezes eleito Substituto o Reverendo José da Conceição Osório Mendes; Pedro António de Carvalho Pereira de Meneses foi eleito 5; António Ferreira da Silva e José António Alves Maia foram eleitos 4 vezes; António Pinto Cardoso Coutinho Abreu Gama e João Teixeira Barbosa foram-no 3 vezes; 2 vezes eleitos foram Francisco Inácio de Morais[83], António Alexandre Marques, António Teixeira de Sousa da Silva Alcoforado Magalhães e Lacerda e Luís Guedes de Carvalho Sousa Vasconcelos; os restantes, Luís José Alexandre Pinto de Sousa Coutinho e António Osório Magalhães Soares Machuca, foram eleitos uma só vez.

No que respeita ao estatuto social/profissão, dos 99 Vogais e Substitutos analisados, 13 pertenciam à nobreza[84]; um ao grupo dos Letrados[85]; 3 à burguesia (Negociantes)[86] e 4 eram Proprietários[87].

Dos 21 Vogais apresentados (não repetidos), 13 pertenciam à nobreza que esteve ligada ao poder local do Antigo Regime, quer como oficiais camarários da altura[88], quer como descendentes dos mesmos[89]. António Teixeira de Sousa da Silva Alcoforado de Magalhães e Lacerda e João Monteiro de Carvalho e Sousa tinham ligações familiares com alguns membros da antiga elite lamecense que sempre esteve no poder[90].

[83] Não se sabe se em 1846 Francisco Inácio de Morais era Substituto ou Vogal efectivo.
[84]Os nobres que pertenciam ao Conselho Municipal eram: António Teixeira de Sousa da Silva Alcoforado de Magalhães e Lacerda, António Osório de Magalhães Soares Machuca, João Pinheiro Aragão Sauzedo, Manuel Pereira Coutinho de Vilhena, Joaquim António Pinheiro da Fonseca Vieira e Silva, Francisco Dionísio Pereira da Rocha, João da Silveira Pinto da Fonseca, Melchior Pereira Coutinho de Vilhena, José Taveira Pimentel de Carvalho, Macário de Castro da Fonseca e Sousa, Luís Guedes de Carvalho Sousa e Vasconcelos, Luís José Alexandre Pinto de Sousa Coutinho (visconde de Balsemão) e João Monteiro de Carvalho e Sousa.
[85] Era o bacharel António José Alves Maia.
[86] Eram Negociantes: António Alexandre Marques, Francisco Inácio de Morais e João Teixeira Barbosa.
[87] Eram Proprietários: António José da Costa, que no Antigo Regime tinha sido Comandante das Ordenanças de Lamego, Afonso de Sousa Araújo, Pedro António de Carvalho e João Teixeira Pinto. Refira-se, no entanto, que todos os nobres aqui apresentados também eram Proprietários.
[88] Foram camaristas do Antigo Regime João Pinheiro Aragão Sauzedo, Manuel Pereira Coutinho de Vilhena, Joaquim António Pinheiro Osório Vieira e Silva, João da Silveira Pinto da Fonseca, José Taveira Pimentel de Carvalho e Francisco Dionísio Pereira da Rocha este, somente, como Almotacé.
[89] Eram descendentes António Osório Aragão Magalhães Machuca, Melchior Pereira Coutinho de Vilhena, Macário de Castro da Fonseca e Sousa e Luís Guedes de Carvalho Sousa e Vasconcelos. António Osório de Aragão Magalhães Machuca era filho de Francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca, Melchior Pereira Coutinho de Vilhena era filho de Manuel Pereira Coutinho de Vilhena, Macário de Castro da Fonseca e Sousa era filho de Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra e Luís Guedes de Carvalho Sousa e Vasconcelos era filho de Luís Guedes de Carvalho Sousa e Vasconcelos.
[90] António Teixeira da Silva Alcoforado de Magalhães e Lacerda era primo de Jerónimo Teixeira de Carvalho e estava aparentado com José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira. Por sua vez, João Monteiro de Carvalho e Sousa estava aparentado com Luís Guedes de Carvalho Sousa e Vasconcelos (pai) e Luís José Alexandre Pinto de Sousa Coutinho estava aparentado com José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira.

Provenientes da burguesia, Francisco Inácio de Morais e António Alexandre Marques desempenharam o cargo de Tesoureiro no Antigo Regime enquanto João Teixeira Barbosa foi candidato mas nunca foi eleito. Por sua vez, António José da Costa era filho de Alexandre José da Costa, que também tinha sido Tesoureiro da Câmara. José da Conceição Osório Mendes provinha do clero. Para os restantes, não foi possível obter informações.

Conclusão

Com a implantação do Liberalismo e com o novo regime político estabelecido em Portugal, as alterações que se verificaram no poder camarário de Lamego não são tão profundas quanto poderíamos esperar visto que em 1834-1835 os cidadãos que passam a ocupar o poder local são pessoas que já tinham desempenhado cargos camarários, quer como Vereadores, quer como Procuradores e Tesoureiros e que agora passam a exercer a função de Vereador.

A partir de 1842 assistimos a algumas inovações no panorama político lamecense e que diz respeito, cumprindo com a Lei vigente, à obrigatoriedade do recenseamento eleitoral, à divisão do Concelho em Assembleias eleitorais "*para maior comodidade dos povos*" e ao acto eleitoral devidamente organizado. Quanto aos eleitos, são sucessivamente reconduzidos no cargo não havendo grande rotatividade no poder camarário.

Aquando da crise política de 1846, em que a Câmara de Lamego é dissolvida, são eleitos, para a substituir, os nobres provenientes do Antigo Regime e que continuam no poder, ou seus descendentes, facto que será corrigido em 1847, após segunda dissolução da Câmara, em que são eleitos, quase na sua totalidade, cidadãos pertencentes à burguesia.

É, ainda, de assinalar, as duas novas figuras camarárias que emergem da nova ordem política, a partir de 1842 e que são o

Presidente da Câmara, função desempenhada pelo Vereador mais votado nas eleições, e o Procurador Fiscal, cargo que recai no segundo Vereador mais votado. Tal como se verificou para o cargo de Vereador, também neste não se verifica grande rotatividade do poder sendo, quase sempre, os mesmos a desempenhá-lo. Quanto ao Tesoureiro, o mesmo passa a ser nomeado pela própria Câmara.

No que respeita ao Conselho Municipal, órgão criado para apoiar a Câmara em assuntos relacionados com o Orçamento Municipal, despesas e receitas, em Lamego os seus Membros são provenientes da classe nobre ou duma burguesia enriquecida, com elevados rendimentos e na sua maioria proprietários. Eleitos pela própria Câmara, repetem-se no cargo, salvo algumas excepções, o mesmo acontecendo para os Procuradores à Junta Geral de Distrito. Eleitos por eleição directa e saídos dos Concelhos anexados ao Concelho de Lamego - Barcos, Armamar, Leomil, Mondim e Tarouca - o cargo recai, sucessivamente, sobre os mesmos cidadãos.

Em síntese, em Lamego, desde 1834 a 1851, apesar dos actores políticos serem, na sua maioria, provenientes duma classe social que até então não tinha preponderância no poder local (ainda que os nobres locais aí continuem apesar de em número reduzido), os membros que sucessivamente ocupam os ofícios camarários repetem-se demonstrando-nos o quão a cidade e Concelho eram tradicionalistas e avessos à rotatividade dos cidadãos no poder local.

6.5 Caracterização sócio – institucional das novas elites lamecenses (1834-1851)

6.5.1 Pinheiro da Fonseca

António Pinheiro da Fonseca Osório Vieira e Silva, Fidalgo Cavaleiro por sucessão[91], bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra[92], 1º visconde de Arneirós[93], agraciado com o mesmo, ainda em vida, por Decreto de 23-12-1870, pelo rei D. Luís[94], Administrador do vínculo e Capela de Nossa Senhora do Pilar, de Lamego[95], natural da freguesia da Sé, Lamego, (casado com D. Margarida Cândida de Araújo Martins Morais Sarmento[96], filha de Francisco Joaquim de Gouveia Morais Sarmento e de D. Rosa Joaquina de Araújo Martins, neta paterna de José António de Gouveia de Morais Sarmento e de D. Maria Teresa de Barros e materna de Jerónimo Ribeiro Bernardes e de D. Joana Maria de Araújo Martins da Costa; e em segundas núpcias com D. Henriqueta Augusta da Silva Monteiro, natural da freguesia de S. João Baptista, Covas do Douro, filha de Manuel Monteiro, natural de Casal de Naboa, Sé e de Maria Cândida, natural de Covas do Douro)[97]; filho do coronel de Milícias **Joaquim António Pinheiro da Fonseca Vieira e Silva** (e de D. Maria Adelaide Osório de Magalhães Botelho, natural da freguesia da Sé, Lamego, filha de António Osório Soares Machuca Aragão Cabral e de D. Ana Joaquina de Magalhães Botelho Alarcão Pessoa)[98]; neto paterno de António Pinheiro da Fonseca[99] e materno de **António Osório Magalhães Botelho Soares Machuca** (e de D. Ana Joaquina de Magalhães Botelho Alarcão Pessoa)[100].

Aspectos institucionais na edilidade:

[91]ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins - *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Vol. II, p. 318
[92] *Idem*, Vol. II, p. 318
[93] ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins - *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Vol. II, p. 318
[94]ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins - *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Vol. II, p. 318
[95] *Idem*, Vol. II, p. 318
[96] ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins -*Nobreza de Portugal e Brasil*, p. 318
[97] A. P. S. – *Lv. Casamentos da Sé*, 1874, fl. 4
[98] A.P.S. – *Lv. Casamentos da Sé*, 1874, fl. 4
[99]António Pinheiro da Fonseca Vieira e Silva era neto paterno ilegítimo do Ilmº António Pinheiro da Fonseca, V*ide* ADVIS, *Lv. Casamentos da Sé*, 1773-1827, Cx. 11, Nº1, fl. 227 v. Não se conhece o nome da mãe.
[100] ADVIS – *Lv. Baptismos da Sé*, 1781-1794, Cx. 11, nº 1. Este registo refere, somente, que os avós maternos são os referidos.

António Pinheiro da Fonseca Osório Vieira e Silva, foi Vereador em 1847 sendo, na mesma altura, eleito Procurador Fiscal da Câmara e Procurador à Junta Geral de Distrito em 1850/1851.

Faleceu a 30 de Maio de 1890[101]

Ligações familiares:

Botelho Machuca, sendo primo co-irmão de António Osório Magalhães Botelho Soares Machuca.

6.5.2 Botelho Machuca

António Osório Magalhães Botelho Soares Machuca, pertencente à nobreza da cidade de Lamego, proprietário[102], natural da freguesia da Sé, Lamego, (casado com a prima, D. Maria Angélica, filha de José Leite Pereira de Melo, visconde da Lagiosa, natural de Resende e de D. Maria Augusta Osório, natural da Lagiosa, Celorico da Beira, neta materna de Diogo de Magalhães Osório Aragão Machuca e de D. Maria Angélica Cunha Botelho e paterna de José Leite Pereira de Melo e Vasconcelos, Desembargador da Casa da Suplicação e de D. Mariana Severina de Morais Sarmento)[103]; filho de **Francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca,** natural da freguesia da Sé (e de D. Antónia Máxima Teixeira da Cunha Pinto); neto paterno de **António Osório Aragão Soares Machuca**, também Vereador durante o Antigo Regime (e de D. Ana Joaquina Magalhães Botelho) e materno de Manuel Luís Teixeira de Carvalho da Cunha Pinto de Mesquita (e de D. Ana Maria Teixeira de Barros).[104]

Aspectos institucionais na edilidade:

António Osório Magalhães Botelho Soares Machuca foi Vereador da Câmara em 1845-1846 e em 1846, e Membro do Conselho Municipal em 1843, 1844, 1848-1849 e 1850-1851.

[101] A. P. S. – *Lv. Óbitos da Sé*, 1890, rgtº 56
[102] ADVIS – *Lv. Óbitos da Sé*, 1881-1889, Cx. 11/ H/, nº 27, rgtº nº 2
[103] ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal*., p. 671
[104] ADVIS – *Lv. Óbitos da Sé*, 1881-1889, Cx. 11/ H/, Nº 27, rgtº nº 2

Faleceu a 13 de Janeiro de 1881[105].

Ligações familiares:

Pinheiro da Fonseca, de quem era primo co-irmão.

6.5.3 Teixeira de Sousa

António Teixeira de Sousa da Silva Alcoforado, F.C.R.[106], (casado com a sobrinha, D. Maria dos Prazeres de Carvalho Rebelo de Meneses, filha de Manuel de Carvalho Rebelo de Meneses, Senhor do Morgado e Casa do Poço, Lamego e de D. Maria Antónia do Carmo de Sousa e Lencastre, neta paterna de Jerónimo Teixeira de Carvalho e de D. Maria Clara de Meneses e materna de Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda e de D. Maria Antónia de Sousa da Silva Alcoforado)[107]; filho de Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda, 1º visconde do Peso da Régua (e de D. Maria Antónia de Sousa da Silva Alcoforado), neto paterno de António Teixeira de Magalhães e Lacerda (e de D. Ana Teresa Pereira Pinto de Azevedo Souto Maior, 3ª senhora do Morgado de Celeiros) e materno de Rodrigo de Sousa da Silva Alcoforado, 1º barão de Vila Pouca (e de D. Maria José de Carvalho e Nápoles)[108].

Aspectos institucionais na edilidade:

António Teixeira de Sousa da Silva Alcoforado foi membro do Conselho Municipal em 1843, 1844, 1845, 1846, 847-1848 e 1850-1851.

Ligações familiares:

Carvalho – primo, por afinidade, de Jerónimo de Carvalho Rebelo, Vereador durante o Antigo Regime;

Pinto Sousa Coutinho – era cunhado de Luís José Alexandre Pinto de Sousa Coutinho.

[105] ADVIS - *Lv. Óbitos da Sé*, 1881-1889, Cx. 11/H/ Nº 27, rgtº nº 2
[106] CANEDO, Fernando de Castro da Silva (et all) – *A Descendência Portuguesa de El-Rei D. João II*, Vol. II, p. 334
[107] CANEDO, Fernando de Castro da Silva (et all) – *A Descendência Portuguesa de El-Rei D. João II*, p. 334
[108] GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Vol. I, p. 227

6.5.4 Duarte da Fonseca

Aires Duarte da Fonseca Lobo, pertencente à nobreza da cidade de Lamego**,** natural da freguesia de Almacave, filho de António Duarte da Fonseca Lobo (e de D. Tomásia Severina Duarte da Fonseca Lobo), neto paterno de Manuel Duarte da Fonseca Lobo (e de D. Luísa Bernarda Pinheiro da Fonseca) e materno de Diogo José Soares (e de D. Maria Joaquina Baudere)[109].

Aires Duarte da Fonseca Lobo, foi Vereador em 1842, sendo eleito Presidente na mesma data, em 1843-1844 e 1845-1846.

Ligações familiares:

Pereira da Rocha – era sobrinho de Francisco Dionísio Pereira da Rocha.[110]

6.5.5 Pinheiro Aragão

Bernardo Pinheiro Aragão Sauzedo, pertencia à nobreza da cidade., (casado em primeiras núpcias, com D. Maria da Boa Nova Melo e Faro[111] e em segundas núpcias com D. Maria Antónia de Meireles Leite Pereira de Abreu, filha de Francisco de Meireles Leite e de D. Francisca da Estrela Leite Pereira de Abreu e Sousa, da Vila de Vouzela, neta paterna de Manuel Félix de Meireles Leite e de D. Joana Teresa Leite e materna de Custódio José Leite Pereira Falcão de Andrade e de D. Rosa Joaquina de Abreu e Sousa Magalhães e Vasconcelos)[112]; filho de **João Pinheiro Aragão Sauzedo**, natural da freguesia de Várzea de Abrunhais, Lamego (e de D. Gertrudes Magna do Couto, natural de Mangualde); neto paterno de **Bernardo Pinheiro Aragão Sauzedo**, natural de Almacave (e de D. Maria Leonarda da Silveira Pinto, natural da Vila de

[109] A. D. A. – *Lv. Baptismos de Almacave*, 1803-1807, Cx. 10, fl. 5 v.
[110] PINTO, Albano da Silveira, (et all) – *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, Tomo I, p. 67.
[111] ADVIS – *Lv. Óbitos de Almacave*, Cx. 10, Nº 1, fl. 135 v.
[112] ADVIS – *Lv. Casamentos de Almacave*, 1850-1877, Cx 10/ B/, Nº 8, fl. 150

Canelas) e materno de António do Couto (e de Ana Maria), ambos naturais de S. Cosmado, Mangualde[113].

Aspectos institucionais na edilidade:

Bernardo Pinheiro Aragão Sauzedo foi vereador em 1846.

Faleceu a 5 de Março de 1884[114].

Ligações familiares:

Perfeito Pereira Pinto – era primo de José Perfeito Pereira de Moura Coutinho;

Castro da Fonseca – era primo de Macário de Castro da Fonseca e Sousa;

Pereira Coutinho – era parente de Manuel e Melchior Pereira Coutinho de Vilhena;

Silveira Pinto da Fonseca – era parente de João da Silveira Pinto da Fonseca, visconde da Várzea.

6.5.6 Pereira da Rocha

Francisco Dionísio Pereira da Rocha, F.C.R.[115], natural da freguesia da Sé, Lamego, (casado com D. Luísa Josefina Flora de Sousa Azevedo, filha de José Pedro de Sousa Azevedo e de D. Francisca Catarina de Sousa Boulhe)[116]; filho de Diogo José Soares, natural da Sé (e de D. Maria Joaquina Pereira da Rocha, natural da freguesia de S. Nicolau, Lisboa), neto paterno de Francisco Marques, natural da Sé (e de D. Maria Soares, de Resende) e materno de João Pereira da Rocha, natural da freguesia da Sé, Porto (e de Ana Pereira da Rocha)[117].

Aspectos institucionais na edilidade:

Francisco Dionísio Pereira da Rocha foi Membro do Conselho Municipal em 1841, 1846, 1847-1848, 1847 e 1848-1849.

[113] A. D. A. – *Lv. Baptismo de Almacave*, 1824-1830, 1833-1841, Cx. 12, fl. 153 v. e 154
[114] ADVIS – *Lv. Óbitos de Almacave*, 1884-1894, Cx. 10/ D/, Nº 18, rgtº nº 34
[115] PINTO, Albano da Silveira (et all) – *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, Tomo I., p. 67
[116] PINTO, Albano da Silveira (et all) – *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, Tomo I, p. 67
[117] A. P. S. – *Lv. Baptismos da Sé*, 1772-1778, Cx. 6, fl. 139

Faleceu a 13 de Junho de 1859[118].

Ligações familiares:

Fonseca Lobo – era tio de Aires Duarte da Fonseca Lobo

6.5.7 Câmara Leme

Frederico Augusto da Câmara Leme pertencia à nobreza da cidade, era natural de Santa Maria Madalena, na Ilha do Pico, Açores, (casado com D. Matilde Adelaide Correia, natural da cidade do Funchal e filha de Fernando José Correia Brandão Bettencourt Henriques de Noronha, 1º visconde de Torre Bela e de D. Emília Henriqueta Pinto de Sousa Coutinho, neta paterna de António João Correia Brandão Bettencourt Henriques e de D. Ana Rosa do Carvalhal Esmeraldo e materna de Luís Pinto de Sousa Coutinho, 1º visconde de Balsemão e de D. Catarina Micaela de Sousa César de Lencastre[119] e casado em segundas núpcias com D. Ana Augusta Cardosa, natural da freguesia da Sé, filha de João Baptista Cardoso e de Ana Inácia)[120]; filho de José Inácio da Câmara Leme e de D. Maria Bárbara de Brito, naturais da Ilha do Pico[121].

Aspectos institucionais na edilidade:

Frederico Augusto da Câmara Leme foi Vereador em 1845-1846.

Ligações familiares:

Guedes – era sobrinho, por afinidade, de José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira, Vereador no Antigo Regime;

Carvalho – era parente, por afinidade, de Jerónimo de Carvalho Rebelo, que também tinha sido Vereador até 1834.

[118]A.P.S. – *Lv. Baptismos da Sé*, 1772-1788, Cx. 6, fl. 139
[119] CANEDO, Fernando de Castro da Silva (et all) – *A Descendência Portuguesa de El-Rei D. João II*, Vol. II, p. 357 - 383
[120] ADVIS – *Lv. Casamentos da Sé*, 1827-1872, Cx. 11/E,/ Nº 19, fl. 20
[121]ADVIS – *Lv. Casamentos da Sé*, 1827-1872, Cx. 11/E/, Nº 19, fl. 20

6.5.8 Guedes de Carvalho

João Monteiro de Carvalho e Sousa, F.C.R.[122] (casou com D. Carlota Joaquina Salema Guedes de Carvalho Meneses Vasconcelos, filha de Gonçalo António Guedes de Carvalho e de D. Maria Engrácia da Silva Guimarães, neta paterna de Rodrigo Guedes de Vasconcelos e de D. Maria Peregrina Meneses Botelho e materna de António Ribeiro da Silva Guimarães)[123], filho de João Monteiro de Carvalho (e de D. Rita de Cássia Delfina de Carvalho), neto paterno de João Monteiro de Carvalho (e de D. Josefa Rosa do Nascimento)[124].

Aspectos institucionais na edilidade:

João Monteiro de Carvalho e Sousa foi membro do Conselho Municipal em 1847-1848, 1847, 1848-1849 e 1850-1851.

Laços familiares:

Guedes de Carvalho – era sogro de Luís Guedes de Carvalho Sousa e Vasconcelos (filho) e primo, por afinidade, em 2º grau, de Luís Guedes de Carvalho Sousa e Vasconcelos (pai), Vereador no Antigo Regime.

6.5.9 Perfeito Pereira Pinto

José Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho, F.C.R. e bacharel em Leis[125], natural da freguesia de Cambres, filho de **Francisco Perfeito Pereira Rebelo Pinto de Moura Coutinho**, natural da freguesia da Sé (e de D. Rita de Cácia Aragão Sauzedo, natural de Almacave), neto paterno de **António Perfeito Pereira Rebelo Pinto**, de Cambres (e D. Maria Mariana de Moura Coutinho, de Mesão Frio) e materno de **Bernardo Pinheiro Aragão Sauzedo** (e de D. Maria Leonarda de Lacerda Pinto da Silveira)[126].

[122] CORRÊA, Manuel de Mello – *Sangue Velho Sangue Novo*. Instituto Português de Heráldica, Arv. 86
[123]GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*, Vol. VI, p. 27.
[124]CORRÊA, Manuel de Mello – *Sangue Velho Sangue Novo*. Instituto Português de Heráldica, Arv. 86
[125] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1073, S/N, Cx. 1170. Pautas Eleitorais 1827-1829
[126] ADVIS – *Lv. Baptismos da Sé*, 1794-1818, Cx. 11/A/, Nº 4, fl. 153

Aspectos institucionais na edilidade:

José Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho foi Vereador e Almotacé durante o Antigo Regime e, no Liberalismo, foi eleito para presidir à Comissão Municipal Provisória em 1834 e foi Vereador em 1847-1848.

Faleceu em Cambres, solteiro, a 9 de Janeiro de 1866[127].

Ligações familiares:

Pinheiro Aragão – era neto de Bernardo Pinheiro Aragão Sauzedo, sobrinho de João Pinheiro Aragão Sauzedo, primo de Bernardo Pinheiro Aragão;

Castro da Fonseca – era sobrinho de Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra e primo de Macário de Castro da Fonseca e Sousa;

Silveira Pinto da Fonseca – era primo de João da Silveira Pinto da Fonseca, visconde da Várzea;

Carvalho – era parente, por afinidade, de José Taveira Pimentel de Carvalho.

6.5.10 Sá Pereira

José de Sá Pereira Osório, natural de Britiande, (casado com D. Antónia Adelaide Pinto), filho de Lourenço de Sá, natural de Britiande (e de D. Joana de Mesquita Pimentel, natural da freguesia de Santo António, Alvações do Corgo, comarca de Vila Real)[128].

José de Sá Pereira Osório foi Vereador em 1846 e 1847-1848, tendo desempenhado nesta altura o cargo de Presidente da Câmara.

Faleceu a 12 de Janeiro de 1875[129].

Não se conhecem laços de parentesco com outras famílias ligadas ao poder local.

[127] ADVIS – *Lv. Óbitos de Cambres*, 1860-1870, Cx. 4/A/, Nº 6, fl. 1
[128] A.D.A. – *Lv. Óbitos de Britiande*, 1860-1877, Cx. nº 5, fl. 1
[129] A.D.A. – *Lv. Óbitos de Britiande*, 1860-1877, Cx. nº 5, fl. 1

6.5.11 Carvalho

José Taveira Pimentel de Carvalho, F.C.R., Comendador na Ordem de Cristo[130], 1º visconde de Guiães[131], **(**o título foi-lhe concedido em 2 vidas por decreto de 26-7-1850, por D. Maria II)[132], foi porta-bandeira do Regimento de Infantaria da Praça de Almeida, Alferes de Infantaria do mesmo Regimento, Coronel do regimento de Milícias de Lamego, Coronel Agregado ao Regimento de Milícias do Porto e Comendador na Ordem de Cristo[133], natural da freguesia da Sé, Lamego (casado com a sobrinha, D. Ana de Sousa Alvim Lira de Meneses, filha de Rui Lopes de Sousa e Lemos, senhor de Bordonhos, e de D. Antónia Adelaide Taveira de Lira Menezes[134], neta paterna de Fradique Lopes de Sousa e Lemos e de D. Ana Rufina de Roxas e Lemos Carvalho e Meneses e materna de Manuel Carlos Teixeira Pimentel de Carvalho e de D. Maria Rosa Ermelinda de Lira e Meneses), filho de **Manuel Teixeira Pimentel de Carvalho**, natural da Sé (e de D. Maria Rosa Ermelinda (ou Umbelina) de Meneses e Lira, natural da freguesia de Calheiros), neto paterno de Manuel Carlos Teixeira Pimentel, natural da freguesia da Sé (e de D. Antónia Rosária de Menezes, natural da Vila de Almendra, Pinhel) e materno de Pedro Lopes de Calheiros, Senhor da Casa-Solar dos Calheiros, Ponte de Lima[135], natural da freguesia de Calheiros (e de D. Maria Quitéria de Lira Meneses, natural da freguesia de Lira, bispado de Tui, Galiza)[136].

Aspectos institucionais na edilidade:

José Taveira Pimentel de Carvalho foi Vereador em 1846 e 1847-1848 e Membro do Conselho Municipal em 1847, 1848-1849 e 1850-1851.

Faleceu no Porto a 16 de Dezembro de 1866[137].

[130] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç., 1071, S/N, Cx. 1168. Pautas Eleitorais 1824-1826
[131] A.P.S. – *Lv. Óbitos da Sé*, 1866, fl. 61
[132] ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e do Brasil*, Vol. II, p. 650
[133] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*. Pautas de Eleição para 1799-1834
[134] ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e do Brasil* Vol. II, p. 650
[135] ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e Brasil*, Vol. II, p. 650
[136] A. D. A – *Lv. Baptismos da Sé*, 1772-1778, Cx. 6, fl. 173 e 173 v.
[137] A. P. S. – *Lv. Óbitos da Sé*, 1866, rgtº 61.

Laços familiares:

Silveira Pinto da Fonseca – era sogro de João da Silveira Pinto da Fonseca, 2º visconde da Várzea;

Castro da Fonseca – era primo, em 4º grau de Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra e de Macário de Castro da Fonseca e Sousa;

Pereira Coutinho – era primo em 4º grau de Manuel e Melchior Pereira Coutinho de Vilhena.

6.5.12 Guedes de Carvalho

Luís Guedes de Carvalho Sousa e Vasconcelos, pertencente à principal nobreza da cidade**,** natural da freguesia de Cambres (casado com a prima D. Maria José Solesme, natural de Tourais, filha de João Monteiro de Sousa Carvalho e de D. Carlota Joaquina Solesme Guedes de Carvalho Meneses Vasconcelos, ambos da Quinta de Tourais)[138], filho de Luís Guedes de Carvalho Sousa e Vasconcelos, natural de Cambres (e de D. Maria do Carmo), neto paterno de Bernardo Guedes de Vasconcelos, natural de Lamego (e de D. Maria Bernarda, natural de Teixeira, bispado do Porto)[139].

Luís Guedes de Carvalho Sousa e Vasconcelos foi Vereador em 1842, 1846, 1847-1848, Procurador Fiscal em 1846 e membro do Conselho Municipal em 1848-1849 e 1850-1851.

Faleceu a 19 de Abril de 1885[140].

Ligações familiares:

Guedes de Carvalho – era filho de Luís Guedes de Carvalho Sousa e Vasconcelos que foi Vereador no Antigo Regime

[138] A. D. A. – *Lv. Casamentos de Cambres*, 1822-1858, Cx. 1, fl. 79
[139] A.D.A. – *Lv. Casamentos de Cambres*, 1822-1858, Cx. 1, fl. 79
[140] ADVIS – *Lv. Óbitos de Cambres*, 1884-1895, Cx. 4/C/ 11, rgtº nº 21

6.5.13 Pinto Sousa Coutinho

Luís José Alexandre Pinto de Sousa Coutinho, 3º visconde de Balsemão[141], natural do Porto (casou com D. Maria Isabel de Sousa Teixeira de Magalhães e Lacerda, filha de Gaspar Teixeira de Magalhães e Lacerda e de D. Maria Antónia de Sousa da Silva Alcoforado, neta paterna de António Teixeira de Magalhães e Lacerda, de Vila Real e de D. Ana Teresa Pereira Pinto de Azevedo de Souto Maior e materna de Rodrigo de Sousa da Silva Alcoforado e de D. Maria José de Carvalho e Nápoles)[142]; em segundas núpcias com D. Isabel Emília de Sousa Vahia de Madureira, filha de Luís Maria de Sousa Vahia Rebelo de Miranda, 1º visconde de S. João da Pesqueira, e de D. Maria Emília de Morais Madureira)[143], filho de Luís Máximo Alfredo Pinto de Sousa Coutinho (e de D. Maria Rosa Alvo Brandão Perestrelo de Azevedo), neto paterno de Luís Pinto de Sousa Coutinho (e de D. Catarina Micaela de Sousa César Lencastre) e materno de Francisco Filipe de Sousa da Silva Alcoforado (e de D. Rosa Maria de Viterbo de Lancastre)[144].

Aspectos institucionais na edilidade:

Luís José Alexandre Pinto de Sousa Coutinho foi Membro do Conselho Municipal em 1845.

Faleceu a 15 de Fevereiro de 1852[145].

Laços de parentesco:

Teixeira de Sousa – era cunhado de António Teixeira de Sousa Silva Alcoforado de Magalhães e Lacerda;

Guedes – era sobrinho, por afinidade, de José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira que foi Vereador no Antigo Regime;

Era parente de Joaquim Peito de Carvalho

[141] ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e Brasil*, Vol. II, p. 369
[142] *Idem*, Vol. II, p. 369
[143] ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e Brasil*, Vol. II, p. 369
[144] *Idem*, Vol. II, p. 369
[145] ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins – *Nobreza de Portugal e Brasil*, Vol. II, p. 369

6.5.14 Castro da Fonseca

Macário de Castro da Fonseca e Sousa, Moço Fidalgo[146] e oficial do Exército, natural da freguesia da Sé (casou com D. Maria Cândida de Vilhena e Menezes, natural da Sé, filha de **Manuel Pereira Coutinho de Vilhena** e de D. Antónia Adelaide de Albergaria Monteiro, neta paterna de Melchior Pereira Coutinho de Vilhena e de D. Maria Leonor Pereira Coutinho e materna de **Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos** e de D. Maria Joana Pereira de Azevedo)[147], filho de **Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra**, natural da Sé (e de D. Luísa de Aragão Pinto da Silveira, natural de Almacave), neto paterno de Pedro da Fonseca e Castro (e de D. Antónia Pereira Coutinho) e materno de **Bernardo Pinheiro Aragão Sauzedo** (e de D. Maria Leonarda Pinto da Silveira)[148].

Aspectos institucionais na edilidade:

Macário de Castro da Fonseca e Sousa foi Vereador em 1842 e 1843-1844, Membro do Conselho Municipal em 1848-1849 e 1850-1851 e Procurador à Junta Geral de Distrito em 1843-44.

Laços familiares:

Pinheiro Aragão – era neto de Bernardo Pinheiro Aragão e sobrinho de João Pinheiro Aragão;

Perfeito Pereira Pinto – era primo de José Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho, sobrinho, por afinidade, de Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho que foi Vereador no Antigo Regime;

Silveira Pinto da Fonseca – era primo dos viscondes da Várzea;

Pereira Coutinho – era genro de Manuel Pereira Coutinho de Vilhena e cunhado de Melchior Pereira Coutinho de Vilhena;

Monteiro – era neto, por afinidade, de Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos que foi Vereador durante o Antigo Regime.

[146] I.A.N./T.T. – *R.G.M. do Príncipe Regente D. João*, Lv. 44, fl. 67, por Alvará de 22 de Abril de 1818
[147] ADVIS – *Lv. Casamentos da Sé*, 1827-1872, Cx. 11/E/, Nº 19, fl. 61
[148] ADVIS – *Lv. Casamentos da Sé*, 1827-1872, Cx. 11/E/, Nº 19, fl. 61

6.5.15 Pereira Coutinho

Melchior Pereira Coutinho de Vilhena, pertencia à nobreza da cidade, natural da freguesia da Sé (casado com a tia, D. Jerónima Henriqueta de Albergaria Pereira de Azevedo e Vasconcelos, natural da freguesia da Sé, filha de **Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos** e D. Maria Joana Pereira Azevedo e Melo, neta paterna de **António Albergaria Monteiro Vasconcelos** e de D. Maria Leonor Botelho de Sampaio e materna de Henrique Pereira de Azevedo e Vasconcelos e de D. Raquel Maria de Calvos Melo)[149], filho de **Manuel Pereira Coutinho de Vilhena e Meneses**, natural de Penedono (e de D. Antónia Adelaide Albergaria Vasconcelos, natural da Sé), neto paterno de Melchior Pereira Coutinho de Vilhena (e de D. Maria Leonor Pereira Coutinho) e materno de **Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos** (e de D. Maria Joana Pereira de Azevedo)[150].

Aspectos institucionais na edilidade:

Melchior Pereira Coutinho de Vilhena foi Vereador em 1846 e 1847-1848 e Membro do Conselho Municipal em 1847.

Faleceu a 4 de Maio de 1889[151].

Laços familiares:

Monteiro – era bisneto de António Albergaria Monteiro Vasconcelos e neto de Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos que foram Vereadores no Antigo Regime;

Castro da Fonseca – era cunhado de Macário de Castro da Fonseca e Sousa;

6.5.16 António Alexandre Marques, negociante[152], natural de Freixo de Numão (casado com Joana do Amor Divino, natural de

[149] ADVIS – *Lv. Casamentos da Sé*, 1827-1872, Cx 11/E/, Nº 19, fl. 60
[150] ADVIS – *Lv. Baptismos da Sé*, 1794-1818, Cx. 11/A/, Nº 4, fl. 295 v.
[151] A. D.A. - *Lv. Óbitos de Almacave*, 1886-1893, Cx. 33, fl. 39
[152] A.D.A. – Lv. Óbitos de Almacave, 1861-1874, Cx. 31, fl. 10

Almacave, filha de Luís Pereira Ramalho, natural de Guimarães e de Maria Luísa, natural de Almacave, neta paterna de João Pereira Ramalho e Micaela Teresa, naturais de Almacave e materna de Jerónimo de Faria, do arcebispado de Compostela e de Luísa de Almeida)[153], filho de António Marques, natural de Canelas, bispado do Porto (e de Ana Joaquina de Lucena Botelho, natural de Vila Real) e neto paterno de José Marques (e Luísa de Carvalho, natural de Canelas) e materno de avós incógnitos[154].

Aspectos institucionais na edilidade:

António Alexandre Marques foi Vereador em 1847 e Membro do Conselho Municipal em 1841, 1845, 1846 e 1850-1851.

Faleceu a 5 de Março de 1869[155].

Laços de parentesco:

Inácio Pereira Ramalho – de quem era primo e que foi Tesoureiro no Antigo Regime.

6.5.17 António Joaquim Pereira, natural da freguesia de Cambres (casou com D. Maria Pereira de Salles, natural de Qitaria, Espanha), filho de Luís Pereira, natural de Cambres (e de Joana Maria, natural de Cambres), neto paterno de Manuel Mendes de Magalhães (e de Maria Inácia)[156].

António Joaquim Pereira, proveniente da burguesia, foi Vereador da Comissão Municipal Provisória em 1834.

Laços de parentesco:

Não se conhecem.

[153]A. D.A – *Lv. Óbitos de Almacave*, 1861-1874, Cx. nº 31, fl. 10
[154] A. D.A – *Lv. Baptismos de Freixo de Numão*, 1776-1816, Cx. 5, fl. 82
[155] A.D.A. – *Lv. Óbitos de Almacave*, 1861-1874, Cx. 31, fl. 10
[156] ADVIS – *Lv. Casamentos da Sé*, 1773-1827, Cx. 11, Nº 1, fl. 228 v.

6.5.18 António José da Costa, Comandante das Ordenanças do Distrito da Cidade de Lamego no Antigo Regime[157], Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo[158], Comendador[159], natural da freguesia de Almacave (casado com D. Bárbara Henriqueta de Gouveia), filho de **Alexandre José da Costa** (e de Ana Bernarda), neto paterno de José Ferreira, natural de Miomães (e de Maria Teresa, natural de Miomães) e materno de Manuel Fernandes, natural de Vale de Figueira (e de Rosa Maria, natural da Granja do Tedo)[160].

Aspectos institucionais na edilidade:

António José da Costa foi Vereador em 1823, Presidente da Comissão Municipal Provisória em 1834, Vereador em 1842, 1845-1846, Membro do Conselho Municipal em 1843, 1847-181848, 1847, 1848-1849 e 1850-1851 e Procurador à Junta Geral de Distrito em 1843-1844.

Laços de parentesco:

Alexandre José da Costa – de quem era filho e que foi Tesoureiro no Antigo Regime;

Bento José da Costa – de quem era sobrinho;

Miguel de Sobral Fiel – de quem era cunhado, que foi Procurador no Antigo Regime e Vereador em 1834 e 1835.

6.5.19 Bento José da Costa, negociante,[161] natural da freguesia de S. João Baptista, Miomães (casado com Josefa Margarida, natural de Almacave, filha de Manuel Fernandes, de Granja do Tedo e de Rosa Maria, natural de Almacave)[162], filho de José Ferreira de Magalhães, natural de Miomães (e de Maria Teresa, natural de Miomães)[163].

Aspectos institucionais na edilidade:

[157] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beir*a, Mç. 1073, S/N, Cx. 1170. Pautas Eleitorais 1827-1829
[158] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beir*a, Mç. 1073, S/N, Cx. 1170. Pautas Eleitorais 1827-1829
[159] A.P.S. – *Lv. Baptismos da Sé*, 1866, rgtº 47
[160] A. D. A. – *Lv. Baptismos de Almacave*, 1774-1779, Cx. 10, fl. 19
[161] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1053, S/N. Pautas Eleitorais para 1799-1801
[162] A. D. A. – *Lv. Baptismos de Almacave*, 1766-1806,1770-1774, Cx. 9, fl. 22
[163] A.D.A. – *Lv. Baptismos de Almacave*, 1766-1806,1770-1774, Cx. 9, fl. 22

Bento José da Costa foi Tesoureiro da Câmara no Antigo Regime e no Liberalismo foi Procurador à Junta Geral do Distrito em 1843-1844.

Laços de parentesco:

Alexandre José da Costa – de quem era irmão e cunhado, Tesoureiro no Antigo Regime;

António José da Costa – de quem era tio;

Miguel de Sobral Fiel – de quem era tio por afinidade.

6.5.20 Custódio Correia da Rocha, negociante[164], Cavaleiro da Ordem de Cristo[165] e Sargento-Mor de Ordenanças no Antigo Regime[166], natural da freguesia de Barrô (casado com Antónia Lidovina, natural da freguesia de Almacave, filha de António José Alves Maia, natural de Arrifana, Porto e de Maria Bernarda, natural de Almacave, neta paterna de Manuel Alves, natural de S. Mamede Infesta e de Modéstia Maria, de S. Mamede de Coronado, Porto e materna de Domingos Lopes dos Reis, natural de S. Cosme, bispado de Braga e de Ana Bernarda, natural de Almacave)[167], filho de Luís Correia de Menezes, natural de Barrô (e de Joana Clara, natural de Barrô), neto paterno de Agostinho Correia (e de Jacinta Maria) e materno de António Teixeira (e de Clara Monteira), todos naturais do lugar de Vilar, Barrô. [168]

Aspectos institucionais na edilidade:

Custódio Correia da Rocha foi Vereador em 1827, 1835, 1842, 1843-1844 e 1845-1846.

Laços de parentesco:

Manuel Correia Cardoso de Meneses – de quem era irmão pelo lado paterno.

[164] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1067, S/N. Pautas Eleitorais 1821-1823
[165] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beir*a, Mç. 1073, S/N, Cx. 1170. Pautas Eleitorais 1827-1829
[166] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beir*a, Mç. 1073, S/N, Cx. 1170. Pautas Eleitorais 1827-1829
[167] A.D.A. – *Lv. Baptismos de Almacave*, 1807-1824, Cx. 11, fl. 223
[168] ADVIS – *Lv. Baptismos de Barrô*, 1786-1796, Cx. 2, nº 1, fl. 37

6.5.21 Francisco Bernardino Pereira Guimarães, negociante,[169] natural de Vila Cova da Lixa, bispado de Braga (casado com D. Maria Leopoldina Marques, natural de Almacave, filha de **António Alexandre Marques** e Joana do Amor Divino, ambos naturais de Almacave, neta paterna de António Marques, natural da Vila de Canelas, Poiares e de Ana Joaquina e materna de Luís Pereira Ramalho, natural de Guimarães e de Maria Luisa, natural de Almacave)[170], filho de Domingos José Pereira (e de Maria Antónia da Silva, naturais da Lixa)[171].

Aspectos institucionais na edilidade:

Francisco Bernardino Pereira Guimarães foi Vereador em 1846.

Faleceu a 12 de Janeiro de 1878[172].

Laços de parentesco:

António Alexandre Marques – de quem era genro e que foi Tesoureiro no Antigo Regime;

Inácio Pereira Ramalho – de quem era cunhado.

6.5.22 Francisco José Abreu, negociante,[173] natural da freguesia de Santa Cristina de Arões, bispado de Braga, (casado com D. Ana Victorina de S. José, natural da freguesia da Sé, Lamego, filha de José da Silva Guimarães e de Maria dos Remédios, naturais da Sé)[174], filho de António José de Abreu, natural de Santa Cristina de Arões (e de Joaquina Rosa, natural da mesma freguesia)[175].

Aspectos institucionais na edilidade:

Francisco José Abreu foi Vereador em 1850-1851.

Faleceu a 20 de Agosto de 1887[176].

[169] A.D.A. – *Lv. Óbitos de Almacave*, 1875-1885, Cx. 32, rgtº 26
[170] A. D. A. – *Lv. Casamentos de Almacave*, 1832-1850, Cx. 2, fl. 109 v.
[171] A.D.A. – *Lv. Casamentos de Almacave*, 1832-1850, Cx. nº 2, fl. 109 v.
[172] A.D.A. – *Lv. Óbitos Almacave*, 1875-1885, Cx. 32, rgtº 26
[173] A.D.A. – *Lv. Óbitos da Sé, 1887*, rgtº 55
[174] ADVIS – *Lv. Casamentos da Sé*, 1827-1872, Cx. 11/E/, Nº 19, rgtº 41
[175] ADVIS – *Lv. Casamentos da Sé*, 1827-1872, Cx. 11/ E/, Nº 19,
[176] A. D.A. – *Lv. Óbitos da Sé*, 1887, rgtº 55

Laços de parentesco:

Joaquim de Oliveira Chaves – era parente por afinidade sendo co-sogro

6.5.23 Francisco Pedro da Veiga, proprietário[177]**,** (casou com D. Maria do Sacramento, natural da freguesia de Santa Maria Madalena, Lisboa, filha do Desembargador António Germano da Veiga, natural de Celorico da Beira e de D. Maria Cândida Marques da Veiga, natural de Lisboa)[178], filho do Dr. José Teixeira Freire de Andrade, natural da freguesia da Sé (e de D. Bernarda Hedviges da Veiga, natural de Lisboa)[179].

Aspectos institucionais na edilidade:

Francisco Pedro da Veiga foi Vereador em 1847-1848 e Procurador Fiscal da Câmara na mesma altura.

Faleceu a 11 de Outubro de 1889[180].

Laços de parentesco:

Não se conhecem laços de parentesco com outras famílias lamecenses ligadas ao poder.

6.5.24 Inácio Pereira Ramalho, natural da freguesia de Almacave (casou com Maria Joana, viúva), filho de Inácio Pereira Ramalho, natural de Guimarães, Braga (e de Maria Luísa, natural de Almacave), neto paterno de João Pereira Ramalho, natural de Almacave (e de Micaela Teresa, natural da mesma freguesia) e materno de Jesuino de Faria, natural do arcebispado de Compostela (e de Luísa de Almeida, natural de Almacave)[181].

[177] A.D.A. – *Lv. Óbitos da Sé*, 1885, rgtº. 135
[178] A.D.A. – *Lv Óbitos da Sé*, 1885, rgtº nº 135
[179] A.D.A. – *Lv. Óbitos da Sé*, 1885, rgtº nº 135
[180] A.D.A. – *Lv. Óbitos da Sé*, 1885, rgtº 135
[181] A. D. A. – *Lv. Baptismos de Almacave*, 1807-1824, Cx. 11, fl. 227 v.

Aspectos institucionais na edilidade:

Inácio Pereira Ramalho foi Tesoureiro interino da Câmara provisória em 1834.

Faleceu a 3 de Outubro de 1860[182].

Laços de parentesco:

António Alexandre Marques – de quem era primo por afinidade.

6.5.25 João Teixeira Pinto Barbosa, negociante[183], natural da freguesia da Sé (casou com Joana Margarida, filha de José da Silva Mengo, natural de Almacave e de Ana Joaquina Penelas, natual da mesma freguesia)[184], filho de António Teixeira Barbosa, natural da Vila de Teixeira, bispado do Porto (e de Luísa Maria, natural de Ferreiros de Avões)[185].

Aspectos institucionais na edilidade:

João Teixeira Pinto Barbosa foi Vereador em 1847, 1848-1849 (em que também foi Tesoureiro) e em 1850-1851 e foi Membro do Conselho Municipal em 1846 e 1847-1848.

Laços de parentesco:

José da Silva Mengo – de quem era genro e que foi Tesoureiro durante o Antigo Regime;

Alexandre José da Costa – parente por afinidade;

António José da Costa – parente por afinidade, de quem era co-sogro.

6.5.26 Joaquim de Oliveira Chaves, negociante[186], natural da freguesia da Sé (casou com D. Maria do Rosário)[187], filho[188] de Josefa Joaquina, natural de Tarouca[189].

[182] A. D. A – *Lv. Óbitos de Almacave*, 1807-1837 e 1860, Cx. 30, fl. 6 v.
[183] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beir*a, Mç. 1073, S/N, Cx. 1170. Pautas Eleitorais 1827-1829
[184] A.D.A. – *Lv. Baptismos de Almacave,* 1824-1830,1833-1841, Cx. nº 12, fl. 62
[185] A.D.A. – *Lv. Baptismos de Almacave,* 1824-1830,1833-1841, Cx. nº 12, fl. 62
[186] A.P.S. – *Lv. Casamentos da Sé*, 1871, rgtº 3
[187] ADVIS – *Lv. Casamentos da Sé*, 1827-1872, Cx. 11/E/, Nº 19, fl. 69 v.
[188] Joaquim de Oliveira Chaves era filho ilegítimo de Manuel de Oliveira Chaves

Aspectos institucionais na edilidade:

Joaquim de Oliveira Chaves foi Vereador em 1845-1846, 1846 e 1847-1848.

Faleceu a 10 de Julho de 1885[190].

Laços de parentesco:

Manuel de Oliveira Chaves – de quem era filho natural e que serviu de Tesoureiro da Câmara no Antigo Regime;

Lourenço de Oliveira Chaves – de quem era irmão;

Francisco José Abreu – de quem era co-sogro.

6.5.27 Joaquim Peito de Carvalho, bacharel em leis e Advogado[191], natural da freguesia de S. Paio (casou com D. Ana Perpétua Pinto da Fonseca Osório Guedes, natural da freguesia da Sé, filha de Manuel da Costa Pinto Zuzarte, natural de Almacave e de D. Rosa Leonarda Teresa Osório, natural de Cambres)[192], filho de António Dias de Carvalho Peito, natural da Vila de Viana (e de D. Joana Teresa Clara Pereira de Lima, natural da Vila de Caminha)[193].

Aspectos institucionais na edilidade:

Joaquim Peito de Carvalho foi Vereador em 1842 e 1847.

Laços de parentesco:

Não se conhecem.

6.5.28 José António Araújo, Boticário[194], natural da freguesia de Barcos (casou com D. Maria Rosa de Araújo, natural de Barcos, filha de Lourenço dos Santos e de D. Maria de Araújo, naturais de Barcos)[195], filho de José de Araújo, natural de Barcos (e de Maria Josefa, natural da

[189] ADVIS – *Lv. Casamentos ds Sé*, 1827-1872, Cx. 11/E/, Nº 19, fl. 69 v.
[190] ADVIS – *Lv. Óbitos da Sé*, 1881-1889, Cx. 11/H/, Nº 27, regt. Nº 60
[191] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1077, S/N, Cx. 1174. Pautas Eleitorais 1829-1831
[192] A. D. A. – *Lv. Casamentos de Almacave*, 1791-1832,1860-1868, Cx. 23, fl. 71 v.
[193] A.D.A. – *Lv. Casamentos de Almacave*, 1791-1832,1860-1868, Cx. 23, fl. 71 v.
[194] ADVIS – *Lv. Óbitos de Almacave*, 1884-1894, Cx .10/ D/, Nº 18, fl 89
[195] ADVIS – *Lv. Casamentos de Almacave*, 1850-1877, Cx. 10/B/, Nº 8, rgtº 154

mesma freguesia), neto paterno de Manuel de Araújo (e Quitéria de Macedo) e materno de António Soares da Costa, natural de Tabuaço (e de Bernarda da Silva, solteira, natural de Barcos)[196].

Aspectos institucionais na edilidade:

José António Araújo foi Vereador em 1845-46 e Procurador Fiscal da Câmara na mesma altura.

Faleceu a 2 de Abril de 1885[197].

Não se conhecem laços de parentesco com outras famílias ligadas ao poder local.

6.5.29 Lourenço de Oliveira Chaves, natural da freguesia da Sé, Lamego (casou com Ana Luísa, filha de Ana Angélica e filha ilegítima de José Luís Pacheco[198] e em segundas núpcias com D. Ana Ambrosina Pinheiro, natural da freguesia da Sé, filha de Manuel Pinheiro das Chagas e de Maria Teresa, naturais da Sé)[199], de Josefa Joaquina (filho ilegítimo de **Manuel de Oliveira Chaves)**[200].

Aspectos institucionais na edilidade:

Lourenço de Oliveira Chaves foi Vereador em 1834 e 1835.

Laços de parentesco:

Manuel de Oliveira Chaves – de quem era filho natural e que foi Tesoureiro no Antigo Regime;

Joaquim de Oliveira Chaves – de quem era irmão.

6.5.30 Manuel Correia Cardoso de Meneses, proprietário[201], natural da freguesia de Barrô (casou com Carolina Adelaide da Silva Maia, natural da freguesia de Almacave, filha de António José Alves

[196] ADVIS – *Lv. Casamentos de Almacave*, 1850-1877, Cx. 10/B/, Nº 8, rgtº 154
[197] ADVIS – *Lv. Óbitos de Almacave*, 1884-1894, Cx. 10/D/, Nº 18, rgtº 89
[198] ADVIS – *Lv. Casamentos da Sé*, 1773-1827, Cx. 11, Nº 1, fl. 37
[199] ADVIS – *Lv. Casamentos da Sé*, 1827-1872, Cx. 11/E/, Nº 19, fl. 37
[200] ADVIS – *Lv. Casamentos da Sé*, 1773-1827, Cx. 11, Nº 1, fl. 37
[201] A.D.A. – *Lv. Casamentos de Almacave*, 1832-1850, Cx. 2, fl. 29

Maia, natural de Santo António de Arrifana, Porto e de D. Maria Bernarda da Silva Maia, natural de Almacave, neta paterna de Manuel Alves, natural de S. Mamede Infesta e de Modéstia Maria, natural de S. Mamede de Coronado, Porto e materna de Domingos Lopes dos Reis, natural de S. Cosme e Damião, bispado de Braga e de Ana Bernarda, natural de Almacave)[202], filho Teodora de Jesus, natural da mesma freguesia (e filho ilegítimo de Luís Correia de Meneses, natural de Barrô).[203]

Aspectos institucionais na edilidade:

Manuel Correia Cardoso de Meneses foi Vereador em 1847, 1848-1849 e 1850-1851.

Faleceu em 24 de Dezembro de 1893[204]**.**

Laços de parentesco:

Custódio Correia da Rocha – de quem era irmão pela parte paterna e que foi Vereador e Tesoureiro durante o Antigo Regime.

6.5.31 Miguel de Sobral Fiel, bacharel e Advogado nos Auditórios da cidade,[205] natural da freguesia de Almacave (casado com D. Maria Fortunata de Sequeira, natural de Cambres, filha de Manuel Rodrigues de Sequeira Fevereiro, natural de Almacave e de Tomásia Rosa de Sequeira, natural de Sobreda, Cambres;[206] em segundas núpcias com D. Antónia Ludovina da Costa Couraça, viúva, filha de Alexandre José da Costa e de Ana Bernarda da Costa)[207], filho de Manuel de Sobral (e de Mariana Isabel), neto paterno de António de Sobral Fiel, natural de Moimenta da Beira (e de Maria Lopes, natural de Quintela, Moimenta da Beira) e materno de João de Sousa Chaves (e de Ana Maria de Freitas, natural da freguesia de Santos-o-Velho, Lisboa)[208].

[202]A. D. A. – *Lv. Casamentos de Almacave*, 1832-1850, Cx. 2, fl. 29
[203]A.D.A. – *Lv. Casamentos de Almacave*, 1832-1850, Cx. 2, fl. 29
[204]A.D.A. – *Lv. Óbitos de Almacave*, 1886-1893, Cx. 33, fl. 95
[205] I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beir*a, Mç. 1073, S/N, Cx. 1170. Pautas Eleitorais 1827-1829
[206]A. D. A. – *Lv. Casamentos de Almacave*, 1791-1832,1860-1868, Cx. 23, fl. 25 v.
[207]A.D.A. – *Lv. Casamentos de Almacave*, 1832-1850, Cx. 2, fl. 95 v.
[208]A.D.A. – *Lv. Baptismos de Almacave*, 1766-1806,1770-1774, Cx. 9, fl. 32 v.

Aspectos institucionais na edilidade:

Miguel de Sobral Fiel foi Vereador em 1834 (já com o Liberalismo) e em 1835.

Faleceu a 11 de Janeiro de 1848[209].

Laços de parentesco:

Alexandre José da Costa – que foi Tesoureiro no Antigo Regime e de quem era genro;

António José da Costa – que foi Vereador em 1827 e de quem era cunhado.

6.5.32 Simão José Pereira, proprietário[210], natural da freguesia da Sé, Lamego (casado com Rosa Carolina Taveira Magalhães, natural da Sé, filha de **José de Almeida Taveira Magalhães**, também natural da Sé e de mãe desconhecida)[211], filho de Manuel José Pereira, natural da freguesia da Sé, Lamego (e de Maria do Carmo, natural da mesma freguesia)[212].

Aspectos institucionais na edilidade:

Simão José Pereira foi Vereador em 1847, em 1848-1849 sendo nesta altura eleito Procurador Fiscal da Câmara e em 1850-1851.

Laços de parentesco:

José de Almeida Taveira Magalhães – Procurador da cidade e Tesoureiro no Antigo Regime e de quem era genro.

6.5.33 Sebastião Maria de Lemos (casado com D. Inês de Castro Lemos, natural de Mondim, filha de José do Amaral Castelo Branco e de Eufrásia Rita, de Mondim)[213], filho do **Dr. Joaquim de Lemos** (e de Maria Miquelina), neto paterno de Manuel de Lemos, natural de Coimbra

[209]ADVIS – *Lv. Óbitos de Almacave*, 1837-1852, Cx. 10, Nº 1, fl. 108 v.
[210] A-P.S. – *Lv. Casamentos da Sé*, 1860, rgtº 23
[211]ADVIS – *Lv. Óbitos de Almacave*, 1837-1852, Cx. 10, Nº 1, fl. 139
[212] A. D.A. – *Lv. Baptismos de Almacave*, 1824-1830, 1833-1841, Cx. 12, fl. 153 v.
[213]A. D. A. – *Lv. Baptismos de Almacave*, 1824-1830, 1833-1841, Cx. 12, fl. 47 v.

(e de Mariana Angelina, natural de Almacave) e neto materno de Francisco Bernardo (e de Francisca de Carvalho)[214].

Aspectos institucionais na edilidade:

Sebastião Maria de Lemos foi Procurador à Junta Geral de Distrito em 1850-1851.

Laços de parentesco:

Joaquim de Lemos – de quem era filho e que foi Vereador, Procurador da cidade e Almotacé durante o Antigo Regime.

Conclusão

Traçamos aqui, tanto quanto nos foi possível, o perfil socio-institucional dos nobres e burgueses que ocuparam os cargos de Vereador, Presidente, Procurador Fiscal, Membro do Conselho Municipal e Procurador à Junta Geral de Distrito durante os primeiros anos do Liberalismo.

Estes nobres estavam ligados ao Antigo Regime, quer porque tivessem desempenhado nesse período o cargo de Vereador, quer fossem descendentes dos "homens da governança" que o desempenharam ou, simplesmente, mantivessem laços familiares com aqueles.

Quanto aos burgueses, num total de 18 indivíduos para quem foi possível obter informação, 14 tinham laços de parentesco com aqueles que estiveram ligados ao poder local e 10 tinham-nos com familiares que desempenharam cargos durante o Antigo Regime, quer como Vereadores, quer como Procuradores da cidade ou Tesoureiros.

[214]A.D.A. – *Lv. Casamentos de Almacave*, 1824-1830, 1833-1841, Cx. 12, fl. 47 v.

CONCLUSÕES

Desde o princípio do século XIX até 1834 vigorou no Município de Lamego um sistema político de elite onde os nobres fidalgos predominavam.

É esta nobreza, constituída, fundamentalmente, por Fidalgos da Casa Real, recrutados entre os melhores e antigos da cidade, que vão ocupar o lugar de topo na administração municipal local, isto é, o cargo de Vereador, com as mesmas famílias a repetirem-se, sucessivamente, no poder como aconteceu com os Monteiro, Pinheiro Aragão, Silveira Pinto da Fonseca, Perfeito Pereira Pinto, Carvalho, Castro da Fonseca, Guedes, Botelho Soares Machuca, Pereira Coutinho e Carvalho.

Desde 1799 até 1821, assistimos, em Lamego, a um poder local fechado, elitista, pouco rotativo, em que os mesmos indivíduos se sucedem, sistematicamente, nos cargos camarários, quer como Informadores, quer como Eleitores ou Vereadores. Mesmo no cargo de Almotacé, é notória a presença dos mesmos nobres no desempenho da função ainda que desenvolvida em parceria com os Procuradores da Cidade e outros cidadãos. No entanto, este sistema fechado irá tremer, ainda que debilmente, de Março a Junho de 1823 quando a Câmara de Lamego passa de Realista a Constitucional e então, pela primeira vez, ocupam o cargo de Vereadores cidadãos provenientes do grupo dos Letrados tais como Bonifácio António de Moura Curto, Joaquim de Lemos, Luís Gomes de Sousa Teles (bacharéis em Leis e Advogados), ou burgueses, como Manuel António Cerdeira (Negociante). Apesar de terem ligações ao poder (não nos esqueçamos que Joaquim de Lemos já tinha sido Procurador da Cidade, Luís Gomes de Sousa Teles, Juiz de Fora na Câmara de Lamego; Manuel António Cerdeira, Tesoureiro enquanto que Bonifácio de Moura Curto, apesar de não termos informação sobre o seu desempenho em possíveis cargos camarários, tinha sido Provador, eleito pela Lavoura duriense para apreciar os Vinhos de Feitoria), com o Liberalismo têm a sua oportunidade de

romper a muralha elitista e fechada do acesso ao cargo prestigiante de Vereador.

Então, com o advento da nova ideologia política ficou aberta a possibilidade de outras classes sociais integrarem o tão almejado cargo?

Ora, por aquilo que nos foi dado constatar, essa possibilidade ocorreu para alguns Letrados e burgueses que, curiosamente, já integravam o Senado da Câmara.

Quando em Junho de 1823 a Câmara Realista é reposta, entra de novo em vigor o sistema político antigo e são eleitos Vereadores elementos das famílias nobres com tradição no poder: Botelho Soares Machuca, Pereira Coutinho e Castro da Fonseca.

Com a morte de D. João VI em 1826 e com a entrada em vigor da Carta Constitucional, concedida no mesmo ano por D. Pedro IV, as eleições camarárias para o triénio de 1827 - 1829 vão contar, novamente, com dois membros provenientes da burguesia nomeadamente António José da Costa e Custódio Correia da Rocha. No entanto, à semelhança de 1823, Custódio Correia da Rocha já tinha desempenhado o cargo de Tesoureiro da Câmara enquanto António José da Costa é filho de Alexandre José da Costa, Tesoureiro da Câmara em 1799 e 1806 (com um rendimento médio de 22 500 cruzados).

Assim, apesar de em 1823 e 1827 a Câmara de Lamego integrar membros pertencentes a círculos sociais diferentes daqueles que o Antigo Regime preconizava, reconhecemos-lhe uma vincada relutância em os aceitar mas sendo obrigada, por força de lei, a admiti-los, elege poucos e dentre estes poucos, aqueles que já andavam nas lides da governança, num claro desejo de manter a tradição e, ao mesmo tempo, um cariz familiar dentro do poder municipal.

Quanto aos rendimentos pessoais dos Vereadores, eram impressionantemente elevados situando-se, os mesmos, entre 600 000 cruzados e os 15 000 cruzados oscilando, os valores médios de fortuna, entre os 450 000 cruzados e 30 000 cruzados, devendo-se, estes valores elevados, à Região Demarcada do Douro onde Lamego estava e está inserida e ao facto da nobreza local ser a principal proprietária de grandes quintas produtoras do vinho do Porto.

Ao estabelecermos um paralelismo entre rendimento e número de vezes que ocuparam o poder, verificamos que as famílias economicamente mais poderosas como as Pinheiro Aragão, Castro da Fonseca, Perfeito Pereira Pinto, Monteiro, Botelho Soares Machuca, Silveira Pinto da Fonseca, Azevedo, Leitão de Carvalho, Guedes e Carvalho, foram as que mais vezes desempenharam o cargo de Vereador. Refira-se, ainda, que os Vereadores eleitos para 1823, Joaquim de Lemos e Manuel António Cerdeira, apresentaram um rendimento de 30 000 cruzados e de 20 000 cruzados, respectivamente, enquanto em 1827, os cidadãos provenientes da burguesia, Custódio Correia da Rocha e António José da Costa, possuíam níveis de riqueza elevados, de 70 000 cruzados o primeiro e de 150 000 o segundo o que confirma a selecção criteriosa dos membros que integravam o poder camarário em Lamego que, se já não fosse elitista socialmente, sê-lo-ia economicamente.

O facto de, no cômputo geral dos rendimentos elevados, haver alguns nobres com rendimentos mais baixos, como foi o caso de José Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho, filho segundo da poderosa família dos Perfeito Pereira Pinto, que somente auferia um rendimento de 15 000 cruzados, ou de António Cardoso de Meneses Montenegro e João Correia de Lacerda, ambos com um rendimento de 30 000 cruzados, não constituiu impedimento para que ocupassem um lugar na Câmara como Vereadores ainda que os mesmos o tenham desempenhado, somente, uma e duas vezes, respectivamente.

No plano das relações familiares, os Vereadores aqui apresentados tinham laços de parentesco entre si, quer em sentido ascendente e descendente, quer através de relações estabelecidas pelo casamento criando-se, assim, poderosas oligarquias familiares que muitas vezes eram levadas ao extremo devido aos casamentos que se efectuavam entre tios e sobrinhas, como o caso de José Leitão Pereira Rebelo Soares de Carvalho que contraiu matrimónio com a sobrinha-neta, D. Tomásia Rita do Carmo Pereira e José Taveira Pimentel de Carvalho, casado com a sobrinha, D. Ana de Sousa Alvim Lira de Meneses; entre cunhados, como Manuel Pereira Coutinho de Vilhena que, depois de enviuvar da sua primeira mulher, D. Maria Cândida Albergaria Vasconcelos, casa, em

segundas núpcias, com a irmã desta, D. Antónia Adelaide de Albergaria Vasconcelos; entre primos, como os casos de João Pinheiro Aragão Sauzedo que casa com a prima, D. Maria do Patrocínio Almeida e Vasconcelos e José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira com D. Josefa Adelaide Pinto de Sousa.

Num total de 20 famílias, 4 sobressaem devido à extensão e importância das mesmas: Pinheiro Aragão, Perfeito Pereira Pinto, Silveira Pinto da Fonseca e Castro da Fonseca. Estas famílias, já por si com enorme prestígio social e económico vêm a sua posição política reforçada ao contraírem laços matrimoniais entre si, o que demonstra a tendência endogâmica do poder em Lamego.

Quanto ao ofício de Procurador da Cidade, relativamente à rotatividade do mesmo, não difere muito dos Vereadores. Saídos, essencialmente, do grupo dos Letrados (8 eram Advogados), repetiam-se, sucessivamente, no lugar como foi o caso de Joaquim de Lemos que o ocupa por cinco vezes.

Quanto ao aspecto económico, os Procuradores da Cidade de Lamego, apesar de auferirem rendimentos consideravelmente mais baixos que os dos Vereadores, tinham níveis de riqueza bastante elevados para a época sendo o valor mais alto o de João Tibério da Mota, com 50 000 cruzados, e o rendimento mais baixo, de 4 000 cruzados, de Manuel Coelho da Fonseca.

Estabelecendo a relação riqueza/poder, o cargo de Procurador foi um dos que apresentou maior flexibilidade no acesso ao mesmo (o outro é o de Tesoureiro) e, ao contrário do que se verificou para os Vereadores, são os Procuradores que ocupam uma só vez o cargo que têm maior rendimento económico.

Em Lamego, o cargo de Tesoureiro, tal como o de Procurador da Cidade, registou grande mobilidade no acesso a essa função ao longo do período em análise sendo muito poucos (sete indivíduos em quarenta) aqueles que o desempenharam mais que uma vez. Provinham todos da burguesia e eram todos Negociantes mas com níveis de riqueza elevados visto que o rendimento mais baixo era de 3 000 cruzados e o mais alto de 30 000 cruzados.

Quanto a laços de parentesco, os Procuradores da Cidade não os tinham entre si o mesmo não acontecendo com os Tesoureiros onde verificamos a existência de parentesco entre alguns membros.

O cargo de Almotacé, apesar de não pertencer ao Senado, era um cargo bastante conceituado em Lamego e por onde passou quase toda a nobreza local ligada à governança ainda que o mesmo fosse partilhado com os Procuradores da Cidade e alguns outros indivíduos que não nos foi possível identificar. De pouca mobilidade, pois os nomes repetem-se consecutivamente, até 1802 são, somente, os Vereadores que o desempenham, quer os que já foram eleitos, quer os que estão à espera de o ser o que revela ter sido um cargo de prestígio em Lamego. A partir de 1803, a função começa a ser desempenhada não só pelos Vereadores mas também pelos Procuradores da Cidade, entre outros. A pouca rotatividade no cargo é visível, pois além dos nomes se repetirem temos os exemplos, em 1806, de Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho e António Joaquim Soares, que foram eleitos por um ano alegando-se o facto de "*terem desempenhado as funções com muito louvor e geral satisfação*", ou em 1811 em que António Joaquim Soares e Luís José Joaquim Soares vão desempenhar o cargo durante todo o ano. Outros Almotacés eleitos estiveram, também, vários meses a desempenhar o cargo como foi o caso de Jerónimo de Carvalho Rebelo.

Mas se durante o Antigo Regime a Câmara de Lamego era elitista, hermética, fechada sobre si própria e com apertadas restrições no acesso ao poder como se processa esse mesmo acesso no período Liberal, pós guerra civil, até à Regeneração? Passa a Câmara de elitista a popular? E quem são os novos camaristas?

Entre 1834 e 1835, no rescaldo da guerra civil e com o fim do Antigo Regime, centralizador mas que apostava nas autonomias regionais, e com a entrada dum novo regime político, o Liberalismo, que preconizava um sistema político apoiado na soberania da Nação, que alterações vai sofrer o Senado lamecense?

Dissolvida a antiga Câmara, é eleita uma Comissão Municipal Provisória. Quem constitui esta Comissão Municipal são, essencialmente, elementos provenientes do Antigo Regime, ex-Procuradores e ex-Tesoureiros, é certo, mas pessoas que estiveram ligadas ao municipalismo e que fazem a transição para o regime Liberal numa clara demonstração que, apesar do regime político ser outro e apesar das profundas modificações em curso, o Senado lamecense continua a apostar nos indivíduos com larga tradição no poder local, com elevados rendimentos económicos e com algum prestígio social ainda que provenientes da classe burguesa. Nesta altura só um nobre consegue fazer a transição entre o velho e o novo regime, José Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho, ex-Vereador e descendente duma das mais prestigiadas e antigas famílias com tradição no poder e que passamos a considerá-lo como um símbolo da transição da nobreza tradicional para o poder local liberal.

No período compreendido entre 1843-1851, em que entra em vigor o novo Código Administrativo de Costa Cabral, os eleitos para os cargos camarários repetem-se sobrepondo-se esta situação àqueles que só o desempenham uma única vez pois em oito anos de eleições, vinte indivíduos são reeleitos (Francisco Soeiro de Almeida e Castro, que já vem de 1834, ocupa o cargo de Vereador por 5 vezes) contrapondo-se aos quinze que ocupam o cargo uma vez. Nesta altura comprovamos, desmistificando a ideia que a nobreza lamecense tinha sido erradicada do poder local pelo Liberalismo, que os mesmos iniciaram uma pacífica coabitação na partilha do poder camarário, ao nível da vereação, com a burguesia local ainda que estes estejam em superioridade numérica (24 burgueses e somente 11 nobres) vindo estes últimos do Antigo Regime, como José Taveira Pimentel de Carvalho e José Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho ou sendo seus descendentes como Macário de Castro da Fonseca e Sousa (filho de Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra); Luís Guedes de Carvalho Sousa e Vasconcelos (filho de Luís Guedes de Carvalho Sousa e Vasconcelos); Melchior Pereira Coutinho de Vilhena (filho de Manuel Pereira Coutinho de Vilhena); Bernardo Pinheiro Aragão Sauzedo (filho de João Pinheiro Aragão Sauzedo);

António Pinheiro da Fonseca Osório Vieira e Silva (filho de Joaquim António Pinheiro da Fonseca Vieira e Silva) e António Osório de Aragão Magalhães Soares Machuca (filho de Francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca). Confirmamos, ainda, que alguns nobres do regime findo não continuaram neste período liberal porque não deixaram descendência e outros porque os filhos se ausentaram da cidade (como o caso de Bernardo Pinheiro Aragão Sauzedo cuja presença política foi muito ténue comparada com a do pai e avô pois ausentava-se, frequentemente, para o Porto), ou preferiram integrar o Conselho Municipal, órgão que servia de apoio à Câmara para questões financeiras e de maior prestígio social devido ao nível de riqueza que era exigido aos seus Membros. De qualquer forma, a nobreza lamecense continuou a estar presente no destino político da cidade e do Concelho. No entanto, vamos assistir ao emergir duma nova nobreza, esta sem tradição no poder mas que vai começar a integrá-lo, consecutivamente, nestes anos em análise como, por exemplo, Aires Duarte da Fonseca Lobo e Frederico Augusto da Câmara Leme.

No que se refere à mobilidade dos cidadãos no cargo de Vereador, nestes anos de liberalismo, não existiu da forma como poderíamos supor, dada a nova ideologia dominante, visto os eleitos ocuparem o cargo por várias vezes, tal como acontecia durante o Antigo Regime e se há alguma rotatividade em relação aos novos elementos que entram, há uma espécie de permanência naqueles que já vêm de trás o que dá uma ideia da necessidade de continuidade e de ordem.

Quanto aos laços familiares, tão criticados nas elites dominantes até 1834 e que dava origem às tão poderosas oligarquias, em Lamego e com o Liberalismo não desapareceram existindo, ainda que menos visíveis, quer entre os nobres, quer entre os novos agentes políticos saídos da burguesia tendo, alguns destes, ligações familiares a Procuradores e Tesoureiros do regime extinto o que reforça, uma vez mais, a ideia de uma continuidade e familiaridade do poder na Câmara de Lamego.

Também os membros eleitos para Procuradores à Junta Geral de Distrito e Conselho Municipal são, quase sempre, os mesmos repetindo-se, sistematicamente nos lugares sem grande abertura a novos elementos

provenientes do círculo externo do restrito poder já estabelecido e, quando algum entrava, os "veteranos" do poder permanecem como guardiães da velha ordem política e social.

O que mudou, então, na Câmara de Lamego nesta primeira fase do Liberalismo pós guerra? Uma maior abertura no acesso ao cargo de Vereador duma burguesia enriquecida e que em muitos casos já tinha ligações ao poder local, a repartição do poder entre duas classes poderosas da altura, uma pela riqueza e prestígio social, outra pela riqueza recente e dentro do mesmo cargo, uma coabitação igualitária entre os dois grupos sociais e a existência, não de uma mas de duas elites no municipalismo lamecense.

Sobre o que terá acontecido na Câmara de Lamego e às elites emergentes do Liberalismo, desde a Regeneração até ao fim da Monarquia, é um tema que fica em aberto para um eventual desenvolvimento futuro.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes Manuscritas

Arquivo Nacional Torre do Tombo

Desembargo do Paço – Beira

DES PAÇO BEIRA mç 1053, S/N

DES PAÇO BEIRA mç 1055, S/N

DES PAÇO BEIRA mç 1057, S/N

DES PAÇO BEIRA mç 1057, S/N

DES PAÇO BEIRA mç 1062, S/N

DES PAÇO BEIRA mç 1062, S/N

DES PAÇO BEIRA mç 1067, S/N

DES PAÇO BEIRA mç 1071, S/N, Cx. 1168

DES PAÇO BEIRA mç 1073, S/N, Cx. 1170

DES PAÇO BEIRA mç 1077, S/N, Cx. 1174

DES PAÇO BEIRA mç 1077, S/N, Cx. 1174

MEMÓRIAS PAROQUIAIS DE 1758 IN DICIONÁRIO GEOGRÁFICO DE PORTUGAL

AROUCA, VOL. V, Nº 4

BRITIANDE, VOL. VII, Nº 75

PARADA DO BISPO, VOL. XXVII, Nº 53

ARNEIRÓS, VOL. IV, Nº 86

LALIM, VOL. XIX, Nº 26

MAGUEIJA, VOL. XXII, Nº 32

ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL DE LAMEGO

Lv. VEREAÇÕES 1799
Lv. VEREAÇÕES 1800
Lv. VEREAÇÕES 1801
Lv. VEREAÇÕES 1802
Lv. VEREAÇÕES 1803
Lv. VEREAÇÕES 1804
Lv. VEREAÇÕES 1805
Lv. VEREAÇÕES 1806
Lv. VEREAÇÕES 1807
Lv. VEREAÇÕES 1808
Lv. VEREAÇÕES 1809
Lv. VEREAÇÕES 1810
Lv. VEREAÇÕES 1811
Lv. VEREAÇÕES 1812
Lv. VEREAÇÕES 1813
Lv. VEREAÇÕES 1814
Lv. VEREAÇÕES 1823
Lv. VEREAÇÕES 1824
Lv. VEREAÇÕES 1825
Lv. VEREAÇÕES 1826
Lv. VEREAÇÕES 1828
Lv. VEREAÇÕES 1830
Lv. VEREAÇÕES 1831
Lv. VEREAÇÕES 1834
Lv. VEREAÇÕES 1835
Lv. VEREAÇÕES 1841
Lv. VEREAÇÕES 1842
Lv. VEREAÇÕES 1843
Lv. VEREAÇÕES 1844
Lv. VEREAÇÕES 1845
Lv. VEREAÇÕES 1846
Lv. VEREAÇÕES 1847
Lv. VEREAÇÕES 1849
Lv. VEREAÇÕES 1850
Lv. VEREAÇÕES 1851
Lv. VEREAÇÃO 1853

CÂMARA DE SANDE – 1826/1833, *REGISTO DE OFÍCIOS, RESPOSTAS E REPRESENTAÇÕES*, LIVRO I, 1790/1824

ARQUIVO DISTRITAL DE VISEU

PARÓQUIA DE LALIM, 1752/1898
PARÓQUIA DE SANDE, 1755/1890
PARÓQUIA DE LAZARIM, 1775/1894
PARÓQUIA DE VALDIGEM, 1802/1896
PARÓQUIA DE FERREIRIM, 1812/1888
PARÓQUIA DE CEPÕES, 1815/1822 – 1860/1894
PARÓQUIA DE PRETAROUCA, 1816/1897
PARÓQUIA DE QUEIMADELA, 1845/1880

PARÓQUIA DE MELCÕES, 1860/1891
MEMÓRIAS PAROQUIAIS, CEPÕES, VOL. X, Nº 265
MEMÓRIAS PAROQUIAIS, FERREIROS, VOL. XV, Nº 57
MEMÓRIAS PAROQUIAIS, FIGUEIRA, VOL. XV, Nº 67
MEMÓRIAS PAROQUIAIS, PENAJÓIA, VOL. XXVIII, Nº 125
MEMÓRIAS PAROQUIAIS, PENUDE, VOL. XXVIII, Nº 135
MEMÓRIAS PAROQUIAIS, PRETAROUCA, VOL. XXIX, Nº 224
MEMÓRIAS PAROQUIAIS, SANDE, VOL. XXXIII, Nº 51

Lv. BAPTISMOS DE BARRÔ, 1786/1796, Cx. 2, Nº 1
Lv. BAPTISMOS DE VÁRZEA DE ABRUNHAIS, 1793/1858, Cx. 23, Nº 4
Lv. BAPTISMOS DA SÉ, 1794/1818, Cx. 11/A/, Nº 4
Lv. BAPTISMOS DA SÉ, 1781/1794, Cx. 11

Lv. CASAMENTOS DE VÁRZEA DE ABRUNHAIS, 1734/1856, Cx. 23, Nº 2
Lv. CASAMENTOS DA SÉ, 1773/1827, Cx. 11, Nº 1
Lv. CASAMENTOS DA SÉ, 1773/1817, Cx. 11, Nº 1
Lv. CASAMENTOS DE MANGUALDE, 1798/1813, Cx. 10/E/, Nº 18
Lv. CASAMENTO DA SÉ, 1827/1872, Cx. 11/ E/, Nº 19
Lv. CASAMENTO DE MANGUALDE, 1834/1859, Cx.10/E/, Nº 20
Lv. CASAMENTO DE ALMACAVE, 1850/1877, Cx. 10/B/ Nº 8
Lv. ÓBITOS DA SÉ, 1781/1832, Cx.11/B/, Nº 8
Lv. ÓBITOS DE ALMACAVE, 1837/1852, Cx. 10, Nº 1
Lv. DE ÓBITOS DE ALMACAVE, 1850, Cx. 10
Lv. ÓBITOS DE CAMBRES, 1860/1870, Cx. 4/A/ Nº 6
Lv. ÓBITOS DA SÉ, 1881/1889, Cx. 11/H/, Nº 27
Lv. ÓBITOS DE ALMACAVE, 1884/1894, Cx. 10, Nº 1
Lv. ÓBITOS DE ALMACAVE, 1884/1894, Cx. 10/D/Nº 18

Lv. ÓBITOS DE CAMBRES, 1884/1895, Cx.4/C/11

Lv. ÓBITOS DE ALMACAVE, Cx. 10, Nº 1

ARQUIVO DISTRITAL DE VILA REAL

Lv. CASAMENTO DE CANELAS, 1745/1787
Lv. BAPTISMOS DE POIARES, 1792/1798
Lv. CASAMENTO DE POIARES, 1817/1827
Lv. ÓBITOS DE S. NICOLAU, MESÃO FRIO, 1860/1880

ARQUIVO DIOCESANO DE ALMACAVE

Lv. BAPTISMOS DE ALMACAVE, 1721/1727 – 1727/1742, Cx. Nº 7
Lv. BAPTISMOS DE ALMACAVE, 1766/1806 – 1770/1774, Cx. 9
Lv. BAPTISMOS DE ALMACAVE, 1774/1779, Cx. 10
Lv. BAPTISMOS DE ALMACAVE, 1803/1807, Cx. 10
Lv. BAPTISMOS DE ALMACAVE, 1807/1824, Cx. 11
Lv. BAPTISMOS DE ALMACAVE, 1824/1830- 1833/1841, Cx. 12
Lv. CASAMENTO DE ALMACAVE, 1565/1584 – 1732/1793, Cx. Nº 22
Lv. CASAMENTO DE ALMACAVE, 1791/1798, Cx. 23
Lv. CASAMENTO DE ALMACAVE, 1791/1832 – 1860/1868, Cx. 23
Lv. CASAMENTO DE ALMACAVE, 1822/1858, Cx. 1
Lv. CASAMENTOS DE ALMACAVE, 1832/1850, Cx. 2
Lv. ÓBITOS DE ALMACAVE, 1803/1807, Cx. 29
Lv. ÓBITOS DE ALMACAVE, 1807/1837 e 1860, Cx. Nº 30
Lv. ÓBITOS DE CAMBRES, 1812/1834, Cx. 10
Lv. ÓBITOS DE ALMACAVE, 1861/1874, Cx. 31
Lv. ÓBITOS DE ALMACAVE, 1875/1885, Cx. 32
Lv. ÓBITOS DE ALMACAVE, 1886/1893, Cx. 33

Lv. ÓBITOS DE BRITIANDE, 1860/1877, Cx. 5

Lv. BAPTISMOS DE CAMBRES, 1759/1765, Cx. 3
Lv. CASAMENTO DE CAMBRES, 1822/1858, Cx. 1

Lv. BAPTISMOS DE FREIXO DE NUMÃO, 1776/1816, Cx. 5

Lv. BAPTISMOS DA PENAJÓIA, 1770/1805, Cx. 4

Lv. BAPTISMOS DA SÉ, 1719/1748 – 1719/1730, Cx. 3
Lv. BAPTISMOS DA SÉ, 1737/1738, Cx. 3
Lv. DE BAPTISMOS DA SÉ, 1751/1754, Cx. 4
Lv. BAPTISMOS DA SÉ, 1759/1764, Cx. Nº 5
Lv. BAPTISMOS DA SÉ, 1772/1778, Cx. 6
Lv. ÓBITOS DA SÉ, 1885
Lv. ÓBITOS DA SÉ, 1887

Lv. BAPTISMOS DE VÁRZEA DE ABRUNHAIS, 1734/1793 – 1860/1881/1887 – 1889/1890, Cx. 2

ARQUIVO PAROQUIAL DA SÉ

Lv. BAPTISMOS DA SÉ, 1772/1778, Cx. 6
Lv. BAPTISMOS DA SÉ, 1861

Lv. BAPTISMOS DA SÉ, 1866

Lv. CASAMENTO DA SÉ, 1775
Lv. CASAMENTO DA SÉ, 1860
Lv. CASAMENTO DA SÉ, 1871
Lv. CASAMENTO DA SÉ, 1874
Lv. CASAMENTO DA SÉ, 1885

Lv. ÓBITOS DA SÉ, 1866
Lv. ÓBITOS DA SÉ, 1875
Lv. ÓBITOS DA SÉ, 1884
Lv. ÓBITOS DA SÉ, 1890

FONTES IMPRESSAS

LIVRO DAS MERCÊS DO REGISTO GERAL DE MERCÊS DE D. MARIA I.

RGM/E/118002**,** Livro 1, fl. 243 v.

RGM/E/118002, Livro 1, fl. 310

RGM/E/127580, Livro 6, fl. 298

RGM/E/127582, Livro 6, fl. 298

RGM/E/133689, Livro 6 (2), fl. 292

RGM/E/133690, Livro 6 (2), fl. 292

RGM/E/98453, Livro 6, fl. 298

RGM/E/98454, Livro 6, fl. 298

RGM/E/120982, Livro 7, fl. 311

RGM/E/137016, Livro 7 (2), fl. 306

RGM/E/135292, Livro 10 (2), fl. 22 v.

RGM/E/110747, Livro 12, fl. 102

RGM/E/131245, Livro 16, fl. 136

RGM/E/1102378, Livro 16, fl. 274 v.

RGM/E/81053, Livro 16, fl. 274 v.

RGM/E/106960, Livro 17, fl. 235

RGM/E/102298, Livro 18, fl. 50

RGM/E/109021, Livro 19, fl. 21 v.

RGM/E/105636, Livro 21, fl. 150

RGM/E/78837, Livro 26, fl. 21

RGM/E/106770, Livro 26, fl. 193 v.

RGM/E/106961, Livro 28, fl. 177 v.

RGM/E/105642, Livro 28, fl. 367

LIVRO DAS MERCÊS DO REGISTO GERAL DE MERCÊS DO PRÍNCIPE REGENTE D. JOÃO

RGM/F/161394, Livro 17, fl. 195

R.G.M., Lv. 44, fl. 67

BIBLIOTECA NACIONAL PORTUGUESA – COLECÇÃO DE LEGISLAÇÃO PORTUGUESA:

CARTA DE LEI DE 29 DE JULHO DE 1822

DECRETO Nº 23 DE 16 DE MAIO DE 1832

DECRETO Nº 65 DE 28 DE JUNHO DE 1833

DECRETO DE 9 DE JANEIRO DE 1834

DECRETO DE 17 DE ABRIL DE 1834

DECRETO DE 18 DE JULHO DE 1835

DECRETO DE 18 DE MARÇO DE 1842

ORD. FILIPINAS: edição feita por Cândido Mendes de Almeida, Rio de Janeiro, 1870. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1985, 5 vol.

BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Correia (19?), *O Douro Maravilhoso,* (s.l.), (s.n.).

CANEDO, Fernando de Castro da Silva; SANTOS, Fernando; CASTRO, Rodrigo Faria de – *A Descendência Portuguesa de El-Rei D. João II*. 2ª ed. Braga, 1993. Vol. II.

CAPELA, José Viriato – *Vila Nova de Cerveira: Elites e Poder Municipal (1753-1834):* José Viriato Capela – Coord. Projecto de Investigação Praxis XXI. Braga, 2000.

CORRÊA, Manuel de Mello – *Sangue Velho Sangue Novo* – 1ª ed. Lisboa, Instituto Português de Heráldica, 1988. Arv. 86.

DIAS, Augusto – *Lamego do século XVIII.* Edições Beira-Douro, 1950.

Dicionário Chorográphico de Portugal Continental e Insular, COSTA, Américo, 1940. Vol. VII

FERNANDES, A. de Almeida – *Censual da Sé de Lamego (Século XVI*). Arouca, 1999.

FERNANDES, Paulo Jorge da Silva – *Elites Locais e Poder Municipal. Do Antigo Regime ao Liberalismo* in Análise Social. Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. 178, 2006. Vol. XII

FERNANDES, Rui – *Descripção do Terreno em Roda da Cidade de Lamego, Duas Léguas, 1531-1532*. Collecão de Inéditos de História Portugueza. Lisboa: Imprensa Nacional, 1926. Tomo V.

FERNANDES, Rui – Descripção *do Terreno em Roda da Cidade de Lamego, Duas Léguas, 1531-1532.* Edição Crítica de Amândio Morais Barros. Beira Douro (Associação de Desenvolvimento do Vale do Douro).

FONSECA, Álvaro Moreira da Fonseca – *As Demarcações Pombalinas no Douro Vinhateiro*. Instituto do Vinho do Porto, 1949. Vol. I e II.

FONSECA, Teresa – *Absolutismo e Municipalismo: Évora. 1750-1820*. Lisboa: Edições Colibri, 2002.

GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*. 2ª ed. Braga: Carvalhos de Basto, 1989. Vols. I, III, XI.

GAYO, Felgueiras – *Nobiliário das Famílias de Portugal*. 3ª ed. Braga: Carvalhos de Basto, 1992. Vols. XXII a XXIV.

HESPANHA, António Manuel – *Vísperas del Leviatán. Instituciones y Poder Político (Portugal, siglo XVII)*. Version castellana de Fernando Jesús Bouza Alvarez. Madrid: Altea, Taurus Humanidades, 1989.

LEAL, Pinho – *Portugal Antigo e Moderno*. Lisboa: Livraria Editora de Mattos Moreira & Companhia.

MARQUES, A. H. Oliveira – *Organização Administrativa e Política.* Dir. Joel Serrão e A. H. Oliveira Marques in Nova História de Portugal. Lisboa: Editorial Presença, 2002.Vol. IX.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *Os Concelhos e as Comunidades*. In Mattoso, dir. – História de Portugal. Círculo de Leitores, 1993. Vol. IV

MONTEIRO, Nuno Gonçalo - *A Sociedade Local e os seus Protagonistas. As Câmaras e as Juradorias*, in César de Oliveira, dir. – História dos Municípios e do Poder Local. Dos Finais da Idade Média à União Europeia. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

NUNES, Ana Sílvia Albuquerque Oliveira – *História Social da Administração do Porto: 1700-1750.* Mestrado em História Moderna, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto: Universidade Portucalense, 1999.

NUNES, Ana Sílvia Albuquerque – *Municipalismo e Sociedade do Porto: de Pombal às Invasões Francesas*. 2ª ed. Porto: Co-edição GEHVID (Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto) e IGH (Instituto de Genealogia e Heráldica – Universidade Lusófona do Porto), 2010.

PEREIRA, Lucília dos Santos Nunes - *Turismo no Espaço Rural. O contributo histórico-geográfico do Concelho de Lamego no desenvolvimento da Região Demarcada do Douro*. Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Ciências Sociais – Território, Identidades e Património. Lisboa: 2002

PINTO, Albano da Silveira, SANTOS, Fernando; CASTRO, Rodrigo Faria de – *Resenha das Famílias Titulares e Grandes de Portugal*, 2ª ed. Braga, 1991. Tomo I e II.

REIS, Maria de Fátima – *Santarém no tempo de D. João V: Administração, Sociedade e Cultura*. Lisboa: Editor Fernando Mão de Ferro, 2005.

SILVEIRA, Luís Nuno Espinha da (*et all*) – *Poder Central. Poder Regional. Poder Local uma perspectiva histórica.* Coord. e Prefácio de Luís Nuno Espinha da Silveira. Lisboa: Edições Cosmos, 1997.

TORRES, João Carlos Fêo Cardoso Castelo Branco (*et all*) – *Livro de Oiro da Nobreza*: *Apostilas à Resenha das Famílias Titulares do Reino de Portugal*. Lisboa: J. A. Telles da Silva, 1988.

ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins - *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Editorial Enciclopédia, 1989. Vol. II.

ÍNDICE

Introdução 14
Capítulo 1 – O território 18
1. A Cidade de Lamego e o seu Termo 18
2. Freguesias Rurais: 21
2.1 Avões 21
2.2 Bairral 21
2.3 Bigorne 21
2.4 Cambres 22
2.5 Cepões 22
2.6 Ferreiros d'Avões 22
2.7 Figueira 22
2.8 Melcões 22
2.9 Penajóia 22
2.10 Penude 23
2.11 Pretarouca 23
2.12 Queimadela 23
2.13 Recião 23
2.14 Samodães 24
2.15 Várzea de Abrunhais 24
2.16 Britiande 24
2.17 Parada do Bispo 24
2.18 Sande 25
2.19 Valdigem 25
2.20 Vila Nova de Souto d'El Rei ou Arneirós 25
2.21 Lalim 26
2.22 Lazarim 26
2.23 Ferreirim ou Santa Maria de Mós 26
2.24 Magueija 26
3. Freguesias urbanas 27
3.1 Sé 27
3.2 Almacave 27

4. O espaço urbano e rural 27
Casa do Poço 28
Casa do Espírito Santo 29
Casa dos Loureiros 29
Casa dos Viscondes de Arneirós ou *Casa da Pereira* 30
Casa dos Serpas 31
Casa dos Mores 32
Casa das Brolhas 33
Casa dos Vilhenas 33
Casa dos Albergarias 34
Casa dos Viscondes de Guiães 35
Quinta do Prado ou Quinta da Várzea 35
Casa Pinheiro Aragão 36
Casa e Quinta da Corredoura 38
Quinta de Monsul (Muçulo) 39
Capítulo 2 – O Poder Municipal: Organização Administrativa do Reino (1799-1834). O funcionalismo régio 41
2.1 Comarcas e Corregedores 42
2.2 Provedorias e Provedores 45
2.3 Os Concelhos 48
2.3.1 A Câmara 48
2.4 O Senado da Câmara 48
2.4.1 O Juiz de Fora 48
2.4.2 Os Vereadores 52
2.4.3 Os Procuradores da Cidade 53
2.4.4 O Tesoureiro Municipal 54
2.4.5 Os Almotacés 54
Capítulo 3 – A Câmara e o governo no Concelho de Lamego (1799-1834) 56
3.1 Os Informadores 57
3.2 Os Eleitores 59
3.3 Os Vereadores 60
3.4 Os Procuradores 62

3.5 Os Tesoureiros 64
3.6 Os Almotacés 65
Conclusão 70
Capítulo 4 – Caracterização social das elites lamecenses do período 1799-1834 72
4. Famílias Fidalgas que ocuparam os cargos de Vereador e Almotacé em Lamego no período 1799-1834 73
4.1 Monteiro 73
4.2 Pereira Coutinho 75
4.3 Castro da Fonseca 76
4.4 Pinheiro Aragão 78
4.5 Perfeito Pereira Pinto 80
4.6 Silveira Pinto da Fonseca 83
4.7 Silveira Pinto da Fonseca 85
4.8 Carvalho 86
4.9 Araújo Freire 88
4.10 Carvalho 89
4.11 Guedes 91
4.12 Lemos Melo 92
4.13 Leitão de Carvalho 93
4.14 Meneses Montenegro 95
4.15 Botelho Machuca 96
4.16 Pinheiro da Fonseca 97
4.17 Guedes de Carvalho 98
4.18 Azevedo 99
4.19 Leite de Azevedo 100
4.20 Melo Freire 101
Conclusão 102
Capítulo 5 – O Poder Municipal (1834-1851) 107
5. Organização administrativa e política do território português 107
5.1 As Câmaras Municipais 109
5.2 A Junta Geral de Distrito 111

5.3 O Conselho Municipal 112
5.4 O processo eleitoral dos oficiais do poder local 113
Capítulo 6 – O processo eleitoral em Lamego (1834-1851) 127
6.1 Os Vereadores da Comissão Municipal de 1834-1835 127
6.2 Os Vereadores Municipais para o período de 1842-1851 130
6.2.1 Os Presidentes da Câmara Municipal de Lamego 133
6.2.2 O Procurador Fiscal da Câmara 134
6.2.3 O Tesoureiro da Câmara 135
6.3 A Junta Geral de Distrito 135
6.3.1 Processo eleitoral dos Procuradores à Junta Geral de Distrito 135
6.3.2 As Assembleias Eleitorais 137
6.4 O Conselho Municipal 139
6.4.1 Membros do Conselho Municipal (1843-1851) 140
Conclusão 143
6.5 Caracterização sócio – institucional das novas elites lamecenses (1834-1851) 145
6.5.1 Pinheiro da Fonseca 145
6.5.2 Botelho Machuca 146
6.5.3 Teixeira de Sousa 147
6.5.4 Duarte da Fonseca 148
6.5.5 Pinheiro Aragão 148
6.5.6 Pereira da Rocha 149
6.5.7 Câmara Leme 150
6.5.8 Guedes de Carvalho 151
6.5.9 Perfeito Pereira Pinto 151
6.5.10 Sá Pereira 152
6.5.11 Carvalho 153
6.5.12 Guedes de Carvalho 154
6.5.13 Pinto Sousa Coutinho 155
6.5.14 Castro da Fonseca 156
6.5.15 Pereira Coutinho 157

6.5.16 António Alexandre Marques 157
6.5.17 António Joaquim Pereira 158
6.5.18 António José da Costa 159
6.5.19 Bento José da Costa 159
6.5.20 Custódio Correia da Rocha 160
6.5.21 Francisco Bernardino Pereira Guimarães 161
6.5.22 Francisco José Abreu 161
6.5.23 Francisco Pedro da Veiga 162
6.5.24 Inácio Pereira Ramalho 162
6.5.25 João Teixeira Pinto Barbosa 163
6.5.26 Joaquim de Oliveira Chaves 163
6.5.27 Joaquim Peito de Carvalho 164
6.5.28 José António Araújo 164
6.5.29 Lourenço de Oliveira Chaves 165
6.5.30 Manuel Correia Cardoso de Meneses 165
6.5.31 Miguel de Sobral Fiel 166
6.5.32 Simão José Pereira 167
6.5.33 Sebastião Maria de Lemos 167
Conclusão 168
Conclusões 169
Bibliografia 177
Índice 186
Anexo A 191
Anexo B 193
Anexo C 245

ANEXO A

Quadro A.1 Juízes por Ordenação no Senado de Lamego para 1799-1834.

Ano	Nomes	Fonte
1800	António Albergaria Monteiro Vasconcelos	A.H.M.L., *Lv. Vereação*, Acta de 8 Abril de 1800, fls. 120 v. e 121
1800	José Taveira Pimentel de Carvalho	A.H.M.L., *Lv. Vereação*, Acta 3 de Dezembro de 1800, fl. 145
1801	José Taveira Pimentel de Carvalho	A.H.M.L., *Lv. Vereação*, Acta de 7 de Fevereiro de 1801, fls. 169 v. e 170
1801	António Albergaria Monteiro Vasconcelos	A.H.M.L., *Lv. Vereação*, Acta de 18 de Abril de 1801, fls. 170 v. e 171
1801	Bernardo Pinheiro Aragão Sauzedo	A.H.M.L., *Lv. Vereação*, Acta de 15 de Junho 1801, fl. 181
1801	Jerónimo de Carvalho Rebelo	A.H.M.L., *Lv. Vereação*, Acta de 4 de Dezembro 1801, fls. 195 v. e 196
1802	Bernardo Pinheiro Aragão Sauzedo	A.H.M.L., *Lv. Vereação*, Acta de 2 de Julho de 1802, fl. 30 v. e 31
1802	Jerónimo de Carvalho Rebelo	A.H.M.L., *Lv. Vereação*, Acta de 16 de Outubro de 1802, fl. 40
1804	Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos	A.H.M.L., *Lv. Vereação*, Acta de 28 de Abril de 1804, fl. 118 v.
1805	José Leitão Pereira Rebelo Soares de Carvalho	A.H.M.L., *Lv. Vereação*, Acta de 8 de Junho 1805, fl. 10 e 10 v.
1807	Jerónimo de Carvalho Rebelo	A.H.M.L., *Lv. Vereação*, Acta de 23 de Março de 1807, fl. 69 v.
1808	Joaquim de Albergaria Monteiro Vasconcelos	A.H.M.L., *Lv. Vereação*, Acta de 11 de Janeiro de 1808, fl. 103 v.
1808	José Leitão Pereira Rebelo Soares de Carvalho	A. H. M. L., *Lv. Vereação*, Acta 20 de Julho de 1808, fl. 131
1808	Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos	A.H.M.L., *Lv. Vereação*, Acta 28 de Setembro de 1808, fls. 134 v. e 135
1809	Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões	A.H.M.L., *Lv. Vereação*, Acta 19 de Fevereiro de 1809, fl. 12 v. e 13
1809	Luís Guedes de Carvalho Sousa e Vasconcelos	A.H.M.L., *Lv. Vereação*, Acta de 30 de Junho de 1809, fl. 23 v.
1810	Jerónimo de Carvalho Rebelo	A.H.M.L., *Lv. Vereação*, Acta de 16 de Julho de 1810, fl. 95 e 95 v.
1812	Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho	A.H.M.L., *Lv. Vereação*, Acta de 14 de Março de 1812, fl. 6
1812	Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos	A.H.M.L., *Lv. Vereação*, Acta de 6 de Junho de 1812, fl. 20 v.
1813	João Pinheiro Aragão Sauzedo	A.H. M. L., *Lv. Vereação*, Acta de 27 de Agosto de1813, fl.88
1814	Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho	A.H.M.L., *Lv. Vereação*, Acta de 27 de Agosto de 1814, fl. 134 v. e 135
1821	António Cardoso de Meneses Montenegro	A. H. M. L. – *Registo de Ofícios, Respostas e Representações*. Livro I, 1790/1824, fl. 64 v. e 65
1821	Manuel Pereira Coutinho de Vilhena	A. H. M. L. – *Registo de Ofícios, Respostas e Representações*. Livro I, 1790/1824, fl. 92
1823	António Ferreira da Mota	A. H. L. *Lv. Vereação*, Acta 7 de Abril de 1823, fls. 16/17
1823	Francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca	A.H.M.L., *Lv. Vereação*, Acta de 30 de Julho de 1823, fl. 46 v.
1823	Francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca	A. H. M. L. – *Registo de Ofícios, Respostas e Representações*. Livro I, 1790/1824, fl. 177
1824	João Pinheiro Aragão Sauzedo	A.H.M.L., *Lv. Vereação*, Acta de 9 de Março de 1824, fl. 71
1825	João Pinheiro Aragão Sauzedo	A.H.M.L., *Lv. Vereação*, Acta de 8 de Janeiro de 1825, fl. 94

Quadro A.1 Juízes por Ordenação no Senado de Lamego para 1799-1834 (continuação).

Ano	Nomes	Fonte
1825	Manuel Pereira Coutinho de Vilhena	A.H.M.L., *Lv. Vereação,* Acta de 14 de Abril de 1825, fl. 99
1825	Francisco Osório de Magalhães Botelho Soares Machuca	A.H.M.L. – *Lv. Vereação,* Acta de 18 de Maio de 1825, fl. 100 v.
1826	José de Melo Freire Pita Osório	A.H.M.L., *Lv. Vereação,* Acta de 20 de Novembro de 1826, fl. 153
1828	António José da Costa	A.H.M.L., *Lv. Vereação,* Acta de 1 de Março de 1828, fl. 11 v.
1828	José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira	A.H.M.L., *Lv. Vereação,* Acta de 19 de Abril de 1828, fl. 18 e 18 v.
1828	Bernardo Pereira Leitão	A.H.M.L., *Lv. Vereação,* Acta de 19 de Maio de 1828, fl. 22 v.
1828	Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos	A.H.M.L., *Lv. Vereação,* Acta de 11 de Junho de 1828, fl. 31

ANEXO B

Quadro B.1 Os Informadores de Lamego para o período de 1799-1834.

Ano	Nome	Família	Fonte
1799-1801	António Perfeito Pereira Rebelo Pinto (avô)	Perfeito Pereira Pinto	I.A.N./T.T – Des. do Paço,, Beira, Mç. 1053, S/N
	Jerónimo de Carvalho Rebelo	Carvalho	I.A.N./T.T – Des. do Paço,, Beira, Mç. 1053, S/N
	Joaquim de Albergaria Monteiro Vasconcelos	Monteiro	I.A.N./T.T – Des. do Paço,, Beira, Mç. 1053, S/N
1802-1804	Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos	Monteiro	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1055, S/N
	Joaquim de Castro da Fonseca Osório Seabra	Castro da Fonseca	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1055, S/N
	José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira	Guedes	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1055, S/N
1805-1807	António Albergaria Monteiro Vasconcelos	Monteiro	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	Jerónimo de Carvalho Rebelo	Carvalho	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões	Silveira Pinto da Fonseca	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
1808-1810	José Leitão Pereira Rebelo Soares de Carvalho	Leitão Pereira Rebelo	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	José Guedes de Magalhães Osório Coelho Pereira	Guedes	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	João Pinheiro de Aragão Sauzedo	Pinheiro Aragão	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
1815-1817	Jerónimo de Carvalho Rebelo	Carvalho	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira	Guedes	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	João Pinheiro Aragão Sauzedo	Pinheiro Aragão	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
1818-1820	Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos	Monteiro	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra	Castro da Fonseca	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	José Guedes de Magalhães Osório Coelho Pereira	Guedes	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
1821-1823	José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira	Guedes	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1067, S/N
	João Pinheiro Aragão Sauzedo	Pinheiro Aragão	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1067, S/N
1824-1826	Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões	Silveira Pinto da Fonseca	I.A.N./T.T. - Des do Paço, Beira, Mç. 1071, S/N
	Francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca	Botelho Machuca	I.A.N./T.T. - Des do Paço, Beira, Mç. 1071, S/N
	Manuel Pereira Coutinho de Vilhena	Pereira Coutinho	I.A.N./T.T. - Des do Paço, Beira, Mç. 1071, S/N

Quadro B.1 Os Informadores de Lamego para o período de 1799-1834 (continuação).

Ano	Nome	Família	Fonte
1827-1829	António Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho (neto)	Perfeito Pereira Pinto	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N
	Luís Gomes de Sousa Teles		I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N
	Joaquim de Lemos		I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N
1829-1831	João Pinheiro Aragão Sauzedo	Pinheiro Aragão	I.A.N.T.T – Des. do Paço,Beira, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N
	Francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca	Botelho Machuca	I.A.N.T.T – Des. do Paço,Beira, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N
1832-1834	Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões	Silveira Pinto da Fonseca	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N
	João Correia de Lacerda		I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N

Quadro B.2 Os Eleitores de Lamego para o período de 1799-1834.

Ano	Nome	Família	Fonte
1799-1801	António Perfeito Pereira Rebelo Pinto (avô)	Perfeito Pereira Pinto	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1053, S/N
	António Osório Magalhães Botelho Soares Machuca	Botelho Machuca	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1053, S/N
	Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra	Castro da Fonseca	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1053, S/N
	Joaquim de Albergaria Monteiro Vasconcelos	Monteiro	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1053, S/N
	Jerónimo de Carvalho Rebelo	Carvalho	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1053, S/N
	José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira	Guedes	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1053, S/N
1802-1804	António Albergaria Monteiro Vasconcelos	Monteiro	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1055, S/N
	Jerónimo de Carvalho Rebelo	Carvalho	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1055, S/N
	José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira	Guedes	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1055, S/N
	Joaquim de Albergaria Monteiro Vasconcelos	Monteiro	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1055, S/N
	José Taveira Pimentel de Carvalho e Meneses	Carvalho	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1055, S/N
	Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões	Silveira Pinto da Fonseca	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1055, S/N
1805-1807	António Albergaria Monteiro Vasconcelos	Monteiro	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	Jerónimo de Carvalho Rebelo	Carvalho	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho	Perfeito Pereira Pinto	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões	Silveira Pinto da Fonseca	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	Joaquim de Albergaria Monteiro Vasconcelos	Monteiro	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira	Guedes	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
1808-1810	José Leitão Pereira Rebelo Soares de Carvalho	Leitão Pereira Rebelo	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	Jerónimo de Carvalho Rebelo	Carvalho	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	Joaquim de Albergaria Monteiro Vasconcelos	Monteiro	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	Joaquim de Castro da Fonseca Osório Seabra	Castro da Fonseca	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N

Quadro B.2 Os Eleitores de Lamego para o período de 1799-1834 (continuação).

Ano	Nome	Família	Fonte
	João Pinheiro Aragão Sauzedo	Pinheiro Aragão	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira	Guedes	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
1815-1817	Jerónimo de Carvalho Rebelo	Carvalho	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	João Pinheiro Aragão Sauzedo	Pinheiro Aragão	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira	Guedes	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	Manuel Pereira Coutinho de Vilhena	Pereira Coutinho	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	Francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca	Botelho Machuca	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho	Perfeito Pereira Pinto	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
1818-1820	Joaquim de Castro da Fonseca Osório Seabra	Castro da Fonseca	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	José Taveira Pimentel de Carvalho e Meneses	Carvalho	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	Francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca	Botelho Machuca	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões	Silveira Pinto da Fonseca	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos	Monteiro	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira	Guedes	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
1821-1823	Joaquim de Castro da Fonseca Osório Seabra	Castro da Fonseca	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1067, S/N
	José Taveira Pimentel de Carvalho e Meneses	Carvalhos	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1067, S/N
	José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira	Magalhães Osório	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1067, S/N
	João Pinheiro Aragão Sauzedo	Pinheiro Aragão	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1067, S/N
	Manuel Pereira Coutinho de Vilhena	Pereira Coutinho	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1067, S/N
	Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões	Silveira Pinto da Fonseca	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1067, S/N
1824-1826	Joaquim de Castro da Fonseca Osório Seabra	Castro da Fonseca	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1071, Cx. 1168, S/N

Quadro B.2 Os Eleitores de Lamego para o período de 1799-1834 (continuação).

Ano	Nome	Família	Fonte
	Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões	Silveira Pinto da Fonseca	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1071, Cx. 1168, S/N
	Manuel Pereira Coutinho de Vilhena	Pereira Coutinho	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1071, Cx. 1168, S/N
	João Pinheiro Aragão Sauzedo	Pinheiro Aragão	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1071, Cx. 1168, S/N
	José Taveira Pimentel de Carvalho e Meneses	Carvalho	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1071, Cx. 1168, S/N
	Francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca	Botelho Machuca	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1071, Cx. 1168, S/N
1827-1829	António de Azevedo Teixeira de Carvalho		I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx. 1170, S/N
	António José da Costa		I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx. 1170, S/N
	António Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho (neto)	Perfeito Pereira Pinto	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx. 1170, S/N
	António Teixeira da Mota		I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx. 1170, S/N
	José Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho	Perfeito Pereira Pinto	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx. 1170, S/N
	Joaquim de Lemos		I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx. 1170, S/N
1829-1831	Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos	Monteiro	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N
	José de Melo Freire Pita Osório	Melo Freire	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N
	João Pinheiro Aragão Sauzedo	Pinheiro Aragão	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N
	Francisco da Silveira Pinto da Fonseca	Silveira Pinto da Fonseca	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N

Quadro B.2 Os Eleitores de Lamego para o período de 1799-1834 (continuação).

Ano	Nome	Família	Fonte
	Francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca	Botelho Machuca	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N
	Joaquim Peito de Carvalho		I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N
1832-1834	João Pinheiro Aragão Sauzedo	Pinheiro Aragão	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N
	Joaquim António Pinheiro da Fonseca Vieira e Silva		I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N
	Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões	Silveira Pinto da Fonseca	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N
	António Teixeira de Sousa da Silva Alcoforado	Carvalho	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N
	João Correia de Lacerda		I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N
	Francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca	Botelho Machuca	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N

Quadro B.3 Vereadores eleitos para a Câmara Municipal de Lamego para 1799-1834.

Ano	Nome	Fonte
1799	António Albergaria Monteiro Vasconcelos	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1053, S/N. Pautas Eleitorais para 1799-1801
	Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1053, S/N. Pautas Eleitorais para 1799-1801
	José Leite Azevedo e Cunha	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1053, S/N. Pautas Eleitorais para 1799-1801
1800	Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1053, S/N. Pautas Eleitorais para 1799-1801
	Joaquim António Pinheiro da Fonseca Vieira e Silva	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1053, S/N. Pautas Eleitorais para 1799-1801
1801	Bernardo Pinheiro Aragão Sauzedo	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1053, S/N. Pautas Eleitorais para 1799-1801
	Manuel Teixeira Pimentel de Carvalho	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1053, S/N Pautas Eleitorais para 1799-1801
	Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1053, S/N. Pautas Eleitorais para 1799-1801
	António Osório Magalhães Botelho Soares Machuca	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1053, S/N. Pautas Eleitorais para 1799-1801
1802	Jerónimo de Carvalho Rebelo	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1055 S/N. Pautas Eleitorais para 1802-1804
	João Pinto Coelho Guedes de Macedo	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1055 S/N. Pautas Eleitorais para 1802-1804
	Luís Guedes de Carvalho Vasconcelos	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1055 S/N. Pautas Eleitorais para 1802-1804
1803	Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1055 S/N. Pautas Eleitorais para 1802-1804
	Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1055 S/N. Pautas Eleitorais para 1802-1804
	António Albergaria Monteiro Vasconcelos	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1055 S/N. Pautas Eleitorais para 1802-1804
1804	Bernardo Pinheiro Aragão Sauzedo	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1055 S/N. Pautas Eleitorais para 1802-1804 A.H.M.L.- *Lv. de Vereação*, Acta de 21/3/1804, fls. 112 v. e 113
	Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1055 S/N. Pautas Eleitorais para 1802-1804
	António Osório Magalhães Botelho Soares Machuca	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1055 S/N. Pautas Eleitorais para 1802-1804 A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta de 21/3/1804, fls. 112 v. e 113
	Jerónimo de Carvalho Rebelo	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1055 S/N. Pautas Eleitorais para 1802/1804 - *Lv. Vereação*, Acta de 28/4/1804, fl. 118
	João Pinto Coelho Guedes de Macedo	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1055 S/N. Pautas Eleitorais para 1802-1804 A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de 28/4/1804, fl. 118
1805	José Leitão Pereira Rebelo Soares de Carvalho	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1057. Pautas Eleitorais para 1805-1807
	Francisco Perfeito Pereira Rebelo Pinto de Moura Coutinho	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1057. Pautas Eleitorais para 1805-1807
	Luís Guedes de Carvalho e Vasconcelos	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1057. Pautas Eleitorais para 1805-1807
1806	António Albergaria Monteiro Vasconcelos	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1057. Pautas Eleitorais para 1805-1807
	João Pinto Coelho Guedes de Macedo	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1057. Pautas Eleitorais para 1805-1807
	Jerónimo de Carvalho Rebelo	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1057. Pautas Eleitorais para 1805-1807
1807	José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1057. Pautas Eleitorais para 1805-1807
	Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1057. Pautas Eleitorais para 1805-1807
	Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1057. Pautas Eleitorais para 1805-1807

Quadro B.3 Vereadores eleitos para a Câmara Municipal de Lamego para 1799-1834 (continuação).

Ano	Nome	Fonte
1808	José Leitão Pereira Rebelo Soares de Carvalho	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*. Pautas Eleitorais para 1808-1810
	Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*. Pautas Eleitorais para 1808-1810
	António Osório Magalhães Botelho Soares Machuca	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*. Pautas Eleitorais para 1808-1810
1809	Luís Guedes de Carvalho Vasconcelos	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*. Pautas Eleitorais para 1808-1810
	João Pinto Coelho Guedes de Macedo (em acta de 28/9/1809, fl. 52, este substitui o anterior)	- I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*. Pautas Eleitorais para 1808-1810 A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de 28/9/1809, fl. 52
	José Taveira Pimentel de Carvalho e Meneses	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*. Pautas Eleitorais para 1808-1810
	João Pinheiro Aragão Sauzedo	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira. Pautas Eleitorais para 1808-1810 A.H.M.L. - Lv. Vereação, Acta de 8/5/1809, fls. 21 v. e 22
	Jerónimo de Carvalho Rebelo	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira. Pautas Eleitorais para 1808-1810 A.H.M.L. – Lv. Vereação, Acta de 8/5/1809, fls. 21 v. e 22
1810	Jerónimo de Carvalho Rebelo	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira. Pautas Eleitorais para 1808-1810
	Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira. Pautas Eleitorais para 1808-1810
	João Pinto Coelho Guedes de Macedo	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira. Pautas Eleitorais para 1808-1810
1811	Jerónimo de Carvalho Rebelo	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira. Pautas Eleitorais para 1808-1810
	José Leitão Pereira Rebelo Soares de Carvalho	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira. Pautas Eleitorais para 1808-1810
	Joaquim de Albergaria Monteiro Vasconcelos	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira. Pautas Eleitorais para 1808-1810
	Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira. Pautas Eleitorais para 1808-1810
	Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira. Pautas Eleitorais para 1808-1810
	António Osório Magalhães Botelho Soares Machuca	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira. Pautas Eleitorais para 1808-1810
	Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira. Pautas Eleitorais para 1808-1810 A.H.M.L. – Lv. Vereação, Acta de 11/6/1811, fl. 124
1812	Francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca	A.H.M.L. – Lv. Vereação, Acta de 6/6/1812, fls. 20 v. e 21
	José de Sousa Araújo Freire Borges da Veiga	A.H.M.L. – Lv. Vereação, Acta de 6/6/1812, fls. 20 v. e 21
	Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões	A.H.M.L. – Lv. Vereação, Acta de 6/6/1812, fls. 20 v. e 21
1813	João Pinheiro Aragão Sauzedo	A.H.M.L. – Lv. Vereação, Acta 1/7/1813, fl. 83
	Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos	A.H.M.L. – Lv. Vereação, Acta de 17/9/1813, fl. 89 v.
1814	João Pinto Coelho Guedes de Macedo	A.H.M.L. – Lv. Vereação, Acta de 16/2/1814, fl. 117 v.
	Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos	A.H.M.L. – Lv. Vereação, Acta de 16/2/1814, fl. 117 v.
	Jerónimo de Carvalho Rebelo	A.H.M.L. Lv. Vereação, Acta de 16/2/1814, fl. 117 v.
	Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho	A.H.M.L. – Lv. Vereação, Acta de 28/4/1814, fl. 121
	Francisco Osório de Magalhães Botelho Soares Machuca	A.H.M.L. – Lv. Vereação, Acta de 28/4/1814, fl. 121

Quadro B.3 Vereadores eleitos para a Câmara Municipal de Lamego para 1799-1834 (continuação).

Ano	Nome	Fonte
1815	Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1815-1817
	José Taveira Pimentel de Carvalho e Meneses	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1815-1817
	Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1815-1817
1816	Manuel Pereira Coutinho de Vilhena	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1815-1817
	Francisco Osório de Magalhães Botelho Soares Machuca	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1815-1817
	José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1815-1817
	Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1815-1817
1817	Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1815-1817
	João Pinheiro Aragão Sauzedo	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1815-1817
	João Pinto Coelho Guedes de Macedo	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1815-1817
	Jerónimo de Carvalho Rebelo	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1815-1817
1818	José de Sousa Araújo Freire Borges da Veiga	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1818-1820
	António Correia Leitão da Fonseca	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1818-1820
	João Pinto Coelho Guedes de Macedo	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1818-1820
	João da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1818-1820
1819	Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1818-1820
	Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1818-1820
	João Pinheiro Aragão Sauzedo	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1818-1820
1820	Francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1818-1820
	Manuel Pereira Coutinho de Vilhena	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1818-1820
	Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1818-1820
	António Correia Leitão da Fonseca	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1818-1820
1821	Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1067, S/N. Pautas Eleitorais 1821-1823
	João Pinheiro Aragão Sauzedo	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1067, S/N. Pautas Eleitorais 1821-1823
	José de Lemos Melo e Vasconcelos	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1067, S/N. Pautas Eleitorais 1821-1823
	Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1067, S/N. Pautas Eleitorais 1821-1823 Bulhões
	António Cardoso de Meneses Montenegro	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1067, S/N. Pautas Eleitorais 1821-1823
1822	Não se conhecem os três vereadores eleitos	_____
1823	Bonifácio António de Moura Curto	A.H.M.L. - *Lv. Vereação*, Acta de 12/3/1823, fl. 9
	João Pinheiro Aragão Sauzedo	A.H.M.L. - *Lv. Vereação*, Acta de 12/3/1823, fl. 9
	Joaquim de Castro da Fonseca Sousa Osório Seabra	A.H.M.L. - *Lv. Vereação*, Acta de 14/3/1823, fl. 10 v.
	Joaquim de Lemos	A.H.M.L. - *Lv. Vereação*, Acta de 5/4/1823, fl. 15 v.

Quadro B.3 Vereadores eleitos para a Câmara Municipal de Lamego para 1799-1834 (continuação).

Ano	Nome	Fonte
	Machado	A.H.M.L - *Lv. Vereação*, Acta de 9/4/1823, fl. 17v.
	Luís Gomes de Sousa Teles	A.H.M.L - *Lv. Vereação*, Acta de 9/4/1823, fl. 17 v.
	Manuel António Cerdeira	A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de 13/4/1823, fl. 20
1823	Francisco Osório de Magalhães Botelho Soares Machuca	A.H.M.L. - *Lv. Vereação*, Acta de 5/6/1823, fl. 23 v., 24, 24 v., 25.
	Manuel Pereira Coutinho de Vilhena	A.H.M.L. - *Lv. Vereação*, Acta de 5/6/1823, fl. 23 v., 24, 24 v., 25.
	Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra	A.H.M.L. - *Lv. Vereação*, Acta de 5/6/1823, fl. 23 v., 24, 24 v., 25
	João Pinheiro Aragão Sauzedo	A.H.M.L. - *Lv. Vereação*, Acta de 9/7/1823, fl. 42 v.
1824	José Taveira Pimentel de Carvalho e Meneses	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç., 1071, S/N, Cx. 1168. Pautas Eleitorais 1824-1826
	José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1071, S/N, Cx. 1168. Pautas Eleitorais 1824-1826
	João Pinheiro Aragão Sauzedo	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1071, S/N, Cx. 1168. Pautas Eleitorais 1824-1826
1825	José de Lemos Melo e Vasconcelos	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1071, S/N, Cx. 1168. Pautas Eleitorais 1824-1826
	José de Sousa Araújo Freire Borges da Veiga	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1071, S/N, Cx. 1168. Pautas Eleitorais 1824-1826
	Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1071, S/N, Cx. 1168. Pautas Eleitorais 1824-1826
	Francisco Osório de Magalhães Botelho Soares Machuca	A.H.M.L. - *Lv. Vereação*, Acta de 13/4/1825, fl. 98 v.
	Manuel Pereira Coutinho de Vilhena	A.H.M.L. - *Lv. Vereação*, Acta de 13/4/1825, fl. 98 v.
	António Perfeito Pereira Pinto Moura Coutinho (neto)	A.H.M.L. - *Lv. Vereação*, Acta de 13/4/1825, fl. 98 v.
1826	Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1071, S/N, Cx. 1168. Pautas Eleitorais 1824-1826
	Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1071, S/N, Cx. 1168. Pautas Eleitorais 1824-1826
	José de Melo Freire Pita Osório	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1071, S/N, Cx. 1168. Pautas Eleitorais 1824-1826
1827	António José da Costa	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1073, S/N, Cx. 1170. Pautas Eleitorais 1827-1829
	Custódio Correia da Rocha	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1073, S/N, Cx. 1170. Pautas Eleitorais 1827-1829
	António Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho (neto)	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1073, S/N, Cx. 1170. Pautas Eleitorais 1827-1829
1828	José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1073, S/N, Cx. 1170. Pautas Eleitorais 1827-1829
	Bernardo Pereira Correia Leitão	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1073, S/N, Cx. 1170. Pautas Eleitorais 1827-1829
	José Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1073, S/N, Cx. 1170. Pautas Eleitorais 1827-1829
	Não chega ao fim o mandato	_____
1828	Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos	A.H.M.L. - *Lv. Vereação*, Acta 9/6/1828, fls. 29, 29 v., 30, 30 v.

Quadro B.3 Vereadores eleitos para a Câmara Municipal de Lamego para 1799-1834 (continuação).

Ano	Nome	Fonte
	José de Melo Freire Pita Osório	A.H.M.L. - *Lv. Vereação*, Acta 9/6/1828, fls. 29, 29 v., 30, 30 v.
	José de Sousa Araújo Freire Borges da Veiga	A.H.M.L. - *Lv. Vereação*, Acta 9/6/1828, fls. 29, 29 v., 30, 30 v.
	João Pinheiro Aragão Sausedo	A.H.M.L. - *Lv. Vereação*, Acta 9/6/1828, fls. 29, 29 v., 30, 30 v.
	Francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca	A.H.M.L. - *Lv. Vereação*, Acta 9/6/1828, fls. 29, 29 v., 30, 30 v.
1829	João Pinheiro Aragão Sauzedo	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1077, S/N, Cx. 1174. Pautas Eleitorais 1829-1831
	Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1077, S/N, Cx. 1174. Pautas Eleitorais 1829-1831
	José de Lemos Melo e Vasconcelos	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1077, S/N, Cx. 1174. Pautas Eleitorais 1829-1831
1830	João Pinheiro Aragão Sauzedo	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1077, S/N, Cx. 1174. Pautas Eleitorais 1829-1831 A.H.M.L. - *Lv. Vereação*, Acta de 15/5/1830, fl. 79
	Manuel Pereira Coutinho de Vilhena	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1077, S/N, Cx. 1174. Pautas Eleitorais 1829-1831
	Francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1077, S/N, Cx. 1174. Pautas Eleitorais 1829-1831
	José Pinto Coelho Guedes de Macedo	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1077, S/N, Cx. 1174. Pautas Eleitorais 1829-1831 A.H.M.L. - *Lv. Vereação*, Acta de 15/5/1830, fl. 79
	António Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho (neto)	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1077, S/N, Cx. 1174. Pautas Eleitorais 1829-1831 A.H.M.L. - *Lv. Vereação*, Acta de 21/7/1830, fl. 88 v.
1831	Joaquim António Pinheiro da Fonseca Vieira da Silva	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1077, S/N, Cx. 1174. Pautas Eleitorais 1829-1831 A.H.M.L. - *Lv. Vereação*, Acta de 26/1/1831, fl. 103
	João Correia de Lacerda	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1077, S/N, Cx. 1174. Pautas Eleitorais 1829-1831 A.H.M.L. - *Lv. Vereação*, Acta de 21/5/1831, fl. 108.
	José de Melo Freire Pita Osório	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1077, S/N, Cx. 1174. Pautas Eleitorais 1829-1831 A.H.M.L. - *Lv. Vereação*, Acta de 26/1/1831, fl. 103
1832	António Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho (neto)	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1077, S/N, Cx. 1174. Pautas Eleitorais 1832-1834
	Francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1077, S/N, Cx. 1174. Pautas Eleitorais 1832-1834
	Pedro António de Carvalho Pereira	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1077, S/N, Cx. 1174. Pautas Eleitorais 1832-1834
1833	João da Silveira Pinto da Fonseca	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1077, S/N, Cx. 1174. Pautas Eleitorais 1832-1834
	António Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho (neto)	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1077, S/N, Cx. 1174. Pautas Eleitorais 1832-1834

Quadro B.3 Vereadores eleitos para a Câmara Municipal de Lamego para 1799-1834 (continuação).

Ano	Nome	Fonte
	Francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca	I.A.N./T.T. – *Des. do Paço, Beira*, Mç. 1077, S/N, Cx. 1174. Pautas Eleitorais 1832-1834
1834	A Câmara não chega ao fim do mandato	

Quadro B.4 Os Procuradores de Lamego (1799-1834).

Nome	Ano	Fonte
José Mendes da Fonseca	1799	I.A.N./T.T – *Des. do Paço*, Mç. 1053, S/N. Pautas Eleitorais 1799-1801
Luís Monteiro de Carvalho	1800	I.A.N./T.T – *Des. do Paço*, Mç. 1053, S/N. Pautas Eleitorais 1799-1801
Manuel Coelho da Fonseca	1801	I.A.N./T.T – *Des. do Paço*, Mç. 1053, S/N. Pautas Eleitorais 1799-1801
Joaquim de Lemos	1802	I.A.N./T.T – *Des. do Paço*, Mç. 1055, S/N. Pautas Eleitorais 1802-1804
José Mendes da Fonseca	1803	I.A.N./T.T – *Des. do Paço*, Mç. 1055, S/N. Pautas Eleitorais 1802-1804
Luís Monteiro de Carvalho	1804	I.A.N./T.T – *Des. do Paço*, Mç. 1055, S/N. Pautas Eleitorais 1802-1804
António Joaquim Soares	1805	I.A.N./T.T – *Des. do Paço*, Mç. 1057, S/N. Pautas Eleitorais 1805-1807
Luís Monteiro de Carvalho	1805	A.H.M.L., *Lv. Vereação*, Acta de 29/1/1805, fl. 147
Joaquim de Lemos	1806	I.A.N./T.T – *Des. do Paço*, Mç. 1057, S/N. Pautas Eleitorais 1805-1807
Luís José Joaquim Soares	1807	I.A.N./T.T – *Des. do Paço*, Mç. 1057, S/N. Pautas Eleitorais 1805-1807
José de Moura Seco	1808	I.A.N./T.T – *Des. do Paço*, Mç. 1057, S/N. Pautas Eleitorais 1808-1810 A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta 4 de Fevereiro de 1808
António Joaquim Soares	1809	I.A.N./T.T – *Des. do Paço*, Mç. 1057, S/N. Pautas Eleitorais 1808-1810
Manuel Joaquim de Almeida	1810	I.A.N./T.T – *Des. do Paço*, Mç. 1057, S/N. Pautas Eleitorais 1808-1810
José de Moura Seco	1811	I.A.N./T.T – *Des. do Paço*, Mç. 1057, S/N. Pautas Eleitorais 1808-1810
Luís José Joaquim Soares	1812	A. H. M. L. *Lv. Vereação*, Acta 6 de Junho 1812, fl. 21
António Joaquim Soares	1813	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 1/7/1813, fl. 83
Manuel Joaquim de Almeida	1814	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 16/2/1814, fl. 117 v.
Inácio José Ferreira	1815	I.A.N./T.T – *Des. do Paço*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1815-1817
Jerónimo de Macedo Tavares	1816	I.A.N./T.T – *Des. do Paço*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1815-1817
António Joaquim Soares	1817	I.A.N./T.T – *Des. do Paço*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1815-1817
Manuel Sequeira Moreira	1818	I.A.N./T.T – *Des. do Paço*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1818-1820
Joaquim de Lemos	1819	I.A.N./T.T – *Des. do Paço*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1818-1820
José Mendes da Fonseca	1820	I.A.N./T.T – *Des. do Paço*, Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1818-1820
Jacinto Feliciano de Castro	1821	I.A.N./T.T – *Des. do Paço*, Mç. 1067, S/N. Pautas Eleitorais 1821-1823

Quadro B.4 Os Procuradores de Lamego 1799-1834 (continuação).

Nome	Ano	Fonte
Jacinto Feliciano de Castro	1822	A.H.M.L. – *Registo de Ofícios, Respostas e Representações*. Livro I – 1790/1824, f. 123
Jacinto Feliciano da Silva Castro	1823	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 5/6/1823, fl. 34 v.
Joaquim de Lemos	1823	A.H.M.L *Lv. Vereação*, Acta de 9/7/1823, fl. 42 V.
Manuel Joaquim Pereira Cardoso	1824	I.A.N./T.T – *Des. do Paço*, Mç. 1071, Cx. 1168, S/N. Pautas Eleitorais 1824-1826
João Tibério da Mota	1825	I.A.N./T.T – *Des. do Paço*, Mç. 1071, Cx. 1168, S/N. Pautas Eleitorais 1824-1826
Joaquim de Lemos	1826	I.A.N./T.T – *Des. do Paço*, Mç. 1071, Cx. 1168, S/N. Pautas Eleitorais 1824-1826
José Taveira Magalhães	1827	I.A.N./T.T – *Des. do Paço*, Mç. 1073, Cx. 1170, S/N. Pautas Eleitorais 1827-1829
Miguel de Sobral Fiel	1827	I.A.N./T.T – *Des. do Paço*, Mç. 1073, Cx. 1170, S/N. Pautas Eleitorais 1827-1829
José Mendes Victor de Magalhães	1828	I.A.N./T.T – *Des. do Paço*, Mç. 1073, Cx. 1170, S/N. Pautas Eleitorais 1827-1829
Manuel Joaquim Pereira Cardoso	1828	A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de 9/6/1828, fls. 29, 29 v., 30, 30 v.
Manuel Joaquim de Almeida	1829	I.A.N./T.T – *Des. do Paço*, Mç. 1073, Cx. 1170, S/N. Pautas Eleitorais 1829-1831
Joaquim Peito de Carvalho	1830	I.A.N./T.T – *Des. do Paço*, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N. Pautas Eleitorais 1829-1831
Manuel Joaquim Pereira	1831	I.A.N./T.T – *Des. do Paço*, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N. Pautas Eleitorais 1829-1831
Manuel Joaquim de Almeida	1832	A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de 24/3/1832, fl. 135
Francisco Almeida Peneda	1833	I.A.N./T.T – *Des. do Paço*, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N. Pautas Eleitorais 1832-1834

Quadro B.5 Tesoureiros da Câmara de Lamego para 1799-1834.

Nome	Datas dos mandatos	Fonte
Alexandre José da Costa	1799	I.A.N./T.T – *Des. do Paço, Bira,* Mç. 1053, S/N. Pautas Eleitorais 1799-1801
José da Silva Mengo	1800	I.A.N./T.T – *Des. do Paço, Beira,* Mç. 1053, S/N. Pautas Eleitorais 1799-1801
Bento José da Costa	1801	I.A.N./T.T – *Des. do Paço, Beira,* Mç. 1053, S/N. Pautas Eleitorais 1799-1801
Francisco Teixeira Carapuça	1802	I.A.N./T.T – *Des. do Paço, Beira,* Mç. 1057, S/N. Pautas Eleitorais 1802-1804
Manuel da Cunha	1803	I.A.N./T.T – *Des. do Paço, Beira,* Mç. 1057, S/N. Pautas Eleitorais 1802-1804
António José Alves	1804	I.A.N./T.T – *Des. do Paço, Beira,* , Mç. 1057, S/N. Pautas Eleitorais 1802-1804
Manuel António Cerdeira	1805	I.A.N./T.T – *Des. do Paço, Beira,* , Mç. 1057, S/N. Pautas Eleitorais 1805-1807
Alexandre José da Costa	1806	I.A.N./T.T – *Des. do Paço, Beira,* , Mç. 1057, S/N. Pautas Eleitorais 1805-1807
José da Silva Mengo	1807	I.A.N./T.T – *Des. do Paço, Beira,* , Mç. 1057, S/N. Pautas Eleitorais 1805-1807
António Fernandes Alves	1808	I.A.N./T.T – *Des. do Paço, Beira,* , Mç. 1057, S/N. Pautas Eleitorais 1808-1810
Manuel de Oliveira Chaves	1809	I.A.N./T.T – *Des. do Paço, Beira,* , Mç. 1057, S/N. Pautas Eleitorais 1808-1810
Carlos Nunes de Aguiar	1810	I.A.N./T.T – *Des. do Paço, Beira,* , Mç. 1057, S/N. Pautas Eleitorais 1808-1810
António Joaquim Ramos	1811	I.A.N./T.T – *Des. do Paço, Beira,* , Mç. 1057, S/N. Pautas Eleitorais 1808-1810
Jacinto de Figueiredo e Silva	1812	A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de 6/6/1812, fl. 21
José de Jesus Pereira	1813	A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de 1/7/1813, fl. 83
Joaquim Teixeira Carapuça	1814	A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de 16/2/1814, fl. 117 v.
Francisco António de Macedo	1814	A.H.M.L., - *Lv. Vereação*, Acta de 28/4/1814, fl. 121
José de Almeida Taveira Magalhães	1815	I.A.N./T.T – *Des. do Paço, Beira,* , Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1815-1817
Manuel de Oliveira Chaves	1816	I.A.N./T.T – *Des. do Paço, Beira,* , Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1815-1817
José da Silva Mengo	1816	I.A.N./T.T – *Des. do Paço, Beira,* , Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1815-1817
Custódio Correia da Rocha	1816	I.A.N./T.T – *Des. do Paço, Beira,* , Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1815-1817
João Pereira de Oliveira	1817	I.A.N./T.T – *Des. do Paço, Beira,* , Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1815-1817
Manuel António Nunes	1818	I.A.N./T.T – *Des. do Paço, Beira,* , Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1818-1820

Quadro B.5 Tesoureiros da Câmara de Lamego para 1799-1834 (continuação).

Nome	Datas dos mandatos	Fonte
António da Silva Barbosa	1819	I.A.N./T.T – *Des. do Paço, Beira,* , Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1818-1820
Francisco Inácio de Morais	1820	I.A.N./T.T – *Des. do Paço, Beira,* , Mç. 1062, S/N. Pautas Eleitorais 1818-1820
Lourenço de Oliveira Chaves	1821	I.A.N./T.T – *Des. do Paço, Beira,* , Mç. 1067, S/N. Pautas Eleitorais 1821-1823
Lourenço de Oliveira Chaves	1823	A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de 9/7/1823, fl. 42 v.
Francisco José da Cunha	1824	I.A.N./T.T – *Des. do Paço, Beira,* , Mç. 1071, Cx. 1168, S/N. Pautas Eleitorais 1824-1826
António Alexandre Marques	1825	I.A.N./T.T – *Des. do Paço, Beira,* , Mç. 1071, Cx. 1168, S/N. Pautas Eleitorais 1824-1826
Domingos Gonçalves Valverde	1826	I.A.N./T.T – *Des. do Paço, Beira,* , Mç. 1071, Cx. 1168, S/N. Pautas Eleitorais 1824-1826
Bento José da Silva	1827	I.A.N./T.T – *Des. do Paço, Beira,* , Mç. 1073, Cx. 1170, S/N. Pautas Eleitorais 1827-1829
Gaspar Leite Barros	1827	I.A.N./T.T – *Des. do Paço, Beira,* , Mç. 1073, Cx. 1170, S/N. Pautas Eleitorais 1827-1829
Francisco José da Cunha	1828	I.A.N./T.T – *Des. do Paço, Beira,* , Mç. 1073, Cx. 1170, S/N. Pautas Eleitorais 1827-1829
Francisco Pais de Figueiredo	1828	I.A.N./T.T – *Des. do Paço, Beira,* , Mç. 1073, Cx. 1170, S/N. Pautas Eleitorais 1827-1829
Francisco António de Macedo	1829	A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de 9/6/1828, fls. 29, 29 v., 30, 30 v.
Manuel José de Oliveira	1830	I.A.N./T.T – *Des. do Paço, Beira,* , Mç. 1077, Cx. 1174, S/N. Pautas Eleitorais 1829-1831
António Alexandre Marques	1831	A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de 26/1/1831, fl. 103 v.
José Teixeira Geruste	1831	A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de 5/3/1831, fl. 106 e 106 v.
João José Ribeiro Juvandes	1831	A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de 21/5/1831, fl. 108
Francisco Pais de Figueiredo	1831	A.H.M.L. – *Lv. Vereação*, Acta de 22/6/1831, fl. 109 v.

Quadro B.6 Os Almotacés de Lamego para 1799-1834.

Ano	Nome	Meses	Fonte
1799	António Perfeito Pereira Rebelo Pinto (avô)	Janeiro, Fevereiro, Março	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta 1 de Janeiro de 1799
	Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos	Janeiro, Fevereiro, Março	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta 1 de Janeiro de 1799
	Jerónimo de Carvalho Rebelo	Janeiro, Fevereiro Março	A.H.M.L- *Lv Vereação*, Acta 1 de Janeiro de 1799
	Bernardo Pinheiro Aragão Sauzedo	Outubro, Novembro, Dezembro	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 1 de Agosto 1799, fl. 96
	António de Sousa Melo Araújo e Vasconcelos	Outubro, Novembro, Dezembro	A.H.M.L.- *Lv Vereação*, Acta de 1 de Agosto 1799, fl. 96
1800	Joaquim de Albergaria Monteiro Vasconcelos	Janeiro, Fevereiro, Março	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta de 19 Dezembro 1799, fl. 112 v.
	Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho	Janeiro, Fevereiro, Março	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta de 19Dezembro 1799, fl. 112 v.
	Jerónimo de Carvalho Rebelo	Abril, Maio, Junho	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta de 2 Abril de 1800
	José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira	Abril, Maio, Junho	A.H.M.L- *Lve Vereação*, Acta de 2 Abril de 1800
1801	José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira	Janeiro, Fevereiro Março	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta de 1 de Janeiro 1801, fls. 161 v. e 162
	Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos	Julho, Agosto, Setembro	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta 20 de Julho de 1801, fls. 184 v. e 185
	Joaquim António Pinheiro da Fonseca Vieira e Silva	Agosto, Setembro	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta de 8 Agosto 1801, fls. 185 e 185 v.
	Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho	Agosto, Setembro	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 8 Agosto 1801, fls. 185 e 185 v.
1802	José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira	Janeiro, Fevereiro, Março	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta de 11 de Janeiro 1802, fl. 19
	Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho	Janeiro, Fevereiro, Março	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta de 11 de Janeiro 1802, fl. 19
1803	Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos	Janeiro, Fevereiro, Março	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta de 5 Janeiro 1803, fl. 68 v. e 69

Quadro B.6 Os Almotacés de Lamego para 1799-1834 (continuação).

Ano	Nome	Meses	Fonte
	Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho	Janeiro, Fevereiro, Março	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta de 5 Janeiro 1803, fl. 68 v. e 69
	Jerónimo de Carvalho Rebelo	Maio, Junho, Julho, Agosto, Setembro	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta de 27 Agosto 1803, fl. 80 v.
	João Pinto Coelho Guedes de Macedo	Maio, Junho, Julho	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta de 27 Agosto 1803, fl. 80 v.
	Joaquim de Lemos	Agosto, Setembro	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta de 27 Agosto 1803, fl. 80 v.
	Luís Guedes de Carvalho e Vasconcelos	Outubro, Novembro, Dezembro	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta de 27 Agosto 1803, fl. 80 v.
	Joaquim de Lemos	Outubro Novembro, Dezembro	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta de 27 Agosto 1803, fl. 80 v.
1804	João Pinheiro Aragão Sauzedo	Janeiro, Fevereiro, Março	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta de 26 Dezembro 1803, fl. 91
	Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho	Janeiro, Fevereiro, Março	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta de 26 Dezembro 1803, fl. 91
	José Mendes da Fonseca	Abril, Maio, Junho	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta de 4 Abril 1804, fl. 113 v. e 114
	António Albergaria Monteiro Vasconcelos	Abril, Maio, Junho	A.H.M.L.- *Lv Vereação*, Acta de 4 Abril 1804, fl. 113 v. e 114
	Domingos da Mota Freitas	Abril, Maio, Junho e seguintes do presente ano.	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta de 8 Abril 1804, fl. 117
	Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões	Julho, Agosto, Setembro.	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta de 4 de Julho 1804, fl. 122 v. e 123
	Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra	Julho, Agosto, Setembro	A.H.M.L.- *Lv Vereação*, Acta de 4 de Julho 1804, fl. 122 v. e 123
	José Mendes da Fonseca	Julho, Agosto, Setembro	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta de 4 de Julho 1804, fl. 122 v. e 123
	Domingos da Mota Freitas	Julho, Agosto, Setembro	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta de 4 de Julho 1804, fl. 122 v. e 123

Quadro B.6 Os Almotacés de Lamego para 1799-1834 (continuação).

Ano	Nome	Meses	Fonte
1805	José de Carvalho Peixoto Guimarães	Janeiro, Fevereiro, Março	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta de 26 de Dezembro 1804, fl. 135
	António Joaquim Soares	Janeiro, Fevereiro, Março	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta de 26 de Dezembro 1804, fl. 135
	Jerónimo de Carvalho Rebelo	Fevereiro, Março, Abril	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta de 29 de Janeiro 1805, fl. 147 v. e 148
	Joaquim de Albergaria Monteiro Vasconcelos	Fevereiro, Março, Abril	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta de 29 de Janeiro 1805, fl. 147 v. e 148
	João Pinto Coelho Guedes de Macedo	Maio, Junho e Julho	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta de 4 de Maio 1805, fl. 4 v.
	Luis Monteiro de Carvalho	Maio, Junho e Julho	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta de 4 de Maio 1805, fl. 4 v.
	José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira	Agosto, Setembro, Outubro	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta de 31 de Julho 1805, fl. 14
	João Pinheiro Aragão Sauzedo	Agosto, Setembro, Outubro	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta de 31 de Julho 1805, fl. 14
	José Taveira Pimentel de Carvalho e Meneses	Novembro, Dezembro	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta de 21 de Novembro 1805, fl. 20 v.
	José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira	Novembro, Dezembro	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta de 21 de Novembro 1805, fl. 20 v.
1806	José Leitão Pereira Rebelo Soares de Carvalho	Abril, Maio, Junho	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta de 1 de Abril 1806, fl. 42
	Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho	Julho, Agosto, Setembro	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta 1 de Julho 1806, fl. 42 v.
	António Joaquim Soares	Julho, Aqgosto, Setembro	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta 1 de Julho 1806, fl. 42 v.
	Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho	Outubro, Novembro, Dezembro	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta de 29 de Setembro 1806, fl. 47 v.
	António Joaquim Soares	Outubro, Novembro, Dezembro	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta de 29 de Setembro 1806, fl. 47 v.
1807	Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho	Janeiro, Fevereiro, Março	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta 23 de Março 1807, fl. 69 v.

Quadro B.6 Os Almotacés de Lamego para 1799-1834 (continuação).

Ano	Nome	Meses	Fonte
	António Joaquim Soares	Janeiro, Fevereiro, Março	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta 23 de Março 1807, fl. 69 v.
	Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho	Abril, Maio, Junho	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta 23 de Março 1807, fl. 69 v.
	António Joaquim Soares	Abril, Maio, Junho	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta 23 de Março 1807, fl. 69 v.
	João Pinto Coelho Guedes de Macedo	Julho, Agosto e Setembro	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 1 de Julho 1807, fl. 72
	José Teixeira Pinto Ramalho	Outubro, Novembro, Dezembro	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta de 21 de Outubro 1807, fl. 81 v.
	Joaquim de Lemos	Outubro, Novembro, Dezembro	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 21 de Outubro 1807, fl. 81 v.
1808	José Teixeira Pinto Ramalho	Janeiro, Fevereiro, Março	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 11 de Janeiro 1808, fl. 103 v. e 104
	Joaquim de Lemos	Janeiro, Fevereiro, Março	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 11 de Janeiro 1808, fl. 103 v. e 104
1808	José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira	Julho, Agosto, Setembro	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 2 de Julho 1808, fl. 129 e 129 v.
	Luís José Joaquim Soares	Julho, Agosto, Setembro	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 2 de Julho 1808, fl. 129 e 129 v.
	António de Moura Seco	Julho, Agosto, Setembro	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta de 2 de Julho 1808, fl. 129 e 129 v.
	Luís José Joaquim Soares	Outubro, Novembro, Dezembro	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 1 de Outubro 1808, fl. 137
	António de Moura Seco	Outubro, Novembro, Dezembro	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 1 de Outubro 1808, fl. 137
1809	José Maria	Janeiro, Fevereiro, Março	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 25 Janeiro 1809, fl. 7 v. e 8
	José Pinto de Carvalho	Janeiro, Fevereiro, Março	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 25 Janeiro 1809, fl. 7 v. e 8

Quadro B.6 Os Almotacés de Lamego para 1799-1834 (continuação).

Ano	Nome	Meses	Fonte
	José Leitão Pereira Rebelo Soares de Carvalho	Abril, Maio, Junho	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 1 de Abril 1809, fl. 19 v.
	José de Moura Seco	Abril, Maio, Junho	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 1 de Abril 1809, fl. 19 v.
	Luís José Joaquim Soares	Maio, Junho, Julho (e restantes meses até ordens em contrário)	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 8 de Maio 1809, fl. 22
1810	Bernardo António Pinto da Fonseca Resende	Janeiro, Fevereiro, Março	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 22 de Dezembro 1809, fl. 63 v.
	José Teixeira Pinto Ramalho	Janeiro, Fevereiro, Março	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 22 de Dezembro 1809, fl. 63 v
	António Joaquim Soares	Abril, Maio, Junho	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 1 de Abril 1810, fl. 87 v.
	Francisco Saraiva Couraça	Julho, Agosto, Setembro	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 1 de Julho 1810, fl. 94 e 94 v.
	José de Moura Seco	Julho, Agosto, Setembro	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 1 de Julho 1810, fl. 94 e 94 v.
	Bernardo António Pinto da Fonseca Resende	Outubro, Novembro, Dezembro	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 9 de Outubro 1810, fl. 102
	José Teixeira Pinto Ramalho	Outubro, Novembro, Dezembro	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 9 de Outubro 1810, fl. 102
1811	António Joaquim Soares	Janeiro, Fevereiro, Março	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 22 de Dezembro 1810, fl. 106
	Luís José Joaquim Soares	Janeiro, Fevereiro, Março	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 22 de Dezembro 1810, fl. 106
	António Joaquim Soares	Abril, Maio, Junho	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 30 de Março 1811, fl. 121 v.
	Luís José Joaquim Soares	Abril, Maio, Junho	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta de 30 de Março 1811, fl. 121 v.
	António Joaquim Soares	Julho, Agosto, Setembro	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 26 de Junho 1811, fl. 127

Quadro B.6 Os Almotacés de Lamego para 1799-1834 (continuação).

Ano	Nome	Meses	Fonte
	Luís José Joaquim Soares	Julho, Agosto, Setembro	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 26 de Junho 1811, fl. 127
	Luís José Joaquim Soares	Outubro, Novembro, Dezembro	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 14 de Setembro 1811, fl. 137 v.
	António Joaquim Soares	Outubro, Novembro, Dezembro	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 14 de Setembro 1811, fl. 137 v.
1812	Luís José Joaquim Soares	Janeiro, Fevereiro, Março	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 1 de Janeiro 1812, fl. 142 e 142 v.
	António Joaquim Soares	Janeiro, Fevereiro, Março	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 1 de Janeiro 1812, fl. 142 e 142 v.
	Luís José Joaquim Soares	Abril, Maio, Junho	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta de 31 de Março 1812, fl. 7
	António Joaquim Soares	Abril, Maio, Junho	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 31 de Março 1812, fl. 7
	Luís José Joaquim Soares	Julho, Agosto, Setembro	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 1 de Julho 1812, fl. 22
	António Joaquim Soares	Julho, Agosto, Setembro	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 1 de Julho 1812, fl. 22
1813	António Joaquim Soares	Janeiro, Fevereiro, Março	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 31 de Dezembro 1812, fl. 72 v.
	Manuel Joaquim de Almeida	Janeiro, Fevereiro, Março	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 31 de Dezembro 1812, fl. 72 v.
	Inácio José Ferreira	Julho, Agosto, Setembro	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 22 de Junho 1813, fl. 82
	Herculano José da Costa Lobo	Julho, Agosto, Setembro	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 22 de Junho 1813, fl. 82
	António de Moura Seco	Julho, Agosto, Setembro	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta 1 de Julho 1813, fl. 83
	Luís José Joaquim Soares	Novembro, Dezembro	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 10 de Novembro 1813, fl. 97 v.
	Manuel Cardoso Coutinho	Novembro, Dezembro	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 10 de Novembro 1813, fl. 97 v.
1814	Manuel Pereira Coutinho de Vilhena	Janeiro, Fevereiro, Março	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 1 de Janeiro 1814, fl. 113 v.

Quadro B.6 Os Almotacés de Lamego para 1799-1834 (continuação).

Ano	Nome	Meses	Fonte
	José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira	Janeiro, Fevereiro, Março	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 1 de Janeiro 1814, fl. 113 v.
	Francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca	Abril, Maio, Junho	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta 28 de Março 1814, fl. 119
	Luís José Joaquim Soares	Abril, Maio, Junho	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta 28 de Março 1814, fl. 119
	João Pinheiro Aragão Sauzedo	Julho, Agosto, Setembro	A.H.M.L.- *Lv. Vereação*, Acta de 1 de Julho 1814, fl. 124
	António Joaquim Soares	Julho, Agosto, Setembro	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 1 de Julho 1814, fl. 124
	João Pinheiro Aragão Sauzedo	Outubro, Novembro, Dezembro	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 10 de Setembro 1814, fl. 140
	António Joaquim Soares	Outubro, Novembro, Dezembro	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 10 de Setembro 1814, fl. 140
1815	José Taveira Pimentel de Carvalho e Meneses	Janeiro, Fevereiro, Março	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 10 de Dezembro 1814, fl. 143
	Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra	Janeiro, Fevereiro, Março	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 10 de Dezembro 1814, fl. 143
1823	Francisco Dionísio Pereira da Rocha	Abril, Maio, Junho	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 5 de Abril 1823, fl. 16 v.
	José Alexandre da Costa	Julho, Agosto, Setembro	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 7 de Julho 1823, fl. 41 e 41 v.
	Joaquim Peito de Carvalho	Julho, Agosto, Setembro	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 7 de Julho 1823, fl. 41 e 41 v.
	José Taveira Pimentel de Carvalho e Meneses	Novembro, Dezembro	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 7 de Novembro 1823, fl. 59
	José de Lemos Melo e Vasconcelos	Novembro, Dezembro	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 7 de Novembro 1823, fl. 59
1824	Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra	Julho, Agosto, Setembro	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 19 de Julho 1824, fl. 77 v.
	António Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho (neto)	Julho, Agosto, Setembro	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 19 de Julho 1824, fl. 77 v.
1825	José Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho	Janeiro, Fevereiro, Março	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 8 de Janeiro 1825, fl. 94
	Joaquim de Lemos	Janeiro, Fevereiro, Março	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 8 de Janeiro 1825, fl. 94

Quadro B.6 Os Almotacés de Lamego para 1799-1834 (continuação).

Ano	Nome	Meses	Fonte
	José Taveira Pimentel de Carvalho e Meneses		A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 18 de Maio 1825, fl. 101
	João Pinheiro Aragão Sauzedo		A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 18 de Maio 1825, fl. 101
	José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira	Novembro, Dezembro	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 5 de Novembro 1825, fl. 111 **v.**
	Manuel Joaquim Pereira Cardoso	Novembro, Dezembro	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 5 de Novembro 1825, fl. 111 **v.**
1826	João Pinheiro Aragão Sauzedo	Julho, Agosto, Setembro	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 23 de Junho 1826, fl. 137
	Francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca	Julho, Agosto, Setembro	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 23 de Junho 1826, fl. 137
	António Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho (neto)	Outubro, Novembro, Dezembro	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 19 de Agosto 1826, fl. 145
	Manuel Joaquim Pereira Cardoso	Outubro, Novembro, Dezembro	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 19 de Agosto 1826, fl. 145
1828	Custódio Correia da Rocha	Não se conhecem os meses para que foi eleito	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 26 de Abril 1828, fl. 19 v.
	António José da Costa	Não se conhecem os meses para que foi eleito	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 26 de Abril 1828, fl. 19 v.
	Luís Gomes de Sousa Teles	Junho, Julho, Agosto, Setembro	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 11 de Junho 1828, fl. 31 v,
	Joaquim Peito de Carvalho	Junho, Julho, Agosto, Setembro	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 11 de Junho 1828, fl. 31 v,
1829	Francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca	Março, Abril, Maio	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 21 de Março 1829, fl. 55 v.
	João Pinheiro Aragão Sauzedo	Fevereiro, Março, Abril	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 13 de Fevereiro de 1830, fl. 75 v.
	Manuel Joaquim de Mesquita	Maio, Junho, Julho	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 15 de Maio 1830, fl. 80
	Luís Gomes de Sousa Teles	Maio, Junho, Julho	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 15 de Maio 1830, fl. 80
	Manuel Joaquim de Almeida	Outubro, Novembro, Dezembro	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 17 de Setembro 1830, fl. 95
	Manuel Joaquim Pereira Cardoso	Outubro, Novembro, Dezembro	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 17 de Setembro 1830, fl. 95

Quadro B.6 Os Almotacés de Lamego para 1799-1834 (continuação).

Ano	Nome	Meses	Fonte
1831	Manuel Pereira Coutinho de Vilhena	Fevereiro, Março, Abril	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 9 de Fevereiro 1831, fl. 104 e 104 v.
	Francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca	Fevereiro, Março, Abril	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 9 de Fevereiro 1831, fl. 104 e 104 v.
	António Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho (nerto)	Junho, Julho, Agosto	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 22 de Junho 1831, fl. 109
	Joaquim Peito de Carvalho	Junho, Julho, Agosto	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 22 de Junho 1831, fl. 109
1832	Manuel Pereira Coutinho de Vilhena	Março, Abril, Maio	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 24 de Março 1832, fl. 136
	João Correia de Lacerda	Março, Abril, Maio	A.H.M.L- *Lv. Vereação*, Acta de 24 de Março 1832, fl. 136

Quadro B.1.1 Informadores.

Eleições	Informadores	Estado civil/Idade	Estatuto/Actividade	Bens	Residência	Grau parentesco	Observações	Fonte
1799/1801	António Perfeito Pereira Rebello Pinto	Casado/58 anos	F.C.R.	400 000 cruzados	Morador na cidade	Pai de Francisco Perfeito Pereira de Moura Coutinho, parente, dentro do 4º grau por consanguinidade, de Manuel Teixeira Pimentel de Carvalho	É considerado óptimo para a Vereação	I.A.N./T.T – Des. do Paço, Beira, Mç. 1053, S/N
	Jerónimo de Carvalho Rebelo	Solteiro/55 anos	F.C.R.	300 000 cruzados	Morador na cidade	Primo de António de Sousa Melo Vasconcelos Araújo e tio de José de Sousa Araújo Freire Borges da Veiga	É óptimo e actual vereador na câmara	I.A.N./T.T – Des. do Paço, Beira, Mç. 1053, S/N
	Joaquim de Albergaria Monteiro Vasconcelos	Casado/41anos	Principal nobreza, Tenente - Coronel do Regimento de Milícias de Lamego	sucessor do pai	Morador na cidade	Filho de António Albergaria Monteiro Vasconcelos	É óptimo	I.A.N./T.T – Des. do Paço, Beira, Mç. 1053, S/N
1802/1804	Joaquim de Albergaria Monteiro e Vasconcelos	Casado/44 anos	F.C.R., ex - Juíz de Fora de Mogadouro, Tenente - Coronel de Milícias de Lamego reformado	sucessor do pai	Morador na cidade	Filho de António Albergaria Monteiro Vasconcelos	É muito digno	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1055, S/N
	Joaquim de Castro da Fonseca Osório Seabra	Casado/27 anos	F.C.R., Coronel do Regimento das Milícias de Lamego, C.O.C.	500 000 cruzados	Morador na cidade	Genro de Bernardo Pinheiro Aragão Sauzedo, cunhado de Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho e de João Pinheiro Aragão Sauzedo	É muito digno	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1055, S/N
	José Guedes de Magalhães Osório Coelho Pereira	Solteiro/22 anos	F.C.R., Tenente - Coronel do Regimento de Milícias desta Comarca.	500 000 cruzados	Morador na cidade	Cunhado de Jerónimo de Carvalho Rebelo	Muito digno.	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1055, S/N

Quadro B.1.1 Informadores (continuação).

Eleições	Informadores	Estado civil/Idade	Estatuto/Actividade	Bens	Residência	Grau parentesco	Observações	Fonte
1805/1807	António de Albergaria Monteiro Vasconcelos	Viúvo/ 73 anos	Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo, pessoa da principal nobreza da cidade	200 000 cruzados	Morador na cidade	Pai de Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos	Tem servido muitas vezes de Vereador Apesar da idade, as suas acções são muito bem reguladas fora e dentro da Câmara com muita satisfação do Público	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	Jerónimo de Carvalho Rebelo	Casado/ 55 anos	F.C.R.	300 000 cruzados	Morador na cidade	Cunhado de José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira	Serve actualmente de Vereador. Muito bem desempenha todos os seus deveres com muita satisfação do público por ser benemérito e inteligente.	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões	Solteiro/ 39 anos	F.C.R., Tenente - Coronel reformado do Regimento de Milicias da Comarca de Viseu	200 000 cruzados	Morador na cidade	Parente em 4º grau de João Pinheiro Aragão Sauzedo	Tem todas as boas qualidades e agora com a reforma melhor ocasião é para servir. Tem servido de Vereador com desempenho	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
1808/1810	José Leitão Pereira Rebelo Soares de Carvalho	Casado/ 70 anos	F.C.R.	500 000 cruzados	Morador na cidade		Bom.	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	José Guedes de Magalhães Osório Coelho Pereira	Casado/ 28 anos	F.C.R., Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, Cavaleiro Honorário de S. João de Jerusalém, Tenente - Coronel de Milícias da Cidade de Lamego	500 000 cruzados	Morador na cidade	Cunhado de Jerónimo de Carvalho Rebelo	Bom. Actualmente vereador.	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	João Pinheiro de Aragão Sauzedo	Casado/ 30 anos	F.C.R., Coronel agregado do Regimento de Milícias da Cidade	600 000 cruzados	Morador na cidade	Cunhado de Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho e de Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra.	Bom.	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N

Quadro B.1.1 Informadores (continuação).

Eleições	Informadores	Estado civil/Idade	Estatuto/Actividade	Bens	Residência	Grau parentesco	Observações	Fonte
1815/1817	Jerónimo de Carvalho Rebelo	…/ 71anos	F.C.R.	500 000 cruzados	Morador na cidade	Cunhado de José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira	Tem servido os cargos da República. Possui todas as qualidades que se exige	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	José Guedes de Magalhães Osório Coelho Pereira	Casado/ 35 anos	Fidalgo, Coronel do Regimento de Milícias de Arouca	200 000 cruzados	Morador na cidade	Cunhado de Jerónimo de Carvalho Rebelo	Bom.	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	João Pinheiro de Aragão	Casado/ 39 anos	F.C.R., Coronel de Milícias reformado	300 000 cruzados	Morador na cidade	Cunhado de Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho e de Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra.	Bom.	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
1818/1820	Joaquim de Albergaria Monteiro Vasconcelos	Casado/	Fidalgo Cavaleiro da Casa Real	350 000 cruzados	Morador na cidade	Parente em 1º grau de Manuel Pereira Coutinho de Vilhena	É vereador actual. Bom.	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	Joaquim de Castro da Fonseca Sousa Osório Seabra	Viúvo/ 42 anos	Fidalgo da Casa Real com exercício nessa Casa	400 000 cruzados	Morador na cidade	Perente de João Pinheiro Aragão Sauzedo e Francisco Perfeito Pereira de Moura Coutinho em 1º grau	Serviu de vereadore em 1815. Bom.	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira	Casado/ 38 anos	Fidalgo com exercício acrescentado a Fidalgo Escudeiro da Casa Real	350 000 cruzados	Morador na cidade		É vereador actual. Bom.	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
1821/1823	José Guedes de Magalhães Osório Coelho Pereira	Casado/ 41anos	F.C.R. com exercício acrescentado a Fidalgo Escudeiro na Casa Real. Coronel do Regimento de Milícias de Arouca	150 000 cruzados	Morador na cidade	Parente em 4º grau com Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra e com Manuel Pereira Coutinho de Vilhena	Tem servido os nobres cargos da câmara. Serviu em 1819	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1067, S/N

Quadro B.1.1 Informadores (continuação).

Eleições	Informadores	Estado civil/Idade	Estatuto/Actividade	Bens	Residência	Grau parentesco	Observações	Fonte
	João Pinheiro de Aragão	Casado/ 43 anos	F.C.R.	200 000 cruzados	Morador na cidade	Parente de Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra em 1º grau, e de Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões em 4º grau	Tem servido os nobres cargos da câmara	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1067, S/N
1824/1826	Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões	Solteiro/58 anos	F.C.R., Fidalgo Escudeiro e Coronel de Milícias reformado	350 000 cruzados	Morador na cidade		Tem servido de vereador assim como seus antepassados	I.A.N./T.T. - Des do Paço, Beira, Mç. 1071, S/N
	Francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca	Casado/42 anos	F.C.R., Tenente - Coronel de Milícias reformado	250 000 cruzados	Morador na cidade		Tem servido de vereador assim como seus antepassados e é Vereador actual.	I.A.N./T.T. - Des do Paço, Beira, Mç. 1071, S/N
	Manuel Pereira Coutinho de Vilhena	Casado/34 anos	F.C.R., Comendador Honorário da Ordem de Cristo e Cavaleiro da Ordem de Jerusalém	350 000 cruzados	Morador na cidade	Genro de Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos e primo de Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra	Tem servido de vereador e actualmente é vereador.	I.A.N./T.T. - Des do Paço, Beira, Mç. 1071, S/N
1827/1829	António Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho	Solteiro/26 anos	F.C.R. e bacharel em Leis	250 000 cruzados	Morador na Corredoura	É sobrinho de Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra e de João Pinheiro Aragão Sauzedo e irmão de José Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho	Tem servido de vereador tal como os seus passados. Excelente e das principais famílias e bacharel em leis	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N
	Luis Gomes de Sousa Teles	Casado/52 anos	Bacharel formado em Leis	60 000 cruzados	Morador na cidade		Tem exercido a Magistratura e foi Juíz de Fora na Cidade	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N
	Joaquim de Lemos	Viúvo/50 anos	Bacharel formado	50 000 cruzados	Morador na cidade		Tem servido cargos no Concelho, e tem bons princípios e boas qualidades públicas	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N

Quadro B.1.1 Informadores (continuação).

Eleições	Informadores	Estado civil/Idade	Estatuto/Actividade	Bens	Residência	Grau parentesco	Observações	Fonte
1829/1831	João Pinheiro Aragão Sauzedo	Casado/40 anos	Fidalgo com exercício na Casa Real, Comendador da Ordem de Cristo, Coronel de Milícias reformado	400 000 cruzados	Morador na cidade	Tio de António Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho	Muito bom e tem servido os cargos da Câmara tal como os seus passados	I.A.N.T.T – Des. do Paço,Beira, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N
	Francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca	Casado/36 anos	Fidalgo com exercício na Casa Real, Tenente - Coronel de Milícias reformado	200 000 cruzados	Morador na cidade	Cunhado de Joaquim António Pinheiro da Fonseca Vieira e Silva	Muito bom, tem servido os cargos da camara com seus passados	I.A.N.T.T – Des. do Paço,Beira, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N
1832/1834	Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões	Solteiro/64 anos	F.C.R. e Coronel de Milícias reformado	200 000 cruzados		Parente de João da Silveira Pinto da Fonseca	Tem servido cargos da governança	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N
	João Correia de Lacerda	Solteiro/58 anos	Tenente - Coronel de Milícias graduado	30 000 cruzados		Parente de João da Silveira Pinto da Fonseca	Vereador actual	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N

Quadro B.2.1 Eleitores.

Eleições	Data	Nº de votos obtidos	Eleitores	Fonte
1799/1801	1798	18 votos	António Perfeito Pereira Pinto Rebelo Moura Coutinho (avô)	I.A.N./T.T – Des. do Paço, Beira, Mç. 1053, S/N
		18 votos	António Osório Magalhães Botelho Soares Machuca	I.A.N./T.T – Des. do Paço, Beira, Mç. 1053, S/N
		15 votos	Jerónimo de Carvalho Rebelo	I.A.N./T.T – Des. do Paço, Beira, Mç. 1053, S/N
		15 votos	José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira	I.A.N./T.T – Des. do Paço, Beira, Mç. 1053, S/N
		17 votos	Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra	I.A.N./T.T – Des. do Paço, Beira, Mç. 1053, S/N
		16 votos	Joaquim de Albergaria Monteiro Vasconcelos	I.A.N./T.T – Des. do Paço, Beira, Mç. 1053, S/N
1802/1804		13 votos	Jerónimo de Carvalho Rebelo	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1055, S/N
		12 votos	José Taveira Pimentel de Carvalho	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1055, S/N
		14 votos	António de Albergaria Monteiro Vasconcelos	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1055, S/N
		12 votos	José Guedes de Magalhães Osório Coelho Pereira	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1055, S/N
		12 votos	Joaquim Albergaria Monteiro vasconcelos	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1055, S/N
		13 votos	Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1055, S/N
1805/1807		7 votos	Jerónimo de Carvalho Rebelo	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
		7 votos	Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
		7 votos	António de Albergaria Monteiro Vasconcelos	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
		7 votos	Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
		7 votos	Joaquim Albergaria Monteiro vasconcelos	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
		7 votos	José Guedes de Magalhães Osório Coelho Pereira	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
1808/1810		10 votos	João Pinheiro Aragão Sauzedo	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
		11 votos	José Guedes de Magalhães Osório Coelho Pereira	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
		13 votos	Jerónimo de Carvalho Rebelo	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
		13 votos	Joaquim Albergaria Monteiro vasconcelos	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
		12 votos	José Leitão Pereira Rebelo Soares de Carvalho	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
		11 votos	Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
1815/1817	28/1/1815	7 votos	Jerónimo de Carvalho Rebelo	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
		7 votos	Manuel Pereira Coutinho de Vilhena	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
		8 votos	Francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
		7 votos	João Pinheiro Aragão Sauzedo	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N

Quadro B.2.1 Eleitores (continuação).

Eleições	Data	Nº de votos obtidos	Eleitores	Fonte
		8 votos	José Guedes de Magalhães Osório Coelho Pereira	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
		8 votos	Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
1818/1820	6/9/1817	7 votos	José Guedes de Magalhães Osório Coelho Pereira	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
		6 votos	Joaquim Albergaria Monteiro vasconcelos	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
		9 votos	Francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
		7 votos	Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
		9 votos	Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
		10 votos	José Taveira Pimentel de Carvalho	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
1821/1823	12/12/1820	7 votos	Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1067, S/N
		7 votos	José Taveira Pimentel de Carvalho	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1067, S/N
		7 votos	José Guedes de Magalhães Osório Coelho Pereira	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1067, S/N
		7 votos	João Pinheiro Aragão Sauzedo	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1067, S/N
		7 votos	Manuel Pereira Coutinho de Vilhena	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1067, S/N
		7 votos	Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1067, S/N
1824/1826	22/10/1823	8 votos	Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra	I.A.N./T.T. - Des do Paço, Beira, Mç. 1071, S/N
		8 votos	Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões	I.A.N./T.T. - Des do Paço, Beira, Mç. 1071, S/N
		8 votos	Manuel Pereira Coutinho de Vilhena	I.A.N./T.T. - Des do Paço, Beira, Mç. 1071, S/N
		8 votos	João Pinheiro Aragão Sauzedo	I.A.N./T.T. - Des do Paço, Beira, Mç. 1071, S/N
		8 votos	José Taveira Pimentel de Carvalho	I.A.N./T.T. - Des do Paço, Beira, Mç. 1071, S/N
		8 votos	Francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca	I.A.N./T.T. - Des do Paço, Beira, Mç. 1071, S/N
1827/1829		17 votos	António José da Costa	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N
		15 votos	António Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho (neto)	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N
		12 votos	José Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N
		16 votos	Joaquim de Lemos	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N
		15 votos	António Ferreira da Mota	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N
		16 votos	António de Azevedo Teixeira de Carvalho	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N
1829/1831		9 votos	Joaquim Albergaria Monteiro vasconcelos	I.A.N.T.T – Des. do Paço,Beira, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N
		9 votos	José de Melo Freire Pita Osório	I.A.N.T.T – Des. do Paço,Beira, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N

Quadro B.2.1 Eleitores (continuação).

Eleições	Data	Nº de votos obtidos	Eleitores	Fonte
		9 votos	João Pinheiro Aragão Sauzedo	I.A.N.T.T – Des. do Paço,Beira, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N
		9 votos	Francisco da Silveira Pinto da Fonseca	I.A.N.T.T – Des. do Paço,Beira, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N
		9 votos	Francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca	I.A.N.T.T – Des. do Paço,Beira, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N
		8 votos	Joaquim Peito de Carvalho	I.A.N.T.T – Des. do Paço,Beira, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N
1832/1834		15 votos	João Pinheiro Aragão Sauzedo	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N
		17 votos	Francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N
		20 votos	Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N
		20 votos	Joaquim António Pinheiro da Fonseca Osório Vieira e Silva	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N
		20 votos	João Correia de Lacerda	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N
		16 votos	António Teixeira de Sousa da Silva Alcoforado de Magalhães e Lacerda	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N

Quadro B.3.1 Vereadores.

Eleições	Nome dos Vereadores	Estado civil/Idade	Estatuto/Actividade	Bens	Residência	Ligações de parentesco	Observações dos Informadores	Fonte
1799-1801	Bernardo Pinheiro Aragão Sauzedo	casado/60 anos	F.C.R.	400 000 cruzados	Morador na cidade	Sogro de Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho e de Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osóriio Seabra	É considerado óptimo para a vereação	I.A.N./T.T – Des. do Paço, Beira, Mç. 1053, S/N
	António de Albergaria Monteiro Vasconcellos	Casado/ 66 anos	Da Principal Nobreza da cidade, Professo na Ordem de Cristo	200 000 cruzados	Morador na cidade	Pai de Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos	É considerado óptimo para a vereação	I.A.N./T.T – Des. do Paço, Beira, Mç. 1053, S/N
	Manuel Teixeira Pimentel de Carvalho	Casado/ 72 anos	F.C.R.	200 000 cruzados	Morador na cidade	Parente, dentro do 4º grau e por sanguinidade, de Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho e por afinidade de Joaquim de Castro da Fonseca Osório Seabra	É considerado óptimo para a vereação	I.A.N./T.T – Des. do Paço, Beira, Mç. 1053, S/N
	António Osório Magalhães Botelho Soares Machuca	Casado/40 anos	F.C.R.	100 000 cruzados	Morador na cidade		É considerado óptimo para a vereação	I.A.N./T.T – Des. do Paço, Beira, Mç. 1053, S/N
	Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões	solteiro/35 anos	F.C.R., Tenente - Coronel do Regimento Milícias da Comarca de Viseu	150 000 cruzados	Morador na cidade		Actual vereador. É óptimo	I.A.N./T.T – Des. do Paço, Beira, Mç. 1053, S/N
	Joaquim de Castro da Fonseca Osório Seabra	casado/24 anos	F.C.R., Professo na Ordem de Cristo, Coronel do Regimento de Milícias da cidade	200 000 cruzados	Morador na cidade	Genro de Bernardo Pinheiro Aragão Sauzedo e cunhado de Francisco Perfeito Pereira de Moura Coutinho	É óptimo	I.A.N./T.T – Des. do Paço, Beira, Mç. 1053, S/N
	Joaquim António Pinheiro da Fonseca	solteiro/40 anos	Principal nobreza, graduado pela Universidade de Coimbra sendo nela opositor	150 000 cruzados			Muito digno e capaz de ser vereador e de grande utilidade para a câmara	I.A.N./T.T – Des. do Paço, Beira, Mç. 1053, S/N

Quadro B.3.1 Vereadores (continuação).

Eleições	Nome dos Vereadores	Estado civil/Idade	Estatuto/Actividade	Bens	Residência	Ligações de parentesco	Observações dos Informadores	Fonte
	José Leite de Azevedo e Cunha	solteiro/25 anos	Distinta nobreza	sucessor do pai	Morador na Penajóia		É óptimo e muito hábil e capaz de servir de vereador	I.A.N./T.T – Des. do Paço, Beira, Mç. 1053, S/N
	Joaquim de Albergaria Monteiro de Vasconcelos	casado/41 anos	Principal nobreza, Tenente - Coronel do Regimento de Milícias de Lamego	sucessor do pai	Morador na cidade	Filho de António Albergaria Monteiro Vasconcelos	É óptimo	I.A.N./T.T – Des. do Paço, Beira, Mç. 1053, S/N
1802-1804	Jerónimo de Carvalho Rebelo	casado/56 anos	F.C.R.	500 000 cruzados	Morador na cidade		Muito digno	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1055, S/N
	Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões	solteiro/36 anos	F.C.R., Tenente - Coronel do Regimento de Milícias da Comarca de Viseu	300 000 cruzados	Morador na cidade		Muito digno	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1055, S/N
	João Pinto Coelho Guedes de Macedo	casado/40 anos	F.C.R., Cavaleiro da Ordem de Cristo	250 000 cruzados	Morador em Cepões			I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1055, S/N
	Bernardo Pinheiro Aragão Sauzedo	casado/62 anos	F.C.R.	500 000 cruzados	Morador na cidade	Sogro de Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra e pai de João Pinheiro Aragão Sauzedo	Actual vereador da câmara. É muito suficiente	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1055, S/N
	António Albergaria Monteiro e Vasconcelos	casado/70 anos	Principal nobreza, Cavaleiro da Ordem de Cristo	500 000 cruzados	Morador na cidade		É da governança e é muito suficiente.	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1055, S/N
	António Osório Magalhães Botelho Soares Machuca	casado/40 anos	F.C.R.	300 000 cruzados	Morador na cidade		Actual vereador da câmara. É muito suficiente	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1055, S/N
	Luis Guedes de Carvalho Sousa e Vasconcelos	viuvo/40 anos	Pessoa de distinta nobreza	400 000 cruzados	Quinta de Mussul		É digno.	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1055, S/N

Quadro B.3.1 Vereadores (continuação).

Eleições	Nome dos Vereadores	Estado civil/Idade	Estatuto/Actividade	Bens	Residência	Ligações de parentesco	Observações dos Informadores	Fonte
	Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos	casado/44 anos	F.C.R., ex Juíz de Fora de Mogadouro e Tenente - Coronel de Milícias de Lamego, reformado	sucessor do pai	Morador na cidade	Filho de António Albergaria Monteiro Vasconcelos	É muito digno.	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1055, S/N
	Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra	casado/27 anos	F.C.R., Coronel do Regimento de Milícias de Lamego e Cavaleiro da Ordem de Cristo	500 000 cruzados	Morador na cidade	Genro de Bernardo Pinheiro Aragão Sauzedo, cunhado de João Pinheiro Aragão Sauzedo	É mmuito digno.	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1055, S/N
1805-1807	José Leitão Pereira Rebelo Soares de Carvalho	solteiro/ 65 anos	F.C.R. e pertence à principal nobreza da cidade	200 000 cruzados	Natural da cidade		Apesar da idade avançada está muito hágil para servir o cargo. Nunca serviu cargo algum na Câmara por estar adido à Igreja. Hábil e digno	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	João Pinto Coelho Guedes de Macedo	casado/ 40 anos	F.C.R., Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo e pessoa da principal nobreza da cidade	150 000 cruzados	Morador em Cepões		Tem servido de vereador na Câmara. Devido à distância em que vive, raras vezes vem à Câmara	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira	casado/26 anos	Moço Fidalgo da Casa Real, Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo e Tenente – Coronel do Regimento Provincial de Lamego	200 000 cruzados	Morador na cidade	Cunhado de Jerónimo de Carvalho Rebelo	Tem servido de vereador na Câmara com desempenho do seu dever.	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra	viuvo/ 30 anos	F.C.R., Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo, Coronel do Regimento Miliciano da Comarca e pessoa da principal nobreza	200 000 cruzados		Cunhado de Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho.	Tem servido de vereador, com desempenho da sua obrigação. Muito ágil, bem entendido.	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos	casado/ 45 anos	F.C.R., formado em Leis e Tenente - Coronel reformado		Morador na cidade	Filho de António Albergaria Monteiro Vasconcelos	Sucessor da casa do pai. Tem servido actualmente de vereador com muito desempenho. Tem boas circunstâncias.	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N

Quadro B.3.1 Vereadores (continuação).

Eleições	Nome dos Vereadores	Estado civil/Idade	Estatuto/Actividade	Bens	Residência	Ligações de parentesco	Observações dos Informadores	Fonte
	Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho	casado/ 35 anos	F.C.R. e Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo	300 000 cruzados	Morador na cidade	Cunhado de Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra	Tem servido de vereador com muito desempenho. É perfeito em todas as suas acções e muito instruído.	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	Luis Guedes de Carvalho Sousa e Vasconcelos	viuvo/40 anos	Pessoa de distinta nobreza	150 000 cruzados	Quinta Mussul		Já serviu de vereador com muito desempenho. Apesar de viver fora da cidade não falta à Câmara.	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	Jerónimo de Carvalho Rebelo	casado/ 55 anos	F.C.R.	300 000 cruzados	Morador na cidade	Cunhado de José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira	Serve actualmente de vereador. Muito bem desempenha todos os seus deveres com muita satisfação do público por ser benemérito e inteligente	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	António de Albergaria Monteiro de Vasconcelos	viuvo/ 73 anos	Pessoa da principal nobreza da cidade e Cavaleiro Professo na Ordem de Cristo	200 000 cruzados	Morador na cidade	Pai de Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos	Tem servido muitas vezes de vereador. Apesar da idade, as suas acções são muito bem reguladas fora e dentro da Câmara com muita satisfação do público	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
1808-1810	Jerónimo de Carvalho Rebelo	Casado/ 63 anos	F.C.R.	500 000 cruzados	Morador na cidade		É considerado Bom.	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	Luis Guedes de Carvalho Sousa e Vasconcelos	Viúvo/ 40 anos	Da principal nobreza da cidade	200 000 cruzados	Morador Quinta Mussul		Bom. Actualmente vereador.	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N

Quadro B.3.1 Vereadores (continuação).

Eleições	Nome dos Vereadores	Estado civil/Idade	Estatuto/Actividade	Bens	Residência	Ligações de parentesco	Observações dos Informadores	Fonte
	João Pinto Coellho Guedes de Macedo	casado/ 45 anos	F.C.R.	200 000 cruzados	Morador em Cepões		Suficiente.	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	José Taveira Pimentel de Carvalho e Meneses	solteiro/ 29 anos	Coronel do Regimento de Melícias da cidade	200 000 cruzados	Morador na cidade		Bom.	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões	solteiro/ 44 anos	F.C.R. e Tenente - Coronel reformado em Coronel de Milícias	400 000 cruzados	Morador na cidade		Bom.	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	José Leitão Pereira Rebelo Soares de Carvalho	casado/ 70 anos	F.C.R.	500 000 cruzados	Morador na cidade		Bom.	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	João Pinheiro de Aragão Sauzedo	casado/ 30 anos	F.C.R. e Coronel agregado do Regimento de Milícias da Cidade	600 000 cruzados	Morador na cidade		Bom.	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	António Osório Magalhães Botelho Soares Machuca	viuvo/ 46 anos	F.C.R.	300 000 cruzados	Morador na cidade		Bom.	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos	Casado/ 50 anos	F.C.R.	400 000 cruzados	Morador na cidade		Bom. Actualmente vereador.	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
1811	Jerónimo de Carvalho Rebelo	Casado/ 63 anos	F.C.R.	500 000 cruzados	Morador na cidade		É considerado Bom.	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	José Leitão Pereira Rebelo Soares de Carvalho	casado/ 70 anos	F.C.R.	500 000 cruzados	Morador na cidade		Bom.	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N

Quadro B.3.1 Vereadores (continuação).

Eleições	Nome dos Vereadores	Estado civil/Idade	Estatuto/Actividade	Bens	Residência	Ligações de parentesco	Observações dos Informadores	Fonte
	Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos	Casado/ 50 anos	F.C.R.	400 000 cruzados	Morador na cidade		Bom. Actualmente vereador.	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra	viúvo/ 33 anos	F.C.R., Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo e Tenente - Coronel reformado	500 000 cruzados	Morador na cidade	Cunhado de Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho	Bom. Actualmente vereador.	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões	solteiro/ 44 anos	F.C.R. e Tenente - Coronel reformado em Coronel de Milícias	400 000 cruzados	Morador na cidade		Bom.	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	Francisco Perfeito Pereira de Moura Coutinho	……../39 anos	F.C.R. e Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo	500 000 cruzados	Morador na cidade	Cunhado de Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra	Bom.	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	António Osório Magalhães Botelho Soares Machuca	viuvo/ 46 anos	F.C.R.	300 000 cruzados	Morador na cidade		Bom.	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
1815-1817	Jerónimo de Carvalho Rebelo	…/ 71 anos	F.C.R.	500 000 cruzados	Morador na cidade	Cunhado de José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira	Tem servido os cargos da República. Possui todas as qualidades que se exige	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira	casado/ 35 anos	Fidalgo e Coronel do Regimento de Milícias de Arouca	200 000 cruzados	Morador na cidade	Cunhado de Jerónimo de Carvalho Rebelo	Bom.	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	João Pinheiro Aragão Sauzedo	casado/ 39 anos	F.C.R. e Coronel de Milícias reformado	300 000 cruzados	Morador na cidade	Cunhado de Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra e de Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho	Bom.	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N

Quadro B.3.1 Vereadores (continuação).

Eleições	Nome dos Vereadores	Estado civil/Idade	Estatuto/Actividade	Bens	Residência	Ligações de parentesco	Observações dos Informadores	Fonte
	Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra	viuvo/ 40 anos	F.C.R.	350 000 cruzados	Morador na cidade	Cunhado de João Pinheiro Aragão Sauzedo e parente em 2º grau de Manuel Pereira Coutinho de Vilhena	Bom.	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho	viuvo/. ..	F.C.R.	400 000 cruzados	Morador na Corredoura	Cunhado de João Pinheiro Aragão Sauzedo	Bom.	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	Manuel Pereira Coutinho de Vilhena	viuvo/ 24 anos	F.C.R.	400 000 cruzados	Morador na cidade	Parente em 1º grau de Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos e em 2º de Jerónimo de Carvalho Rebelo e de Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra	Bom. Tem servido os cargos da República	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos	casado/ 58 anos	F.C.R.	300 000 cruzados	Morador na cidade	Parente em 1º grau de Manuel Pereira Coutinho de Vilhena	Bom. Tem servido os cargos da República.	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	Francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca	solteiro/ 31 anos	F.C.R.	300 000 cruzados	Morador na cidade		Bom. Tem servido os cargos da República.	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	José Taveira Pimentel de Carvalho e Meneses	solteiro/ 36 anos	F.C.R. e Coronel de Milícias	300 000 cruzados	Morador na cidade		Bom. Tem servido os cargos da república	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões	solteiro/ 50 anos	F.C.R.	300 000 cruzados	Morador na cidade		Bom. Tem servido os cargos da República	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	João Pinto Coelho Guedes de Macedo	viuvo/ 52 anos	F.C.R.	250 000 cruzados	Morador em Cepões		Bom. Tem servido os cargos da República.	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N

Quadro B.3.1 Vereadores (continuação).

Eleições	Nome dos Vereadores	Estado civil/Idade	Estatuto/Actividade	Bens	Residência	Ligações de parentesco	Observações dos Informadores	Fonte
1818-1820	Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra	viuvo/ 42 anos	F.C.R. com exercício nessa Casa	400 000 cruzados	Morador na cidade	Cunhado de João Pinheiro Aragão Sauzedo e de Francisco Perfeito Pereira de Moura Coutinho e em 2º grau de Manuel Pereira Coutinho de Vilhena	Serviu de vereadore em 1815.	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões	solteiro/53 anos	Fidalgo com acrescentamento da Casa Real	350 000 cruzados	Morador na cidade	Parente, em 1º grau, de João da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões	Tem servido de vereador em 1815 e seus ascendentes.Bom.	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	Francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca	solteiro/ 34 anos	Fidalgo Cavaleiro da Casa Real	250 000 cruzados	Morador na cidade		Tem servido de vereador em 1816.	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	João Pinheiro Aragão Sauzedo	casado/ 40 anos	Fidalgo Cavaleiro da Casa Real	400 000 cruzados	Morador na cidade	Parente em 1º grau de Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra e de Francisco Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho	É vereador actual. Bom.	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	Manuel Pereira Coutinho de Vilhena	casado/ 27 anos	Fidalgo Cavaleiro da Casa Real	350 000 cruzados	Morador na cidade	Parente em 2º grau de Joaquim de castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra	serviu de vereador em 1816. Bom	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	José de Sousa Araujo Freire Borges da Veiga	casado/ 38 anos	Da primeira nobreza da cidade e governança	350 000 cruzados	Morador na cidade		Tem servido de vereador tal como seus ascendentes.	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	Francisco Perfeiro Pereira Pinto de Moura Coutinho	viuvo/ 49 anos	Fidalgo Cavaleiro da Casa Real	600 000 cruzados	Termo da cidade	Parente de Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra e de João Pinheiro Aragão Sauzedo em 1º grau	Serviu de vereador em 1816. Bom.	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N

Quadro B.3.1 Vereadores (continuação).

Eleições	Nome dos Vereadores	Estado civil/Idade	Estatuto/Actividade	Bens	Residência	Ligações de parentesco	Observações dos Informadores	Fonte
	António Correia Leitão da Fonseca	casado/ 55 anos	Fidalgo Cavaleiro da Casa Real	250 000 cruzados	Morador na cidade		Seus ascendentes serviram de vereadores.	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	João Pinto Coelho Guedes de Macedo	viuvo/ 58 anos	F.C.R.	200 000 cruzados	Termo da cidade		Tem servido de vereador.	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	João da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões	solteiro/	Fidalgo com acrescentamento da Casa Real		Morador na cidade	Parente em 1º grau de João da Silveira pinto da Fonseca Bulhões	Imediato sucessor à casa de seu irmão. Seus ascendentes serviram de vereadores.	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
1821-1823	João Pinheiro de Aragão Sauzedo	casado/ 43 anos	F.C.R.	200 000 cruzados	Morador na cidade	Parente em 4º grau de pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões	Tem servido os nobres cargos da câmara.	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1067, S/N
	Joaquim de Albergaria Monteiro Vasconcelos	casado/ 60 anos	F.C.R.	150 000 cruzados	Morador na cidade		Tem servido os nobres cargos da Câmara.	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1067, S/N
	Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões	solteiro/ 67 anos	F.C.R.	150 000 cruzados	Morador na cidade	Parente em 4º grau de João Pinheiro Aragão Sauzedo	Tem servido os nobres cargos da camara.	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1067, S/N
	José de Lemos Melo e Vasconcelos	solteiro/ 47 anos	F.C.R. e proprietário	180 000 cruzados	Morador na cidade		Tem servido os nobres cargos da camara.	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1067, S/N
	António Cardoso de Meneses Montenegro	casado/ 46 anos	Pessoa de conhecida nobreza	30 000 cruzados	Morador na cidade		Vive dos rendimentos.	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1067, S/N
1824-1826	Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra	viúvo/50 anos	Fidalgo com exercício da Casa Real, Comendador da Ordem de Cristo	400 000 cruzados	Morador na cidade	Cunhado de João Pinheiro Aragão sauzedo, primo de manuel Pereira Coutinho de Vilhena.	Já serviu de vereador	I.A.N./T.T. - Des do Paço, Beira, Mç. 1071, S/N

Quadro B.3.1 Vereadores (continuação).

Eleições	Nome dos Vereadores	Estado civil/Idade	Estatuto/Actividade	Bens	Residência	Ligações de parentesco	Observações dos Informadores	Fonte
	José Taveira Pimentel de Carvalho e Meneses	casado/46 anos	F.C. R. e Comendador da Ordem de Cristo	400 000 cruzados	Morador na cidade		Já serviu de vereador	I.A.N./T.T. - Des do Paço, Beira, Mç. 1071, S/N
	João Pinheiro de Aragão Sauzedo	casado/48 anos	F.C.R. e Coronel de Milícias reformado	400 000 cruzados	morador na cidade	Cunhado de Joaquim de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra	Tem servido de vereador assim como os seus antepassados	I.A.N./T.T. - Des do Paço, Beira, Mç. 1071, S/N
	José Guedes de Magalhães Osório Coelho Pereira	casado/46 anos	F.C.R., Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo e Coronel de Milícias de Arouca	350 000 cruzados	Morador na cidade		Tem servido de vereador assim como os seus antepassados	I.A.N./T.T. - Des do Paço, Beira, Mç. 1071, S/N
	Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos	casado/66 anos	F.C.R. e Tenente - Coronel de Milícias reformado	350 000 cruzados	Morador na cidade		Tem servido de vereador assim como os seus antepassados	I.A.N./T.T. - Des do Paço, Beira, Mç. 1071, S/N
	José de Sousa Araújo Freire Borges da Veiga	casado/48 anos	F.C.R. e Coronel de Milícias	350 000 cruzados	Morador Quinta do Alvão		Tem servido de vereador assim como os seus antepassados	I.A.N./T.T. - Des do Paço, Beira, Mç. 1071, S/N
	José de Lemos Melo e Vasconcelos	casado/52 anos	F.C.R.	350 000 cruzados	Morador na cidade			I.A.N./T.T. - Des do Paço, Beira, Mç. 1071, S/N
	José de Melo Freire Pita Osório	casado/27 anos	F.C.R.e Coronel de Milícias de Lamego	300 000 cruzados	Morador na cidade			I.A.N./T.T. - Des do Paço, Beira, Mç. 1071, S/N
	Pedro da Silveira Pinto da Fonseca Bulhões	solteiro/58 anos	F.C.R., Fidalgo Escudeiro e Coronel de Milícias reformado	350 000 cruzados	Morador na cidade		Tem servido de vereador assim como seus antepassados	I.A.N./T.T. - Des do Paço, Beira, Mç. 1071, S/N
	Francisco Osório de Magalhães Botelho Soares Machuca	casado/42 anos	F.C.R. e Tenente - Coronel de Milícias reformado	250 000 cruzados	Morador nesta cidade		Tem servido de vereador assim como seus antepassados e é vereador actual	I.A.N./T.T. - Des do Paço, Beira, Mç. 1071, S/N

Quadro B.3.1 Vereadores (continuação).

Eleições	Nome dos Vereadores	Estado civil/Idade	Estatuto/Actividade	Bens	Residência	Ligações de parentesco	Observações dos Informadores	Fonte
1827-1829	José Guedes Magalhães Osório Coelho Pereira	casado/47 anos	F.C.R., Comendador da Ordem de Cristo e Coronel do Regimento de Milícias de Arouca	200 000 cruzados	Morador na cidade		Ele e seus passados tem servido de vereadores. É excelente e das principais famílias	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N
	António Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho	solteiro/26 anos	F.C.R.e bacharel em Leis	250 000 cruzados	Morador na Corredoura	É irmão de José Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho	Tem servido de vereador tal como os seus passados, excelente e das principais famílias e bacharel em leis	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N
	Bernardo Pereira Correia Leitão	casado/30 anos	F.C.R.	150 000 cruzados	Morador na cidade		Seus passados têm servido de vereadores, é bom e de excelentes princípios	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N
	José Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho	solteiro/24 anos	F.C.R.e bacharel em Leis	15 000 cruzados	morador na Corredoura	É irmão de António Perfeito Pereira pinto de Moura Coutinho	Tem servido de vereador tal como seus passados, é excelente e das principais famílias	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N
	António José da Costa	casado/ 41 anos	Comandante das Ordenanças do Distrito da cidade e Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo	150 000 cruzados	Morador na cidade		É bom.	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N
	Custódio Correia da Rocha	casado/41 anos	Sargento Mor de Ordenanças e Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo	70 000 cruzados	Morador na cidade		É bom e negociante nesta cidade	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N
1829-1831	Joaquim de Albergaria Monteiro Vasconcelos	casado/65 anos	F.C.R.	200 000 cruzados	Morador na cidade	Sogro de Manuel Pereira Coutinho de Vilhena	Tem servido os cargos nobres da câmara com seus passados e é muito bom	I.A.N.T.T – Des. do Paço,Beira, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N

Quadro B.3.1 Vereadores (continuação).

Eleições	Nome dos Vereadores	Estado civil/Idade	Estatuto/Actividade	Bens	Residência	Ligações de parentesco	Observações dos Informadores	Fonte
	António Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho	solteiro/30 anos	F.C.R.	400 000 cruzados	Morador na Corredoura	Sobrinho de João Pinheiro Aragão Sauzedo	Tem servido os cargos e seus passados, sofrível, muito rico	I.A.N.T.T – Des. do Paço,Beira, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N
	José de Melo Freire Pita Osório	casado/34 anos	F.C.R., Comendador da Ordem de Cristo e Coronel de Regimento de Milícias desta cidade	200 000 cruzados			É óptimo e tem servido os cargos nobres na câmara	I.A.N.T.T – Des. do Paço,Beira, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N
	Joaquim António Pinheiro da Fonseca Osório Vieira e Silva	casado/40 anos	Tenente - Coronel de Milícias	300 000 cruzados	Morador na cidade	Cunhado de francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca	Bom	I.A.N.T.T – Des. do Paço,Beira, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N
	Manuel Pereira Coutinho de Vilhena	viuvo/40 anos	F.C.R. e Comendador da Ordem de Cristo	400 000 cruzados	Morador na cidade	Genro de Joaquim Albergaria Monteiro Vasconcelos	Tem servido cargos na camara e é bom	I.A.N.T.T – Des. do Paço,Beira, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N
	José de Lemos Melo e Vasconcelos	casado/50 anos	F.C.R.	300 000 cruzados	Morador na cidade			I.A.N.T.T – Des. do Paço,Beira, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N
	José Pinto Coelho Guedes de Macedo	solteiro/30 anos	F.C.R.	200 000 cruzados	Morador em Cepões		Tem servido a camara tal como os seus passados e é muito capaz	I.A.N.T.T – Des. do Paço,Beira, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N
	João Correia de Lacerda	solteiro/60 anos	Tenente - Coronel de Milícias	30 000 cruzados	Morador na cidade		É bom	I.A.N.T.T – Des. do Paço,Beira, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N

Quadro B.3.1 Vereadores (continuação).

Eleições	Nome dos Vereadores	Estado civil/Idade	Estatuto/Actividade	Bens	Residência	Ligações de parentesco	Observações dos Informadores	Fonte
	João Pinheiro Aragão Sauzedo	casado/40 anos	Fidalgo com exercício na Casa Real, Comendador da Ordem de Cristo e Coronel de Milícias reformado	400 000 cruzados	Morador na cidade	Tio de António Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho	Muito bom e tem servido os cargos da Câmara tal como os seus passados	I.A.N.T.T – Des. do Paço,Beira, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N
	Francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca	casado/36 anos	Fidalgo com exercício na Casa Real e Tenente - Coronel de Milícias reformado	200 000 cruzados	Morador na cidade	Cunhado de Joaquim António Pinheiro da Fonseca Osório Vieira e Silva	Muito bom tem servido os cargos da Câmara com seus passados	I.A.N.T.T – Des. do Paço,Beira, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N
1832-1834	João da Silveira Pinto Fonseca (visconde da Várzea)	solteiro/27 anos	Coronel do Batalhão de Voluntários Realistas	300 000 cruzados				I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N
	Francisco Osório Magalhães Botelho Soares Machuca	casado/50 anos	F.C.R. e Tenente - Coronel de Milícias reformado	200 000 cruzados			tem servido cargos governança	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N
	Pedro António de Carvalho Pereira	casado/53 anos	Brigadeiro de Milícias e Cavaleiro da Ordem de Cristo	100 000 cruzados	Morador em Penude			I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N
	António Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho	solteiro/30 anos	Fidalgo	300 000 cruzados			tem servido governança	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N

Quadro B.4.1 Procuradores.

Ano	Procuradores da Cidade	Estado civil/Idade	Estatuto/actividade	Residência	Bens	Observações dos Informadores	Fonte
1799-1801	José mendes da Fonseca	Casado/ 50	Bacharel/advogado na cidade	Morador na cidade	6 000 cruzados	É óptimo	I.A.N./T.T – Des. do Paço, Beira, Mç. 1053, S/N
	Manuel Coelho da Fonseca	casado/ 50	Bacharel/advogado na cidade	Morador na cidade	4 000 cruzados	É óptimo e de exemplar vida e costumes	I.A.N./T.T – Des. do Paço, Beira, Mç. 1053, S/N
	Luis Monteiro de Carvalho	casado/50	Bacharel/advogado na cidade	Morador na cidade	4 000 cruzados	É óptimo	I.A.N./T.T – Des. do Paço, Beira, Mç. 1053, S/N
1802-1804	Luis Monteiro de Carvalho	casado/55	advogado nos auditórios da cidade	Morador na cidade	5 000 cruzados	Bom	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1055, S/N
	José Mendes da Fonseca	casado/60	advogado nos auditórios da cidade/Bacharel	Morador na cidade	4 000 cruzados	Bom	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1055, S/N
	Joaquim de Lemos	casado/24	advogado nos auditórios da cidade/Bacharel	Morador na cidade	8 000 cruzados	Bom	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1055, S/N
1805-1807	Joaquim de Lemos	casado/ 28	Advogado	Morador na cidade	10 000 cruzados	Já serviu de Procurador com satisfação.	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	António Joaquim Soares	casado/ 40	Almotacé/Proprietário dos ofícios de Inquiridor/Contador /Distribuidor	Morador na cidade	10 000 cruzados	Serve para este cargo muito bem por sua actividade e inteligência.	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	Luis José Joaquim Soares	casado/ 49	Escrivão dos contos	Morador na cidade	8 000 cruzados	Tem servido de Procurador. É muito hábil.	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
1808-1810	António Joaquim Soares	casado/ 43	Proprietário dos ofícios de Inquiridor/Contador e Distribuidor				I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	Manuel Joaquim de Almeida	casado/37		Morador na cidade	30 000 cruzados		I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	José de Moura Seco						I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
1815-1817	Jerónimo de Macedo Tavares	casado/ 50	Cirurgião	Morador na cidade	20 000 cruzados	É capaz.	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	António Joaquim Soares	casado/ 40		Morador na cidade	20 000 cruzados	Bom.	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	Ignácio José Ferreira			Morador na cidade	6 000 cruzados	Bom. Tem sido hábil e capaz neste cargo e já tem servido de Almotacé.	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N

Quadro B.4.1 Procuradores (continuação).

Ano	Procuradores da Cidade	Estado civil/Idade	Estatuto/actividade	Residência	Bens	Observações dos Informadores	Fonte
1818-1820	José Mendes da Fonseca	casado/ 60	Advogado	Morador na cidade	1 conto de réis	Tem servido o cargo de Procurador	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	Joaquim de Lemos	viuvo/ 35	Advogado	Morador na cidade	15 000 cruzados	Tem servido o cargo de Procurador	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	Manuel de Sequeira Moreira	casado/ 28	Ajudante do Juízo da Correição da cidade	Morador na cidade	10 000 cruzados	Tem servido o cargo de Procurador	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
1821-1823	Jacinto Feliciano da Silva Castro	casado/ 25 anos (+)	Advogado/vive de seus bens	Morador na cidade	400 000 réis	Tem servido o cargo de Procurador	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1067, S/N
1824-1826	Joaquim de Lemos	viuvo/47	Bacharel	Morador na cidade	150 000 cruzados	É Procurador actual	I.A.N./T.T. - Des do Paço, Beira, Mç. 1071, S/N
	Manuel Joaquim Pereira Cardoso	casado/38		Morador na cidade	25 000 cruzados		I.A.N./T.T. - Des do Paço, Beira, Mç. 1071, S/N
	João Tibério da Mota	solteiro/…	Cavaleiro da Ordem de Cristo	Morador na cidade	50 000 cruzados		I.A.N./T.T. - Des do Paço, Beira, Mç. 1071, S/N
1827-1829	José de Almeida Taveira de Magalhães	casado/40	Negociante matriculado	Morador na cidade	20 000 cruzados	É bom	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N
	José Mendes Victor	solteiro/27	Bacharel formado em Leis, Advogado dos Auditórios da cidade		8 000 cruzados	É bom	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N
	Manuel Joaquim Pereira Cardoso	casado/30	Bacharel formado em Medicina		30 000 cruzados	É bom	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N
1829-1831	Joaquim Peito de Carvalho	solteiro/35	Bacharel em Leis e Advogado	Morador na cidade	12 000 cruzados	Tem servido e serve de Almotacé	I.A.N.T.T – Des. do Paço,Beira, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N
	Manuel Joaquim Pereira	casado/35		Morador na cidade	20 000 cruzados	Tem servido de Procurador. É actual Procurador	I.A.N.T.T – Des. do Paço,Beira, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N
	Manuel Joaquim de Almeida	casado/55		Morador na cidade	30 000 cruzados	Tem servido de Procurador e Almotacé.	I.A.N.T.T – Des. do Paço,Beira, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N
1832-1834	Francisco Almeida Peneda	solteiro/40	Alferes Voluntário dos Realistas da Cidade		12 000 cruzados		I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N

Quadro B.5.1 Tesoureiros.

Ano	Candidatos a Tesoureiros	Estado civil/Idade	Estatuto/actividade	Residência	Bens	Observações	Fonte
1799-1801	José da Silva Mengo	Casado/40 anos	Homem de negócios	Morador na cidade	20 000 cruzados	Todos os Tesoureiros são capazes	I.A.N./T.T – Des. do Paço, Beira, Mç. 1053, S/N
	Bento José da Costa	Casado/50 anos	Negociante	Morador na cidade	20 000 cruzados	Todos os Tesoureiros são capazes	I.A.N./T.T – Des. do Paço, Beira, Mç. 1053, S/N
	Alexandre José da Costa	Casado/55 anos	Negociante	Morador na cidade	25 000 cruzados	Todos os Tesoureiros são capazes	I.A.N./T.T – Des. do Paço, Beira, Mç. 1053, S/N
1802-1804	Francisco Teixeira da Silva Carapuça	Viúvo/48 anos	Negociante	Morador na cidade	15 000 cruzados	Bom	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1055, S/N
	António José Alves	Casado/50 anos	Mercador	Morador na cidade	15 000 cruzados	Bom	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1055, S/N
	Manuel da Cunha	Casado/50 anos	Negociante	Morador na cidade	4 000 cruzados	Bom	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1055, S/N
1805-1807	Manuel António Cerdeira	Viúvo/ 50 anos	Negociante	Morador na cidade	15 000 cruzados	Serve muito bem	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	Alexandre José da Costa	Casado/ 60 anos	Negociante	Morador na cidade	20 000 cruzados	Hábil.	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	José da Silva mengo	Viúvo/47 anos	Negociante	Morador na cidade	10 000 cruzados	Hábil.	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
1808-1810	António Fernandes Alves						I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	Carlos Nunes de Aguiar						I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
	Manuel de Oliveira Chaves						I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N
1811	António Joaquim Ramos						I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1057, S/N

Quadro B.5.1 Tesoureiros.

Ano	Candidatos a Tesoureiros	Estado civil/Idade	Estatuto/actividade	Residência	Bens	Observações	Fonte
1815-1817	Manuel de Oliveira Chaves	Casado/ 50 anos		Morador na cidade	25 000 cruzados	Bom.	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	José de Almeida Taveira Magalhães	Casado/ 30 anos		Morador na cidade	20 000 cruzados	É muito bom.	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	José da Silva Mengo	Viúvo/ 50 anos		Morador na cidade	50 000 cruzados	Bom.	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	Custódio Correia da Rocha	Casado/ 35 anos		Morador na cidade	10 000 cruzados	Muito capaz.	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	João Pereira de Oliveira	Viúvo/ 60 anos		Morador na cidade	10 000 cruzados	Muito Bom.	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
1818-1820	Manuel António Nunes	Viúvo/ 35 anos	Tendeiro	Morador na cidade	400 000 réis	Muito Bom.	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	António da Silva Barbosa	Casado/ 40 anos	Tendeiro	Morador na cidade	4 000 cruzados	Muito Bom.	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
	Francisco Ignácio de Morais	Casado/ 35 anos	Tendeiro	Morador na cidade	1 conto de réis	Muito Bom.	I.A.N./T.T.- Des. do Paço, Beira, Mç. 1062, S/N
1821-1823	Lourenço de Oliveira Chaves	Casado/ 28 anos		Morador na cidade	25 000 cruzados	Vive de seus bens.	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1067, S/N
1824-1826	Francisco José da Cunha	Casado/36 anos	Negociante de mercearia	Morador na cidade	10 000 cruzados		I.A.N./T.T. - Des do Paço, Beira, Mç. 1071, S/N
	António Alexandre Marques	Casado/30 anos	Negociante	Morador na cidade	20 000 cruzados		I.A.N./T.T. - Des do Paço, Beira, Mç. 1071, S/N
	Domingos Gonçalves Valverde	Viúvo/48 anos		Morador na cidade	20 000 cruzados		I.A.N./T.T. - Des do Paço, Beira, Mç. 1071, S/N
1827-1829	Bento José da Silva Lima	Casado/30 anos	Negociante na cidade		6 000 cruzados	É bom	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N

Quadro B.5.1 Tesoureiros.

Ano	Candidatos a Tesoureiros	Estado civil/Idade	Estatuto/actividade	Residência	Bens	Observações	Fonte
	Gaspar Leite da Silva Barros	Casado/31 anos	Negociante na cidade		3 000 cruzados	É bom	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N
	Francisco pais de Figueiredo	Casado/30 anos	Negociante na cidade		6 000 cruzados	É bom	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N
	Francisco José da Cunha	Casado/40 anos	Negociante na cidade		7 000 cruzados	É bom	I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N
1829-1831	Manuel José de Oliveira	Casado/46 anos	Monteiro-mór e Negociante	Morador na cidade	10 000 cruzados		I.A.N.T.T – Des. do Paço,Beira, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N
	João José Ribeiro Juvandes	Casado/40 anos	Negociante	Morador na cidade	10 000 cruzados		I.A.N.T.T – Des. do Paço,Beira, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N
	Francisco António de Macedo	Viúvo/60 anos	Negociante	Morador na cidade	30 000 cruzados		I.A.N.T.T – Des. do Paço,Beira, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N
	António Alexandre Marques	Casado/30 anos	Negociante	Morador na cidade	10 000 cruzados		I.A.N.T.T – Des. do Paço,Beira, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N
	José Teixeira Geruste	Casado/35 anos	Negociante	Morador na cidade	8 000 cruzados		I.A.N.T.T – Des. do Paço,Beira, Mç. 1077, Cx. 1174, S/N
1832-1834	Alípio Dias de Carvalho	Casado/45			10 000 cruzados		I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N
	António Rebelo Magalhães	Casado/ 50	Negociante, Depositário da Décima		30 000 cruzados		I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N

Quadro B.5.1 Tesoureiros.

Ano	Candidatos a Tesoureiros	Estado civil/Idade	Estatuto/actividade	Residência	Bens	Observações	Fonte
	Francisco Caetano Calder	Casado/40	Livreiro		8 000 cruzados		I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N
	Francisco Rodrigues da Silva	Solteiro/		Rua da Estrada Nova	800 000 réis		I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N
	António José	Casado/40			800 000 réis		I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N
	Manuel Dias da Rocha	Viúvo/40			3 000 cruzados		I.A.N./T.T. – Des. do Paço, Beira, Mç. 1073, Cx 1170, S/N

ANEXO C

Quadro C.1 Assembleias eleitorais do Concelho de Lamego para 1843-1851.

Ano	Assembleias eleitorais	Local de reunião	Presidência
1843-1844	Sé	Sé	Aires Duarte da Fonseca Lobo
	Almacave	Igreja de Almacave	Custódio Correia da Rocha
	Cambres	Igreja de Cambres	Fortunato de Cerqueira Temes
	Cepões	Igreja de Cepões	Joaquim Peito de Carvalho
1845-1846	Sé	Sé	Francisco Soeiro de Almeida e Castro
	Almacave	Igreja de Almacave	Custódio Correia da Rocha
	Cambres	Igreja de Cambres	Luís Guedes de Carvalho Sousa e Vasconcelos
	Cepões	Igreja de Cepões	Aires Duarte da Fonseca Lobo
1847-1848	Sé	Sé	Melchior Pereira Coutinho de Vilhena
	Almacave	Igreja de Almacave	Afonso de Sousa Araújo
	Cambres	Igreja de Cambres	Francisco Pedro da Veiga
	Cepões	Igreja de Cepões	Joaquim de Oliveira Chaves
1848-1849	Sé	Sé	Francisco Soeiro de Almeida e Castro
	Almacave	Igreja de Almacave	António Pinheiro da Fonseca Osório Vieira e Silva
1850-1851	Sé	Sé	Francisco Soeiro de Almeida e Castro
	Almacave	Igreja de Almacave	Manuel Correia Cardoso de Meneses

Quadro C.2 Vereadores eleitos para o período Liberal de 1843-1851.

Ano	Nome	Fonte
1842	Aires Duarte da Fonseca Lobo	A.H.M.L. – Lv. Vereação, Acta de 23 de Fevereiro de 1842, fl. 45
	José António de Araújo	A.H.M.L. – Lv. Veração, Acta de 23 de Fevereiro de 1842, fl. 45
	Macário de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra	A.H.M.L. – Lv. Vereação, Acta de 23 de Fevereiro de 1842, fl. 45
	Custódio Correia da Rocha	A.H.M.L. – Lv. Vereação, Acta de 23 de Fevereiro de 1842, fl. 45
	José do Carmo e Figueiredo	A.H.M.L. – Lv. Vereação, Acta de 23 de Fevereiro de 1842, fl. 45
	Joaquim Peito de Carvalho	A.H.M.L.- Lv. Vereação, Acta de 23 de Fevereiro de 1842, fl. 45
	Luís Guedes de Carvalho Sousa e Vasconcelos	A.H.M.L.- Lv. Vereação, Acta 1 de Junho 1842, fl. 57 v.
	António José da Costa	A.H.M.L.- Lv. Vereação, Acta 4 de Junho de 1842, fl. 58
	António Leão Pinto	A.H.M.L.- Lv. Vereação, Acta 30 de Junho de 1842, fl. 59 v.
	Joaquim Manuel da Fonseca	A.H.M.L.- Lv. Vereação, Acta 30 de Junho de 1842, fl. 59 v.
1843-1844	Francisco Soeiro de Almeida e Castro	A.H.M.L.- Lv. Vereação, Acta 2 de Janeiro de 1843, fl. 70 v.
	José Victorino Freire Cardoso	A.H.M.L.- Lv. Vereação, Acta 2 de Janeiro de 1843, fl. 70 v.
	Custódio Correia da Rocha	A.H.M.L.- Lv. Vereação, Acta 2 de Janeiro de 1843, fl. 70 v.
	Manuel António Cerdeira	A.H.M.L.- Lv. Vereação, Acta 2 de Janeiro de 1843,fl. 70 v.
	Luís Pinto de Sousa	A.H.M.L.- Lv. Vereação, Acta 2 de Janeiro de 1843, fl. 70 v.
	Aires Duarte da Fonseca Lobo	A.H.M.L. – Lv. Vereação, Acta 2 de Janeiro de 1843, fl. 70 v.
	Macário de Castro da Fonseca e Sousa Osório Seabra	A.H.M.L. – Lv. Vereação, Acta 2 de Janeiro de 1843, fl. 71
1845-1846	António José da Costa	A.H.M.L. – Lv. Vereação, Acta de 2 de Janeiro de 1845, fl. 139 v.
	José António de Araújo	A.H.M.L. – Lv. Vereação Acta de 2 de Janeiro de 1845, fl. 139 v.
	Custódio Correia da Rocha	A.H.M.L. - Acta de 2 de Janeiro de 1845, fl. 139 v.
	Frederico Augusto da Câmara Leme	A.H.M.L. – Acta de 2 de Janeiro de 1845, fl. 139 v.
	Joaquim de Oliveira Chaves	A.H.M.L. – Acta de 2 de Janeiro de 1845, fl. 139 v.
	Manuel António Cerdeira	A.H.M.L. – Acta de 2 de Janeiro de 1845, fl. 139 v.
	António Osório de Aragão Magalhães Soares Machuca	A.H.M.L. – Acta de 2 de Janeiro de 1845, fl. 139 v.
	Francisco Soeiro de Almeida e Castro	A.H.M.L. – Acta de 2 de Janeiro de 1845, fl. 139 v.
	Aires Duarte da Fonseca Lobo	A.H.M.L. – Acta de 2 de Janeiro de 1845, fl. 139 v.
1846	José Taveira Pimentel de Carvalho	A.H.M.L. – Acta de 23 de Maio de 1846, fl. 33 v.
	Luís Guedes de Carvalho Sousa Vasconcelos	A.H.M.L. – Acta de 23 de Maio de 1846, fl. 33 v.
	Melchior Pereira Coutinho de Vilhena	A.H.M.L. – Acta de 23 de Maio de 1846, 33
	António Osório de Aragão Magalhães Soares Machuca	A.H.M.L. – Acta de 23 de Maio de 1846, fl. 33 v.
	Joaquim de Oliveira Chaves	A.H.M.L. – Acta de 23 de Maio de 1846, fl. 33 v.
	Francisco Bernardino Pereira Guimarães	A.H.M.L. – Acta de 23 de Maio de 1846 Fl. 33 v.
	Afonso de Sousa Araújo	A.H.M.L. – Acta de 23 de Maio de 1846 Fl. 33 v.
	José de Sá Pereira Osório	A.H.M.L. – Acta de 25 de Junho de 1846, fl. 37

Quadro C.2 Vereadores eleitos para o período Liberal de 1843-1851 (continuação).

Ano	Nome	Fonte
	Bernardo Pinheiro Aragão Sauzedo	A.H.M.L. – Acta de 17 de Junho de 1846, fl. 35 v.
	Pedro António de Carvalho	A.H.M.L. – Acta de 25 de Junho de 1846, fl. 37.
	Sebastião Ferreira Torres	A.H.M.L. – Acta de 25 de Junho de 1846, fl. 37.
1847-1848	José de Sá Pereira Osório	A.H.M.L. – Acta de 7 de Outubro de 1846, fl. 52 v.
	Francisco Pedro da Veiga	A.H.M.L. – Acta de 7 de Outubro de 1846, fl. 52 v.
	Joaquim de Oliveira Chaves	A.H.M.L. – Acta de 7 de Outubro de 1846, fl. 52 v.
	Melchior Pereira Coutinho de Vilhena	A.H.M.L. – Acta de 7 de Outubro de 1846, fl. 52 v.
	José Taveira Pimentel de Carvalho	A.H.M.L. – Acta de 7 de Outubro de 1846, fl. 52 v.
	José Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho	A.H.M.L. – Acta de 7 de Outubro de 1846, fl. 52 v.
	Luís Guedes de Carvalho Sousa e Vasconcelos	A.H.M.L. – Acta de 7 de Outubro de 1846, fl. 52 v.
1846	José Taveira Pimentel de Carvalho	A.H.M.L. – Acta de 23 de Maio de 1846, fl. 33 v.
	Luís Guedes de Carvalho Sousa Vasconcelos	A.H.M.L. – Acta de 23 de Maio de 1846, fl. 33 v.
	Melchior Pereira Coutinho de Vilhena	A.H.M.L. – Acta de 23 de Maio de 1846, 33
	António Osório de Aragão Magalhães Soares Machuca	A.H.M.L. – Acta de 23 de Maio de 1846, fl. 33 v.
	Joaquim de Oliveira Chaves	A.H.M.L. – Acta de 23 de Maio de 1846, fl. 33 v.
	Francisco Bernardino Pereira Guimarães	A.H.M.L. – Acta de 23 de Maio de 1846 Fl. 33 v.
	Afonso de Sousa Araújo	A.H.M.L. – Acta de 23 de Maio de 1846 Fl. 33 v.
	José de Sá Pereira Osório	A.H.M.L. – Acta de 25 de Junho de 1846, fl. 37
	Bernardo Pinheiro Aragão Sauzedo	A.H.M.L. – Acta de 17 de Junho de 1846, fl. 35 v.
	Pedro António de Carvalho	A.H.M.L. – Acta de 25 de Junho de 1846, fl. 37.
	Sebastião Ferreira Torres	A.H.M.L. – Acta de 25 de Junho de 1846, fl. 37.
1847-1848	José de Sá Pereira Osório	A.H.M.L. – Acta de 7 de Outubro de 1846, fl. 52 v.
	Francisco Pedro da Veiga	A.H.M.L. – Acta de 7 de Outubro de 1846, fl. 52 v.
	Joaquim de Oliveira Chaves	A.H.M.L. – Acta de 7 de Outubro de 1846, fl. 52 v.
	Melchior Pereira Coutinho de Vilhena	A.H.M.L. – Acta de 7 de Outubro de 1846, fl. 52 v.
	José Taveira Pimentel de Carvalho	A.H.M.L. – Acta de 7 de Outubro de 1846, fl. 52 v.
	José Perfeito Pereira Pinto de Moura Coutinho	A.H.M.L. – Acta de 7 de Outubro de 1846, fl. 52 v.
	Luís Guedes de Carvalho Sousa e Vasconcelos	A.H.M.L. – Acta de 7 de Outubro de 1846, fl. 52 v.
1847	Francisco Soeiro de Almeida e Castro	A.H.M.L. – Acta de 12 de Junho de 1847, fl. 55 v.
	António Pinheiro da Fonseca OsórioVieira e Silva	A.H.M.L. – Acta de 12 de Junho de 1847, fl. 55 v.
	João Teixeira Pinto	A.H.M.L. – Acta de 12 de Junho de 1847, fl. 55 v.
	Joaquim Peito de Carvalho	A.H.M.L. – Acta de 12 de Junho de 1847, fl. 55 v.
	Simão José Pereira	A.H.M.L. – Acta de 12 de Junho de 1847, fl. 55 v.
	António Alexandre Marques	A.H.M.L. – Acta de 12 de Junho de 1847, fl. 55 v.
	Manuel Correia Cardoso de Meneses	A.H.M.L. – Acta de 12 de Junho de 1847, fl. 55 v.

Quadro C.2 Vereadores eleitos para o período Liberal de 1843-1851 (continuação).

Ano	Nome	Fonte
1848-1849	Francisco Soeiro de Almeida e Castro	A.H.M.L. – Acta de 5 de Novembro de 1847 fl. 81 v.
	Simão José Pereira fiscal	A.H.M.L. – Acta de 5 de Novembro de 1847 fl. 81 v.
	Manuel Correia Cardoso de Meneses	A.H.M.L. – Acta de 5 de Novembro de 1847 fl. 81 v.
	João Teixeira Pinto Barbosa tesoureiro	A.H.M.L. – Acta de 5 de Novembro de 1847 fl. 81 v.
	Fortunato de Cerqueira Temes e Prado	A.H.M.L. – Acta de 5 de Novembro de 1847 fl. 81 v.
	Francisco José Abreu	A.H.M.L. – Acta de 5 de Novembro de 1847 fl. 81 v.
	António José Barbosa de Meireles	A.H.M.L. – Acta de 5 de Novembro de 1847 fl. 81 v.
1850-1851	Francisco Soeiro de Almeida e Castro	A.H.M.L. – Acta de 2 de Janeiro de 1850, fl. 139 v.
	Simão José Pereira	A.H.M.L. – Acta de 2 de Janeiro de 1850, fl. 139 v.
	Manuel Correia Cardoso de Meneses	A.H.M.L. – Acta de 2 de Janeiro de 1850, fl. 139 v.
	João Teixeira Pinto	A.H.M.L. – Acta de 2 de Janeiro de 1850, fl. 139 v.
	Fortunato de Cerqueira Temes e Prado	A.H.M.L. – Acta de 2 de Janeiro de 1850, fl. 139 v.
	Francisco José Abreu	A.H.M.L. – Acta de 2 de Janeiro de 1850, fl. 139 v.
	António José Barbosa de Meireles	A.H.M.L. – Acta de 2 de Janeiro de 1850, fl. 139 v.

Quadro C.3 Assembleias Eleitorais em Lamego para 1843-1851.

Ano	Assembleias	Local de reunião	Presidente	Escrutinadores	Secretário sem voto
1843-1844	Lamego	Paços do Concelho	Francisco Soeiro de Almeida e Castro	Julião Sarmento Vasconcelos e Castro António de Sequeira Sousa Rebelo	José da Encarnação Pereira do Loureiro
	Armamar				
	Barcos				
	Leomil				
	Mondim				
	Tarouca				
1843	Lamego	Paços do Concelho	Francisco Soeiro de Almeida e Castro	Lourenço de Oliveira Chaves José de Sousa Pais Pinto Machado	José da Encarnação Pereira do Loureiro
	Armamar				
	Barcos				
	Leomil				
	Mondim				
	Tarouca				
1845-1846	Lamego	Paços do Concelho	António José da Costa	Frederico Augusto da Câmara Leme	José da Encarnação Pereira do Loureiro
	Armamar			João Teixeira Pinto	
	Barcos				
	Leomil				
	Mondim				
	Tarouca				
1848-1849	Lamego	Paços do Concelho	Francisco Soeiro Almeida e Castro	Gabriel Pinto Pereira Guerra	
	Armamar		(Acta de 6 de fevereiro 1848, fl. 88	João Teixeira Barbosa	José da Encarnação Pereira do Loureiro
	Barcos				
	Leomil				
	Mondim				
	Tarouca				
1850-1851	Lamego	Paços do Concelho	Simão José Pereira	Bernardo Teixeira de Carvalho Frederico Augusto Câmara Leme	José da Encarnação Pereira do Loureiro
	Armamar				
	Barcos				

Quadro C.3 Assembleias Eleitorais em Lamego para 1843-1851 (continuação).

Ano	Assembleias	Local de reunião	Presidente	Escrutinadores	Secretário sem voto
	Leomil				
	Mondim				
	Tarouca				
1850-1851	Lamego	Paços do Concelho	Simão José Pereira	António Pereira Lobo da Silva	José da Encarnação Pereira do Loureiro
				Gabriel Pinto Pereira Guerra	
	Armamar				
	Barcos				
	Leomil				
	Mondim				
	Tarouca				

Quadro C.4 Procuradores à Junta Geral de Distrito, em Lamego, para 1843-1851.

Ano	Nome	Nº de votos	Fonte
1843-1844	Macário de Castro da Fonseca e Sousa	34	A.H.M.L, Lv. de Vereação, Acta de 22 de Janeiro de 1843, fl. 75
	Bento José da Costa	29	A.H.M.L, Lv. de Vereação, Acta de 22 de Janeiro de 1843, fl. 75
1843-1844	Gabriel Teixeira Cardoso Savedra	38	A.H.M.L, Lv. de Vereação, Acta de 30 de Abril de 1843, fl. 99
	António José da Costa	21	A.H.M.L, Lv. de Vereação, Acta de 30 de Abril de 1843, fl. 99
1845-1846	Gabriel Teixeira Cardoso Savedra	46	A.H.M.L, Lv. de Vereação, Acta de 1 de Fevereiro de 1845, fl. 143 v.
	António José da Costa	45	A.H.M.L, Lv. de Vereação, Acta de 1 de Fevereiro de 1845, fl. 143 v.
1848-1849	Gabriel Teixeira Cardoso Savedra	35	A.H.M.L., Lv. de Vereação, Acta de 6 de Fevereiro 1848, fl. 88
	António José da Costa	24	A.H.M.L., Lv. de Vereação, Acta de 6 de Fevereiro 1848, fl. 88
1850-1851	António Pinheiro da Fonseca OsórioVieira e Silva	39	A.H.M.L, Lv. de Vereação, Acta de 27 de Janeiro de 1850, fls. 141 e 141 v.
	Sebastião Maria de Lemos	22	A.H.M.L, Lv. de Vereação, Acta de 27 de Janeiro de 1850, fls. 141 e 141 v.
1850-1851	António Pinheiro da Fonseca OsórioVieira e Silva	26	A.H.M.L., Lv. de Vereação, Acta de 17 Fevereiro de 1850, fl. 142 v. e 143
	Sebastião Maria de Lemos	24	A.H.M.L., Lv. de Vereação, Acta de 17 Fevereiro de 1850, fl. 142 v. e 143

Quadro C.5 Vogais do Conselho Municipal de Lamego para o período entre 1841-1851.

Ano	Nome	Fonte
1841	João Pinheiro Aragão Sauzedo	A.H.M.L, *Lv. de Vereação*, Acta de 30 de Dezembro de 1841, fl. 37
	Francisco Dionísio Pereira da Rocha	A.H.M.L, *Lv.de Vereação*, Acta de 30 de Dezembro de 1841, fl. 37
	João Monteiro de Sousa Carvalho	A.H.M.L, *Lv. de Vereação*, Acta de 30 de Dezembro de 1841, fl. 37
	Pedro António de Carvalho	A.H.M.L, *Lv. de Vereação*, Acta de 30 de Dezembro de 1841, fl. 37
	António Alexandre Marques	A.H.M.L, *Lv. de Vereação*, Acta de 30 de Dezembro de 1841, fl. 37
	António Pinto Cardoso Coutinho de Abreu Gama	A.H.M.L, *Lv. de Vereação*, Acta de 30 de Dezembro de 1841, fl. 37
1843	António Teixeira de Sousa Silva Alcoforado de Magalhães e Lacerda	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 15 Abril 1843, fl. 93
	António José da Costa	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 15 Abril 1843, fl. 93
	Francisco Inácio de Morais	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 15 Abril 1843, fl. 93
	António Osório de Aragão Magalhães Soares Machuca	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 15 Abril 1843, fl. 93
	António Pinto Cardoso Coutinho de Abreu Gama	A.H.M.L. *Lv.Vereação*, Acta de 15 Abril 1843, fl. 93
	José da Conceição Osório Mendes	A.H.M.L. *Lv.Vereação*, Acta de 15 Abril 1843, fl. 93
1844	António Alexandre Marques	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 24 de Abril de 1844, fl. 127 v.
	Joaquim António Pinheiro da Fonseca Osório Vieira e Silva	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 24 de Abril de 1844, fl. 127 v.
	António Teixeira de Sousa da Silva Alcoforado de Magalhães e Lacerda	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 24 de Abril de 1844, fl. 127 v.
	António Osório de Aragão Magalhães Soares Machuca	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 24 de Abril de 1844, fl. 127 v.
	Francisco Inácio de Morais	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 24 de Abril de 1844, fl. 127 v.
	António Ferreira da Silva	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 24 de Abril de 1844, fl. 127 v.
	José da Conceição Osório Mendes	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 24 de Abril de 1844, fl. 127 v.
1845	António Teixeira de Sousa da Silva Alcoforado de Magalhães e Lacerda	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 13 de Março de 1845, fl. 4 v.
	João Teixeira Pinto	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 13 de Março de 1845, fl. 4

Quadro C.5 Vogais do Conselho Municipal de Lamego para o período entre 1841-1851 (continuação).

Ano	Nome	Fonte
	António Pinto Cardoso Coutinho de Abreu Gama	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 13 de Março de 1845, fl. 4
	António Alexandre Marques	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 13 de Março de 1845, fl. 4
	João Pinheiro Aragão Sauzedo	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 13 de Março de 1845, fl. 4
	Manuel Pereira Coutinho de Vilhena	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 13 de Março de 1845, fl. 4
	Joaquim António Pinheiro da Fonseca Osório Vieira e Silva	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 13 de Março de 1845, fl. 4
	Luís José Alexandre Pinto Sousa Coutinho (Visconde de Balsemão)	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 13 de Março de 1845, fl. 4
	Francisco Inácio de Morais	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 10 de Dezembro de 1845, fl. 20 v.
	José da Conceição Osório Mendes	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 10 de Dezembro de 1845, fl. 20 v.
1846	Francisco Dionísio Pereira da Rocha	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 29 de Agosto 1846, fl. 45 v.
	Joaquim António Pinheiro da Fonseca Osório Vieira e Silva	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 30 de Março 1846, fl. 29
	António Teixeira de Sousa da Silva Alcoforado de Magalhães e Lacerda	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 29 Agosto 1846, fl. 45 v.
	João Teixeira Pinto	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 30 de Março 1846, fl. 29
1847-1848	Francisco Dionísio Pereira da Rocha	**A.H.M.L.** *Lv. Vereação*, **Acta de 5 de Outubro 1846, fl. 52**
	Joaquim António Pinheiro da Fonseca Osório Vieira e Silva	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 5 de Outubro 1846, fl. 52
	Afonso de Sousa Araújo	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 5 de Outubro de 1846, fl. 52
	João Monteiro de Sousa Carvalho	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 5 de Outubro 1846, fl. 52
	António José da Costa	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 5 de Outubro 1846, fl. 52
	António Teixeira de Sousa da Silva Alcoforado de Magalhães e Lacerda	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 5 de Outubro 1846, fl. 52
	João Teixeira Pinto	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 5 de Outubro 1846, fl. 52
1847	Francisco Dionísio Pereira da Rocha	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 19 de Junho de 1847, fl. 58 v.

Quadro C.5 Vogais do Conselho Municipal de Lamego para o período entre 1841-1851 (continuação).

Ano	Nome	Fonte
	João da Silveira Pinto da Fonseca (visconde da Várzea)	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 19 de Junho de 1847, fl. 58 v.
	Afonso de Sousa Araújo	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 19 de Junho de 1847, fl. 58 v.
	Melchior Pereira Coutinho de Vilhena	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 19 de Junho de 1847, fl. 58 v.
	José Taveira Pimentel de Carvalho	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 19 de Junho de 1847, fl. 58 v.
	João Monteiro de Sousa Carvalho	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 19 de Junho de 1847, fl. 58 v.
	António José da Costa	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 19 de Junho de 1847, fl. 58 v.
1848-1849	Macário de Castro da Fonseca e Sousa	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 19 de Julho de 1847, fl. 66 v.
	José Taveira Pimentel de Carvalho	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 19 de Julho de 1847, fl. 66 v.
	Afonso de Sousa Araújo	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 19 de Julho de 1847, fl. 66 v.
	Francisco Dionísio Pereira da Rocha	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 19 de Julho de 1847, fl. 66 v.
	António Osório de Aragão Magalhães Soares Machuca	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 19 de Julho de 1847, fl. 66 v.
	João Monteiro de Sousa Carvalho	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 19 de Julho de 1847, fl. 66 v.
	António José da Costa	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 19 de Julho de 1847, fl. 66 v.
1850-1851	Macário de Castro da Fonseca e Sousa	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 20 de Dezembro de 1849, fl. 139
	José Taveira Pimentel de Carvalho	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 20 de Dezembro de 1849, fl. 139
	António Osório de Aragão Magalhães Soares Machuca	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 20 de Dezembro de 1849, fl. 139
	João Monteiro de Sousa Carvalho	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 20 de Dezembro de 1849, fl. 139
	António José da Costa	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 20 de Dezembro de 1849, fl. 139
	António Teixeira de Sousa da Silva Alcoforado de Magalhães e Lacerda	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 20 de Dezembro de 1849, fl. 139
	Afonso de Sousa Araújo	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 20 de Dezembro de 1849, fl. 139

Quadro C.6 Substitutos dos Vogais do Conselho Municipal de Lamego para o período entre 1843-1851.

Ano	Nome	Fonte
1843	António Pinto Cardoso Coutinho de Abreu Gama	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 21 Abril 1843, fl. 94
	José da Conceição Osório Mendes	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 21 Abril 1843, fl. 94
	Pedro António de Carvalho Pereira de Meneses	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 21 Abril 1843, fl. 94
1845	Luís José Alexandre Pinto Sousa Coutinho (Visconde de Balsemão)	A.H.M.L., *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 13 de Março de 1845
	Francisco Inácio de Morais	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 10 de Dezembro de 1845
	José da Conceição Osório Mendes	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 10 de Dezembro de 1845
1846	António Pinto Cardoso Coutinho de Abreu Gama	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 16 de Junho 1846, fl. 36 v.
	José da Conceição Osório Mendes	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de Sessão de 30 de Março 1846, fl. 29
	Francisco Inácio de Morais	A.H.M.L., *Lv. Vereação*, Acta de 18 Junho 1846, fl. 36 v.
	António Alexandre Marques Idem	A.H.M.L., *Lv. Vereação*, Acta de 18 Junho 1846, fl. 36 v.
1847-1848	António Osório de Aragão Magalhães Soares Machuca	A.H.M.L.*Lv. Vereação*, Acta de 5 de Outubro 1846, fl. 52
	António Ferreira da Silva	A.H.M.L.*Lv. Vereação*, Acta de 5 de Outubro 1846, fl. 52
	Pedro António de Carvalho Pereira de Meneses	A.H.M.L., *Lv. Vereação*, Acta de 5 de Outubro 1846, fl. 52
	António Pinto Cardoso Coutinho de Abreu Gama	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 5 de Outubro 1846, fl. 52
	José da Conceição Osório Mendes	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 5 de Outubro 1846, fl. 52
	José António Alves Maia	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 5 de Outubro 1846, fl. 52
	João Teixeira Barbosa	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 5 de Outubro 1846, fl. 52
1847	António Teixeira de Sousa da Silva Alcoforado de Magalhães e Lacerda	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 19 de Junho de 1847, fl. 58 v.
	António Osório de Aragão Magalhães Soares Machuca	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 19 de Junho de 1847, fl. 58 v.
	António Ferreira da Silva	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 19 de Junho de 1847, fl. 58 v.
	Pedro António de Carvalho Pereira de Meneses	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 19 de Junho de 1847, fl. 58 v.
	José da Conceição Osório Mendes	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 19 de Junho de 1847, fl. 58 v.
	José António Alves Maia	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 19 de Junho de 1847, fl. 58 v.
	João Teixeira Barbosa	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 19 de Junho de 1847, fl. 58 v.
1848-1849	António Teixeira de Sousa da Silva Alcoforado de Magalhães e Lacerda	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 19 de Julho de 1847, fl. 66 v.
	José da Conceição Osório Mendes	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 19 de Julho de 1847, fl. 66 v.
	António Ferreira da Silva	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 19 de Julho de 1847, fl. 66 v.
	Pedro António de Carvalho Pereira de Meneses	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 19 de Julho de 1847, fl. 66 v.
	Luís Guedes de Carvalho Sousa e Vasconcelos	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 19 de Julho de 1847, fl. 66 v.

Quadro C.6 Substitutos dos Vogais do Conselho Municipal de Lamego para o período entre 1843-1851 (continuação).

Ano	Nome	Fonte
	João Teixeira Barbosa	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 19 de Julho de 1847, fl. 66 v.
	José António Alves Maia	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 19 de Julho de 1847, fl. 66 v.
1850-1851	José da Conceição Osório Mendes	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 20 de Dezembro de 1849, fl. 139
	António Ferreira da Silva	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 20 de Dezembro de 1849, fl. 139
	Pedro António de Carvalho Pereira de Meneses	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 20 de Dezembro de 1849, fl. 139
	Luís Guedes de Carvalho Sousa e Vasconcelos	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 20 de Dezembro de 1849, fl. 139
	João Teixeira Barbosa	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 20 de Dezembro de 1849, fl. 139
	José António Alves Maia	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 20 de Dezembro de 1849, fl. 139
	António Alexandre Marques	A.H.M.L. *Lv. Vereação*, Acta de 20 de Dezembro de 1849, fl. 139

ADENDA

Bibliografia

BECKETT, J. V. – *The Aristocracy in England, 1660-1914*. Oxford: Basil Blackwell Ltd., 1988.

BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *A «causa» de D. Maria II (1826-1834*). In Análise Social, vol. XXXIX (172), 2004, pp. 519-545

BONIFÁCIO, Maria de Fátima – *Uma História de Violência Política - Portugal de 1834 a 1851*. Colecção História e Actualidade. Lisboa: Edição de Livros e Revistas, Lda., 2009.

COTTA, Maurizio – *Democracia, Partidos e Elites Políticas. Ensaios*. Colecção Estudos Políticos (sob a direcção de Pedro Tavares de Almeida). Livros Horizonte, 2008. ISBN 978–972-24-1565-1

LIEVEN, Dominic – *The Aristocracy in Europe, 1815-1914*. MacMillan, 1992

LIMA, Nuno Miguel – *Os «Homens Bons» do liberalismo. Os Maiores contribuintes de Lisboa (1867-1893).* História Económica, 12. Lisboa: Banco de Portugal, 2009.

LOUSADA, Maria Alexandra; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo – *D. Miguel*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1ª edição, 2006, vol. XXIX

MANIQUE, António Pedro – *Instituições administrativas e construção do Estado Liberal*. *In* COSTA, Fernando Marques da; DOMINGUES, Francisco Contente;

MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org.) – *Do Antigo Regime ao Liberalismo, 1750-1850*. Colecção Documenta Histórica. Lisboa: Vega Lda.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo Freitas – *Elites e Poder. Entre o Antigo Regime e o Liberalismo.* Imprensa de Ciências Sociais. Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2ª edição.

MURPHY, Walter F. – *Constitutions, Constitucionalism and Democacy*. In Constitucionalism and Democracy. Transitions in the Contemporary World. New York: Oxford University Press, 1993

NUNES, Maria de Fátima – *A sociabilidade científica: alguns aspectos das raízes do liberalismo em Portugal*. In COSTA, Fernando Marques da; DOMINGUES, Francisco Contente; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org.)- *Do Antigo Regime ao Liberalismo, 1750-1850*. Colecção Documenta Histórica. Lisboa: Vega Lda.

OLIVEIRA, João Nunes – *A Beira Alta de 1700 a 1840. Gentes e subsistência* (Pref. J. Romero de Magalhães). Viseu: Edição Palimage Editores, 2002. ISBN 972-8575-31-9

PINTASSILGO, Joaquim – *O «Absolutismo Esclarecido» em Portugal: inovações polémicas e alinhamentos (final do século XVIII-início do século XIX*. In COSTA, Fernando Marques da; DOMINGUES, Francisco Contente; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org.) - Do Antigo Regime ao Liberalismo, 1750-1850. Colecção Documenta Histórica. Lisboa: Vega Lda.

RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann; DAVEAU, Suzanne – Geografia *de Portugal. A Posição Geográfica e o Território*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, Lda., 3ª edição, 1995, vol. I.

SILVA, Célia Taborda da – *Movimentos Sociais no Douro no período de implantação do liberalismo (1834-1855)*. GEHVID – Grupo de Estudos de História da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1ª edição, 2007. ISBN 978-972-98969-4-1.

SILVA, Cristina Nogueira da – *Conceitos oitocentistas de cidadania: liberalismo e igualdade*. In Análise Social, vol. XLIV (192), pp. 533-563.

SILVA, Francisco Ribeiro da – *O Porto e o seu Termo (1580-1640): os Homens, as Instituições e o Poder*. Porto: Câmara Municipal. Arquivo Histórico, 1988. (Documentos e Memórias para a História do Porto).

SUBTIL, José – *Governo e Administração*. In História de Portugal, dir José Mattoso. O Antigo Regime (1620-1807). Coord. António Manuel Hespanha, 1993, vol. IV.

TENGARRINHA, José – *Política popular e notáveis locais em Portugal (fim do Antigo Regime e meados do século XIX*). In Análise Social, vol. XII (178), pp. 75-98

TORGAL, Luís Reis – *Tradicionalismo absolutista e contra-revolução (1820-1910)*. In COSTA, Fernando Marques da; DOMINGUES, Francisco Contente; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (org.) – Do Antigo Regime ao Liberalismo, 1750-1850. Colecção Documenta Histórica. Lisboa: Vega Lda.

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR